



**CARTA DE
CONJUNTURA DA USCS**

EDIÇÃO
16



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS (CONJUSCS)

Sob a Direção da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Observatório é formado por professores, alunos e parceiros convidados. O Observatório tem como objetivo elaborar e publicar, periodicamente, notas técnicas no campo das Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura.

Expediente –16ª Carta de Conjuntura (março 2021)

Reitor: Prof. Dr. Leandro Campi Prearo

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Romeiro

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Ms. Silton Marcell Romboli

Pró-Reitor Administrativo e Financeiro: Prof. Me. Orlando A. Bonfatti

Pró-Reitor de Inovação em Ensino: Prof. Dr. Nonato Assis de Miranda

Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ do Observatório: Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Coordenação Geral do Observatório:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Coordenação Adjunta do Observatório:

Prof. Me. Francisco Rozsa Funcia

Prof. Me. José Carlos Garé

Equipe de Pesquisadores Permanentes do Observatório:

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Prof. Dr. Enio Moro Júnior

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Prof. Dr. José Turíbio de Oliveira

Prof. Dr. Lúcio Flávio da Silva Freitas

Prof. Dr. Milton Carlos Farina

Prof. Dr. Roberto Vital Anav

Equipe de Professores Técnicos do Grupo de Pesquisa do Observatório:

Prof. Me. Daniel Giatti de Sousa

Prof^a. Me. Alessandra Santos Rosa

Prof. Me. Daniel Vaz

Prof. Me. David Pimentel Barbosa de Siena

Prof. Me. José Carlos Garé

Prof. Me. Luiz Felipe Xavier

Prof^a. Me. Marta Angela Marcondes

Prof^a. Me. Rosana Marçon da C. Andrade

Prof. Me. Vinícius Oliveira Silva

Prof. Me. Volney Aparecido de Gouveia

Prof^a Me. Sandra Collado

Equipe de Estudantes do Grupo de Pesquisa do Observatório:

Doutorando Adhemar S. Mineiro (UFRRJ)

Doutorando Álvaro Francisco Fernandes Neto (USCS)

Doutorando André Ximenes de Melo (USCS)

Doutorando Antônio Aparecido de Carvalho (USCS)

Doutorando Francisco Rozsa Funcia (USCS)

Doutoranda Gisele Yamauchi (USJT)

Prof. Me. Gustavo Kaique Araújo Monea (USP)

Doutoranda Maria do Socorro Souza (USCS)

Doutorando Ricardo Makoto Kawai (USCS)

Mestranda Stefanie Sussai (USP)

Pesquisadores participantes desta edição entre membros integrantes e convidados do Observatório Conjuscs

Adhemar Santos Mineiro
Afonso Manuel Catado Filipe
Alessandra Santos Rosa
Ana Luiza Vieira Santos
Ana Paula Lazari Ferreira
Antonio Aparecido de Carvalho
Aristogiton Moura
Ary Silveira Bueno
Bárbara Soares da Silva
Bianca Sorice de Paula
Claudio Pereira Noronha
Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo
Daniel Vaz
David Pimentel Barbosa de Siena
Eduardo de Camargo Oliva
Elizabeth Yu Me Yut Gemignani
Enio Moro Junior
Enrico Ferreira Martins de Andrade
Fabio Luis Falchi de Magalhães
Felipe Lucci Veloso
Francisco Rozsa Funcia
Gabriela Furst Vaccarezza
Gabrielle Jacobi Kölling
Gisele Yamauchi
Heni Vinicius Osi Leandro
Henrique Zanuto Pereira
Hugo do Nascimento
Jefferson José da Conceição
João Victor Escórcio de Oliveira
José Turíbio de Oliveira
Laura Chaves Zampoli
Leonardo Birche de Carvalho
Luís Felipe Xavier
Maise Sodrê
Marcelo Vegi da Conceição
Marcos Antonio Gaspar
Maria Aparecida da Silveira
Marta Angela Marcondes
Matheus Henrique Lima
Michael Henrique Gomes Batista
Michelle Cecchi
Patrick François Bragato
Rafael Marques
Rafael Salvador Lopes
Regina Albanese Pose
Roberto Santos da Silva
Roberto Vital Anav
Rogério Lopes
Rosana Marçon da Costa Andrade
Sandro Vinicius Ortega Nicodemo
Tamiris Cordeiro de Sousa
Thayssa Gomes de Oliveira
Ubimara da Silva Ding
Vinicius Oliveira Silva
Volney Aparecido de Gouveia
Vivian Machado
Wellington Messias Damasceno
Yasmin Barcellos Giuriato

Alunos graduandos da USCS participantes desta edição

Amanda Melo de Sousa
Ana Luisa Borba Silva
Bianca Sorice de Paula
Caroline Natália Aparecida Malagolini Gama
Cintia dos Santos Santiago
Constanza Amabile Rocha Trevellin
Felipe Lucci Veloso;
Gustavo Pelaez Diego
Henrique Zanuto Pereira;
Júlia Legname Gobi
Juliana Alves
Laura Chaves Zampoli;
Luciana Comin de Souza
Mayara Martins Olicio
Michelle Cecchi;
Natalie Leal
Patriste Pierre Louis
Rodrigo de Souza Melo
Victor Augusto Oguido Kim
Yasmin Barcellos Giuriato;

Organização dos textos:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição
Ana Paula Lazari Ferreira

Comunicação:

Prof. Me. Luciano Cruz

Assessoria de Imprensa:

Ana Paula Lazari Ferreira

Revisão de textos:

Ana Paula Lazari Ferreira
Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Carta online:

Alan de Almeida Matias
Ana Paula Lazari Ferreira
Fernanda Hernandez Silva
Renata Ezellner Miquilim
Prof. Me. Roberto Araújo Silva

Observação: As opiniões manifestadas nesta publicação são autorais e não expressam necessariamente a visão da Universidade Municipal de São Caetano do Sul ou das demais instituições acadêmicas ou parceiras mencionadas nesta Carta. Visite nosso site: www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjucs.
E-mail para contato: jefferson.conceicao@prof.uscs.edu.br.

Para ter acesso a esta carta on-line, acesse: <https://www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjucs>

SUMÁRIO

- 1 **PODER AQUISITIVO EM HORAS E DIAS DE TRABALHO POR FAIXA DE RENDA: NOVO INDICADOR DO OBSERVATÓRIO CONJUSCS** p.8
Jefferson José da Conceição
Ana Paula Lazari Ferreira
- 2 **A REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E O TOMBO DE R\$ 5,6 BI EM “W” EM 2020** p.11
Jefferson José da Conceição
Gisele Yamauchi
- 3 **A INDÚSTRIA 4.0 E OS DESAFIOS PARA OS TRABALHADORES BRASILEIROS** p.17
Wellington Messias Damasceno
- 4 **CASO FORD, SUAS LIÇÕES E O QUE É PRECISO FAZER** p.20
Rafael Marques
- 5 **PROTEÇÃO DO EMPREGO EM TEMPOS DE PANDEMIA: O CASO DO LAYOFF SIMPLIFICADO EM PORTUGAL** p.26
Afonso Manuel Catado Filipe
João Victor Escórcio de Oliveira
Marcelo Vegi da Conceição
- 6 **A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE EMPREGO NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA: DO PLENO EMPREGO ÀS POLÍTICAS LIBERAIS DE EMPREGO** p.32
Marcelo Vegi da Conceição
- 7 **NORMA ISO 30.401:2018 E SEUS BENEFÍCIOS PARA AS ORGANIZAÇÕES** p.41
Fabio Luis Falchi de Magalhães
Hugo do Nascimento
Marcos Antonio Gaspar
- 8 **TRABALHO *HOME OFFICE* E *WORKCATION*: NOVOS PARADIGMAS EMPRESARIAIS PARA 2021** p.46
José Turíbio de Oliveira
Eduardo de Camargo Oliva
- 9 **EMPRESAS TIPO B – UM NOVO CONCEITO PARA EMPRESAS SUSTENTÁVEIS** p.49
Alessandra Santos Rosa

- 10 **GANHO DE CAPITAL NA ALIENAÇÃO DE BENS DE ATIVO IMOBILIZADO INCIDENTE NO SIMPLES NACIONAL** p.57
**Ana Luiza Vieira Santos
Rosana Marçon da Costa Andrade**
- 11 **APONTAMENTOS SOBRE A ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E A DEFESA DA CONCORRÊNCIA NO MOMENTO PÓS-PANDEMIA COVID-19** p.61
**Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo
Gabrielle Jacobi Kölling**
- 12 **A AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL E ALGUNS DE SEUS PROBLEMAS** p.67
Adhemar S. Mineiro
- 13 **AGÊNCIAS, CRÉDITO BANCÁRIO E O AUXÍLIO EMERGENCIAL NO GRANDE ABC NOS PRIMEIROS MESES DA PANDEMIA DA COVID-19** p.72
**Gisele Yamauchi
Vivian Machado**
- 14 **E-COMMERCE: A EXPANSÃO E O PANORAMA DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS NO BRASIL** p.82
**Vinicius Oliveira Silva
Amanda Melo de Sousa
Luciana Comin de Souza
Patriste Pierre Louis
Rodrigo de Souza Melo**
- 15 **RAIO X DA PROFISSÃO TRADUTOR: FIRMES ATUANTES DO ABC E DO EXTERIOR REQUEREM MAIS RECONHECIMENTO DA PROFISSÃO E INTERCÂMBIO ESTRANGEIRO NO BRASIL** p.89
Bárbara Soares da Silva
- 16 **MARKETING DIGITAL E O PERÍODO PANDÊMICO** p.91
**Maisa Sodré
Maria Aparecida da Silveira**
- 17 **A EVOLUÇÃO TRAZIDA PELOS BANCOS DIGITAIS** p.100
**Vinicius Oliveira Silva
Cintia dos Santos Santiago
Juliana Alves
Mayara Martins Olicio**

- 18 **CIDADE COMPACTA X CIDADE DISPERSA: DISCUSSÃO PARA O GRANDE ABC?** p.106
Enio Moro Junior
- 19 **ECONOMIA VERDE APRESENTA OPORTUNIDADES PARA A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA PÓS-PANDEMIA, SEGUNDO ESTUDOS INTERNACIONAIS** p.111
Daniel Vaz
- 20 **TEMA: BENEFÍCIOS DO PLÁSTICO BIODEGRADÁVEL** p.114
Rogério Lopes
- 21 **ALINHAMENTO DO BRASIL 5.0 E A AGENDA 2030 DA ONU** p.119
Ary Silveira Bueno
Matheus Henrique Lima
Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul – ITESCS
- 22 **EXPEDIÇÃO A VOZ DOS RIOS: RIO TIETÊ E SUAS TRANSVERSALIDADES** p.126
Marta Angela Marcondes
Sandro Vinicius Ortega Nicodemo
Patrick François Bragato
Michael Henrique Gomes Batista
Ubimara da Silva Ding
Heni Vinicius Osi Leandro
Thayssa Gomes de Oliveira
- 23 **OS PARTIDOS POLÍTICOS E A BAIXA CAPACIDADE DE GOVERNO – COMO MODERNIZAR OS PARTIDOS E O GOVERNO** p.136
Aristogiton Moura
- 24 **MODERNIDADE LIMITADA E TUTELADA: UMA LEITURA SOBRE A APROPRIAÇÃO HISTÓRICA DE RIQUEZAS DOS SÉCULOS XIX, XX E XXI QUE LIMITA A MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL** p.148
Luís Felipe Xavier
- 25 **RACISMO: ELEMENTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS** p.163
David Pimentel Barbosa de Siena
Roberto Santos da Silva
- 26 **REDES SOCIAIS (E RELIGIOSAS) NA PERIFERIA DO GRANDE ABC** p.172
Claudio Pereira Noronha

- 27 **A PRÁTICA DO ENSINO DO TEATRO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL** p.179
- Antonio Aparecido de Carvalho
Leonardo Birche de Carvalho
- 28 **O PAPEL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID19: UM CONVITE À REFLEXÃO E UM MODELO DE MONITORAMENTO** p.183
- Rafael Salvador Lopes
Gabriela Furst Vaccarezza
Regina Albanese Pose
Tamiris Cordeiro de Sousa
Ana Luisa Borba Silva
Caroline Natália Aparecida Malagolini Gama
Constanza Amabile Rocha Trevellin
Gustavo Pelaez Diego
Júlia Legname Gobi
Natalie Leal
Victor Augusto Oguido Kim
Enrico Ferreira Martins de Andrade
- 29 **TRAGÉDIA DE MANAUS, FALTA DE VACINAS E FIM DO AUXÍLIO EMERGENCIAL EM 2021: O QUE HÁ EM COMUM ENTRE ESSES TRÊS FATOS?** p.192
- Francisco R. Funcia
- 30 **IMPLEMENTAÇÃO DO GUIA DE CAPACITAÇÃO SOBRE HIPERTENSÃO E DIABETES PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL** p.198
- Bianca Sorice de Paula
Felipe Lucci Veloso
Henrique Zanuto Pereira
Laura Chaves Zampoli
Michelle Cecchi
Yasmin Barcellos Giuriato
Elizabeth Yu Me Yut Gemignani
- 31 **O LIVRO “A ECONOMIA DO TRANSPORTE AÉREO NO BRASIL” E A AVIAÇÃO COMERCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA AVALIAÇÃO COMPARATIVA DOS PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS** p.204
- Volney Gouveia
- 32 **FAZ ALGUM SENTIDO LER MARX NESTA ÉPOCA?!** p.207
- Roberto Vital Anav

Nota Técnica

1. PODER AQUISITIVO EM HORAS E DIAS DE TRABALHO POR FAIXA DE RENDA: NOVO INDICADOR DO OBSERVATÓRIO CONJUSCS

Jefferson José da Conceição¹
Ana Paula Lazari Ferreira²

Resumo Executivo

A nota técnica apresenta a metodologia do novo indicador, lançado em fevereiro de 2021, a ser acompanhado e divulgado periodicamente pelo Observatório Conjuscs: o poder aquisitivo em horas e dias de trabalho por faixa de renda.

Palavras-chave: Poder aquisitivo; Horas de trabalho; Tempo de trabalho; Salário.

Uma das formas clássicas de mensuração do valor de produtos e serviços é aquela que considera as horas de trabalho necessárias para a sua aquisição pelo trabalhador e trabalhadora. Diversos estudos teóricos, pesquisas e levantamentos práticos, em vários países, já tiveram como objeto este tema. Portanto, a pesquisa aqui proposta – a que calcula alguns produtos e serviços em horas de trabalho por faixa de renda no Brasil - não é, evidentemente, inédita em seu conceito e aplicação.

O que parece ser novo é a retomada do cálculo no caso brasileiro recente³.

1. Em que consiste o projeto

A proposta do projeto é calcular as horasoudias de trabalho remunerados mensais necessários, para que um trabalhador/trabalhadora adquira determinados produtos e serviços do cotidiano. A proposta é criar e acompanhar indicador que ilustre o poder aquisitivo e a desigualdade de remuneração, em horasoudias de trabalho. O indicador será calculado e divulgado mensalmente pelo Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS.

2. Objetivos

Os objetivos do projeto são:

- a) Estruturar e acompanhar indicador de poder aquisitivo e desigualdade em termos de horas e dias de trabalho – indicador este que, neste momento, não é realizado e acompanhado regularmente por outras entidades;
- b) Propiciar divulgação do indicador periódico (mensal) no site da USCS e divulgação na mídia regional;
- c) Dar visibilidade ao Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS (Conjuscs);

¹Jefferson José da Conceição. Coordenador do Observatório CONJUSCS. Graduado em Economia pela UFRJ; Mestre em Administração pelo IMES; Doutor em Sociologia pela USP. Assessor da Pró-Reitoria de Graduação e Professor da USCS. Blog: www.blogdojeff.com.br. Autor do livro "Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira". Editora Didakt, 2019 (407 págs.). Disponível em www.estantevirtual.com.br.

² Ana Paula Lazari Ferreira. Jornalista pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), com especialização em Master in Business Communication pela USCS. Atua como jornalista e assessora de imprensa na USCS.

³ Registre-se que o DIEESE calcula e divulga há anos o valor da Cesta básica em horas de trabalho.

3. Periodicidade

A pesquisa será realizada e publicada mensalmente.

4. Justificativa

- a) Tema do poder aquisitivo e da desigualdade da população brasileira está na ordem do dia dos debates;
- b) Os recursos para a realização do projeto são factíveis e serão absorvidos pela própria universidade.

5. Metodologia

Consideram-se os seguintes parâmetros para os cálculos:

- a) Considera-se “trabalhadores” aqueles que são empregados formalmente (com carteira de trabalho assinada);
- b) Jornada semanal de 44h;
- c) Cada trabalhador recebe mensalmente 220 horas de trabalho remuneradas (176 h trabalhadas + Descanso Semanal Remunerado de 44h);
- d) Três faixas de renda: 1 salário mínimo (SM); três salários mínimos; 10 salários mínimos;
- e) Os produtos e serviços selecionados foram escolhidos aleatoriamente, como itens do consumo contemporâneo que, por qualquer razão, podem fazer parte de decisões de consumo a qualquer momento por parte do trabalhador e trabalhadora.

6. Os itens de produtos e serviços a serem considerados

I) Valor atualizado da cesta básica de 13 itens na Grande São Paulo (divulgadas mensalmente pelo DIEESE, em seu site, cujos itens e quantidades estão estabelecidos no Decreto Lei nº 399, de 1938), a saber: carne (6 kg), leite (7.5 l), feijão (4,5 kg), arroz (3,0 Kg), farinha (1,5 Kg), batata (6,0 Kg), leguminosas / tomate (9,0 Kg), pão francês (6,0 Kg), café em pó (600 gr), frutas (Banana) (90 unid.), açúcar (3,0 kg), banha/óleo (750 gr), manteiga (750gr);

II) 4 almoços fora de casa por mês;

III) 1 botijão de gás de 13 l;

IV) Determinado consumo mensal de energia elétrica de uma residência;

V) Determinado consumo mensal de água de uma residência;

VI) Pagamento mensal de um pacote básico de internet;

VII) 150 litros de gasolina comum (gasto médio de um deslocamento diário para o trabalho, ida e volta, numa distância de 30Km, em um veículo com consumo de 8km/litro na cidade);

VIII) Compra de um smartphone no valor de R\$ 1.500,00;

IX) Compra de notebook no valor de R\$ 3.000,00;

X) Compra de 200 dólares;

XI) 1 N° 1 (BigMac).

XXII) Um produto sazonal de acordo com a época do ano (ex: ovo de páscoa; presente do dia das mães; presente do dia dos namorados; presente do dia dos pais; presente do dia das crianças; presente de natal).

7. Observações

Cumpra observar que a proposta deste indicador NÃO está associada com qualquer pesquisa de orçamento familiar. Não há qualquer menção ao peso dos itens de produtos e serviços escolhidos na estrutura de compras das famílias. Os itens foram escolhidos aleatoriamente como itens que, em algum momento, podem fazer parte das decisões de consumo do trabalhador e da trabalhadora.

Vale observar ainda que a proposta NÃO é constituir e acompanhar um indicador de inflação.

Tabela 1

TEMPO DE TRABALHO (EM HORAS RECEBIDAS) NECESSÁRIO PARA A AQUISIÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO, GRANDE SP, FEV. 2021

Item	Valor em Reais	1SM		3SM		10SM	
		Horas de Trabalho Remuneradas necessárias para a aquisição do item	Dias de Trabalho	Horas de Trabalho Remuneradas necessárias para a aquisição do item	Dias de Trabalho	Horas de Trabalho Remuneradas necessárias para a aquisição do item	Dias de Trabalho
Cesta Básica de 13 itens na Grande SP (a)	R\$631,46	126,29	14,35	42,10	4,78	12,63	1,44
4 almoços fora de casa no mês (b)	R\$160,00	32,00	3,64	10,67	1,21	3,20	0,36
1 botijão de gás de 13 litros ©	R\$95,00	19,00	2,16	6,33	0,72	1,90	0,22
Conta de luz (288 kwh)(d)	R\$245,96	49,19	5,59	16,40	1,86	4,92	0,56
Conta de água (24 m ³ no mês) (e)	R\$243,71	48,74	5,54	16,25	1,85	4,87	0,55
Pagamento mensal de pacote básico de internet (f)	R\$169,78	33,96	3,86	11,32	1,29	3,40	0,39
125 litros de de gasolina comum para rodar 1000 km por mês na cidade (g)	R\$559,88	111,98	12,72	37,33	4,24	11,20	1,27
Smartphone no valor de R\$ 1.500,00 (h)	R\$1.500,00	300,00	34,09	100,00	11,36	30,00	3,41
Notebook no valor de R\$ 3.000,00 (i)	R\$3.000,00	600,00	68,18	200,00	22,73	60,00	6,82
Compra de 200 dólares (j)	R\$1.254,40	250,88	28,51	83,63	9,50	25,09	2,85
1 Bigmac nº 1 (l)	R\$26,90	5,38	0,61	1,79	0,20	0,54	0,06
Aluguel de apartamento para quatro dias de carnaval no litoral paulista	R\$1.000,00	200,00	22,73	66,67	7,58	20,00	2,27
Carro popular	R\$45.000,00	9000,00	1022,73	3000,00	340,91	900,00	102,27

Elaboração: Observatório de Conjuntura da USCS (Universidade Municipal de São Caetano do Sul).

Obs: O Salário Mínimo (SM) em fevereiro de 2021 corresponde a R\$ 1.100,00.

(a) valor coletado no site do Dieese em 9/2/2021, e se refere ao mês de dezembro de 2020

(f) pacote com internet (120 megas; wifi), TV e telefone; pacote coletado de operadora em 9/2/2021

(g) preço coletado em posto de gasolina no Grande ABC em 9/2/2021; 1 l de gasolina comum = R\$ 4,479

(h) preço hipotético de um smartphone, considerando-se as várias opções existentes no mercado.

(i) preço hipotético de um notebook, considerando-se as várias opções existentes no mercado

(j) preço de compra verificado em site de casa de câmbio em 9/2/2021; taxa de câmbio: 1 US\$ = R\$ 5,627.

(l) preço hipotético de aluguel de apartamento na praia em litoral paulista, considerando-se as várias opções existentes no mercado.

Faixa de Renda Salarial	Salário em Reais (mensal)	Horas de Trabalho Remuneradas recebidas	Valor/h
1 SM	R\$1.100,00	220	R\$5,00
3 SM	R\$3.300,00	220	R\$15,00
10 SM	R\$11.000,00	220	R\$50,00

Nota Técnica

2. A REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA E O TOMBO DE R\$ 5,6 BI EM “W” EM 2020

Jefferson José da Conceição⁴
Gisele Yamauchi⁵

Resumo Executivo

A nota técnica levanta indicadores do impacto da crise do coronavírus sobre a economia do Grande ABC.

Palavras-chave: Grande ABC; Crise econômica; Coronavírus; Pandemia.

Em 2020, a pandemia do Covid-19 gerou fortes impactos na saúde e na economia no mundo inteiro. O Grande ABC não fugiu à regra. Desde o começo da pandemia em fevereiro de 2020 até 3/3/2021, o Brasil perdeu mais de 259 mil vidas em razão da doença. No Grande ABC, foram perdidas cerca de 5 mil vidas até o momento. No Brasil, a pandemia adentra 2021 ainda sob a falta de coordenação do governo federal no enfrentamento da doença e o inconcebível atraso da vacinação.

Na economia, o Brasil apresentou redução do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,4% (estimativa Focus). Admitindo-se a hipótese de que a economia do Grande ABC (sete cidades) tenha retraído na mesma magnitude, a perda do PIB regional teria sido de R\$ 5,6 bilhões. Em simulações que fizemos, o PIB regional de 2020 ficou próximo de R\$ 122,7 bi, contra R\$ 128,3 bi em 2019. Um tombo significativo. A retração regional pode ter sido até maior do que a média nacional, em função do forte impacto da pandemia sobre a atividade industrial e o comércio exterior, ambos com peso expressivo na atividade local. Isto, em uma região que já vinha sofrendo desde 2015 com processo acentuado de queda do PIB.

O tombo de 2020 deu-se em formato de “W”, isto é, com pequena recuperação no primeiro bimestre após um difícil ano de 2019; queda de março a maio; retomada a partir de meados do ano acompanhando a liberalização das atividades econômicas e o aumento do consumo; nova oscilação e preocupação no final do ano com o recrudescimento do número de contagiados e de mortos da doença no país. No início da pandemia, já havíamos alertado para a possibilidade desse movimento em “W”.

Região marcada pela presença da complexa cadeia de produção automotiva, o Grande ABC repercute os efeitos das mudanças estruturais e dos movimentos conjunturais desta cadeia. No Grande ABC, o setor há anos sofre com a competição de países asiáticos e das novas áreas de produção no Brasil, a crise da mobilidade urbana e os novos hábitos e preferências dos

⁴Jefferson José da Conceição. Coordenador do Observatório CONJUSCS. Graduado em Economia pela UFRJ; Mestre em Administração pelo IMES; Doutor em Sociologia pela USP. Assessor da Pró-Reitoria de Graduação e Professor da USCS. Blog: www.blogdojeff.com.br. Autor do livro "Entre a mão invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira". Editora Didakt, 2019 (407 págs.). Disponível em www.estantevirtual.com.br.

⁵Gisele Yamauchi. Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela USJT. Economista formada pela USCS. Turismóloga pela USJT. MBA empresarial e industrial pela USCS. Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela USJT. Mestra em Economia Política Mundial pela UFABC. Foi bolsista pelo Governo Japonês em Programa de Extensão da Japan International Cooperation Agency (JICA), no curso de Kaizen e 5S's. Colaboradora do CONJUSCS. Currículo Lattes <https://lattes.cnpq.br/4460896561663794>.

consumidores. Conceição (2008), Tourinho & Yamauchi (2019) e Yamauchi (2020) ilustram os efeitos destas transformações sobre o fechamento de plantas industriais e a emergência de diversas áreas industriais ociosas.

A pandemia acirrou a crise já que a produção de caminhões – que hoje tem um peso elevado na produção do Grande ABC – foi atingida pela queda do PIB, pessimismo e incertezas quanto ao futuro por parte dos compradores. Já as vendas de automóveis flutuam bastante em função, entre outros, do crescimento da renda nacional e do crédito. A renda caiu de modo acentuado em 2020 e o crédito por si só não foi o suficiente para estimular o consumo. Infelizmente, não há estatísticas públicas sobre o valor e a produção física automotiva do Grande ABC. Assumindo-se a hipótese que a Região acompanhou a variação nacional, a produção de caminhões, de janeiro a dezembro de 2020, teria sido reduzida em cerca de 25% no Grande ABC. Já a produção de automóveis teria tido retração de 35% e o faturamento das autopeças teria diminuído 26%. No contexto de uma economia internacional com fluxos comerciais dificultados e de forte contração das economias, as exportações do Grande ABC reduziram-se de US\$ 3,8 bi em 2019 para US\$ 2,6 bi (queda de 31%) em 2020. As importações também caíram bastante, de R\$ 3,8 bi para R\$ 2,2 bi.

Os dados do mercado de trabalho com carteira de trabalho assinada em 2020, extraídos do CAGED, Ministério da Economia, mostram a evolução em “W”, a que fizemos menção. No Grande ABC, o saldo líquido de empregos, que é a diferença entre admitidos e demitidos, foi positivo nos meses de janeiro (770 postos) e fevereiro (1555); negativo em março (-5.626), abril (-20.224), maio (-8.021), junho (-3.358) e julho (-902); e voltou a ser positivo em agosto (2.504), setembro (5.135), outubro (6.296) e novembro (9.892). Pontue-se que os dados de desligamentos identificados pelo CAGED podem estar apresentando alguma subnotificação, como apontam alguns, em função da falta de uma atualização correta das empresas durante a pandemia e das mudanças metodológicas apresentadas pelo CAGED no período recente. No acumulado de janeiro a novembro, a Região apresentou redução líquida de 11.979 postos de trabalho.

O co-autor deste artigo, no início da pandemia, publicou a proposta defendendo o confinamento em casa, combinado com a manutenção da renda, intenso uso do banco de horas e empréstimos às empresas a juros zeros (CONCEIÇÃO & CONCEIÇÃO, 2021). O Governo preferiu o decreto viabilizando acordos de redução de salário e jornada, bem como a suspensão de contratos. No Grande ABC, estes acordos, em 2020, envolveram 240 mil trabalhadores (140,5 mil em reduções salariais e 99,5 mil em suspensões de contratos). Os acordos ajudaram a diminuir o impacto sobre o desemprego na região, mas representaram perdas de rendimento e circulação na economia que podem ter chegado a R\$ 1,2 bi.

Por fim, cabe ter claro que a falta de coordenação das ações do país frente à pandemia, gerando o movimento em “W”, tem um custo muito elevado para o país, pois impede qualquer política de retomada sustentada da economia brasileira. É impossível, num cenário de incerteza e de alteração constante das regras do jogo, o planejamento da produção, do consumo e dos investimentos. É preferível um planejamento efetivo e sério no combate à pandemia do que este “cada um por si”, que só nos mantém sem rumo em face de tão grave quadro pelo qual passamos.

Referências Bibliográficas

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. **Quando o apito da fábrica silencia: sindicatos, empresas e poder público diante do fechamento de indústrias e da eliminação de empregos na Região do ABC**. São Bernardo do Campo: MP Editora, 2008.

_____; CONCEIÇÃO, Maria da Consolação Vegi da. **Confinamento, trabalho e renda**. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2020/03/23/confinamento-trabalho-e-renda/>. Acesso: 15 fev. 2021.

TOURINHO, Andréa de Oliveira; YAMAUCHI, Gisele. Áreas industriais degradadas na Região do Grande ABC Paulista – Velhos problemas, novas ideias. *In: Anais XVIII ENANPUR 2019*. Natal,

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=833>>. Acesso em: 30 set. 2019.

YAMAUCHI, Gisele; MONEA, Gustavo Kaique de Araújo. **Pandemia, Comércio exterior e a importância industrial da Região do Grande ABC**. *In: 15ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS*. dez., 2020. Disponível em: <<https://www.uscs.edu.br/boletim/424>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

YAMAUCHI, Gisele. **A Indústria foi embora, e agora?** As áreas industriais ociosas na Região do Grande ABC Paulista: Identificação e dimensionamento da problemática entre 1989 e 2019. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade São Judas, São Paulo, 2020.

Tabela 1 – Produto interno bruto a preços correntes Brasil, Estado de São Paulo e por município da Região do Grande ABC Paulista entre os anos de 2014 e 2020(em mil Reais)

	Ano						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019 [1]	2020 [2]
Brasil	5.778.952.780,00	5.995.787.000,00	6.269.328.000,00	6.585.479.000,00	7.004.141.000,00	7.102.198.974,00	6.789.702.219,14
Estado SP	1.858.196.055,00	1.939.901.907,00	2.038.757.382,00	2.120.761.635,00	2.210.561.949,00	2.241.509.816,29	2.142.883.384,37
Diadema	14.048.339,00	13.679.518,00	13.419.390,00	13.715.208,00	14.671.971,00	14.877.378,59	14.222.773,94
Mauá	11.195.882,00	11.970.001,00	14.539.610,00	16.515.697,00	15.287.483,00	15.501.507,76	14.819.441,42
R. Pires	2.742.531,00	2.868.177,00	3.000.733,00	2.979.802,00	3.042.930,00	3.085.531,02	2.949.767,66
R. G. da Serra	520.456,00	535.172,00	607.626,00	631.764,00	566.839,00	574.774,75	549.484,66
S. André	26.741.456,00	25.386.941,00	26.837.380,00	27.869.136,00	28.994.686,00	29.400.611,60	28.106.984,69
S. B. do Campo	47.465.766,00	42.013.775,00	43.222.829,00	44.433.140,00	50.568.693,00	51.276.654,70	49.020.481,90
S. C. do Sul	15.533.595,00	13.426.306,00	12.960.847,00	13.225.038,00	13.440.728,00	13.628.898,19	13.029.226,67
Total Gde ABC	118.248.025,00	109.879.890,00	114.588.415,00	119.369.785,00	126.573.330,00	128.345.356,62	122.698.160,93

1] 2019
Trata-se de uma estimativa com base na taxa de crescimento do PIB, corrigida do IBGE de +1,4%
[2] Taxa de crescimento do PIB, segundo o Boletim

Focus de -4,40%, publicado em 28/12/2020

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA entre os anos de 2014 e 2018.

Tabela 2 – Produto interno bruto deflacionado ano base 2018 Brasil, Estado de São Paulo e por município da Região do Grande ABC Paulista entre os anos de 2009 e 2020(em mil Reais)

	PIB Deflacionado Ano base 2018					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	5.664.621.170,71	6.331.260.500,85	6.732.598.891,62	6.954.926.652,12	7.276.577.892,64	7.446.981.191,93
Estado SP	1.915.536.811,53	2.109.464.826,95	2.210.168.373,84	2.252.025.698,31	2.340.952.353,57	2.394.543.025,23
Diadema	16.006.138,90	17.433.295,70	17.942.708,29	17.331.538,66	18.071.922,09	18.103.230,86
Mauá	13.494.107,06	15.190.774,65	15.096.424,41	13.427.158,78	14.329.487,50	14.427.444,88
R. Pires	2.443.341,69	2.938.954,54	3.116.673,52	3.195.805,81	3.506.975,71	3.534.131,11
R. G. da Serra	573.360,65	626.495,24	653.918,89	652.901,55	722.979,41	670.679,65
S. André	26.878.016,19	31.224.982,66	33.445.987,09	34.441.225,05	36.469.778,20	34.460.070,44
S. B. do Campo	59.062.183,40	69.339.371,37	71.520.525,73	65.436.770,13	66.587.505,62	61.166.214,73
S. C. do Sul	22.849.506,85	19.885.981,82	20.429.477,24	21.804.127,54	21.772.370,07	20.017.188,96
Total Gde ABC	141.306.654,74	156.639.855,98	162.205.715,18	156.289.527,51	161.461.018,60	152.378.960,63
Part. GABC/ESP	7,38%	7,43%	7,34%	6,94%	6,90%	6,36%

	PIB Deflacionado Ano base 2018					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	7.260.973.706,95	6.860.246.958,77	6.779.750.630,50	7.004.141.000,00	7.102.198.974,00	6.789.702.219,14
Estado SP	2.349.245.685,48	2.230.921.580,36	2.183.324.103,23	2.210.561.949,00	2.241.509.816,29	2.142.883.384,37
Diadema	16.566.068,90	14.684.241,99	14.119.806,64	14.671.971,00	14.877.378,59	14.222.773,94
Mauá	14.495.822,24	15.910.048,94	17.002.910,06	15.287.483,00	15.501.507,76	14.819.441,42
R. Pires	3.473.398,54	3.283.568,74	3.067.706,16	3.042.930,00	3.085.531,02	2.949.767,66
R. G. da Serra	648.100,04	664.898,12	650.401,04	566.839,00	574.774,75	549.484,66
S. André	30.743.905,86	29.366.952,01	28.691.275,51	28.994.686,00	29.400.611,60	28.106.984,69
S. B. do Campo	50.879.211,62	47.296.820,52	45.743.917,63	50.568.693,00	51.276.654,70	49.020.481,90
S. C. do Sul	16.259.425,97	14.182.478,76	13.615.176,62	13.440.728,00	13.628.898,19	13.029.226,67
Total Gde ABC	133.065.933,16	125.389.009,08	122.891.193,66	126.573.330,00	128.345.356,62	122.698.160,93
Part. GABC/ESP	5,66%	5,62%	5,63%	5,73%	5,73%	5,73%

Para os anos de 2019 e 2020 foram projetadas as taxas de crescimento de 1,4% e de queda de -4,4%, segundo o Boletim Focus de 28/12/2020. Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA entre os anos de 2009 e 2018.

Tabela 3 – SALDO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DA REGIÃO DO GRANDE ABC POR MUNICÍPIO ENTRE JAN. E OUT. DE 2020, VALOR FOB USD

	VALOR FOB USD		
	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
SANTO ANDRÉ	284.916.002,00	286.235.972,00	-1.319.970,00
SÃO BERNARDO DO CAMPO	1.645.054.007,00	1.115.328.279,00	529.725.728,00
SÃO CAETANO DO SUL	301.528.140,00	123.907.230,00	177.620.910,00
DIADEMA	124.860.705,00	315.438.547,00	-
MAUÁ	109.235.836,00	294.176.525,00	-
RIBEIRÃO PIRES	99.458.304,00	44.880.485,00	54.577.819,00
RIO GRANDE DA SERRA	683.979,00	371.024,00	312.955,00
TOTAL ACUMULADO GRANDE ABC	2.565.736.973,00	2.180.338.062,00	385.398.911,00

Elaborado pelos autores a partir de dados do Ministério da Economia entre janeiro e outubro de 2020.

Tabela 4 – COMÉRCIO INTERNACIONAL TOTAL DA REGIÃO DO GRANDE ABC POR MUNICÍPIO ENTRE JAN. E OUT. DE 2020, VALOR FOB USD

	2019	2020
	EXPORTAÇÃO +IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO +IMPORTAÇÃO
SANTO ANDRÉ	974.624.960,00	571.151.974,00
SÃO BERNARDO DO CAMPO	4.860.634.362,00	2.760.382.286,00
SÃO CAETANO DO SUL	393.591.529,00	425.435.370,00
DIADEMA	676.399.048,00	440.299.252,00
MAUÁ	512.836.622,00	403.412.361,00
RIBEIRÃO PIRES	176.437.289,00	144.338.789,00
RIO GRANDE DA SERRA	914.920,00	1.055.003,00
TOTAL ACUMULADO GRANDE ABC	7.595.438.730,00	4.746.075.035,00

Elaborado pelos autores a partir de dados do Ministério da Economia entre janeiro e dezembro para o ano de 2019 e entre janeiro e outubro para o ano de 2020.

Tabela 5 – Comparação do valor FOB de Exportações e Importações por município da Região do Grande ABC entre os anos de 2019 e 2020

	2019 - VALOR FOB USD			2020 - VALOR FOB USD		
	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
S. ANDRÉ	436.835.722,00	537.789.238,00	100.953.516,00	284.916.002,00	286.235.972,00	-1.319.970,00
S. B. DO CAMPO	2.634.962.220,00	2.225.672.142,00	409.290.078,00	1.645.054.007,00	1.115.328.279,00	529.725.728,00
S. C. DO SUL	216.516.292,00	177.075.237,00	39.441.055,00	301.528.140,00	123.907.230,00	177.620.910,00
DIADEMA	202.762.158,00	473.636.890,00	270.874.732,00	124.860.705,00	315.438.547,00	190.577.842,00
MAUÁ	160.226.499,00	352.610.123,00	192.383.624,00	109.235.836,00	294.176.525,00	184.940.689,00
R. PIRES	137.862.083,00	38.575.206,00	99.286.877,00	99.458.304,00	44.880.485,00	54.577.819,00
R. G. DA SERRA	341.300,00	573.620,00	-232.320,00	683.979,00	371.024,00	312.955,00
TOTAL ACUM. GDE ABC	3.789.506.274,00	3.805.932.456,00	-16.426.182,00	2.565.736.973,00	2.180.338.062,00	385.398.911,00

Elaborado pelos autores a partir de dados do Ministério da Economia entre janeiro e dezembro para o ano de 2019 e entre janeiro e outubro para o ano de 2020.

3. A INDÚSTRIA 4.0 E OS DESAFIOS PARA OS TRABALHADORES BRASILEIROS

Wellington Messias Damasceno⁶

Resumo Executivo

A presente nota técnica tem o intuito de apresentar uma análise, a partir de estudos e pesquisas, do impacto da crescente presença das novas tecnologias no cenário global e nacional e seus impactos para os trabalhadores. Também é objeto desta provocar o debate acerca da necessidade de diálogo envolvendo trabalhadores, acadêmicos, empresários e governos visando o desenvolvimento de políticas e estratégias para que o Brasil possa ocupar um local de destaque neste cenário, cada vez mais competitivo. E frisar a necessidade do trabalhador estar no centro do debate, como agente propositivo, buscando a valorização do trabalho decente e do desenvolvimento social do País.

Palavras-chave: Indústria 4.0; novas tecnologias; Manufatura Avançada; Digitalização.

Os termos “Indústria 4.0”, “manufatura avançada” e “digitalização” têm estado cada vez mais presentes em discussões no meio acadêmico, empresarial, governamental e também no mundo sindical. Cunhado na Alemanha em 2012, “Indústria 4.0” é uma expressão que traduz a política do estado alemão para um expressivo salto tecnológico, visando manter a dianteira global em projetos e na construção de máquinas e equipamentos inteligentes, esforço articulado que reúne governos, empresários, acadêmicos e trabalhadores.

Da mesma forma, os outros termos são “marcas” da estratégia que países como EUA, China, Japão, Índia e Coreia do Sul têm desenvolvido na busca por um posicionamento estratégico em campos da nova indústria como o armazenamento e tratamento de dados, microeletrônica, inteligência artificial e máquinas inteligentes entre outros.

Neste artigo, o termo utilizado para fazer referência a estes processos será “I.4.0”, que apesar de se referir a uma série de sistemas integrados, baseados em tecnologias já existentes que serão aperfeiçoadas ou desenvolvidas e geridas por inteligência artificial, poderá significar uma verdadeira revolução na organização do trabalho e nas relações sociais. É possível que as mudanças no cotidiano, baseadas nestes avanços tecnológicos, estejam muito à frente do que nos ambientes produtivos.

Ainda que o termo faça referência à indústria, este conjunto de novas tecnologias tem alterado o setor de serviços, comércio, hospitalar, agropecuário, de exploração mineral e possibilitando novos negócios, como uma infinidade de serviços oferecidos por plataformas digitais, acumulando uma quantidade nunca vista de dados. Não por acaso as grandes potências mundiais (países e corporações) investem somas vultuosas nestes campos e travam verdadeiras guerras pelo domínio destas tecnologias, a exemplo da disputa pela hegemonia na frequência 5G, envolvendo China e EUA.

Neste cenário de avanços tecnológicos em ritmo alucinante, causa extrema preocupação o futuro reservado aos trabalhadores. Estudos apontam para uma redução muito significativa do número de postos de trabalho. O relatório “O Futuro dos Empregos 2018”, do Fórum Econômico Mundial, aponta para a eliminação de 75 milhões de empregos devido à automação até 2022, enquanto a Consultoria McKinsey, após análise de 800 profissões em 46 países ao longo de 2017, estima que

⁶Wellington Messias Damasceno, diretor administrativo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, trabalhador na Volkswagen – SBC, advogado e pós-graduado em Direito e Relações do Trabalho.

800 milhões perderão seus empregos até 2030 e até um terço dos postos de trabalho atuais poderá ser automatizado em apenas 13 anos.

Outros estudos indicam o surgimento de novas vagas e profissões, porém não há indicativos que suprirão a perda de postos de trabalho existentes. Uma grande preocupação é em quais países estes novos empregos surgirão e quais as políticas de capacitação serão ofertadas aos trabalhadores. A disputa geopolítica também se dá no campo dos empregos e de onde estarão localizados os grandes centros globais de produção, já que o ganho de escala produtiva somado à customização de produtos e serviços permitem um movimento de concentração de empresas, centros tecnológicos e empregos.

Diante do exposto, os trabalhadores brasileiros têm grandes obstáculos a enfrentar. A automação e implantação de novas tecnologias tendem a eliminar de maneira mais célere uma série de ocupações trabalhistas de média e baixa complexidade, que são as mais numerosas no país. Segundo estudo formulado pela Universidade de Brasília, 54% dos empregos formais no Brasil estão ameaçados por máquinas⁷.

Além disso, o país vem sofrendo uma desindustrialização acentuada, com fechamento de fábricas e efeitos diretos na redução do comércio, prestação de serviços e empregos. A participação da indústria de transformação no PIB brasileiro, que havia sido de 22% em 1985 e 18% em 2004, chegou a seu pior nível em 2019, com 11%⁸ e tendência de queda. O Brasil, que em 2017 era o sétimo país em participação no valor adicionado mundial da indústria de transformação, com 1,30%, caiu para a décima sexta posição em 2019, com 1,19%⁹.

Ainda que alguns especialistas atribuam a queda da participação da indústria de transformação no PIB ao crescimento da participação de setores como comércio e serviços, é fato preocupante a redução da atividade industrial e que a maior parte das atividades ligadas a estes setores são de baixo valor agregado, com geração de empregos com baixa remuneração e pouco investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Sabendo que a disputa geopolítica pelo protagonismo no campo da inovação e no desenvolvimento e domínio das novas tecnologias passam por investimentos e políticas estratégicas, o ambiente brasileiro é preocupante. Os investimentos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação vem caindo ano após ano, saindo de R\$ 7,9 Bilhões em 2013 para R\$ 3,0 bilhões em 2019¹⁰. O país possui 700 pesquisadores por milhão de habitantes enquanto nos EUA são 3900 pesquisadores por milhão de habitantes, na Coreia do Sul são 6400 por milhão de habitantes e Israel tem 8300 pesquisadores por milhão de habitantes¹¹. Entre os principais países em investimentos com pesquisa e desenvolvimento em 2019, o Brasil aplicou US\$ 39,6 bilhões, enquanto a Coreia do Sul aplicou US\$ 93,5 bilhões, Índia US\$ 94,1 bilhões, Alemanha US\$ 123,2 bilhões, Japão US\$ 193,2 bilhões, China US\$ 519,2 e EUA US\$ 581 bilhões¹².

Esta realidade altamente competitiva e tecnológica tem potencial predatório para os brasileiros. Reformas que visam baratear o custo de produção e maximizar lucros tem precarizado e empobrecido os trabalhadores. A organização social do trabalho tradicional tem sido desmontada, seja através de tais reformas e seus modelos precarizados, seja pelos novos modelos que surgem com as novas tecnologias, sem regulamentação e proteção social aos trabalhadores. Em ambos os casos, crescem os números de trabalhadores pulverizados e alheios ao pertencimento de classe ao lado da falta de políticas públicas estratégicas que impeçam o desmonte da indústria

⁷ Disponível em <https://cio.com.br/tendencias/robos-podem-substituir-54-dos-empregos-formais-do-brasil-preve-unb/> (acesso em 22 fev. 2021).

⁸ Fonte: Ipeadata, Centro de altos estudos Brasil século XXI: vinte anos de economia brasileira.

⁹ Fonte: elaborado pela CNI, com base em estatísticas da OCDE.

¹⁰ Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

¹¹ Fonte: censo do diretório dos grupos de pesquisa no Brasil, coordenado pelo CNPq.

¹² Disponível em: [HTTPS://www.statista.com/statistics/732247/worldwide-research-and-development-gross-expenditure-top-countries/#statisticContainer](https://www.statista.com/statistics/732247/worldwide-research-and-development-gross-expenditure-top-countries/#statisticContainer)

nacional e possibilitem a capacitação dos trabalhadores para a nova indústria. Segundo previsão da Softex – Associação para promoção da excelência do software brasileiro, somente em desenvolvimento de software e prestação de serviços de tecnologia da informação, até 2022 haverá um déficit acumulado de 408 mil profissionais. Esse cenário é facilmente encontrado em outras áreas cujas profissões estão ligadas a novos produtos, equipamentos, sistemas e materiais.

Na falta de políticas de desenvolvimento econômico, com geração de riqueza, empregos de qualidade e um plano nacional de capacitação profissional, os trabalhadores brasileiros tem buscado no trabalho informal por meio de aplicativos sua sobrevivência. Segundo o Instituto Locomotiva, 17 milhões de brasileiros utilizam aplicativos para obter alguma renda, sendo que 3,8 milhões declaram os aplicativos como principal fonte de renda (Pnad – IBGE). De acordo com a associação brasileira do setor de bicicletas – Aliança Bike, em pesquisa realizada com ciclistas de aplicativos, 57% trabalham todos os dias, 75% trabalham até 12 horas por dia, para ganharem R\$ 936,00 mensais em média, abaixo do salário mínimo nacional e 59% declararam que estavam desempregados. Configura-se como o novo proletariado, que depende de smartphones para desempenhar suas atividades, geralmente de alta intensidade, pouco controle, baixa remuneração e que, apesar da presente subordinação, não há quem se responsabilize por eles.

Toda essa discussão coloca diversos desafios para a sociedade brasileira, mas principalmente aos trabalhadores e movimento sindical. Compreender as mudanças em curso e estabelecer uma mesa nacional de diálogo entre trabalhadores, academia, empresários e governos é fundamental para a construção de políticas de fomento à inovação, ao fortalecimento das cadeias de valor e capacitação profissional. Neste aspecto vale destacar a necessidade de capacitação dos agentes negociadores em relação aos temas e suas contribuições.

É estratégico pensar a reindustrialização do país, com políticas de investimentos em P&D&I e de reconversão industrial, com vistas a promover os saltos tecnológicos necessários. A indústria promove o desenvolvimento tecnológico, científico e educacional de um país. E no caso brasileiro, há um potencial de articulação com setores como alimentação, infraestrutura, energia e defesa que somam nos esforços do desenvolvimento social e econômico do país e de tecnologias inovativas e com DNA nacional.

Torna-se imprescindível combinar estes esforços com um pacto de transição justa. Trata-se de estabelecer uma política de Estado em que os investimentos e reestruturações tenham seus impactos e prazos negociados entre sindicatos e empresas, de forma a mitigar a drástica perda de postos de trabalho, combinando os avanços tecnológicos com previsibilidade de novos empregos. Além da necessidade de uma política de capacitação profissional visando habilidades confluentes com as tecnologias e flexíveis para que os trabalhadores possam transitar no processo.

E ainda, principalmente ao movimento sindical, representar os trabalhadores alocados nas novas relações de trabalho, como profissionais em startups, MEIs e aplicativos, de forma a garantir direitos sociais a estes trabalhadores e que essas novas modalidades contribuam para um projeto de desenvolvimento nacional, incluindo maior sinergia com o meio acadêmico.

Os desafios são enormes, mas para um país com o tamanho e o potencial que o Brasil possui, necessitam ser encarados e superados. O que só será possível com o diálogo envolvendo a sociedade, com suas representações governamentais, de trabalhadores, da academia e do empresariado, comprometidas em resgatar o país como um jogador importante na geopolítica internacional, capaz de gerar conhecimento, riqueza para sua população e contribuir para o desenvolvimento de outros países. E que tenha o trabalho decente como centro do debate do avanço tecnológico. Os trabalhadores devem ser protagonistas em articular e cobrar esse diálogo e ações concretas sobre o futuro do trabalho e a Indústria 4.0.

4. CASO FORD, SUAS LIÇÕES E O QUE É PRECISO FAZER¹³

Rafael Marques¹⁴

Resumo Executivo

O fechamento de todas as fábricas da Ford no Brasil provocará o desemprego de mais de 100 mil pessoas na cadeia produtiva da montadora, principalmente no Polo de Camaçari, na Bahia. Além disso, parte do incentivo que a empresa recebeu do Estado brasileiro, ao longo de mais de 100 anos de sua história, deve ser repatriado por meio da nacionalização de seu patrimônio, como garantia de redução dos impactos sociais provocados por essa decisão. O caso Ford abre uma grande oportunidade para os mais diversos atores sociais - prefeitos, governadores, parlamentares, pesquisadores, sindicalistas e trabalhadores - resistirem e debaterem a desindustrialização e a reindustrialização do Brasil.

Palavras-chave: Ford; indústria automobilística; trabalhadores; nacionalização; desindustrialização; metalúrgicos.

A decisão da Ford de encerrar as atividades produtivas em todas as suas fábricas que operam no Brasil, anunciada em 11 de janeiro de 2021, e ainda a sua intenção de continuar no mercado de veículos brasileiro, nos obriga a uma profunda reflexão.

Quando a montadora fez o anúncio oficial daquilo que chama de reestruturação da América do Sul, automaticamente nos remeteu à iniciativa que tomou há quase dois anos, convocando todos os representantes dos trabalhadores em São Bernardo do Campo, para comunicar o encerramento das operações na planta do ABC Paulista.

Naquela ocasião, a produção de caminhões era relevante no mercado nacional e gerava lucros para a empresa. Por isso, a sua ação foi tão surpreendente, mas já seria um ensaio do que estava por vir.

Desta vez, minha surpresa foi menor já que desde 2017 a Ford não divulgava nenhum novo investimento ou projetos para suas plantas, os carros produzidos no Polo de Camaçari necessitariam de forte atualização tecnológica para novas versões, mas nada sinalizava para isso, o que acendeu a luz amarela sobre o destino da empresa no País.

Além de finalizar a produção do New Fiesta e do caminhão Cargo e da Série F, em São Bernardo do Campo (2019); finda a fabricação do Ka e Ecosport, em Camaçari, na Bahia; de motores e transmissão, em Taubaté e da Troller, em Horizonte, no Ceará; provocando a perda de mais de cem mil postos de trabalho em toda a cadeia.

Erros

É importante destacar que nos últimos 15 anos, a Ford não trouxe ao Brasil um investimento que pudesse ser considerado como estruturante, levando em conta o carro, com premissa de ser global e a tecnologia embarcada, que desenvolvesse fornecedores no País e que, efetivamente, tornasse o veículo apto a uma plataforma exportadora mundial.

¹³ Texto com ajustes publicado originalmente em <https://teoriaedebate.org.br/2021/03/02/caso-ford-suas-licoes-e-o-que-e-preciso-fazer/>

¹⁴Rafael Marques é presidente do Instituto Trabalho, Indústria e Desenvolvimento, o TID-Brasil e presidiu o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, de 2012 a 2017, e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, em 2013 e 2014. Ingressou na Ford, em São Bernardo do Campo, em 1986 e representou os trabalhadores e trabalhadoras na montadora do ABC Paulista por quase três décadas.

A utilização da tecnologia mais avançada, produzida pela montadora, não aconteceu em nenhum de seus veículos produzidos nacionalmente. Nem próximo do que ela já havia efetuado, nos anos 80, com a fabricação do Escort.

Esses erros, tanto na produção de caminhões quanto na de carros, que mesmo com atualizações, nunca fizeram parte da estratégia global da empresa, a Ford Brasil acumulou durante várias administrações, desde o Jin Padilla até o Lyle Watters.

Isso simboliza o maior erro de condução estratégica da Ford no Brasil, que culminou com o encerramento da sua história no nosso País.

O impacto social disso impõe a necessidade de diálogo e de o Brasil resistir: governos, trabalhadores, a sociedade, enfim todos que têm interesse que o País continue se desenvolvendo, gerando emprego e oportunidades para o seu povo.

Não se pode aceitar o fechamento de uma empresa como a Ford, com 102 anos no Brasil, que decide abandonar a produção, mas não o mercado brasileiro, passando à explorá-lo a partir de outras plantas na Ásia e no México, com o Acordo de Livre Comércio entre os países.

Ford ABC

Aprendemos com o que aconteceu em 2019, em São Bernardo do Campo, para o bem ou para o mal. Naquele momento, especialmente o governo federal negou qualquer participação na luta e resistência que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, junto aos trabalhadores e trabalhadoras, promoveu. Ao contrário, virou as costas aos demitidos e só faltou apoiar a decisão, com seu discurso ultraliberal de que a empresa pode fazer o que quiser do seu negócio. Um verdadeiro absurdo, ainda mais com todos os recursos de Estado oferecidos às montadoras.

O governador do Estado de São Paulo, João Dória, na época acabou condicionando-se e aderiu a ideia de vender a planta para uma outra montadora, o que não deu certo. Não se materializou, com a desistência da Caoa ainda naquele ano. Essa história se repete agora, porque querem colocar novamente o engodo da Caoa para o governador da Bahia, Rui Costa, e temos que alertá-lo a ter cuidado.

Ainda em São Paulo, naquela ocasião, nas inúmeras reuniões realizadas entre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o governo estadual havia a promessa de criação de um programa industrial paulista, porém após o fechamento da Ford em São Bernardo, o clamor social esfriou. O estado de São Paulo necessita construir sua política industrial, com amplo debate; adotar medidas que enfrentem o esvaziamento da Região Metropolitana; diminuir os gargalos de custo, logística e infraestrutura; melhorar a produtividade e competitividade no âmbito da dinâmica da economia paulista, dentro das atribuições que competem ao estado.

Em Camaçari, a primeira coisa que temos que fazer é organizar a resistência, a luta, já que podemos ter mais de 100 mil pessoas impactadas pela decisão da montadora estadunidense, entre trabalhadores diretos e indiretos e os que estão ao redor de toda a operação produtiva da Ford, pelo tamanho e alcance que a empresa tem.

É uma decisão perigosa e pode ser seguidas por outras empresas multinacionais se o Brasil não se mostrar altivo, defendendo seu País, defendendo seu legado.

Há a necessidade de muita unidade entre os sindicatos de Taubaté e de Camaçari, para achar uma outra alternativa, que não seja essa. É possível.

Não basta a Ford dizer que é uma reestruturação global da marca e que isso nos tira a condição de achar alternativas, seria aceitar de maneira muito fácil.

Incentivos Públicos

Além de resistir a essa decisão, o que é muito importante, porque é didático para as outras empresas, para os trabalhadores e para o Brasil exercer a sua soberania, já que a Ford está ameaçando a nossa soberania com essa decisão, pois nos mais de um século que ela está no Brasil foi apoiada por municípios, estados e União diversas vezes.

Lembramos dos incentivos mais recentes, dos R\$ 5,5 bilhões do BNDES, desde 2011, e dos quase R\$ 7 bilhões em impostos não pagos por conta do Regime Automotivo do Nordeste, mas a história da Ford está umbilicalmente ligada a recursos de Estado.

A Ford Ipiranga, por exemplo, todo o entorno era destinado à empresa para chegada de caminhões, na implementação do modelo de just-in-time, que substituiu o estoque de peças. Além disso, todos os municípios investiram na mobilidade, no viário para viabilizar os novos modelos de logística das empresas.

Portanto, é impossível a Ford tomar essa decisão e não ter um envolvimento determinante por parte dos agentes de Estado.

O Brasil, por conta do Inovar-Auto, regime automotivo estabelecido em 2012, recebeu muitos investimentos, com as montadoras que vieram para o País com objetivo de participar do mercado doméstico. Tínhamos uma previsão de chegar a cinco milhões de veículos por ano, que era perfeitamente possível naquela época.

Apesar da crise mundial de 2008, que o Brasil já tinha superado e mesmo com as dificuldades econômicas de 2013, o regime trouxe mais capacidade para o setor.

A bem da verdade, o mercado não atingiu o número de veículos previstos e, até por isso, será necessário tornarmos um polo exportador se quisermos manter as unidades produtivas.

Transição de mercado

Os mercados mais maduros como dos Estados Unidos, o da Europa e do Brasil, que também é um mercado já maduro nesse sentido, tem condições de crescer ano a ano, mas não é um crescimento como o da China e da Índia.

O mercado mundial de veículos continua crescendo, em 2019 bateu recorde de produção de veículos no mundo, com os mercados emergentes puxando essa produção.

Esses mercados passam por um processo de mudança muito forte: a eletrificação dos carros, nova visão do consumidor em relação a posse de um carro, conectividade dos veículos, entre outros.

Esse momento é de transição e teremos muitos carros ainda movidos a gasolina e álcool, os chamados flex, que o mercado brasileiro lidera nesse tipo de produção, até porque se analisarmos tecnicamente, em determinados países andar com carro movido a etanol é menos poluente que andar com um carro elétrico, dependendo da matriz energética daquele país.

A China, por exemplo, tem uma matriz energética baseada no carvão, o carro a etanol, nesse caso, emite muito menos poluentes que o carro elétrico se fizermos a conta desde a geração de energia até o carro andar na rua, mas o país oriental optou pelos carros elétricos e está antecipando esses investimentos e as montadoras estão comprometidas em oferecer um produto com uma outra matriz energética e o Brasil tem que fazer um grande diagnóstico nesse sentido.

Essa produção temos que trazer para o País, mesmo que o mercado doméstico não absorva de imediato, mas nos tornará capazes de exportar e valer a pena os investimentos feitos aqui entre 2012 e 2015.

Algumas marcas estão abandonando o Brasil, as chamadas marcas *premium* estão indo embora, a Mercedes fechou a planta de Iracemápolis, a Audi vem anunciando que também fará o mesmo, a BMW ainda em suspenso sobre o que vai acontecer com a sua planta, a Ford com a sua decisão de: 'não quero mais produzir no Brasil e vou explorar o mercado a partir de fora', se não fizermos uma discussão profunda sobre o setor automotivo e entender que o Brasil precisa se tornar uma base de exportação, viveremos mais problemas.

O Rota 2030 não entrou nesse debate, os sindicatos insistiram muito para entrar no GT (Grupo de Trabalho) de Eletromobilidade, que está praticamente parado, ainda mais depois do atual governo federal. Não há estratégia para o setor.

Se deixar sem um arranjo nacional, o debate das marcas apenas envolvendo suas matrizes, somente o mercado doméstico não garantirá todas as unidades que a capacidade instalada de suas fábricas podem produzir no Brasil.

Pandemia e descaso

Veremos mais empresas iniciando o ano como fez a Ford? Nesse ano em que mal temos vacinas para enfrentar a pandemia, com auxílio emergencial ainda incerto e uma empresa como a Ford tomar essa decisão com todas essas coisas pairando no ar, não é razoável.

O atual governo federal não tem estratégias de coordenação e de cooperação para nacionalizar o combate a pandemia e o resultado disso foi a decisão do Supremo Tribunal Federal, o STF, que passou a responsabilidade da condução do enfrentamento da pandemia de Covid-19 para os estados e municípios.

A preocupação do atual governo não é com os trabalhadores ou com a precarização do trabalho e a informalidade que vem se agravando, o que reduzirá a massa salarial em dezenas de bilhões de reais por ano.

Além disso, os leilões de infraestrutura estão fracos, devido à desconfiança externa, não há investimentos nesse segmento e os índices econômicos, que já não eram bons, estão ainda piores com os efeitos da crise mundial do coronavírus.

FMI x messianismo de Guedes

Até o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial estão dizendo para que gastem-se recursos, que façam políticas expansionistas nesse momento, olhem para o seu país e invistam, para que os países lá na frente possam sair da pandemia mais fortes, saindo do messianismo econômico que Paulo Guedes e os liberais brasileiros ainda defendem.

Um dos problemas do Brasil, que atribuem ao nosso custo, é a nossa precária malha viária, ferroviária e de portos. Temos um problema de infraestrutura no Brasil, por isso deveríamos aproveitar esse momento, onde há oportunidade para o debate econômico externo, para adotar um ciclo de investimentos de Estado, baseado na indústria nacional.

Em 2011, recebemos mais de US\$ 100 bilhões de investimentos estrangeiros diretos. No ano passado, foi um pouco mais de US\$ 30 bilhões e ainda assim, se referem ao de curtíssimo prazo, aproveitando os juros elevados no País, que ainda são superiores aos praticados no mundo, ou seja, vêm trazer um pouco de dólar e, quando saem, levam muito dinheiro, mais um resultado negativo que estamos tendo por conta da atual relação internacional do governo do Brasil.

O Congresso Nacional também vem adotando uma agenda independente na condução da pandemia e pode incluir no debate legislativo a nacionalização dos bens da Ford, que é uma ação possível.

Para que esses bens, onde a empresa está dizendo que irá encerrar as atividades, sejam nacionalizados. O que não é o mesmo que estatização. Com isso, se dará uma destinação ao

patrimônio. Se houver realmente alguma empresa chinesa interessada não será a Ford quem irá negociar, será o Estado.

Ford Aquitaine Industry (FAI)

Em Blanquefort, na França, a Ford teve que indenizar todos os trabalhadores e negociar com a região onde estava instalada, devolver todo o incentivo fiscal que recebeu, porque obteve inúmeros benefícios e, ainda, teve a obrigação de negociar com o Estado o futuro do parque industrial.

O acordo de revitalização e reindustrialização do território da comunidade francesa prevê investimentos de 18 milhões de euros pela montadora, com 4 milhões para a reindustrialização e o restante para apoio ao desenvolvimento econômico local e geração de 1.500 empregos até 2024 ou 76% a mais que os postos de trabalho perdidos com o fechamento da Ford Aquitaine Industrie (FAI).

Esse é um dos caminhos, especialmente para a Ford em Camaçari, já que todo o parque fabril teve muito benefício de estado, município e federal.

O caso francês pode ser adotado em Camaçari e o tema da nacionalização ganhar força. Para isso, o Congresso Nacional tem um papel fundamental nesse debate, com os governadores, tanto o João Doria, em São Paulo, como o Rui Costa, na Bahia e o Camilo Santana, no Ceará, para adotar medidas legislativas para o parque, tirando o poder da Ford de definir a sua destinação.

A discussão tem que ser democrática e incluir os trabalhadores e seus representantes na decisão do futuro da área. Se de fato existe uma empresa chinesa interessada no polo de Camaçari, que o estado da Bahia, os deputados e senadores baianos e o sindicato representando os trabalhadores façam parte desse processo de negociação e não a Ford, mas os interessados diretos: estado, município e trabalhadores. Isso é educativo.

O caso Ford pode nos trazer uma oportunidade de debater profundamente a desindustrialização no Brasil, trazer a questão para dentro do Congresso, com senadores e deputados para debater esse tema.

O exemplo Cingapura

Cingapura, por exemplo, entrou na 3ª revolução industrial, nos anos de 1990, criou uma estatal para desenvolver o setor eletrônico no país, com foco regional. E agora, está tendo a mesma iniciativa com a 4ª revolução industrial e o Brasil deve seguir esse caminho, desenvolvendo o macrossetor digital.

Para isso, poder-se-ia criar uma empresa estatal para desenvolver de forma mais robusta o que já se produz no País, mas ainda é incipiente. São novos setores que temos que agregar, como as novas tendências do setor automotivo, como conectividade.

Os novos empregos da indústria 4.0, da Inteligência Artificial, vão existir. Estudos do Senai mostram que é possível compensar com empregos tecnológicos o que eventualmente se perdeu com a automação, mas para isso a indústria tem que estar no Brasil.

O Instituto Trabalho, Indústria e Desenvolvimento, o TID-Brasil, as confederações de trabalhadores na indústria: metalúrgicos, químicos, energéticos, da construção civil e madeira, da alimentação e do vestuário, filiados à Central Única dos Trabalhadores, a CUT, e também de outras centrais, já vêm discutindo o tema e elaboraram, junto a seus assessores técnicos e professores universitários convidados, o *Plano Indústria 10+ Desenvolvimento produtivo e tecnológico*, que consiste em propostas para alavancar o setor industrial brasileiro.

Mesa Nacional da Indústria

Agora estamos propondo a criação de uma Mesa Nacional da Indústria, para debater o setor nacionalmente, com a participação da CNI (Confederação Nacional da Indústria), com as federações patronais, com a IndustriALL-Brasil, com as confederações da CUT e outras centrais e sindicatos importantes, como os metalúrgicos de Sorocaba, Taubaté, ABC, Belo Horizonte, Porto Alegre, Manaus e outros, além de representantes dos parlamentos, pesquisadores e professores universitários.

Um debate amplo para garantir que a indústria não saia do País e se desenvolva de forma sustentável, tenha responsabilidade social, preserve o meio ambiente e o ser humano com vida digna nesse ambiente.

Queremos elaborar uma campanha nacional para que toda a sociedade se aproprie do tema: Sem indústria, o Brasil pára.

Então, o que falta aos governantes é estratégia e respeito pelo seu país e seus trabalhadores.

5. PROTEÇÃO DO EMPREGO EM TEMPOS DE PANDEMIA: O CASO DO LAYOFF SIMPLIFICADO EM PORTUGAL

Afonso Manuel Catado Filipe¹⁵
João Victor Escórcio de Oliveira¹⁶
Marcelo Vegi da Conceição¹⁷

Resumo Executivo

Esta nota técnica tem o objetivo de discutir sobre a política de layoff simplificado, a principal medida tomada pelo governo português no combate ao desemprego ocorrido pela pandemia de COVID-19. Nesta política, o governo financia até 70% dos salários pagos pelas empresas que estejam em dificuldades financeiras devido à pandemia, e estas ficam impossibilitadas de despedir seus funcionários. Cerca de 10% da força de trabalho portuguesa recebeu o benefício entre março e julho de 2020. A política é analisada sob a ótica dos princípios econômicos que basearam a sua formulação, além dos seus principais resultados.

Palavras-chave: Políticas de Emprego; Layoff; Pandemia.

O layoff simplificado

O *layoff* é uma técnica organizacional surgida nos Estados Unidos durante a crise dos anos 70, que consiste em reduzir a força de trabalho para diminuir os custos da firma em um momento de queda nas receitas, sem acarretar necessariamente em desligamentos de funcionários/as. Essa redução na mão de obra da empresa pode ser colocada em prática por meio da suspensão temporária de contratos ou da diminuição da carga horária de trabalho com igual diminuição na remuneração. Cada país possui suas próprias regras para situações de *layoff*, mas geralmente estão definidos períodos máximos para implementação dessa tática, além de limites na redução dos salários.

Em Portugal, a legislação sobre essa situação encontra-se entre os artigos 298^o e 308^o do Código do Trabalho (Lei nº 7/2009), e define que as firmas podem utilizar este recurso apenas em casos em que “tal medida seja indispensável para assegurar a viabilidade da empresa e a manutenção dos postos de trabalho” (art. 298). Estabelece também a obrigatoriedade do/a empregador/a em comunicar os/as trabalhadores/as com cinco dias de antecedência (art. 299), a necessidade de fazer negociações com as entidades representativas de classe (art. 300), o limite de seis meses,

¹⁵ **Afonso Manuel Catado Filipe.** Mestrando em Economia e Políticas Públicas no Instituto Universitário de Lisboa. Licenciado em Gestão de Recursos Humanos pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Eleito na Assembléia da União de Freguesias de Cascais e Estoril. Deputado municipal em Cascais. Membro da Comissão Coordenadora Concelhia do Bloco de Esquerda Cascais. Contato: afonso.107@gmail.com

¹⁶ **João Victor Escórcio de Oliveira.** Mestrando em Economia e Políticas Públicas no Instituto Universitário de Lisboa. Economista formado pela Universidade Federal do Ceará. Experiência em planejamento, monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de juventude e direitos humanos na Prefeitura Municipal de Fortaleza. Contato: jv.escorcio@gmail.com

¹⁷ **Marcelo Vegi da Conceição.** Mestrando em Economia e Políticas Públicas no Instituto Universitário de Lisboa. Gestor de Políticas Públicas, formado pela USP. Pesquisador no projeto Casos Pedagógicos da Administração Pública Portuguesa no IPPS-ISCTE. Experiência em planejamento, monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas na Prefeitura de São Paulo, Consultoria Elogroup e Associação Legisla Brasil. Contato: marcelovegidaconceicao@gmail.com

e, em casos de catástrofes, de até um ano (art. 301) e a proibição à demissão dos/as trabalhadores/as afetados/as pela medida (art. 303).

Em face da pandemia de COVID-19, o Decreto-Lei n.º 10-G/2020 entrou em vigor em março de 2020 com o objetivo de simplificar essas medidas de *layoff*, com alterações concernentes ao papel do governo no financiamento deste instrumento. As empresas do setor privado que estejam em situação de crise empresarial em decorrência da pandemia (quebra de no mínimo 40% nos rendimentos) adquiriram o direito de receber um apoio extraordinário do governo. Cada trabalhador/a em regime de *layoff* pode ter seu contrato suspenso ou sua carga horária de trabalho reduzida, sendo que nos dois casos, recebe no mínimo dois terços do salário normal (não pode ser inferior ao salário mínimo e até o máximo de 1905 euros), sendo que o Estado paga 70% deste valor, e a empresa, 30%.

A 'simplificação' no nome da política advém do fato de bastar a empresa requerente preencher um formulário online e estar dentro dos requisitos oficiais, para entrar dentro do programa. Os trâmites burocráticos reduziram-se para o mínimo possível, tendo em vista as circunstâncias. Isso possibilitou com que uma grande quantidade de empresas aderisse ao regime de *layoff*. Antes da simplificação, o número máximo de portugueses/as que estavam simultaneamente em *layoff* fora atingido em 2009, no auge da crise econômica, com 20.000 pessoas (Lamelas, 2020).

Cinco meses após o início da implementação dessa política, um relatório do Ministério das Finanças indicou que o governo havia gasto, até então, 752 milhões de euros com os apoios, metade de todos os gastos com políticas de combate à pandemia. Cerca de 850 mil trabalhadores/as, 10% da força de trabalho portuguesa, estava sob o regime de *layoff*. Ocorreu um grande impacto nas contas públicas, com o Estado elevando o seu défice para 8,3 bilhões de euros, um aumento de 1770% em relação ao mesmo período de 2019, que também reflete, para além do aumento dos gastos, a diminuição da receita com as isenções de taxas e impostos implementadas no período.

Tendo em vista este cenário, que ainda está presente na realidade econômica e social portuguesa, a presente nota técnica busca refletir sobre os princípios que governam essa intervenção do Estado no mercado de trabalho e os princípios comportamentais implícitos nela.

Intervenção do Estado e pandemia

A intervenção do Estado na economia, e, por conseguinte, na sociedade, sempre foi motivo para intensos debates. A Teoria Clássica, predominante até a grande depressão de 1929, sofreu um revés quando se percebeu que a ação espontânea dos agentes econômicos não poderia resguardar a economia de crises. Para Nunes (1997) a Teoria Geral de Keynes mostra que o equilíbrio suposto pela Teoria Clássica não era um pressuposto, mas uma possibilidade, inaugurando um novo período da teoria econômica.

O ciclo que se inaugurou no pós segunda guerra mostrou que as idéias de Keynes sobre a ação do Estado para garantir os níveis de investimento e emprego e reduzir as falhas de mercado ganharam força. A Integração econômica da Europa e a corrida pelo desenvolvimento econômico pelo mundo são exemplos de um novo paradigma de forte intervenção estatal até a década de 70.

A partir da crise econômica ocasionada pelos choques do petróleo durante esta década, o real papel do Estado como protagonista dos impulsos econômicos é contestado com mais força. A partir disso, surgem outras formas de ver a participação do Estado, desta vez, de forma cada vez mais tímida para alcançar os níveis de crescimento econômico e bem estar social. A crítica neoliberal notoriamente ilustrada no Monetarismo de Milton Friedman, na Economia austríaca e tradição libertária de Friedrich Von Hayek, jogam luz sobre a ineficiência estatal de responder aos anseios da sociedade.

O liberalismo contemporâneo, no entanto, deve ser comparado com cautela com o liberalismo clássico de Adam Smith e John Stuart Mill. Os dois possuem diferenças fulcrais, tendo em vista

que Smith considerava a intervenção do Estado importante em setores que necessitam de regulação, e, sobretudo, na construção de infraestrutura e recursos básicos para que seja possível a atuação da iniciativa privada. Escolas públicas, impostos progressivos, obras públicas de infraestrutura e comunicação são defendidas por Smith e Mill, e não estão presentes no neoliberalismo de Friedman e Hayek.

Em meio ao debate sobre a intervenção estatal, a humanidade depara-se com os efeitos cruéis de uma pandemia que, em pouco tempo, forçou a parada de inúmeras cadeias de produtos e serviços e exigiu dos Estados nacionais respostas rápidas para conter o avanço da doença, salvar vidas, reduzir os impactos econômicos e assegurar empregos.

O economista Ricardo Arroja em declaração à matéria veiculada no portal Exame (2020) afirma que é provável que as intervenções do Estado perdurem alguns anos, frente aos impactos sistêmicos da pandemia. Para Albuquerque, Medeiros e Silva (2008), a atuação espontânea do livre mercado não é capaz de solucionar problemas de altos índices de desemprego e de renda insuficiente.

Em um contexto de intensas dúvidas sobre o futuro, e o temor do tecido empresarial, a ação do Estado se faz necessária para atenuar as complicações de fluxo de renda que atingem diretamente os níveis de preço, de salário e de bem estar social.

Princípios da política de *layoff*

O objetivo principal da política de *layoff* simplificado é reduzir a quantidade de despedimentos ocorridos por conta da pandemia de COVID-19. A queda nos níveis de emprego em uma situação epidemiológica se dá pois os níveis de faturamento das firmas se reduzem, e estas, conseqüentemente, escolhem reduzir a força de trabalho para cortar custos. Sobretudo trabalhadores/as temporários/as, mulheres, jovens e pessoas com menos qualificações ficam mais propensas ao desemprego em situações como esta.

O incentivo financeiro pago às empresas que aderem à política de *layoff* (70% de até dois terços dos salários, com limite de €1905) é condicionado. As empresas ficam impossibilitadas de despedir, de forma coletiva ou por extinção do posto de trabalho, o seu pessoal que está, ou não, sob este regime. Esta regra se mantém até 60 dias após o período de recebimento do apoio. Por ter essa condição, a política de *layoff* pode ser caracterizada, de certa forma, como coercitiva, pois restringe a liberdade das empresas privadas em realizar os despedimentos.

Ainda assim, a adesão à política é completamente livre. Não existe obrigatoriedade das empresas em aderirem à ela, não importa o nível de quebra de suas receitas. Esse fato, combinado com o fato de que as empresas continuam tendo gastos (continuam pagando 30% dos dois terços de salários) ao aderirem ao *layoff*, faz com que seja possível classificar a política como uma política de incentivos. Trata-se do Estado incentivando as empresas a manterem seu nível de empregos por meio de um incentivo financeiro no curto prazo.

Pode-se dizer que os princípios implícitos nesta política são, em essência, baseados numa racionalidade econômica dos agentes, nomeadamente das firmas. É a idéia do *homo economicus* aplicado ao comportamento das firmas. No momento da crise, com redução nas receitas, estas realizam um cálculo dos custos e benefícios de manter ou despedir sua força de trabalho. Entre os custos estão os gastos diretos com direitos e garantias dos/as demitidos/as, previstos em legislação, e outros mais difíceis de contabilizar, como a saída do conhecimento acumulado por aqueles profissionais, o choque na motivação dos/as funcionários/as que permanecem na firma e a queda na qualidade dos serviços ou produtos. Entre os benefícios está a redução de custos operacionais e de pessoal. Em momentos de crise, as firmas realizam esse cálculo e, muitas vezes, os benefícios da demissão se sobrepõem aos seus custos, pois podem significar a própria sobrevivência financeira delas. Porém, quando o Estado propõe, por meio do *layoff*, reduzir os custos com salários no curto prazo em 70%, esse cálculo se altera. Passa a ser mais vantajoso para as empresas aderirem ao programa do que demitir.

O programa, portanto, altera o cálculo da escolha entre a demissão e a não-demissão em um momento de crise econômica por meio da mudança no preço de cada uma dessas escolhas. O comportamento esperado pelo Estado é que as firmas façam a escolha pela adesão ao programa, e assim, o nível de empregos se mantenha, ainda que de forma artificial.

Após a adesão ao programa, o comportamento esperado pelo Estado é de que as firmas não demitam. Porém, para evitar ainda mais um comportamento indesejado de demissão, o governo impôs uma punição monetária para as empresas que realizarem isso durante o período de vigência dos apoios, e 60 dias após o fim destes. Caso a firma demita, ela deve restituir todo o valor repassado pelo Estado à ela de volta para a Segurança Social. Tendo em vista a literatura sobre contratos entre agentes econômicos, esse tipo de medida visa evitar um comportamento oportunista, que se caracteriza como um abuso de confiança de uma parte com a outra.

Segundo Kisteumacher (2012):

“Desta forma, as regras institucionais que visam evitar o comportamento oportunista, bem como a formulação de contratos que tentem atingir sua completude (embora impossível), prevendo mecanismos e meios coercitivos para o caso de alterações em seu desenho, são medidas que talvez possam evitar, ou ao menos coibir, o comportamento oportunista” (KISTEUMACHER, 2012).

A literatura também considera que para além da punição em si, o mero estabelecimento dela no contrato também contribui para inibir o comportamento oportunista, pois trabalha com as expectativas daquele agente, no caso a firma que solicita o *layoff*, sobre o que os outros irão fazer. A punição é vista como algo excepcional, e como os atores tendem a querer reproduzir o que a maioria faz (um viés cognitivo denominado de Heurística de Bandwagon), então irão buscar cumprir com o contrato e evitar ser o ‘caso excepcional’.

Resultados da política de *layoff*

A simplificação do regime do *layoff*, já previsto no Código de Trabalho português, foi a resposta reativa do Estado com uma solução híbrida que se propunha a apoiar trabalhadores/as e empresas. O governo procurou flexibilizar o procedimento para que as empresas pudessem recorrer rapidamente a este apoio e minimizar as consequências nas empresas, no mercado de trabalho e nas famílias.

O governo procurou dar flexibilidade procedimental para que o *layoff* fosse operacionalizado rapidamente. Assim, para facilitar o acesso das empresas a esta medida, o decreto-lei que a regula ignora o prazo mínimo de comunicação aos trabalhadores/as abrangidos/as e às estruturas de representação coletiva. Muito importante foi também a especificação do conceito de crise empresarial, necessário para um empregador recorrer ao *layoff*. Todas as empresas/estabelecimentos encerradas total ou parcialmente devido às medidas restritivas ou com uma quebra de pelo menos 40% na faturação, puderam recorrer ao *layoff* simplificado.

A adesão ao *layoff* foi elevada. Até 23 de junho de 2020 recorreram cerca de 114 mil empresas e 1,4 milhões de trabalhadores; algo que se compreende devido às alterações introduzidas e a facilitação do acesso à medida (Lamelas, 2020).

Em abril, duas semanas após o início do *layoff* simplificado, estavam registrados no IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), que contabiliza a quantidade de desempregados em Portugal, 392.323 pessoas; em julho, mês do fim do *layoff* simplificado, 407.302 desempregados/as; um aumento de 3,8%. Em outubro, já passados os 60 dias de proibição de despedimentos, 403.554. A proibição de cessar contratos de trabalho por iniciativa do empregador não incluía os contratos que caducavam no período de recurso à medida do *layoff* simplificado nem durante o período experimental. Os setores de atividade que mais contribuíram para os números do desemprego foram os serviços de alojamento e restauração e os serviços de apoio,

normalmente setores onde o trabalho precário é mais comum. Esta medida veio refletir a vulnerabilidade dos/as trabalhadores/as num mercado de trabalho de muita precariedade (Mamede, 2020).

Conclusões

As estratégias utilizadas pelo Estado português para combater os impactos econômicos da pandemia de COVID-19 foram diversificadas. No governo central, a política de *layoff* simplificado foi a mais abrangente e custosa, tendo um impacto sobre cerca de 850.000 trabalhadores, 10% da força produtiva do país. O tamanho dessa política e o seu nível de interferência na economia fazem com que seja necessário que a academia e especialistas realizem análises sobre a sua eficiência, eficácia e efetividade. De forma mais tímida, esse ensaio teve como objetivo analisá-la sob a ótica dos princípios econômicos, nomeadamente aqueles que dizem respeito à intervenção do Estado na economia, princípios comportamentais, e seus resultados centrais.

Em relação aos princípios de intervenção do Estado, pode-se dizer que o *layoff* evidencia o fato da existência do Estado ser indispensável para a continuidade do capitalismo, como afirma Mamede (2020), sobretudo para “minimizar a instabilidade intrínseca ao sistema”. No debate sobre mais ou menos Estado, a pandemia impôs, por si, um golpe aos preceitos morais do neoliberalismo, tendo em vista que os pensadores dessa corrente, como Hayek, advogam pela liberdade como ausência de coerção, nomeadamente estatal, e o fato do combate à pandemia só ter sido possível por meio de estratégias coercitivas. Já em relação aos preceitos quantitativos do neoliberalismo, evidenciam-se as limitações do livre mercado em situações de calamidades, pois esse não consegue solucionar problemas de altos índices de desemprego e de renda insuficiente, como apontam Albuquerque, Medeiros e Silva (2008), justificando-se assim uma medida da abrangência e do tamanho do *layoff* simplificado.

Sobre as relações entre os agentes econômicos, conclui-se que o *layoff* é uma medida que reduz os impactos da pandemia nas organizações, no mercado de trabalho como um todo e nas famílias. Ao reduzir a burocracia para solicitar o benefício e ao especificar com clareza o que é uma organização em “crise empresarial”, o Estado possibilitou um amplo acesso ao benefício, nunca antes visto na história do país (em 2009, auge da crise, o máximo de trabalhadores/as em *layoff* em Portugal havia sido 20.000). Entre março e junho de 2020, 114 mil empresas haviam solicitado o apoio. No mercado de trabalho, a política atenuou o aumento da oferta resultante do aumento do desemprego. No entanto, evidencia-se que os/as trabalhadores/as temporários/as, precários/as, mulheres e jovens continuam sendo os/as mais afetados/as pelo desemprego, mesmo com o *layoff*, já que esta medida não abrange os contratos a termo.

Por fim, pode-se dizer que os formuladores da política de *layoff* levaram em conta alguns princípios comportamentais dos atores sociais no momento de construção da política. Baseando-se em uma racionalidade econômica das firmas, alteraram os cálculos das escolhas entre demissão e não-demissão, fazendo com que fosse mais vantajoso, para a maioria delas, aderirem ao programa e não demitirem, do que o contrário. É uma política de incentivos, que possui um fragmento coercitivo, na medida em que proíbe as firmas de demitirem. Para coibir um comportamento oportunista, qual seja, a demissão por parte das firmas que participam do programa, o contrato estabelece uma pena para aquelas que praticarem essa ação: o ressarcimento de todo o valor recebido por ela.

A análise do *layoff* simplificado a partir dos princípios econômicos é apenas um dos ângulos de análise possíveis. São necessários mais estudos para entender todos os impactos gerados por essa política no tecido econômico e social português. A continuidade do apoio neste ano de 2021, com a inserção de mudanças, como o acesso automático para as empresas que fecharem por conta do novo confinamento geral, produz ainda mais necessidades de análises.

Referências Bibliográficas

LAMELAS, Filipe. (2020). O lay-off simplificado. In: MAMEDE, Ricardo Paes; ADÃO E SILVA, Pedro. O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2020. Lisboa: VASP, 2020.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. Decreto Lei n.º 10-G/2020. Diário da República, 1.ª série, n.º 61, 1.º suplemento, de 26 de março de 2020.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. Código do Trabalho: Lei n.º 7/2009. Diário da República n.º 30/2009, Série I de 2009-02-12.

KISTEUMACHER, Daniel. (2012). O risco do oportunismo. IV Congresso Anual da Associação Mineira de Direito e Economia. Disponível em: <<http://revista.amde.org.br/index.php/C2012/article/view/164/101>>. Acesso em 12 de janeiro de 2021.

NUNES, S. P. P., & DA COSTA NUNES, R. (1997). Mercado de trabalho em Keynes e o papel da rigidez de salários nominais. Brazilian Journal of Political Economy, 17(3).

AGUIAR, N. (2020). Covid-19 obriga o Estado a voltar a exercitar os músculos. saop, [online] Disponível em: <<https://visao.sapo.pt/exame/analise/analise-inconsistenciaproblematica/2020-06-05-covid-19-obriga-o-estado-a-voltar-a-exercitar-os-musculos/>> Acesso em 13 January 2021.

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó da. Gestão de finanças públicas. Brasília: Editora Gestão Pública, 2009.

RODRIGUES, Pedro Gomes (2020). Uma reflexão sobre os possíveis efeitos socioeconómicos da CoViD-19. Universidades Lusíada

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (2020). Informação Mensal do Mercado de Emprego. Disponível em: <<https://www.iefp.pt/estatisticas>> Acesso em 13 January 2021.

6. A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE EMPREGO NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA: DO PLENO EMPREGO ÀS POLÍTICAS LIBERAIS DE EMPREGO

Marcelo Vegi da Conceição¹⁸

Resumo Executivo

Esta Nota Técnica visa retomar as diferentes abordagens sobre o conceito de políticas de emprego e elucidar a forma como a União Européia implementou, ao longo do tempo, estratégias para diminuir o desemprego dentro dos seus Estados Membros. A pesquisa empírica é feita por meio da análise documental, das leis que regem essa comunidade internacional e dos relatórios produzidos pela Comissão Européia sobre o tema. Conclui-se que houve uma transformação ao longo do tempo nas políticas de emprego produzidas pelo bloco, passando de políticas que tinham o claro objetivo de atingir o pleno emprego, com viés keynesianista, para políticas liberais de emprego, com viés neoclássico.

Palavras-chave: Políticas de Emprego; União Européia; Pleno Emprego; Políticas Liberais de Emprego

As diferentes noções do termo “políticas de emprego” ao longo do tempo

Dentro de sociedades com modo de produção capitalista, como são os países que compõem a União Européia e a América Latina, as políticas de emprego são, historicamente, uma tentativa de superar um dos principais males trazidos pela dinâmica de acumulação: a criação de um excedente de mão de obra, a que chamamos de desempregados.

De acordo com a perspectiva marxista, essa força de trabalho não-aproveitada é um traço inerente ao capitalismo, ou seja, esse modo de produção tenderá a produzir desemprego de maneira estrutural. Já para os economistas neoclássicos, o livre funcionamento do mercado de trabalho faria com que fosse atingido um equilíbrio entre oferta e demanda de trabalho, e assim, o desemprego só existiria se fosse voluntário, ou seja, se os trabalhadores se recusassem a terem seus salários diminuídos (daí o conflito entre economistas neoclássicos e a luta sindical). Contra essa idéia, Keynes (1936) indica que os níveis de emprego estão diretamente relacionados com os níveis de investimentos, e a decisão sobre investir ou não, por parte dos empresários, não é “automática” como supõem os pressupostos neoclássicos, o que abre margem para a existência de desemprego involuntário. Estaria nas mãos dos governos garantir níveis de investimentos que possibilitassem atingir o pleno emprego.

O enquadramento do emprego como uma questão de política pública, ou seja, de responsabilidade do Estado, se deu por meio da luta dos (as) trabalhadores(as) desde o final do século XIX e pela difusão de experiências de Estado-Providência, como o Estado Bismarckiano. Conforme indicado por Marshall (1967), essas movimentações no final do século XIX possibilitaram a ascensão dos direitos sociais, o “último degrau” na escala de consolidação da cidadania. Mas foi com a Grande Depressão dos anos 30 e com as consequências da Segunda Guerra Mundial nos anos 1940 que os Estados capitalistas desenvolvidos consolidaram de fato

¹⁸ Marcelo Vegi da Conceição. Mestrando em Economia e Políticas Públicas no Instituto Universitário de Lisboa. Gestor de Políticas Públicas, formado pela USP. Pesquisador no projeto Casos Pedagógicos da Administração Pública Portuguesa no IPPS-ISCTE. Experiência em planejamento, monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas na Prefeitura de São Paulo, Consultoria Elogroup e Associação Legisla Brasil. marcelovegidaconceicao@gmail.com

uma estrutura de promoção do bem-estar coletivo, em que as políticas de emprego têm papel central.

Ainda no período entre guerras, as experiências de recuperação norte-americana por meio do New Deal e da recuperação alemã durante o governo nazista se valeram de programas de construção civil e investimentos públicos para criar empregos e superar a depressão econômica. Já com o fim da Segunda Guerra, esse espírito de intervenção estatal na economia se disseminou para outros Estados Nacionais capitalistas. É importante salientar a importância que o “medo do comunismo” teve na ascensão desse novo modelo de Estado Social, sobretudo na Europa, que estava fisicamente e simbolicamente próxima da experiência do socialismo real da União Soviética.

O mundo capitalista no pós-guerra foi certamente influenciado pelo keynesianismo, e nessa matéria, os Estados firmaram compromissos claros com a estratégia do pleno emprego. No Tratado de Roma (1957), que institui a Comunidade Econômica Européia, essa perspectiva está presente, assim como a igualdade de remuneração entre homens e mulheres como um direito e a criação do Fundo Social Europeu, com objetivo de “melhorar as possibilidades de emprego dos trabalhadores e contribuir para elevar o seu nível de vida” (Artigo 3, i).

De fato, os níveis de absorção da mão de obra durante os 30 anos posteriores à Segunda Guerra foram os maiores da história do capitalismo, chegando a níveis semelhantes ao pleno emprego em alguns países (média de 0,8% de desemprego na Alemanha entre 1960 e 1973, média de 1,5% de desemprego na França e Inglaterra entre 1960 e 1967, segundo dados da OCDE). Além dos maiores níveis de emprego na iniciativa privada, o setor público também era uma área de rápida expansão e que catalisou esses números. A expansão dos gastos públicos foi sintomático nesse processo. Mas não foi a única solução empregada. Conforme já dito, as políticas de pleno emprego nesse período também se caracterizaram pela utilização de outros instrumentos, como, por exemplo, a redução da taxa de juros como forma de incentivar o investimento privado e políticas de redistribuição de renda como forma de incentivar o consumo (GIMENEZ, 2001).

Em “O Espírito de 45” (2013), documentário dirigido por Ken Loach, é contada a história desse período único do capitalismo, por meio de entrevistas com pessoas que viveram tanto o período dos anos 30 - de extrema pobreza e desemprego em alguns dos países mais desenvolvidos do mundo - e o período logo após a Segunda Guerra, quando um espírito de esperança e de “nunca mais deixar aquilo acontecer novamente” tomou conta desses mesmos países. Em um dos depoimentos coletados no filme, Tony Benn, um ex-ministro do partido trabalhista, conta sobre uma reunião que teve com membros das tropas militares britânicas, em que um soldado disse:

“Nos anos 30, tivemos desemprego em massa. Em tempos de guerra, não temos desemprego. Se podemos ter pleno emprego matando alemães, por que não podemos ter pleno emprego construindo casas, construindo escolas, recrutando professores, enfermeiras, médicos?” (LOACH, 2013, 13:25)

O documentário demonstra como esse sentimento de preocupação com o bem-estar coletivo perpassou não só as políticas de emprego, mas também as de habitação, de saúde, de transporte, de previdência social, promovendo sistemas públicos, gratuitos e universais nesses campos. Esse espírito perdura até meados dos anos 70, quando entram no poder, a nível internacional nos países desenvolvidos, forças políticas influenciadas pelo pensamento liberal e centradas no indivíduo, difundido por autores como Hayek, Friedman e a Escola de Chicago. Esses ideais entram para o primeiro plano do debate público com a ascensão dos governos conservadores de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos.

Esse novo (que de certo modo é uma volta aos pressupostos do *laissez faire* do início do século) paradigma estabeleceu processos de privatização e desregulação em praticamente todo o espectro econômico em que o Estado estava presente até então. No Reino Unido, por exemplo, a eletricidade, água, minas, ferrovias, sistemas habitacionais e postais foram privatizados. E,

conforme indicado no documentário, ocorreu um lento, mas progressivo processo de desmantelamento da previdência social e do Sistema Nacional de Saúde naquele país.

Essa ideologia, denominada posteriormente por neoliberalismo, se difundiu pelos demais países de capitalismo avançado, e foi propagada para os países em desenvolvimento por meio do Consenso de Washington, que estipulava as imposições do FMI e do Banco Mundial aos países devedores.

Em relação às políticas de emprego, Gimenez (2001) afirma que houve uma ruptura entre o entendimento que se tinha desse termo no período do pós-guerra, nos “30 anos gloriosos”, em que políticas de emprego diziam respeito a um largo espectro de políticas macroeconômicas, de regulação trabalhista e proteção social, e o entendimento que se consolidou a partir dessa nova configuração econômica e social, representada pelo neoliberalismo, em que políticas de emprego se resumem a ações focadas no mercado de trabalho, que visam garantir alguns direitos sociais básicos, nomeadamente o seguro-desemprego e a educação profissional, sobretudo para os grupos com mais dificuldades em conseguir um emprego. Afirma o autor:

“Assim, o que é conceitualmente tratado por políticas de emprego, precisamente nos anos 80 e 90, aos nossos olhos, não deve ser entendido como a expressão de um compromisso político em prol do pleno emprego e da plena incorporação social que caracterizava as políticas de emprego no pós-guerra.” (GIMENEZ, 2001)

Em seu lugar, o autor propõe a denominação de políticas liberais de emprego. O que elas representam é, em realidade, um alinhamento com os pressupostos da economia neoclássica, e mais especificamente, da vertente denominada Teoria da Escolha Pública, em que a intervenção do Estado deve estar delimitada para a correção das falhas de mercado. Nesse sentido, as políticas liberais de emprego focam-se apenas nas falhas do mercado de trabalho. Como consequência desse movimento, deixa-se para um segundo plano as questões mais estruturais, que são as raízes dos problemas, como a desigualdade, a renda baixa e o desemprego como um fator inerente à acumulação capitalista, que estavam em primeiro plano no período do pós-guerra.

Além disso, as políticas liberais de emprego também assumem outro pressuposto da economia neoclássica, o da responsabilização individual. Ao traçarem um plano de ação focado unicamente no desenvolvimento das competências profissionais das pessoas em situação de desemprego, aumentando sua empregabilidade como forma delas superarem essa condição, essas políticas individualizam as responsabilidades sobre o desemprego, de certa forma retomando a idéia clássica do desemprego voluntário.

O contexto da União Européia

Dentro do escopo da União Européia, uma análise sobre as políticas de emprego deve ter em conta as particularidades desse espaço, e, particularmente, o projeto político orientador dessa união de Estados Nacionais tão heterogêneos entre si. O projeto, que se iniciou na década de 1950, com o Tratado de Paris e, sobretudo, o de Roma, sempre teve em seu seio uma orientação em direção à integração dos mercados, ao invés de uma integração política (Kallabis, 2009). Até os anos 1980, a adesão de novos membros e a própria criação do mercado único foi lenta, e veio a ter um impulso maior a partir da crise econômica de meados dos anos 1970, quando as empresas do continente compreenderam que esse processo poderia aumentar suas competitividades em um cenário cada vez mais globalizado.

É exatamente neste período, conforme já descrito, que a orientação das políticas econômicas dos principais organismos multilaterais, e das principais potências capitalistas internacionais, se voltaram para uma concepção neoliberal, de desregulação e abandono de estratégias intervencionistas. Isso teve influências fortes no processo de integração do continente: “Iniciou-se, assim, a consolidação da reviravolta neoclássica na integração européia” (KALLABIS, 2009). A União Econômica e Monetária, que nasce no início dos anos 1990 com o Tratado de Maastricht,

acabou possuindo uma visão econômica monetarista, de controle das contas públicas e moderação salarial. Para ter a adesão da classe trabalhadora, foi incluída como anexo a Fundamental Rights Charter, que visava estabelecer padrões mínimos para as questões de emprego no espaço europeu. Era o primeiro indício de que a união poderia ir para além do mercado, em direção à uma Europa social. Mas foi apenas em 1998, com o Tratado de Amsterdam, que um capítulo sobre a questão do emprego foi incluído na legislação oficial da União. As razões para isso são, sobretudo, a crescente insatisfação das populações nacionais com os resultados econômicos da integração via mercado. Nascia assim a Estratégia Europeia para o Emprego, que se tornou uma referência do aspecto social da integração, ainda que não tenha mudado o foco econômico neoclássico pretendido pelos atores-chave.

De fato, o debate sobre um 'modelo social europeu', ainda que tenha se iniciado no início dos anos 1990, com o Livro Branco para o Crescimento, Competitividade e Emprego (1993), nunca se consolidou da mesma forma que o debate sobre a 'Europa de mercado'. Ainda assim, vale a pena sintetizar algumas questões relacionadas a esse tema, já que diversos autores apontam que a consolidação de uma união social é imprescindível para a consolidação da própria união econômica via mercado (Offe, 2005). Em primeiro lugar, os Estados Nacionais que compõem a União Europeia historicamente desenvolveram seus próprios sistemas de proteção social, que Esping-Andersen (1990) sistematiza em 3 modelos centrais: o 'Modelo Anglo-Saxão Liberal', encontrado no Reino Unido, o 'Social-Democrata nórdico', encontrado em países como Dinamarca e Noruega, e o 'Conservador' (este último podendo ser 'corporativista', encontrado nos países da Europa central, como França e Alemanha, ou 'paternalista', encontrado nos países da Europa do sul, como Portugal, Espanha e Itália). Pode-se adicionar a essa sistematização, o modelo dos Estados em Transição, do leste europeu, nascidos da queda da União Soviética.

Apenas esta heterogeneidade em relação aos modelos de proteção social construídos historicamente já é um grande obstáculo à convergência de um modelo único. Para além disso, vale salientar um dilema institucional dentro do arranjo europeu: os Estados Nacionais são os responsáveis por implementar as políticas de proteção social, de emprego e de mercado de trabalho, porém essas políticas têm seu escopo completamente limitado pelos critérios estabelecidos em Maastricht e pelas orientações supranacionais. Isso coloca mais um desafio à criação de um modelo social único.

Nesse sentido, pode-se dizer que o processo de consolidação da União Europeia é marcado por uma integração via mercado único com caráter neoliberal, que elimina obstáculos à livre circulação de bens, mercadorias e pessoas, porém sobrepõe essas medidas às políticas sociais. Além disso, a integração política nunca se consolidou da mesma forma que a econômica, vide a impossibilidade de se chegar a um acordo sobre uma Constituição Europeia.

Análise empírica

A partir desse referencial teórico sobre os conceitos de políticas de emprego e do processo de integração da União Europeia, essa Nota Técnica visa investigar como a transformação no conceito sobre políticas de emprego, amplamente documentada pela academia, ocorreu dentro da União Europeia.

Vale lembrar que a transformação referida trata-se da passagem de um conceito amplo de políticas de emprego, relacionado às políticas macroeconômicas como redução de juros, aumento do investimento, além de políticas sociais de redistribuição de renda, proteção aos trabalhadores e regulação do mercado de trabalho, para um conceito mais restrito, focado nos aspectos de empregabilidade, que visam aumentar as possibilidades de reinserção no mercado de trabalho das pessoas desempregadas, e que é denominada por alguns autores como políticas liberais de emprego. Trata-se, em outras palavras, do abandono do compromisso social pelo pleno emprego e uma crescente responsabilização individual, subjacente a esse campo de políticas públicas.

A busca por essa mudança no âmbito da União Europeia é feita, neste trabalho, por meio da pesquisa documental, nomeadamente dos documentos oficiais que institucionalizam a União

Européia e dos documentos oficiais que constituem fontes de embasamento teórico e prático para as políticas implementadas pelos Estados-Membro.

O Tratado de Paris, assinado em 1951, é historicamente caracterizado como o primeiro passo do processo de integração da União Européia. Logo em seu artigo 2, o tema do emprego está explicitado na frase *“La Communauté Européenne du Charbon et de l’Acier a pour mission de contribuer (...) au développement de l’emploi”*¹⁹. São instituídos também apoios às empresas com baixos níveis de produção, e é reiterado que o apoio é para assegurar a manutenção dos níveis de emprego nessas empresas (artigo 58). Na página 172 do Tratado, fica instituído que a Alta Autoridade deve ter em conta, em seus estudos, encontrar formas de *“éviter une répartition inéquitable entre les salariés des réductions de l’emploi qui pourraient résulter d’une réduction de la demande”*²⁰.

No Tratado de Roma, que entrou em vigor em 1958, é criado o Fundo Social Europeu, que tinha como objetivo *“d’améliorer les possibilités d’emploi des travailleurs et de contribuer au relèvement de leur niveau de vie”*. Também é colocado como um objetivo da política agrícola comum assegurar o emprego ótimo dos fatores de produção, e, sobretudo, da mão de obra. A questão da melhoria da qualidade do trabalho permeia boa parte do documento, assim como a não-discriminação baseada em nacionalidade ou gênero.

Ainda que esses dois Tratados sejam a gênese da União Européia, foi apenas em 1992, com o Tratado de Maastricht que este bloco de países, da forma como o conhecemos hoje, integrado por meio de um mercado e moeda comuns, foi instituído. As questões relacionadas ao emprego, no entanto, são inseridas de forma apenas residual, entre os objetivos do Fundo Social e alguns pontos dentro da política social. O aspecto de política de emprego que mais ficou regulado em Maastricht foi em relação às políticas de formação profissional, inseridas no capítulo 3, “A educação, a formação profissional e a juventude”.

Em 1993, é lançado o Livro Branco para o Crescimento, Competitividade e Emprego (1993), organizado pelo então presidente do Conselho da União Européia, e presidente francês, Jacques Delors. Nesse documento é proposto um curso de ação, a nível europeu, voltado à construção de um modelo de produção centrado na inovação tecnológica, em áreas de alto valor agregado, e com uma colaboração intensa entre as diversas regiões do bloco, evitando concorrências dentro dele. Esse caminho de investimentos nesse setor levaria a criação de um alto número de empregos e de forma sustentada ao longo do tempo.

Em seu Capítulo 8, “Transformar o crescimento em postos de trabalho”, essa idéia de um novo modelo de produção, mais competitivo em escala internacional, é reafirmada como uma necessidade para se atingir níveis baixos de desemprego. Ainda assim, o grande foco desse capítulo são propostas de flexibilidade para o mercado de trabalho. A rigidez desse mercado é caracterizada como uma causa para as altas taxas de desemprego, já que ocasiona mais custos para os empresários, que deixam de abrir novas vagas.

Pode-se concluir que este Livro Branco de 1993 apresenta uma visão dicotômica sobre a questão do emprego, incentivando a adoção, por um lado, de políticas industriais e de emprego com viés keynesianista - como a proposta de criação de um modelo de produção europeu baseado na alta tecnologia e na colaboração entre países -, e, ao mesmo tempo, incentivando a adoção de políticas liberais de emprego - como todas as propostas de flexibilização do mercado de trabalho e

¹⁹ Tradução livre: “A missão da Comunidade Européia do Carvão e do Aço é contribuir (...) para o desenvolvimento do emprego”.

²⁰ Tradução livre: “evitar uma distribuição desigual entre os funcionários, reduções no emprego que poderiam resultar de uma redução da demanda.”

o foco na qualificação profissional para aumentar a empregabilidade. Vale reparar também que não há nenhuma citação do termo 'pleno emprego' em qualquer das 186 páginas do documento.

A literatura acadêmica (Kallabis, 2009) indica que um papel fundamental deste Livro Branco foi inserir o tema do emprego na agenda de discussões a nível europeu, tornando-se uma pauta unificadora entre os países, e abrindo o caminho para o que veio a ser a Estratégia Europeia de Emprego em 1994 e a inclusão de um capítulo específico sobre o emprego no Tratado de Amsterdã (1998).

A Estratégia Europeia de Emprego (EEE) foi lançada no Conselho Europeu de Essen (9 e 10 de dezembro de 1994) e definiu cinco ações prioritárias para diminuir o desemprego no bloco:

- a) Aumento da qualificação profissional;
- b) Aumento da criação de empregos por meio de uma organização mais flexível do mercado de trabalho, uma política de aumentos salariais moderados, e incentivo às iniciativas no setor de serviços, nomeadamente ambientais e sociais;
- c) Diminuição dos custos extra salariais;
- d) Monitoramento regular da eficácia das políticas de emprego;
- e) Reforço das medidas focadas em grupos mais atingidos pelo desemprego, como os jovens, as mulheres e os idosos.

Um ano mais tarde, a Comissão lançou a "Comunicação sobre as tendências e a evolução dos sistemas de emprego na União Europeia" (1995), que visava monitorar como a EEE estava sendo implementada pelos Estados-membros. Neste documento é indicado que as políticas macroeconômicas de crescimento econômico e ativação do emprego estavam dando resultados concretos, e dão como exemplo "uma política monetária centrada na estabilidade", "medidas rápidas e vigorosas tendentes a reduzir significativamente déficits orçamentários estruturais", "aumentos reais moderados dos salários reais, inferiores ao crescimento anual da produtividade do trabalho e susceptível de conduzir a novos aumentos da rentabilidade do capital". Além disso, é indicado que essas políticas macroeconômicas deveriam ser complementadas com as reformas estruturais que flexibilizassem o mercado de trabalho.

É importante salientar que o termo 'pleno emprego' não é utilizado nem na EEE nem na Comunicação sobre a implementação desta, porém o termo 'níveis aceitáveis de desemprego' aparece reiteradas vezes.

É possível dizer que a EEE e o seu monitoramento por meio da Comunicação representam um aprofundamento das orientações da União Europeia em prol de políticas liberais de emprego, inclusive associadas a medidas macroeconômicas restritivas, como forma de incentivar o crescimento e o aumento dos empregados, para chegar ao que chamam de 'níveis aceitáveis de desemprego'.

Em 1997 é assinado o Tratado de Amsterdã, em que os Estados-Membros inseriram o Título VI, focado na questão do emprego. Nos seis artigos contidos neste Título é reiterado o objetivo da União em criar uma estratégia europeia de empregos, coordenada entre os países, e "em especial, em promover uma mão-de-obra qualificada, formada e susceptível de adaptação, bem como mercados de trabalho que reajam rapidamente às mudanças econômicas" (Artigo 109-N). Com esses dizeres, é possível depreender o sentido e o viés das políticas públicas que eram pretendidas, quais sejam, serem políticas voltadas ao mercado de trabalho, em que a ação do Estado dentro da questão do emprego é delimitada pela "fronteira" deste mercado. Problemas estruturais e sociais de maior amplitude, que também são variáveis explicativas para o desemprego, não são enfrentados por esses modelos de políticas, cujas soluções se voltam, por exemplo, para centros formativos, mudanças na regulação, seguro-desemprego e incentivos ao empreendedorismo, na expectativa de que, ao resolver as falhas desse mercado, ele mesmo seria capaz de se equilibrar.

Neste documento também não é utilizada a expressão 'pleno emprego', mas sim da expressão 'elevado nível de emprego', que já assume em si certa tolerância com determinada quantidade de desemprego.

Uma década após a institucionalização desses mecanismos foi divulgada uma Comunicação da Comissão Europeia intitulada "Para a definição de princípios comuns de flexigurança: Mais e melhores empregos mediante flexibilidade e segurança" (2007). Esse documento representa uma nova visão do bloco sobre a questão e vale a pena ser detalhado. O termo 'flexigurança' diz respeito ao alinhamento entre um aprofundamento da flexibilidade no mercado de trabalho com um aprofundamento da segurança no emprego e segurança social (Comissão Europeia, 2007).

Os quatro princípios norteadores da flexigurança são os contratos flexíveis, formação e qualificação profissional, políticas ativas de emprego e sistemas de segurança social. De fato, o aspecto mais inovador deste modelo é o último, tendo em vista que volta a inserir questões mais estruturais, nomeadamente "uma ampla cobertura em termos de proteção social (subsídios de desemprego, pensões e cuidados de saúde), que ajude as pessoas a conjugar responsabilidades profissionais, privadas e familiares" dentro do rol das políticas de emprego. Enquanto os três primeiros princípios são repetições do que já se vinha sendo difundido há mais de uma década como orientações da União Europeia, a questão da segurança social como parte da estratégia de emprego é algo novo.

No entanto, a busca por essa convergência entre políticas voltadas ao mercado de trabalho – denominada, por certos autores (Gimenez, 2001), como políticas liberais de emprego - com o chamado 'modelo social europeu' é limitada. Uma análise do documento permite perceber que, em relação ao princípio da ampla cobertura social, a principal proposta continua sendo o seguro-desemprego. Em poucas passagens há referências a outros tipos de propostas, mas vale ser destacado, por exemplo, a menção ao fato de "os sistemas de segurança social garantiriam a possibilidade de os trabalhadores temporários acumularem direitos e melhorariam a exportabilidade desses mesmos direitos entre empresas e sectores". Um aspecto que também chama a atenção no documento é a proposta de aumentar as condicionalidades dos benefícios sociais, atrelando-os, por exemplo, às políticas de formação e qualificação profissional para desempregados, "de forma a garantir a rentabilidade dessas despesas" e "a fim de garantir o caráter compensador do trabalho".

Em relação à nomenclatura, neste documento também não é citado o termo 'pleno emprego', mas sim, 'baixos níveis de desemprego', como nos demais documentos da União analisados neste trabalho.

Por meio da análise desse documento, pode-se concluir que a inserção da perspectiva de segurança social dentro do rol das políticas de emprego, proposto pelo modelo de flexigurança, embora à primeira vista possa ser percebido como uma mudança de paradigma com as propostas até então recomendadas, não se constitui como uma ruptura com os modelos prévios. Isso acontece porque a segurança social que o modelo prevê está centrado no seguro-desemprego, com poucas propostas para além disso. Esse benefício já estava previsto em documentos anteriores, e, em realidade, a flexigurança pode representar, por vezes, até mesmo um aprofundamento da liberalização desse benefício social, inserindo, por exemplo, condicionalidades para o seu recebimento. De certa perspectiva, ao inserir a obrigatoriedade de uma pessoa participar de cursos de formação profissional para receber o seguro-desemprego, não se aumenta a eficácia desse investimento, mas, sim, reduz-se o caráter de direito de cidadania incondicional subjacente a esse benefício social.

Conclusões

Nesta pesquisa foram analisados 9 documentos oficiais da União Europeia, sendo 5 Tratados constitutivos ou de alteração do bloco, e 4 documentos orientadores sobre o campo das políticas públicas de emprego na região.

Em relação à questão de partida, ou seja, “Que mudanças no sentido das ‘políticas de emprego’ se encontram ao longo da história da União Européia?”, a análise documental possibilitou identificar que a principal mudança no sentido das políticas de emprego de fato é a passagem de um conceito amplo, que abrangia ações de regulação trabalhista, proteção social e de macroeconomia (e assim, atacavam-se questões mais estruturais relacionadas ao desemprego), para um conceito mais restrito, em que as políticas de emprego são focadas em resolver falhas do mercado de trabalho, sendo que as ações do Estado nesse campo ficam delimitadas pela fronteira desse mercado, sendo a formação profissional e a empregabilidade os principais focos dessas políticas.

A análise do Tratado de Paris e do Tratado de Roma, assinados em 1951 e 1957, respectivamente, permite perceber influências do keynesianismo e de sua visão a favor do pleno emprego. Já no Tratado de Maastricht é possível verificar uma influência dos pressupostos neoclássicos, já que o grande foco, ao tratar da questão do emprego, é na formação profissional. Ainda que o Livro Branco de 1993 tente inserir algumas questões estruturais no tema, como a necessidade de criar um modelo de produção de alta tecnologia como forma de garantir empregos, a maior influência do livro foi em relação às propostas de flexibilidade no mercado de trabalho. A flexibilidade do mercado de trabalho continua sendo o paradigma de orientação das políticas de emprego no nível da União Européia, mesmo com a estratégia da flexigurança.

Essa transformação no sentido das políticas de emprego não pode ser dissociada da passagem de uma hegemonia do pensamento a favor de um Estado de Bem-Estar Social, durante os chamados 30 Anos Gloriosos do capitalismo, para uma hegemonia do pensamento neoliberal, difundido por autores como Hayek, Friedman e a Escola de Chicago, e incorporado aos Estados Nacionais a partir da década de 1970, assim como afirmam os autores contidos no enquadramento teórico apresentado

Referências Bibliográficas

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Comunicação da Comissão sobre as tendências e a evolução dos sistemas de emprego na União Européia. 11 out, 1995. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:51995DC0465&from=DE>>.

_____. Comunicação da Comissão para a definição de princípios comuns de flexigurança: Mais e melhores empregos mediante flexibilidade e segurança. 27 jun 2007. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52007DC0359&from=PT>>.

_____. Crescimento, Competitividade, Emprego: Os desafios e as pistas para entrar no século XXI «Livro Branco». Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1994 — 177 p.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta (1990). The three Worlds of Welfare Capitalism. Princeton: Princeton University Press, 248 pg.

GIMENEZ, Denis Maracci. Políticas de emprego no capitalismo avançado: trajetória no século XX e o significado da ruptura neoliberal. 2001. 106 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285897>>.

KALLABIS, Rita Petra. Políticas de emprego na União Europeia (1995-2007): a Europa social, uma utopia. 2009. 218 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285640>>.

LOACH, K (Realizado). O Espírito de 45 (documentário). Reino Unido: 2013.

Tratado de Paris, 18 abr. 1951. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:11951K/TXT>>.

Tratado de Roma (CEE), 25 mar. 1957. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:11957E/TXT>>.

Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht), 29 jul. 1992. Disponível em: <<http://eurlex.europa.eu/pt/treaties/dat/11992M/htm/11992M.html>>.

_____. Tratado de Amsterdã, 10 nov. 1997. Disponível em: <<http://eurlex.europa.eu/pt/treaties/dat/11997M/htm/11997M.html#0001010001>>

_____. Tratado de Lisboa, 13 dez. 2007. Disponível em: <<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:12007L:PT:HTML>>.

7. NORMA ISO 30.401:2018 E SEUS BENEFÍCIOS PARA AS ORGANIZAÇÕES

Fabio Luis Falchi de Magalhães²¹

Hugo do Nascimento²²

Marcos Antonio Gaspar²³

Resumo Executivo

A proposta desta nota técnica é discorrer sobre os aspectos da norma ISO 30.401:2018 e seus benefícios às organizações. Esta norma ISO objetiva dar suporte às organizações para que estas possam desenvolver um Sistema de Gestão do Conhecimento (SGC) que possibilite a geração de valor por meio do gerenciamento adequado do ativo conhecimento (ISO, 2018).

Palavras-chave: Gestão do Conhecimento, Sistemas de Gestão do Conhecimento, ISO 30.401:2018.

INTRODUÇÃO

Conforme Sedighi (2017), um dos recursos mais estratégicos de uma organização é o conhecimento, constituindo-se assim, numa fonte de vantagem competitiva. Por conta disto, ainda segundo este autor, a Gestão do Conhecimento (GC) torna-se uma questão crítica no atual contexto do mundo dos negócios. Apesar de a GC poder auxiliar as organizações por meio de um novo modelo capaz de geri-las com uso da inteligência das pessoas e possibilitar a geração de vantagem competitiva, percebe-se que ainda não há uma formalização da GC na maioria das organizações (DE CASTRO; BRITO, 2016).

A GC não possui uma única definição aceita e nenhum padrão global antecede esse padrão de sistema de gerenciamento de conhecimentos. Assim, verificam-se muitas barreiras conhecidas para o gerenciamento bem-sucedido do conhecimento que ainda precisam ser superadas, confusões com outras disciplinas, como o gerenciamento da informação, e muitos equívocos comuns sobre como fazer o gerenciamento do conhecimento. Um exemplo dessas distorções na interpretação da GC é a visão de que simplesmente comprar um sistema de tecnologia seja suficiente para a gestão do conhecimento agregar valor à organização (ISO, 2018). Diante deste contexto, a ISO (*International Organization for Standardization*) publicou a norma 30.401 em 2018

²¹Fabio Luis Falchi de Magalhães - Pós-doutor em Administração (PUC/RS). Docente permanente do Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Inovação Tecnológica (PIT) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

²²Hugo do Nascimento - Mestre em Gestão do Conhecimento (Uninove/SP). Pós-graduado em Controladoria (Uninove/SP). Graduado em Administração de Empresas (FECAP/SP). Sócio-fundador da ED6 Consultoria e Universitas Soluções Educacionais.

²³Marcos Antonio Gaspar - Doutor em Administração pela USP, mestre em Administração com ênfase em Estratégia e Inovação pela Universidade Cidade de São Paulo, mestre em Administração com ênfase em Marketing pela UniSantAnna, especialista em Análise e Projeto de Sistemas pela Universidade Paulista e bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atua como docente permanente e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Informática e Gestão do Conhecimento (Mestrado e Doutorado) da Universidade Nove de Julho, sendo líder da linha de pesquisa Tecnologia da Informação e do Conhecimento. Membro da SBGC - Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento. Membro da SBC - Sociedade Brasileira de Computação. Conselheiro da ITA –International Telework Academy.

com o objetivo de apoiar as organizações a desenvolverem um sistema de gerenciamento que efetivamente promova e permita a criação de valor por meio do conhecimento (ISO, 2018).

ISO

Estabelecida em 1947, com sede em Genebra, na Suíça, a *International Organization for Standardization* (ISO) é uma federação internacional composta por organismos de normalização nacionais de diversos países do mundo (ISO, 2018). Conforme indica CAOBIANCO (2017), as atividades da ISO são desenvolvidas por meio de acordos internacionais através de normas internacionais. Ela está vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como missão a promoção do desenvolvimento da normalização e atividades correlatas no mundo. Diversos países fazem parte da ISO, desenvolvendo assim a cooperação de atividades científicas, tecnológicas, intelectuais e econômicas, o que facilita o intercâmbio de serviços e bens.

Ainda conforme Caobianco (2017), várias organizações acreditadoras fazem parte da ISO em diversos países, dentre as quais destacam-se a *British Standards Institute* (BSI) na Inglaterra, a *American National Standards Institute* (ANSI) nos Estados Unidos, o *Deutsches Institut für Normung* (DIN) na Holanda, e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) no Brasil. Tais organizações são órgãos que estabelecem as diretrizes a serem seguidas pelos Organismos Credenciados de Certificação (OCC's) para a emissão de certificados da ISO. As OCC's são empresas que podem ser contratadas para avaliar o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de uma determinada organização. Esta avaliação, no caso da norma mais conhecida da ISO, é realizada com base nos requisitos da norma ISO 9001. Assim, as OCC's são responsáveis pela avaliação, interpretação e, conseqüentemente, atestamentos e um SGQ está em conformidade com a respectiva norma ISO.

Chaves e Campello (2016) afirmam que a qualidade é um fator de diferenciação das organizações, que pode ser verificado nos serviços prestados e nos produtos elaborados pela empresa. Em razão disto, torna-se necessário a estruturação da organização formal para que se possa implementar e manter a gestão da qualidade, notadamente por meio de um sistema de gestão da qualidade. Desta forma, este sistema auxilia na estruturação e implementação da gestão da qualidade, estando presente em todas as fases do ciclo de vida dos produtos e dos processos, desde o reconhecimento das necessidades do mercado, até o atendimento das exigências dos clientes (CORREIA; MELO; MEDEIROS, 2006).

Chaves e Campello (2016) afirmam ainda que graças à norma ISO 9.001 foi possível a obtenção de avanços significativos nas definições de padronização e qualidade, fazendo com que as organizações conseguissem se diferenciar e obter vantagens competitivas, principalmente nos aspectos relativos aos negócios da organização.

GESTÃO DO CONHECIMENTO (GC)

Segundo Nonaka, Takeuchi e Umemoto (1996), apenas indivíduos podem criar o conhecimento, não sendo possível uma organização gerar o conhecimento sem que haja a participação dos indivíduos. Conforme Lee (2000), o conhecimento é muito mais que uma informação, isto porque esta só pode ser transformada em conhecimento quando uma pessoa lê, entende, interpreta e aplica as informações a uma determinada função no trabalho.

Alavi e Leidner (2001) argumentam que as informações sejam convertidas em conhecimento quando são processadas na mente de indivíduos e, posteriormente,

articuladas e apresentadas na forma de texto, gráficos, palavras ou outras formas simbólicas. Massingham e Massingham (2014) asseveram que o conhecimento seja uma fonte de vantagem competitiva às organizações, e que a Gestão do Conhecimento (GC) é a causa das diferenças de desempenho entre as empresas.

A GC, neste contexto, passa a ser elemento 'obrigatório' de toda e qualquer organização, sendo então necessário que as organizações devam incorporar o Sistema de Gestão do Conhecimento ao seu sistema geral de gestão (KUDRYAVTSEV; SADYKOVA, 2019). Em consequência, a GC foi recentemente incluída nas normas ISO 9001: 2015, que sofreu algumas mudanças significativas, dentre as quais se destaca a integração dos processos de GC da organização (FONSECA, 2015). É importante ressaltar ainda que apesar das diferenças entre a gestão da qualidade, que tem ênfase no que deve ser feito, e a GC, que tem como seu principal objeto de enfoque como deve ser feito, ambas as abordagens são consideradas complementares (WILSON; CAMPBELL, 2016).

NORMA ISO 30.401:2018

A norma ISO 30.401:2018 objetiva dar suporte às organizações, para que estas possam desenvolver um Sistema de Gestão do Conhecimento (SGC) que possibilite a geração de valor por meio do ativo conhecimento (ISO, 2018). A referida norma tem os seguintes oito princípios norteadores (ISO, 2018), a saber:

- a) Natureza do conhecimento: o conhecimento é intangível e complexo; sendo criado por pessoas.
- b) Valor: o conhecimento é uma fonte importante de valor para as organizações atingirem seus objetivos.
- c) Foco: a gestão do conhecimento atende aos objetivos, estratégias e necessidades organizacionais.
- d) Adaptação: não existe uma solução de gerenciamento de conhecimento que se adapte a todas as organizações em todos os contextos.
- e) Compreensão compartilhada: as pessoas criam seu próprio conhecimento a partir de sua própria compreensão da contribuição que recebem;
- f) Ambiente: o conhecimento não é gerenciado diretamente, ou seja, a gestão do conhecimento se concentra no gerenciamento do ambiente de trabalho, alimentando assim o ciclo de vida do conhecimento na organização.
- g) Cultura: a cultura é crítica para a eficácia da gestão do conhecimento.
- h) Iteratividade: a gestão do conhecimento deve ser faseada, incorporando ciclos de aprendizado e *feedback*.

A norma ISO 30.401:2018 apresenta uma estrutura semelhante a norma ISO 9001:2015, cujos requisitos podem ser observados no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1: Correspondência entre a norma ISO 9001:2015 e a ISO 30401:2018

NBR ISO 9001:2015	NBR ISO/DIS 30401:2018
1. Escopo	1. Escopo
2. Referência normativa	2. Referência normativa
3. Termos e Definições	3. Termos e Definições
4. Contexto da organização	4. Contexto da organização
5. Liderança	5. Liderança
6. Planejamento	6. Planejamento
7. Apoio	7. Apoio
8. Operação	8. Operação
9. Avaliação de desempenho	9. Avaliação de desempenho
10. Melhoria	10. Melhoria

Fonte: Adaptado de Carvalho (2019).

Ressalta-se que a estrutura da norma ISO 30.401:2018 (ISO, 2018) apresenta, nas seções 4 a 10, os 47 requisitos da norma. Estes devem ser considerados no processo de implantação e acompanhamento de um sistema de gestão do conhecimento na organização. A seguir são expostas no Quadro 2 as seções e respectivos requisitos disponibilizados na estrutura da norma ISO 30.401:2018.

Quadro 2: Requisitos da norma ISO 30401:2018 com destaque para a GC

- | | |
|---|--|
| <p>1. Escopo</p> <p>2. Referência Normativa</p> <p>3. Termos e Definições</p> <p>4. Contexto da organização</p> <p>4.1 Compreender a organização e o seu contexto</p> <p>4.2 Compreender as necessidades e expectativas das partes interessadas</p> <p>4.3 Determinar o escopo do sistema de gestão do conhecimento</p> <p>4.4 Sistema de gestão do conhecimento</p> <p>4.5 Ciclo de vida do conhecimento</p> <p>a) Condução de novos conhecimentos</p> <p>b) Aplicação do conhecimento atual</p> <p>c) Conservação do conhecimento atual</p> <p>d) Gerenciando conhecimento inválido</p> <p>4.6 Transformação do conhecimento</p> <p>a) Interação humana</p> <p>b) Externalização</p> <p>c) Combinação</p> <p>d) Acessibilidade e Internalização</p> <p>4.7 Facilitadores da gestão do conhecimento</p> <p>a) Responsabilidade</p> <p>b) Processos</p> <p>c) Tecnologia e infraestrutura</p> <p>d) Governança</p> <p>4.8 Cultura de gestão do conhecimento</p> | <p>5. Liderança</p> <p>5.1 Liderança e compromisso</p> <p>a) Políticas e objetivos</p> <p>b) Recursos</p> <p>c) Plano de comunicação</p> <p>d) Processo de mudança</p> <p>e) Resultado</p> <p>f) Melhoria contínua</p> <p>5.2 Política</p> <p>5.3 Funções organizacionais, responsabilidades e autoridades</p> <p>6. Planejamento</p> <p>6.1 Ações para enfrentar riscos e oportunidades</p> <p>6.2 Objetivos do conhecimento e planejamento para alcançá-los</p> <p>7. Apoio</p> <p>7.1 Recursos</p> <p>7.2 Competência</p> <p>7.3 Consciência</p> <p>7.4 Comunicação</p> <p>7.5 Informação documentada</p> <p>8. Operação</p> <p>8.1 Planejamento e controle operacional</p> <p>9. Análise da Gestão</p> <p>9.1 Monitoramento, medição, análise e avaliação</p> <p>9.2 Auditoria interna</p> <p>9.3 Análise da gestão</p> <p>10. Melhoria</p> <p>10.1 Não-conformidade</p> <p>10.2 Melhoria contínua</p> |
|---|--|

Fonte: Adaptado de Carvalho (2019).

Rojas (2019) entende que a GC é primordial para as organizações contemporâneas, porque esta pode auxiliá-las na identificação, retenção, manutenção, apropriação e divulgação dos elementos internos que podem gerar maior vantagem competitiva. O autor salienta ainda que a norma ISO 30.401:2018 representa um enorme avanço para os SGC ao trazer às organizações um direcionamento sobre como criar valor a partir da GC.

Referências Bibliográficas

- ALAVI, M.; LEIDNER, D. E. Knowledge management and knowledge management systems: Conceptual foundations and research issues. **MIS quarterly**, v. 25, n. 1, p. 107-136, 2001.
- CAOBIANCO, Camila Chirnev. **Requisitos para certificação da ISO 9001:2015 em instituições de ensino superior privado no Brasil na perspectiva da gestão do conhecimento: a análise de um caso**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações) - Centro Universitário de Maringá, Maringá, 2017.
- CARVALHO, A. A. da S. **A gestão do conhecimento e os desafios na implantação de um modelo de excelência baseado na norma ISO 30401**. 137 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Governança, Tecnologia e Inovação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019.
- CHAVES, S., CAMPELLO, M. A. A qualidade e a evolução das normas série ISO 9000. **Gestão pela Qualidade**, v. 3, p. 19, 2016.
- CORREIA, Luís Cláudio da Conceição.; MÉLO, Maria Auxiliadora do Nascimento.; MEDEIROS, Denise Dumke de. Modelo de diagnóstico e implementação de um sistema de gestão da qualidade: estudo de um caso. **Production**, v. 16, n. 1, p. 111-125, 2006.
- DE CASTRO, AHIRAM BRUNNI CARTAXO.; BRITO, Lydia Maria Pinto. Gestão do conhecimento: como as organizações públicas do Brasil percebem esse modelo? **Revista Gestão Industrial**, v. 12, n. 2, 2016.
- FONSECA, Luís. From quality gurus and TQM to ISO 9001: 2015: a review of several quality paths. **International Journal for Quality Research (IJQR)**, v. 9, n. 1, p. 167-180, 2015.
- ISO - INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 30.401: 2018 Knowledge management systems: requirements**. Genebra: ISO, 2018.
- KUDRYAVTSEV, Dmitry.; SADYKOVA, Dinara. Towards architecting a knowledge management system: requirements for an ISO compliant framework. In: IFIP Working Conference on The Practice of Enterprise Modeling, **Proceedings...** Springer, Cham, 2019. p. 36-50.
- LEE, ChingChyi.; YANG, Jie. Knowledge value chain. **Journal of Management Development**, v. 19, n. 9, 2000.
- MASSINGHAM, Peter Rex.; MASSINGHAM, Rada K. Does knowledge management produce practical outcomes?. **Journal of Knowledge Management**, v. 18, n. 2, 2014.
- NONAKA, Ikujiro.; TAKEUCHI, Hirotaka.; UMEMOTO, Katsuhiro. A theory of organizational knowledge creation. **International Journal of Technology Management**, v. 11, n. 7-8, p. 833-845, 1996.
- ROJAS, Yuber Liliانا Rodríguez. Mejores prácticas para gestionar el conocimiento según la ISO 30401. **Signos: Investigación en sistemas de gestión**, v. 11, n. 2, p. 9-20, 2019.
- SEDIGHI, Mohammadbashir. Evaluating critical success factors model of knowledge management: An analytic hierarchy process (AHP) approach. In: Organizational culture and behavior: Concepts, methodologies, tools, and applications. **IGI Global**, 2017. p. 308-326.
- WILSON, John P.; CAMPBELL, Larry. Developing a knowledge management policy for ISO 9001: 2015. **Journal of Knowledge Management**, v. 20, n. 4, p. 829-844, 2016.

8. TRABALHO *HOME OFFICE* E *WORKCATION*: NOVOS PARADIGMAS EMPRESARIAIS PARA 2021

José Turíbio de Oliveira²⁴
Eduardo de Camargo Oliva²⁵

Resumo Executivo

O ano de 2021 tem se mostrado com novos desafios às empresas, considerando a continuidade da pandemia do covid-19. Neste sentido as organizações têm se defrontado com a necessidade de criação de novos paradigmas no tocante à realização dos trabalhos, com maior intensidade do home office e com o workcation. No entanto, estas situações inovadoras, trazem à tona reflexos em diversas áreas, como o setor imobiliário, por exemplo, que busca se adaptar às novas condições.

Palavras-chave: home office; Workcation; Covid-19.

Os últimos meses tem sido de muitas novidades para toda a sociedade. De fato, aprendemos a praticar o que se denomina de quebra de paradigmas e entendemos, finalmente, o que significa adaptação ao ecossistema.

O mesmo corre no ambiente empresarial, notadamente nas questões ligadas ao trabalho, sua forma de desenvolvimento e seus efetivos resultados.

Nos idos de 1980, o consultor americano John Naisbitt, na clássica obra “Mega tendências - as dez grandes transformações que estão ocorrendo na sociedade moderna” deixava claro que vislumbrava-se que “cada vez mais faremos funcionar nossas fábricas com informação e menos com trabalhadores” (NAISBITT, 1982, p.49). Mais adiante, em 2004, o renomado especialista Ethevaldo Siqueira, mencionava que “a casa do futuro será a consagração do efeito *cocooneffect*, uma caverna *high tech*” (SIQUEIRA, 2004, p.41). O mesmo especialista continua suas afirmações sobre o futuro de maneira enfática sobre as residências do futuro: “nas paredes, telões de cristal líquido ou de plasma fornecerão todo tipo de informação, da mais simples o show mais espetacular. Uma das salas será o ambiente de teletrabalho. Outra, o centro de lazer eletrônico” (SIQUEIRA, 2004, p.41).

Certamente, o ambiente de trabalho contava que as transformações ocorreriam; porém, de maneira menos abrupta como se manifestaram.

²⁴ **José Turíbio de Oliveira.** Doutor, mestre, especialista e bacharel em Administração. Professor da USCS, Fundação Santo André e FIA-Fundação Instituto de Administração. Consultor de empresas e instrutor voluntário na área de formação de executivos do Instituto Francis. Membro e Presidente de Conselho Deliberativo de entidade assistencial. Avaliador de artigos para revistas e eventos científicos na área de Gestão. Pesquisador permanente do Conjuscs. ID Lattes: 9436632225394363

²⁵ **Eduardo de Camargo Oliva.** Pós-doutor e Doutor em Administração pela FEAUSP, Mestre pela PUC-SP, Especializado na área de RH pela EAESP-FGV e Graduado em Administração pela USCS. Tem experiência na área de RH em indústrias nacionais e internacionais. Ocupa na USCS as posições de Diretor de área *Stricto Sensu*, de pesquisador do Conjuscs, de professor do Mestrado e Doutorado em Administração e da Escola de Negócios. É escritor, palestrante, ministra treinamentos a executivos e integra a Comissão de Pessoas do IBGC. ID Lattes: 9172181753057349

Isto posto como decorrência das novas exigências para atuação profissional, surgem terminologias no ambiente empresarial que dão a exata dimensão das necessidades atuais, como por exemplo, *homeoffice* e *workcation*. A simples avaliação destas terminologias talvez não apresente algumas consequências delas decorrentes.

Rafalski e Andrade discorrem sobre o tema *home office* e pode-se concluir que o conceito envolve a existência de um local de trabalho na residência do funcionário (Rafalski, Andrade, 2015, p.432-434). Já a utilização do termo *workcation* é muito recente e vem sendo aplicado nos EUA como sinônimo de atuação profissional em um local descontraído, como se houvesse uma combinação de trabalho com férias.

Alguns países, de olho na oportunidade de atrair os nômades digitais que pretendem se deslocar para o exterior, passaram a conceder vistos temporários de maior duração para estudar e trabalhar de forma remota. Entre eles destacam-se a Estônia, Ilhas Cayman e a Geórgia. Outros países e regiões, como a Alemanha, México, Espanha e os Emirados Árabes Unidos, exigem uma renda mínima e o pagamento de impostos para ter direitos dentro do país.

O Grande ABC Paulista, pela proximidade com a capital do estado e por possuir uma infraestrutura completa, permite às pessoas que queiram vir para a região o acesso a produtos e serviços em idêntica quantidade e qualidade da capital. São 2,7 milhões de pessoas vivendo em sete municípios, em 828 quilômetros quadrados, com acesso pelas rodovias Anchieta, Imigrantes, Rodoanel e ferrovia, e que se situa estrategicamente entre São Paulo e o porto de Santos.

As cidades do Grande ABC oferecem habitações que atendem as diversas classes sociais e econômicas, associando a isso serviços públicos e privados de saúde, entretenimento, tecnologia e educação compatíveis com o que é oferecido na capital, de modo que está preparada para receber aqueles que pretendem conciliar trabalho com um bom padrão de qualidade de vida.

Independentemente da tipificação que se quiser dar, observa-se que rapidamente a classe empresarial adaptou-se às necessidades estruturais que o novo momento do ambiente social impôs. Porém; há consequências que, talvez, não tenham sido pensadas de maneira mais ampla, tanto do lado positivo quanto do lado de novas adaptações.

Uma consequência positiva é o que se observa na fala de um empresário do setor de hotelaria, cuja empresa está localizada em cidade do interior de Minas Gerais, cuja reprodução dá ideia do que se está ocorrendo nesse momento. Outro proprietário de área de lazer localizado no interior de São Paulo e que atua em sua locação, também oferece a mesma percepção sobre o momento.

“Há uma ocupação muito grande dos quartos nesse momento de férias. De dezembro a março, nunca tivemos uma procura tão grande, pois as pessoas descobriram que podem do local onde normalmente passeiam realizar suas atividades profissionais”. (empresário do setor de hotelaria ouvido pelos autores em janeiro de 2021).

“Há procura por pessoas que querem compatibilizar trabalho com lazer; tive que adaptar as instalações para atender tais públicos, com demanda maior por Internet e espaço apropriado”. (proprietário de área de lazer para locação ouvido pelos autores em janeiro de 2021).

Nesse cenário de migração de locais de trabalho, observa-se que as empresas, passam a considerar como efetivas suas novas modalidades de atuação para os profissionais. E nesse cenário, surgem as consequências de novas adaptações.

Um exemplo é a elevação da taxa de desocupação de espaços corporativos de alto padrão na cidade de São Paulo. Estudo conduzido por importante empresa do setor demonstra que a taxa de desocupação que era de 19,4% no terceiro trimestre de 2020 saltou para 22,4% no último trimestre. O mesmo estudo demonstra que as devoluções de espaços no último trimestre de 2020 representaram 27% das devoluções de todo o ano de 2020, o que permite verificar o impacto da pandemia e das novas modalidades de trabalho em ambientes não corporativos (Relatório *First Look* – JLL – 4T 2020).

Assim, surge a necessidade de adaptações não previstas no horizonte de tais mercados, uma vez que os espaços continuam disponíveis e necessitam de ocupações econômicas produtivas para continuarem sendo viáveis aos investidores e à própria sociedade.

Se as novas modalidades estão gerando impactos muito profundos em tão pequeno período de tempo, observa-se que alguns segmentos procuram maneiras de se reinventar e descobrir inovações, enquanto outros são demandados a se adaptarem. Neste último grupo pode-se incluir o segmento de *coworking*, cujos espaços têm sido demandados de maneira mais forte nos últimos meses, incluindo espaços híbridos, que consideram a procura por apenas endereços comerciais e também por salas individuais, que são alugadas sob demanda (Baccarini, 2020).

Considerando essas condições que impõem novas formas de se adaptar ao ambiente nada melhor do que destacar a fala de John Naisbitt: “Temos que aprender a equilibrar as maravilhas tecnológicas materiais da sociedade moderna com as exigências espirituais de nossa natureza humana” (NAISBITT, 1982, p.40). A frase é dos anos 1980, mas atualíssima.

Referências Bibliográficas

BACCARINI, Marcelo. **Mercado de coworking de adapta à pandemia e registra alta na procura**. G1.Globo, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/pme>

JLL. **Relatório First Look Escritórios de Alto Padrão – 4T 2020**. São Paulo, 2021.

NAISBITT, John. **Megatendências – as dezgrandes transformações que estão ocorrendo na sociedade moderna**. São Paulo: Abril, 1982. 251p.

SIQUEIRA, Ethevaldo. **2015 como viveremos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 333p.

9. EMPRESAS TIPO B – UM NOVO CONCEITO PARA EMPRESAS SUSTENTÁVEIS

Alessandra Santos Rosa²⁶

Resumo Executivo

Esta nota técnica apresenta o conceito de empresas Tipo B, nascido nos Estados Unidos e Canadá em 2006. O mesmo está palpado em orientações mundiais para empresas mais sustentáveis no âmbito econômico, social e ambiental. São apresentadas as normas para certificação das empresas como B CORP, as avaliações e estrutura governamental, assim como grandes empresas que já aderiram ao movimento.

Palavras-chave: Empresas Tipo B, sustentabilidade, B Corp's.

1- O conceito de empresas mais sustentáveis

A discussão em torno de formas mais sustentáveis de consumo e da otimização de lucros, tem permeado congressos, órgãos e empresas. Entretanto é interessante observar que este fenômeno tem deixado de ser uma prática seletiva para nortear algumas decisões, inclusive o avanço de negócios.

De acordo com Vasconcelos (2016), muitos conceitos são abordados, especialmente a partir da década de 1980 e da AGENDA 2030. O consumo desmedido causou uma descompensação no ciclo de produção e proporcionou um desarranjo ambiental e social.

Segundo Milaré (2011), quase todos os grandes problemas ambientais estão relacionados com a apropriação e uso de bens, produtos e serviços, ligados às atividades da nossa sociedade moderna (VASCONCELOS, 2016).

A autora ressalta ainda que a era denominada do consumo é marcada por três fases e se inicia com a estrutura dos meios de produção, a democratização dos bens de consumo e por fim o hiperconsumo. É nesta fase do consumo extremo que entidades começam a demonstrar sua preocupação com os recursos que são esgotáveis e com as gerações futuras, discutidas na AGENDA 2030 (tema da nota técnica 15º do observatório).

Costa e Teodósio (2011) reafirmam que o ato de consumir, é inerente a estrutura econômica da sociedade contemporânea, que vai além das necessidades básicas e passam pelas questões de status e prestígio. Neste sentido, o desenvolvimento está associado a “exploração dos recursos naturais e o aumento da desigualdade social”.

A proposta então para soluções palpáveis se inicia na consciência e na transformação dos modos de consumo dos cidadãos, direcionando as empresas na busca de práticas sustentáveis no âmbito social e ambiental. Assim, surge os conceitos de responsabilidade social das empresas, empresas híbridas, empreendedorismo social e o próprio movimento B, foco desta nota técnica.

Responsabilidade social está direcionada à forma em que as empresas gerenciam seus negócios e interagem com todos os atores ao entorno, promovendo práticas para melhorias da conservação

²⁶ **Alessandra Santos Rosa:** Mestra em Administração pela USCS. Graduada em Economia pela USCS. Atuou como Professora auxiliar na USCS e Professora na Universidade Anhanguera (Administração, Engenharia e Cursos tecnológicos). Foi assessora econômica na Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo do Campo; Coordenadora de Desenvolvimento Econômico da Cidade de São Paulo. É Diretora de Inovação em Hortolândia na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Inovação. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4077500398552186>.

do meio ambiente e da sociedade. Esta pode ser praticada por qualquer empresa com ou sem fins lucrativos, é de fato uma prática deliberada ou não. Já o empreendedorismo social difere-se do empreendedorismo mercantil pela busca de valor social como princípio e não apenas o econômico, seus objetivos são norteados por negócio inclusivo, empreendedorismo social e negócio social.

Por fim, o conceito de empresas híbridas é o que mais se aproxima do movimento tipo B, são conhecidas como quarto setor, capitalismo consciente e empresas sociais. Atuam no setor público e privado com o objetivo de maximizar tanto valores econômicos, quanto sociais.

A missão social de uma organização híbrida pode ser definida como um compromisso organizacional para atender às necessidades humanas através do Mercado (Doherty et al., 2009). Nesse sentido, pode-se perceber que as organizações híbridas possuem na sua constituição valores baseados em uma geração de consumidores que valorizam questões sociais e ambientais e escolhem produtos de empresas que investem nesses conceitos e, por fim, apóiam políticas que aderem a essas práticas (VASCONCELOS,2016).

Afirma-se então que este conceito (e seus princípios) embasou os fundamentos do Movimento B que veremos a seguir.

2 - O que é o movimento B

Em 2006 Jay Coen Gilbert decidiu vender a sua loja de materiais esportivos AND 1 e ficou extremamente decepcionado com o encerramento de várias práticas de desenvolvimento sustentável que havia adotado, justificadas pela maximização dos lucros dos novos donos.

Desta forma, Coen, Bart Houlahan (sócio da AND 1 antes da venda) e Andrew Kassoy criaram um conceito novo para boas práticas de sustentabilidade no âmbito social e ambiental. O então Movimento Global de Empresas B, criado nos Estados Unidos, em 2006, "usa os negócios para a construção de um ecossistema econômico diferente, mais resiliente, compartilhado e inclusivo". O movimento B ou empresas tipo B constitui então, uma nova visão econômica que garante o desempenho da empresa de forma sustentável, sendo "as melhores empresas para o mundo e não apenas as melhores do mundo".

A construção de um novo modelo econômico requer empresas que equilibrem propósito e lucro. O Corp B adota os mais elevados padrões de práticas ambientais, sociais e de governança e, como resultado, tende a ser muito mais resiliente durante as crises, algo que foi demonstrado na crise de 2008 e já foi visto nos desafios da atualidade (SISTEMA B,2019).

Assim, B de *benefit* em inglês, representa os benefícios que as empresas podem oferecer para o seu entorno. Nesta concepção o movimento já certificou 3.246 companhias no mundo que além da propagação de uma economia sustentável, defendem um consumo mais consciente (AKATU, 2020).

De acordo com o Instituto AKATU (2020),já ocorre também um movimento entre os consumidores. No Brasil, por exemplo, 60% acreditam que as empresas devem colaborar com o desenvolvimento da sociedade e 28% defendem um consumo mais consciente, estes percentuais devem aumentar nos próximos anos.

A partir do conceito de movimento B surge no mundo organizações para certificar as empresas que pretendem fazer parte do movimento e se beneficiar do mesmo. O principal e norteador das demais movimentações pelo mundo é o chamado *B LAB*, que certifica as empresas como *B Corps*. São eles que criam as ferramentas e políticas para a certificação. Hoje, como já mencionado, há mais de 3.500 corporações em 70 países em cerca de 150 setores. (B INTERDEPENDENT 2021).

Desde a sua criação em abril de 2012, já existem 10 Sistemas B nacionais, um Sistema B internacional e 8 Comunidades B Locais; uma comunidade de mais de 650 B Corporations na região, que dão o exemplo real de que é possível concretizar essa visão nos negócios mesmo a partir dos acordos dos próprios acionistas e que juntos faturam mais de 5.000 milhões de dólares anualmente; promovem projetos legislativos para criar uma nova opção corporativa comercial; introduzir essas novas opções de negócios na educação universitária (SISTEMA B, 2021)

Na América Latina o conceito chega em 2012, denominado Movimento B, por meio de Juan Pablo Larenas, Gonzalo Umñoz, e Maria Emilia Correa. No Brasil é denominado por Sistema B Brasil.

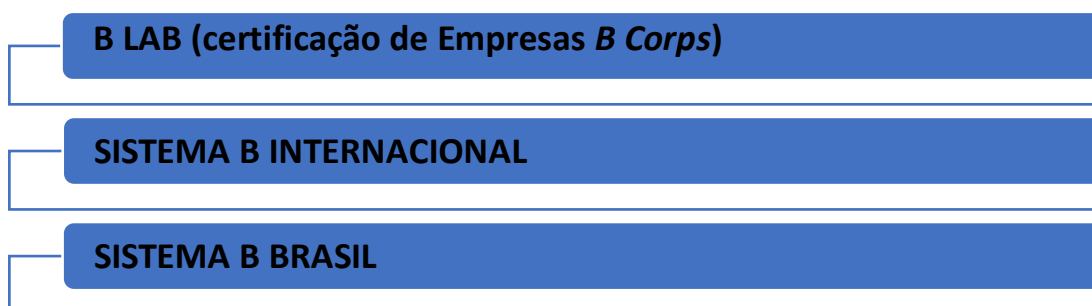
2.1 Organograma do Movimento no Mundo

Podemos afirmar que o Sistema B é um grande ecossistema no mundo, que se organiza para certificar as empresas com os propósitos já mencionados. Seu organograma parte do sistema B LAB (organização sem fins lucrativos que surge nos Estados Unidos e Canadá em 2006) e se espalha na Europa Continental, no Reino Unido, na África Lusófona e na Austrália. Em 2011 esta estrutura se expande para Chile, Argentina, Colômbia, Brasil, México, Peru, Paraguai, Equador, Colômbia, Uruguai, América Central e Caribe, por meio de parceiros do então Sistema B Internacional.

No Brasil a organização ocorre por meio do Sistema B Brasil, que possui em sua sistematização membros curadores (formado pelo co-fundador, diretor executivo e por dois representantes dos fundadores na América Latina); membros efetivos (representantes de Empresas B, nomeadas a cada dois anos com poder de voto no Fórum de Governança do Sistema B Brasil); conselho deliberativo e conselho fiscal.

Em várias regiões do Brasil há representantes do Sistema com a finalidade de potencializar as estratégias por meio de lideranças locais. Os Estados que já possuem as denominadas Comunidades B Locais são: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Goiás (SISTEMA B BRASIL, 2021).

Figura 01: Organograma do Movimento B



Fonte: Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Sistema B Brasil, 2021.

2.2 Certificação de Empresas Tipo B

A certificação é realizada por meio da análise de cinco áreas: governança, trabalhadores, clientes, comunidades e meio ambiente, conforme figura 02. Além disso, já existe uma interlocução entre a certificação de empresa B e o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial).

A empresa que deseja participar do processo deverá realizar uma avaliação de impacto conhecida como BIA (*B Impact Assessment*), a qual irá mensurar o impacto de modelo de negócio da empresa; alterar cláusulas do seu estatuto social, incluindo exigências específicas do movimento B, e cláusulas de compromisso social e ambiental (estes se diferem de acordo com o tipo e porte da empresa). Caso a empresa atinja 80 pontos na BIA, o B LAB realizará a verificação de documentos, auditoria e, por fim, a certificação.

Quando a empresa possui menos de um ano de existência ela passa por um processo um pouco diferente denominado Empresa B pendente, os processos são similares, mas sua certificação final se dará após 12 meses.

Figura 02: Áreas de análise para certificação



Fonte: Sistema B Brasil,2021.

2.3 Metodologia da Avaliação / Indicadores

A certificação ocorre em três fases: avaliação, comparação e melhoria, e aborda de forma específica o impacto da empresa de acordo com as normas do *B LAB*.

Para avaliação (denominada Avaliação de Impacto B) a empresa preenche previamente um questionário com perguntas que irão gerar uma pontuação, a qual deverá ser de no mínimo 80 pontos. Esta avaliação passa por uma revisão aproximadamente a cada dois anos. Assim, como as normas que seguem padrões internacionais, essas atualizações são realizadas pelos Conselhos Consultivos de Normas (*Standards Advisory Council - SACs*). Os Conselhos Consultivos por sua vez são compostos “por líderes da indústria de empreendimento sustentável, investimento de impacto, governo e academia”.

A Avaliação abrange exhaustivamente o impacto de uma empresa em relação a todas as partes interessadas, incluindo seus trabalhadores, fornecedores, comunidade e meio ambiente. A Avaliação também captura as melhores práticas em relação à missão, mensuração e governança. A última parte da Avaliação identifica os "Modelos de Negócios de Impacto" específicos da empresa, que incluem o foco direcionado e formal em um benefício para uma determinada parte interessada, por meio de produtos e serviços ou práticas internas, essa área é fortemente ponderada (AVALIAÇÃO DE IMPACTO, 2021).

É importante compreender a estrutura de Governança que norteia a gestão dos indicadores.

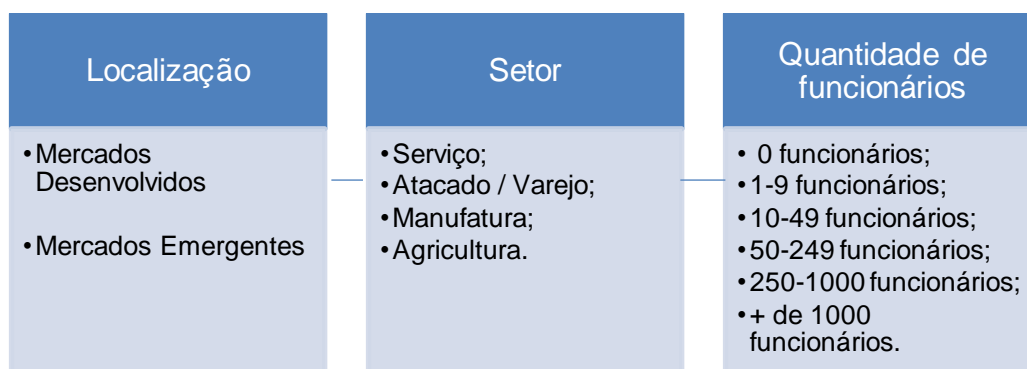
Quadro 01: Estrutura de Governança do Movimento B

CORPO	FUNÇÃO
Conselho Consultivo de Normas (SAC)	Definem e atualizam as normas. “As recomendações dos SACs exigem uma votação de maioria de dois terços pelo Conselho de Administração do B Lab. “
Grupos de Trabalho por indústria	Formado por líderes de determinadas indústrias e assessoram o SAC quanto ao desenvolvimento de novos indicadores para a Avaliação de Impacto B. “As recomendações dos grupos de trabalho da indústria exigem uma votação por maioria de dois terços do SAC”.
Comitê Consultivo B Analytics	Formado por investidores, gestores de fundos que aconselham e direcionam quanto ao desenvolvimento de produtos, captação de recursos e doações”.
Conselho de Administração B Lab	Possui responsabilidades quanto a supervisão de estratégias, gestão e desenvolvimento; assim como liderança na formação dos conselhos e comitês; captação de investidores e doadores para garantir o financiamento das operações.

Fonte: Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados da AVALIAÇÃO DE IMPACTO B, 2021.

Por fim, a Avaliação de Impacto é realizada de forma individual seguindo características quanto ao que eles denominam: localização, setor, e quantidade de funcionários.

Figura 03: Características da Avaliação de Impacto



Fonte: Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados da AVALIAÇÃO DE IMPACTO B, 2021.

No quadro 02 alguns exemplos de perguntas que são modificadas de acordo com a estrutura acima.

Quadro 02: Modelos de Perguntas da Avaliação de Impacto

ESTRUTURA

MODELOS DE PERGUNTAS

- 1- Que porcentagem de sua administração é avaliada de maneira formal sobre o seu desempenho em relação às metas sociais e ambientais corporativas. 0%; 1-24%;25 -49%;50-74%; 75%+
- 2- A empresa trabalhou para desenvolver padrões sociais e ambientais?

GOVERNANÇA

TRABALHADORES	<p>1- Com base em estudos de remuneração referenciados, como a estrutura de remuneração da sua empresa (excluindo a gestão executiva) se compara com o mercado? Abaixo do mercado; igual ao mercado; acima do mercado; N/A (não referenciou uma pesquisa de compensação).</p> <p>2- Qual o percentual de trabalhadores de tempo integral que foram reembolsados por oportunidades de continuar sua educação no último ano fiscal? 0%; 1-5%; 6-15%; >15%.</p>
COMUNIDADE	<p>1- Que porcentagem da gestão é de populações sub- representadas? (Isto inclui mulheres, populações minoritárias / anteriormente excluídas, pessoas com deficiências e/ou indivíduos que vivem em comunidades de baixa renda. 0%; 1-19%, 20-29%; 30/40%; > 40%.</p> <p>2- É explicitamente permitido aos funcionários de tempo integral, qualquer das seguintes opções de horas de trabalhos livres, pagas ou não pagas para o serviço comunitário? Tempo livre não remunerado; folga remunerada; mais de 20 horas por ano de tempo remunerado; não oferecemos tempo livre pago ou não pago.</p>
MEIO AMBIENTE	<p>1- Qual é a comunidade mais ampla com a qual suas avaliações / auditorias ambientais são formalmente compartilhadas? Proprietários, executivos e diretoria; funcionários; comunidade mais ampla fora da empresa; N/A.</p> <p>2- Que % de energia (em relação às receitas da empresa) foi economizada no último ano pelas suas instalações corporativas? 0%; 1-4%; 5-9%; 10%+</p>

Fonte: Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados da AVALIAÇÃO DE IMPACTO B, 2021.

Após a submissão da avaliação, a mesma passa por uma revisão da equipe técnica do *B LAB* e por fim deverão ser enviados os documentos comprobatórios das respostas da avaliação.

Após a Avaliação o *B LAB* sugere a empresa que faça uma comparação dos seus resultados em cada área e sugere melhorias que podem ser realizadas por meio de modelos de relatórios gratuitos disponibilizados para a empresa.

Figura 04: Modelo de Relatório de Comparação

Área de Impacto	Pontuação média de outras empresas	Pontuação da Empresa
Governança	10	15
Transparência	6	12
Prestação de contas	3	3
Trabalhadores	22	25
Compensação, Benefícios e Treinamento	15	17
Trabalhador Proprietário	2	2
Ambiente de trabalho	4	6
Comunidade	32	20
Produtos e serviços da comunidade	15	0
Fornecedores e Distribuidores	15	20
Envolvimento local	4	9
Geração de emprego	5	1
Parceria	2	3
Engajamento cívico e doação	2	1

Fonte: Avaliação de Impacto, 2021.

3. Empresas B no mundo e no Brasil

Como já mencionado o movimento já se faz presente em mais de 71 países, 3.200 empresas no mundo, 569 na América Latina e 151 empresas no Brasil (Relatório Sistema B Brasil, 2019). As empresas pertencem aos mais variados setores entre indústria, comércio, serviços, áreas de Educação como a FMU e moda como a empresa Reserva. Empresas internacionais de peso como Ben and Jerry's (sorvetes) do grupo da Unilever, também compõe o movimento.

O mais interessante, porém, são empresas de capital aberto que aderiram ao movimento e se certificaram, isso porque é necessário a aprovação dos acionistas para aderir ao processo de certificação.

Uma delas é a empresa DANONE, considerada a maior Empresa B do mundo após a sua fusão com a empresa americana de laticínios WhiteWave, (DANONE WAVE). A empresa foi certificada em 2018 com uma pontuação de 84,9 e passou por um processo de adequação rigoroso, visto que alguns de seus programas não estavam adequados as normas exigidas para certificação. Já a empresa Natura certificada desde 2014, obteve na renovação de sua certificação em 2017 a marca de 120 pontos, 11% a mais que em 2014.

É interessante ressaltar que ambas também estão presentes no Guia Exame de Sustentabilidade de 2019, sendo a Natura a mais sustentável no seu setor. A empresa MOVIDA também certificada como *B Corp* está no Guia Exame de Sustentabilidade, 2019.

Conclusão

No livro “O Segredo das Empresas mais Queridas”, escrito por Sisodia, Sheth e Wolf, são discutidas práticas gerenciais mais sociáveis e uma busca do bem comum dentro de grandes corporações. Os autores associam estas novas condutas ao novo modelo de sociedade, composta por pessoas acima dos 40 anos que estão dispostas a contribuir com as gerações futuras. É discutido também o caos provocado pelo capitalismo atual e possíveis práticas que podem garantir o que eles chamam de capitalismo natural.

Já a Revista Exame publica, desde 2009, um guia denominado Guia Exame de Sustentabilidade, que por meio de indicadores evidencia práticas das empresas para melhorias ambientais, sociais e contribuições com as externalidades que atingem as comunidades ao entorno das empresas. Na sua 21ª edição alguns fatos chamam atenção: a observação de que 08 em cada 10 participantes já utilizam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como orientadores para as estratégias de negócios, e a entrevista do então co-fundador do Sistema B no Brasil, Marcel Fukayama, membro também do Conselho Guia Exame de Sustentabilidade que afirma: “ É irreal crer que só governo e filantropia serão suficientes”. E resalta que há três características fundamentais para as empresas se tornarem mais sustentáveis: propósito de gerar impacto positivo, responsabilidade em lidar com os valores gerados pela companhia e transparência nos processos.

Estas e outras discussões de grandes empresas e CEO's demonstram que já não é possível pensar em produzir sem uma estrutura sustentável, não é possível falar de marketing sem refletir quem são os atuais consumidores e como eles estão dispostos a discutir o consumo de forma mais consciente.

Trata-se, portanto, como já apresentado, de um ecossistema que envolve todos os atores do atual sistema econômico. As discussões precisam permear setores públicos, privados, órgãos de fomento e criar estratégias que de fato contribuam com um meio mais humano, justo e sustentável. Assim, o Movimento B direciona as empresas no seu fundamental papel nesta busca.

Referências Bibliográficas

AKATU. Sistema B, um movimento de empresas que visam benefícios sociais e ambientais. Disponível em: <https://www.akatu.org.br/noticia/sistema-b-um-movimento-de-empresas-que-visam-beneficios-sociais-e-ambientais/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2021.

AVALIAÇÃO DE IMPACTO B. As Normas. Disponível em: <https://bimpactassessment.net/pt-pt/how-it-works/frequently-asked-questions/as-normas#como-%C3%A9-a-governan%C3%A7a-para-gest%C3%A3o-dos-indicadores>. Acesso em 03 de fevereiro de 2021.

_____. Avalie seu impacto. Disponível em: <https://bimpactassessment.net/pt-pt/passo-1-avalie>. Acesso em 03 de fevereiro de 2021.

B INTERDEPENDENT. Together, we are resilient. Disponível em: <https://www.binterdependent.org/>. Acesso em: 31 de janeiro de 2021.

COSTA, Daniela Viegas da; Teodósio, Armindo dos Santos de Sousa. Desenvolvimento sustentável, consumo e cidadania: Um estudo sobre a (des)articulação da comunicação e organizações da sociedade civil, do estado e das empresas. Revista de Administração Mackenzie (RAM). V.12n.03. UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. São Paulo. Março de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n3/a06v12n3.pdf>. Acesso em 30 de janeiro de 2021.

ECOIA, Paula Rodrigues. Você sabe o que é uma empresa B? É difícil se tornar uma? UOL. Outubro de 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoia/ultimas-noticias/2019/10/25/sistema-b-selo-certificacao-empresas-com-boas-praticas-socioambientais.htm>. Acesso em 31 de janeiro de 2021.

REVISTA EXAME. Guia Exame de Sustentabilidade. A Economia do Futuro. ANO 53. Nº21. Edição 1197. 13 de novembro de 2019.

KALEYDOS. Danone agora é a maior empresa B do mundo. Abril de 2018. Disponível em: <http://kaleydos.com.br/danone-agora-e-maior-empresa-b-do-mundo/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

NATURA. B Corp: Certificação comprova que Natura alia crescimento e promoção do bem-estar social e ambiental. Abril de 2019. Disponível em: <https://www.natura.com.br/blog/sustentabilidade/b-corp-certificacao-comprova-que-natura-alia-crescimento-e-promocao-do-bem-estar-social-e-ambiental>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2021.

SISODIA, S. Rajendra; Sheth, N. Jagdish; Wolf B. David. Os segredos das empresas mais queridas: Como empresas de classe mundial lucram com a paixão e os bons propósitos. Tradução: Ayresnede Casarin da Rocha. Bookman 2008.

SISTEMA B BRASIL. Sobre o Movimento B. Disponível em: <https://www.sistemabbrasil.org/sobre>. Acesso 31 de janeiro de 2021.

_____. Relatório Sistema B Brasil 2019. Disponível em: https://www.sistemabbrasil.org/suhdo/storage/uploads/f8b83d96c49605fd64667c197f8ad52b/wysiwyg/pdf/Relat%C3%B3rio%20Anual%202019_FINAL.pdf. Acesso em 04 de fevereiro de 2021.

THE ECONOMIST. Danone rethinks the idea of the firm. Agosto 2018. Disponível em: <https://www.economist.com/business/2018/08/09/danone-rethinks-the-idea-of-the-firm>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

VASCONCELOS, Aparecida Luciana. Movimento B: a percepção do consumidor brasileiro frente a produtos de empresas B. Dissertação de Mestrado. Universidade FUMEC. Belo Horizonte, 2016.

10. GANHO DE CAPITAL NA ALIENAÇÃO DE BENS DE ATIVO IMOBILIZADO INCIDENTE NO SIMPLES NACIONAL

Ana Luiza Vieira Santos²⁷
Rosana Marçon da Costa Andrade²⁸

Resumo Executivo

A análise apresenta o tratamento tributário aplicado às pessoas jurídicas na venda do ativo permanente das empresas optantes pelo regime do SIMPLES Nacional, que apesar de não ter o resultado dessas operações computadas na receita bruta, tem o resultado positivo da venda de ativo immobilizado, tributado pelo imposto de renda em separado, conforme tabela progressiva. A abordagem leva em consideração a crise e a mudança de comportamento, desencadeadas principalmente pela pandemia do COVID-19, o que levou muitas empresas alterarem sua infraestrutura, vendendo bens pertencentes ao ativo immobilizado para intuito de adequação, redução de custos e levantamento de capital de giro, decisão muitas vezes tomada ignorando a tributação incidente sobre o produto da venda do ativo immobilizado.

Palavras-chave: Ganho de capital; Deduções; SIMPLES Nacional.

Os negócios jurídicos realizados nas empresas impulsionam oscilações financeiras e caracteres positivos e negativos, de tal modo que toda operação visa atender aos anseios do empresário.

Ao se criar uma empresa, os sócios transferem recursos para a formação do capital social, recursos representados por bens ou dinheiro, que servirão para cobrir os custos iniciais do negócio como montagem de infraestrutura e pagamentos iniciais. Neste contexto, o capital social de uma sociedade tem a opção garantida pela legislação federal, de ser incorporado pelo valor de custo histórico do imóvel, ou seja, valor que o sócio adquiriu o bem. A transmissão pelo valor de mercado, se superior a este custo, enseja o pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre o ganho de capital. Logo, para evitar tal tributação é comum os empresários verificarem o valor do capital social e subdimensionar em consonância com valor histórico do imóvel.

No decorrer dos negócios, a empresa adquire diversos bens para realização da sua atividade, assim como também os vende para aquisição de novos e mais modernos. Nessa baila, muitos empresários adquirem veículos e até mesmo imóveis em nome da empresa pelos descontos da “venda direta” ou pela isenção de ITBI na integralização de capital com bens imóveis.

Contudo, essa tomada de decisão na maioria das vezes só leva em consideração a redução da tributação na aquisição ou não incidência na entrada, ignorando por completo o estudo do impacto tributário na venda desse bem decorrente de ganho de capital, algumas vezes tornando o pagamento resultante da venda mais elevado que a redução obtida na aquisição.

Diante disso, deve haver cautela e verificação do custo que existirá com pagamento sobre o ganho de capital, a fim de analisar se aquela operação é ou não favorável economicamente.

²⁷ **Ana Luiza Vieira Santos.** Mestre em Direito Tributário. LLM Direito Tributário pelo INSPER. Pesquisadora do Centro de Estudos em Processos de Investimento - FGVINVEST/EFSP. Integrante e Coordenadora do Comitê Alumni de Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade do INSPER. Presidente da Comissão do Contencioso de Direito Tributário da OAB/SCSul.

²⁸ **Rosana Marçon da Costa Andrade.** Mestre em Direito Econômico. Especialista em Direito Empresarial. Professora de graduação e pós-graduação. Coordenadora do Núcleo de Assistência Jurídica da USCS. Executora dos Convênios da USCS com o TJSP e com a DPE/SP. Mediadora. https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=C01B9B646B015A4AD2C6D1653A58B6A1#

A tributação sobre o ganho de capital resultado da venda de ativo imobilizado deve ser considerada conforme a legislação do regime de tributação adotado pela pessoa jurídica, sendo que nos regimes do lucro presumido e do lucro real, o ganho de capital compõe a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, enquanto o mesmo não acontece no SIMPLES Nacional, objeto desta análise.

O Simples Nacional implica o recolhimento mediante documento único de arrecadação, dos seguintes tributos: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Patronal Previdenciária (CPP); Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Trata-se de regime de tributação que tem como base de cálculo a receita bruta, assim considerada o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, aplicando-se uma alíquota de 4% a 33%, conforme tipo de empresa ou atividade.

Considerando que o ganho de capital decorre da apuração de resultado não operacional, ou seja, diverso do objeto da empresa, faz-se necessária a identificação do conceito de ativo imobilizado. Em 01 de setembro de 2015, o Comitê Gestor tratou de definir ativo imobilizado como ativos tangíveis que sejam disponibilizados para uso da produção ou do fornecimento de bens ou serviços, ou para locação por outros, para investimento, ou para fins administrativos e cuja incorporação ocorra a partir do terceiro mês contado da respectiva entrada.

Assim, tem-se o ganho de capital nas alienações de bens ou direitos classificados como investimento, imobilizados ou intangíveis e de aplicações em ouro, exceto ganho em bolsa de valores.

Para fins de tributação das empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, o ganho de capital corresponde à diferença positiva de alienação de bens dentre os respectivos custos de aquisição, diminuídos da depreciação, amortização ou exaustão acumulada, mesmo que a microempresa ou empresa de pequeno porte não mantenham escrituração contábil desses lançamentos.

A ausência de escrituração não afastará a apuração de ganho de capital, devendo a empresa comprovar, mediante documentação hábil e idônea, o valor e data de aquisição do bem ou direito, demonstrando o cálculo de depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

Até 31 de dezembro de 2016, a tributação sobre o ganho de capital pelo regime do SIMPLES Nacional era única, no importe de 15%, todavia, a partir de 01 de janeiro de 2017 não se tem mais uma alíquota única, mas sim aplicação da tabela progressiva.

Tabela 1 – Tabela Progressiva de Imposto de Renda Incidente sobre o Ganho de Capital.

Ganho de Capital	Alíquota
Até R\$5.000.000,00	15,0%
De R\$5.000.000,01 até R\$10.000.000,00	17,5%
De R\$10.000.000,01 até R\$30.000.000,00	20,0%
Acima de R\$30.000.000,0	22,5%

Elaboração própria das autoras para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fontes: Lei nº 13.259/16.

A aplicação da tabela progressiva pode representar um aumento substancial no resultado final do negócio, o que requer cautela e planejamento antecipado em dois momentos, da aquisição e da alienação.

Em que pese ter havido grande debate com a substituição de alíquota única de 15% para tributação progressiva de 15% a 22,5% sobre o ganho de capital, tem-se que a progressividade é um princípio constitucional informador do imposto de renda, inexistindo abuso legal na imposição de alíquotas progressivas.

Para os empresários o grande dilema do ganho de capital é a depreciação. Como a apuração faz-se pelo confronto do valor de venda e o valor contábil objeto de depreciação. É exatamente neste ponto que os empresários se equivocam quanto ao resultado da venda, crendo que haverá matematicamente um resultado negativo, já que o valor da venda foi menor que o valor da compra.

Esse equívoco não é raro, pois se esquecem ou desconhecem num primeiro momento, que não se trata simplesmente do resultado do (valor da venda – valor da compra= ganho de capital), mas sim do (valor da venda – valor contábil = ganho de capital), sendo certo que o valor contábil é o valor da compra deduzido a depreciação, amortização e exaustão, o que pode fazer com que o valor contábil do bem seja menor que o valor da venda, ocasionando um resultado positivo no ganho de capital.

A questão principal é que depreciação, amortização e exaustão caracterizam despesas e, despesas não são consideradas na tributação do SIMPLES Nacional, ou seja, conforme a Resolução CGSN 140/2018, razão pela qual, muitos empresários se surpreendem com a tributação sobre o ganho de capital.

Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se:

[...]

§ 5º Não compõem a receita bruta de que trata este artigo: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º, e art. 3º, § 1º)

I - a venda de bens do ativo imobilizado;

[...]

§ 6º Consideram-se bens do ativo imobilizado, ativos tangíveis: (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º; Convênio ICMS nº 64, de 7 de julho de 2006; Resolução CFC nº 1.285, de 18 de junho de 2010)

I - que sejam disponibilizados para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para locação por outros, para investimento, ou para fins administrativos; e

II – cuja desincorporação ocorra a partir do décimo terceiro mês contado da respectiva entrada. [...] (BRASIL, 2018)

Porém, apesar da depreciação, amortização e exaustão caracterizarem despesas, devem ser consideradas para o cálculo da tributação sobre o ganho de capital, isso porque a tributação é separada e não lançada na PGDAS. Em sede dos princípios informativos do imposto de renda, pode-se afirmar a observância ao princípio da universalidade, que preceitua que a tributação há que alcançar todas as espécies de renda, submetendo-as ao mesmo tratamento.

Contudo, conforme se observa do inciso II do parágrafo 6º do artigo 2º da Resolução CGSN 140/2018, caso a empresa tenha comprado o bem e vendido dentro de 12 meses da aquisição, terá a receita da venda de ser ofertada como receita do SIMPLES Nacional e não em separado pelo imposto de renda incidente sobre o ganho de capital, ou seja, o bem será classificado como ativo não circulante (ativo imobilizado) após doze meses da aquisição.

Muitos empresários optantes pelo SIMPLES Nacional, na gestão do seu negócio não pagam o Imposto de Renda sobre ganho de capital por estar separado do PGDAS, contudo, isso pode acarretar aos empresários atuações por parte da Receita Federal do Brasil.

Considerações Finais

Diante da crise que assola o país, muitos empresários estão se vendendo seu ativo imobilizado, ora para levantar recursos, ora para diminuição de custos de manutenção, ou até mesmo para a adequação da nova estrutura necessário para o desenvolvimento de sua atividade, considerando que o *home Office* alterou a necessidade da manutenção de grandes espaços físicos que acomodem seus colaboradores.

É fato que os bens podem gerar ganho de capital, como os imóveis, móveis, quotas de sociedades dentre outros. Muitos negócios podem gerar ganho de capital quando houver transferência de bens pelo valor superior ao da aquisição, haja vista a obrigatoriedade da apuração da depreciação.

Ao lado da depreciação, tem-se a aplicação das alíquotas progressivas de imposto de renda sobre o ganho de capital das pessoas jurídicas optantes pelo regime do simples nacional, fatores que unidos, podem acarretar uma majoração considerável da carga tributária.

Ressalta-se assim, a necessidade do empresário elaborar um estudo antecipado acerca da tributação que incidirá sobre o ganho de capital, assim poderá decidir qual bem e por qual valor trará uma carga tributária menos impactante, resultando em operações empresárias mais vantajosas.

Referências Bibliográficas

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. Imposto de Renda das Empresas. 13ª ed. São Paulo: Grupo Gen, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, acesso em 18 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Resolução nº 140, de 22 de maio de 2018. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=92278>, acesso em 18 de fevereiro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8981.htm, acesso em 18 de fevereiro de 2021.

11. APONTAMENTOS SOBRE A ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E A DEFESA DA CONCORRÊNCIA NO MOMENTO PÓS-PANDEMIA COVID-19

Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo²⁹
Gabrielle Jacobi Kölling³⁰

Resumo Executivo

As incertezas econômicas e a desordem em muitos setores regulados - juntamente com a pandemia do Covid-19, que nos assola desde o mês de fevereiro de 2020 - representam um novo contexto sob a ótica constitucional vigente desde 1988. Esta foi criada numa perspectiva diretiva do ponto de vista dos ditames econômicos.

Palavras-chave: Economia; Constituição Federal; Covid-19; Ordem Econômica.

Introdução

Hoje vivemos um momento calcado em incertezas econômicas, desordem em muitos setores regulados e uma fraca expansão dos negócios no Brasil e no mundo, por conta da pandemia do COVID-19 que nos assola desde o mês de Fevereiro de 2020 até os dias de hoje³¹. Partindo deste pressuposto de “ordem e desordem” e dentro de uma análise do texto constitucional de 1988, pode perceber-se, o termo “ordem”, no sentido de uma contraposição à palavra “desordem”, mas, analisando juridicamente, a desordem não poderia existir, pois esta nada mais é que uma ordem não adotada ou repelida por uma determinada sociedade. Assim, a ordem seria apenas uma escolha de determinada comunidade pela manutenção de situações já instaladas e de suas estruturas.

Essa questão de ordem advém da própria Constituição Federal, que, nas palavras de Guimarães (2003, p. 32), “encontra-se no ápice do sistema jurídico como fundamento último de validade para todas as demais normas jurídicas. O texto constitucional, como sistema, não admite contradições entre suas normas, pois tal ocorrência resultaria na sua destruição”.

A Ordem Jurídica e o Conjunto de Regras

Pode-se definir a ordem jurídica como um conjunto de regras e princípios jurídicos que compreenderiam uma esfera de várias naturezas: pública, privada, social e, por fim, econômica. Ou seja, de acordo com esse entendimento, a ordem econômica seria uma parcela da ordem jurídica e, portanto, aquela estaria inserida nesta (GRAU, 2000, p. 49-54). Nesse sentido,

²⁹Advogado, Pós-Doutor em Economia Política, Doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais, Mestre em Direito (área de concentração em Direito Internacional), Especialista em Direito Público. Professor do Programa Mestrado Profissional em Economia e Mercados (MPECON-Mackenzie) e da USCS.

³⁰Doutora em Direito Público, Mestre em Direito Público e professora da USCS, do CERS – Centro Educacional Renato Saraiva e STRONG/ESAGS.

³¹ Organização Mundial da Saúde – COVID Situation Dashboard in: <https://covid19.who.int/>

Comparato (1990, p. 263) afirma que “a ideia de ordem econômica (*Wirtschaftsordnung*) pressupõe a possibilidade lógica de se distinguirem as normas jurídicas de conteúdo econômico de todas as demais”.

A expressão “ordem econômica” pode ter sentidos diferentes. Em primeiro lugar, a ordem econômica pode ser entendida como o modo de ser (GRAU, 2000, p. 58-59) empírico de certa economia concreta, sendo, portanto, aqui um conceito de fato, e não de norma ou valor reguladores de relações sociais, ligado a fenômenos econômicos e materiais concretamente.

De outro lado, pode-se depreender que ordem econômica é o conjunto de todas as normas – regras de conduta –, qualquer que seja a sua natureza (jurídica, meramente econômica, religiosa, moral etc.), que incidam sobre a regulação dos sujeitos econômicos, sendo, pois, o sistema normativo da ação econômica, com um sentido sociológico. E, finalmente, a ordem econômica pode ser considerada como conjunto das relações econômicas, aqui não no sentido do ser, mas do dever-ser (GRAU, 2000, p. 60).

Todo capítulo que trata da ordem econômica num texto constitucional ou legal de uma dada nação imediatamente será associado ao mundo do dever-ser, portanto será atribuído a ele o sentido jurídico (GRAU, 2000, p. 56). No próprio texto jurídico, no entanto, a expressão “ordem econômica” poderá ser empregada com sentido diverso. Exemplo disso é o artigo 170 da nossa Constituição Federal de 1988, quando estabelece que a “ordem econômica, fundada na valorização do trabalho e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...]”. Aqui o legislador constituinte referiu-se à ordem econômica como sendo o modo de ser da economia brasileira, a articulação do poder econômico como fato entre os cidadãos e as relações econômicas (GRAU, 2000, p. 57).

Em seguida, quando são elencados os princípios gerais da ordem econômica, a palavra já muda de sentido e volta-se para o mundo do dever-ser. Isso significa que aqueles princípios deverão estar inseridos no mundo jurídico nacional, ou seja, em nossa ordem jurídica. Ainda com relação à primeira parte do texto constitucional, à qual se atribui o sentido das relações ou da atividade econômica, poderia ser atribuído também o sentido das regras de conduta, sem necessariamente incluir só o campo jurídico, mas todos os demais campos sociais, ou seja, teria sentido normativo no que diz respeito à regulação comportamental dos sujeitos econômicos (GRAU, 2000, p. 62).

Com relação à noção de princípios adotada neste trabalho e, para melhor elucidação da questão, trazemos a definição dada por Guimarães (2003, p. 85):

No sentido jurídico, princípios são aquelas ideias fundamentais que orientam a atuação de todas as outras normas jurídicas presentes no sistema, constituindo-se na base do Direito. [...]. Os princípios jurídicos dizem respeito ao ponto de partida de toda e qualquer interpretação, permitindo melhor compreensão do sistema jurídico. Um princípio está sempre se relacionando com os demais princípios, cabendo ao intérprete identificá-los e hierarquizá-los.

A Ordem Econômica e a Defesa da Concorrência

Qual será o significado da expressão “ordem econômica” na ementa da Lei nº 12.529/2011, ou melhor, que ordem econômica se pretende preservar a partir de normas de defesa da concorrência? Parece mais aceitável entender que a expressão nesse caso tem o sentido de ordem econômica do “ser”, pois na lei em comento é tratada a questão da defesa da concorrência

no campo de atuação das empresas e dos negócios que estas geram relativamente às regras de mercado, da livre iniciativa e da livre concorrência.

A ordem econômica adquiriu dimensão jurídica a partir do momento em que as constituições não socialistas passaram a discipliná-la de modo sistêmico, como no caso da Espanha em 1978. Referido diploma surgiu com base na Constituição alemã, conhecida como Constituição de Weimar, de 11 de agosto de 1919, quando teve início a fixação do modelo hoje conhecido, pois essa constituição já apresentava uma seção intitulada “Da vida econômica”, na qual se encontravam as grandes linhas de uma regulação sistemática da economia e de uma constituição econômica (FERREIRA FILHO, 1990, p. 4).

No Brasil, o conceito de ordem econômica surgiu com a Constituição de 1934, que foi a primeira a designar princípios e normas sobre esse tema, sob a influência da Constituição germânica. Mesmo assim, desde a Constituição brasileira de 1934 até a de 1967, inclusive com a Emenda nº 1, de 1969, empregava-se a expressão “ordem econômica e social”. A Constituição de 1937, porém, mencionava apenas “ordem econômica”. Assim, todas as Constituições brasileiras anteriores à atual que trataram do assunto o fizeram de modo unificado a outro conceito: o da ordem social (SOUZA, 1989, p. 119-122).

Com o advento da Constituição Federal de 1988, foi feita referência a duas ordens “distintas”: uma econômica e outra social. Tal fato não se coaduna com a realidade. Assim, deve ser considerado que a forma como essas expressões têm sido introduzidas nos textos constitucionais produz outro equívoco semântico, levando à interpretação de que a produção de bens é econômica e a repartição de bens é social. Produção e repartição de bens, porém nada têm a ver diretamente com o aspecto social, já que ambas são parte do mesmo conjunto de fatos, quais sejam, os econômicos (GRAU, 2000, p. 59-60).

Assim, pretendeu-se impor condicionamentos à atividade econômica, de modo a criar uma ordem econômica que é uma parcela da ordem jurídica. Surge, assim, o direito econômico, que faz com que a atividade econômica atenda a determinados princípios e regras (GRAU, 2000, p. 62-63), correspondendo à postura constitucional pós-liberal de imposição de objetivos públicos, aos quais devem submeter-se tanto as pessoas privadas quanto o poder público (COMPARATO, 1990, p. 264).

É nessa perspectiva que devem ser analisadas e compreendidas as limitações impostas pelas normas de defesa da concorrência à livre iniciativa de os agentes econômicos disporem dos seus bens, expressas no controle de atos de concentração de empresas.

Outro ponto importante nesse cenário é a possibilidade de que se possam adotar medidas de salvaguarda dos mercados internos, conforme preleciona Costa Júnior (2008, p. 47):

No que tange aos processos de defesa comercial, o instituto da salvaguarda visa à proteção para indústrias nacionais contra surtos imprevisíveis de importações, permitindo, para tal, que o Estado alvejado pela alta acentuada de importações aumente os direitos aduaneiros ou as restrições quantitativas. Ora, um surto de importações só pode ocorrer por três variáveis: forte valorização da taxa de câmbio do Estado importador; queda vigorosa do preço internacional do produto importado, em razão de aumento de competitividade e melhoria tecnológica da produção; ou por quedas em barreiras protecionistas. Visto assim, é possível explicar, tendo como moldura a questão das salvaguardas, por que o Brasil dissociou-se dos líderes do G-20, como Índia e China, e aquiesceu em torno de um acordo comercial com os Estados Unidos, União Europeia e Japão.

No ordenamento jurídico brasileiro, a ordem econômica está disciplinada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no título VII do artigo 170, que dispõe: “A ordem econômica fundada na valorização do trabalho e na livre iniciativa, tendo por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...]”.

A expressão ordem econômica “externaliza a Ordem Jurídico-Político-Econômica do Estado, demonstrando a harmonia entre os princípios econômicos e as correspondentes normas jurídicas e traduzindo a ideologia adotada” (SOUZA, 2005, p. 190).

No que tange à interpretação das normas constitucionais referentes à ordem econômica: deve-se utilizar o “princípio da economicidade” para harmonizar dispositivos ideológicos originariamente passíveis de contradição, mas que, adotados e admitidos pelo constituinte, passam a ter convivência indiscutível. O termo “economicidade”, segundo o autor, é adotado como a medida do “econômico” segundo a “linha de maior vantagem na busca da justiça”. Assim sendo, conclui que a “economicidade”, no sentido funcional, é tratada como instrumento hermenêutico pelo qual a flexibilidade, a maleabilidade, a revisibilidade, a mobilidade das opções se impõem ao Direito moderno (SOUZA, 2005, p. 34-36).

Para Moreira (1979,p. 69), somente se pode falar em ordem econômica como referência a uma determinada constituição, pois fora disso seria uma simples noção descritiva sobre o tema, sem relevância, portanto, para o ordenamento jurídico.

Os fundamentos da ordem econômica expressam a sua base e encontram-se no *caput* do artigo 170, título VII – Da ordem econômica e financeira, da Constituição de 1988. São eles: a valorização social do trabalho e a livre iniciativa. Esta se relaciona com o parágrafo único, que diz que “é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica [...]”, e com o artigo 174, pelo caráter subsidiário e indicativo do planejamento estatal para o negócio privado (GRAU, 2000, p. 57).

Esses fundamentos demonstram a tentativa de harmonização dos ideais capitalistas e sociais. Sendo assim, sua interpretação deve ser feita sob o paradigma do “Estado Democrático de Direito”, conforme dispõe o *caput* do artigo 1º da Constituição Federal de 1988, de forma a atingir o equilíbrio de interesses historicamente conflitantes – capital/trabalho – e, especialmente, a dignidade da pessoa humana (GRAU, 2000, p. 58-59).

De acordo com o próprio texto constitucional, esses fundamentos desdobram-se em nove princípios: soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no país.

O artigo 173 da Constituição Federal trata das hipóteses nas quais o Estado deve atuar para a exploração direta das atividades econômicas, mormente quando houver questão de segurança nacional ou de relevante interesse coletivo, segundo definição legal.

Finalmente, o artigo 174 da Constituição de 1988 rege o papel do Estado como regulador da atividade econômica, com as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo esta última determinante para o setor público e indicativo para o setor privado (GRAU, 2000, p. 97-98).

De modo mais amplo, os artigos da Lei Maior mencionados neste estudo fazem parte de um planejamento econômico para o país que, segundo a lição de Moncada (1985,p. 12), ao tratar do tema, afirma:

A planificação deve ser encarada, antes de mais nada, como um instrumento de educação e progresso, em ordem à “organização e direção de uma sociedade moderna”, visando a otimização dos recursos existentes através de uma adequada conformação dos sectores público e privado da economia.

Considerações Finais

Assim, considerando o sistema de defesa da concorrência atualmente desenhado no Brasil, em consonância com a dinâmica constitucional de 1988 e as operações para fusões e aquisições que poderão surgir, com aquecimento dos mercados, no momento pós-pandemia de COVID, será necessária uma maior atuação do órgão de controle para que sejam evitados abusos concorrenciais e, sobretudo, abuso da posição dominante para uma possível forma de controle de preços e, quiçá prejuízo aos consumidores dos produtos e serviços.

Entendido por uma posição dominante conjunta ou coletiva também, em alguns casos, pode ser detida conjuntamente por mais de uma empresa sem que nenhuma delas detenha uma posição dominante individualmente. Na prática, a existência de uma posição dominante coletiva exige que existam laços financeiros entre as empresas que lhes permitam adotar o mesmo comportamento de mercado e deter uma posição dominante em relação a outras empresas. Fatos estes perfeitamente possíveis em alianças globais no momento pós-pandemia.

De outra banda, é sabido que uma posição dominante se manifesta como uma possibilidade de fato para impedir a concorrência efetiva no mercado e para se comportar de forma independente dos concorrentes, clientes e fornecedores.

Uma empresa dominante não encontra, por certo, uma quantidade suficiente de pressão competitiva, e uma quantidade significativa do poder de mercado no local onde se estabelece, daí a premente necessidade de controle das autoridades estatais para coibir eventuais abusos advindos do poder de mercado. Este poder de mercado pode ser definido como a possibilidade da empresa de manter lucrativamente preços mais altos do que o nível competitivo, ou de limitar lucrativamente a produção ou a qualidade abaixo do nível competitivo. Uma empresa pode, portanto, usar seu poder de mercado sem perder direta e significativamente sua participação no mercado para os concorrentes e até prejudicar o processo competitivo criando barreiras de entrada ou desacelerando inovações, por exemplo.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Lei 12.529 de 30 de Novembro de 2011. *Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12529.htm Acesso: 15 fev. 2021.

COMPARATO, Fábio Konder. Ordem econômica na constituição brasileira de 1988. *Revista do Direito Público*. São Paulo: RT, ano 23, n. 93, 1990. p. 263 a 276.

COSTA JÚNIOR, Carlos Nogueira da. Agenda Doha: o que esteve em jogo na Genebra de 2008. *Revista Meridiano 47 (UnB)*, Brasília, DF, n. 97, p. 39-47, ago. 2008

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direito Constitucional Econômico*. São Paulo: Saraiva, 1990.

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica*. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. *Elementos de Direito Econômico*. São Paulo: RT, 1981.

GUIMARÃES, Arianna Stagni. *A importância dos princípios jurídicos no processo de interpretação constitucional*. São Paulo: LTR, 2003.

MONCADA, Luís S. Cabral de. *A problemática jurídica do planeamento económico*. Coimbra: Coimbra Editora, 1985.

MOREIRA, Vital. *Economia e Constituição: Para o Conceito de Constituição Económica*, 2ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 1979.

OMS – Organização Mundial da Saúde. *COVID Situation Dashboard*. Disponível em: <https://covid19.who.int/> Acesso: 15 Fev 2021.

12. A AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL E ALGUNS DE SEUS PROBLEMAS

Adhemar S. Mineiro³²

Resumo Executivo

O objetivo desta nota técnica é discutir a recente aprovação no Legislativo Federal da proposta de autonomia do Banco Central do Brasil, discutindo alguns dos problemas que podem decorrer da efetivação dessa proposta, inclusive à luz da experiência internacional.

Palavras-chave: Banco Central Autônomo; Banco Central Independente; Política Econômica

Introdução

Em 10 de fevereiro de 2021, a Câmara aprovou proposta já aprovada no Senado, o PLP 19/19, que versa sobre a autonomia do Banco Central do Brasil. Era um dos temas colocados como prioritários pelo Governo Bolsonaro, em seu discurso quando da posse das novas mesas diretoras eleitas da Câmara e do Senado, e tinha o compromisso de aprovação do novo presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira. Um dos objetivos dessa prioridade é tentar manter a imagem marcadamente liberal do atual Governo Federal, comprometida desde o início desta gestão com a “militarização” dos primeiros escalões de gestão, a aparente lentidão dos processos de privatização (embora parte do processo esteja enquadrado em uma ativa venda de ativos que já vem sendo conduzida em algumas áreas), e intervenções açodadas do presidente em várias das áreas de gestão, aí incluída a área econômica, perdendo progressivamente a confiança de parte do setor empresarial, em especial dos representantes do setor financeiro.

A proposta já tinha sido aprovada no Senado em novembro do ano passado, e por isso os deputados se preocuparam em não deixar passar nenhuma emenda, fazendo com que o projeto não tivesse que voltar ao Senado. Dessa forma, ele vai direto à sanção presidencial.

O projeto retira o Banco Central da estrutura do Ministério da Economia e o transforma em uma Autarquia de Natureza Especial. Seu presidente e diretores passam a ser indicados pela Presidência da República e aprovados pelo Senado, passando a ter mandatos. O mandato do Presidente do Banco Central se inicia no terceiro ano do mandato do presidente da República, indicando que, a menos em caso de reeleição, os futuros presidentes governarão metade do mandato com um presidente do Banco Central indicado pelo governo anterior. Os diretores do Banco Central serão indicados em número de dois a cada ano, também com mandatos. A diretoria fica assim composta de oito diretores e um presidente, mas com mandatos que se esgotam em períodos diferentes.

O presidente da República perderá a prerrogativa de trocar o presidente e/ou os diretores do Banco Central, a menos nos seguintes casos: saída a pedido; incapacidade por doença; condenação judicial; ou por baixo desempenho, sendo que neste caso o afastamento deverá ser submetido à aprovação pelo Senado.

Para a avaliação de baixo desempenho, deve se tomar em consideração os objetivos definidos para o Banco Central na lei aprovada (objetivo principal, garantir a estabilidade dos preços, objetivos secundários, zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego). A cada semestre, o presidente do Banco Central deverá apresentar ao Senado relatórios de inflação e estabilidade

³²Adhemar Santos Mineiro. É economista, membro da Coordenação da ABED-RJ (Associação Brasileira de Economistas pela Democracia), doutorando do PPGCTIA-UFRRJ e assessor da REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos).

financeira, explicando as decisões tomadas. A meta de inflação, que deverá ser o principal objetivo da gestão do Banco Central, seguirá sendo definida pelo Conselho Monetário Nacional, hoje composto pelo ministro da Economia, pelo secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, e pelo próprio presidente do Banco Central.

Discussão

No fundo, a decisão política trata de dar autonomia formal ao Banco Central, limitando a capacidade do presidente da República e do ministro da Economia de interferirem na instituição. É importante mencionar o termo “formal”, já que a autonomia de fato existe desde o segundo mandato do Governo Fernando Henrique, passando pelos vários governos que se seguiram, até o atual. Ou seja, apesar de importantes mudanças de matriz política na presidência da República no período que vai de 1998 até o início de 2021, de fato vigorou a autonomia operativa do Banco Central do Brasil.

Importante apontar que a efetivação da autonomia operativa do Banco Central entra em vigência na sequência da crise que vem à tona no segundo semestre de 1998, e que se explicita logo após o processo eleitoral daquele ano que reelegeu o então presidente Fernando Henrique, com a constatação da crise cambial, que leva o país, quebrado do ponto de vista de seu Balanço de Pagamentos, em um primeiro momento, a fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional na sequência da reeleição presidencial, primeiro tentando de certa forma manter a taxa de câmbio ou no máximo a fazer pequenos ajustes. No início de 1999, entretanto, frente a novo ataque especulativo contra o real, se tenta um processo de transição na interinidade de Francisco Lopes a frente do Banco Central, no sentido de sair o câmbio fixo de forma progressiva. Esse processo naufraga, e com a nova presidência do Banco Central de Armínio Fraga, a partir de março de 1999, o segundo governo de Fernando Henrique altera uma das bases do chamado Plano Real, o câmbio fixo como âncora da nova moeda.

Nesse momento, e paulatinamente, chamada “âncora cambial” do real foi substituída pelo que ficou conhecido como novo “tripé macroeconômico”, acordado em um novo acordo com o FMI: câmbio flutuante (na verdade, de fato nunca funcionou um câmbio flutuante, mas uma banda cambial administrada, que em momentos agudos era “liberalizada”), política de superávit primário, e uma política conhecida como de “metas de inflação” administrada pelo Banco Central por meio dada taxa de juros. A autonomia operacional do Banco Central ficava definida pelo seu papel na operação da política de metas de inflação: o Conselho Monetário Nacional define a meta de inflação e o intervalo tolerado, e o COPOM (Comitê de Política Monetária do Banco Central) define a taxa básica de juros, a chamada taxa SELIC, necessária a tentar manter a inflação dentro da meta estabelecida (considerado o intervalo de tolerância).

Agora, trata-se de aprofundar essa autonomia, dando um mandato ao presidente do Banco Central não-simultâneo ao mandato do presidente da República. Por isso, de autonomia passamos a chamar de independência.

De fato, trata-se de uma separação não trivial entre os instrumentos de política econômica. A partir daqui, não se subordinando mais formalmente o Banco Central ao Ministério da Economia (anteriormente ao Ministério da Fazenda), trata-se de separar as políticas fiscal e tributária (que ficam no âmbito do Ministério da Economia, assim como eventuais políticas de renda adotadas, como o auxílio emergencial) e as políticas financeira, creditícia e cambial, que ficam circunscritas ao Banco Central (responsável na sua gestão pela definição da taxa básica de juros e do câmbio).

Isso significa que, em caso de visões diferenciadas sobre a conjuntura econômica entre o Ministério da Economia e o Banco Central, essas importantes políticas econômicas podem ser descoordenadas, quando não contraditórias.

Problema que pode se tornar grave, na medida em que a democracia e o processo político brasileiro podem apontar visões muito diferentes dos objetivos econômicos a cada mandato

presidencial, objetivos esses definidos pelas urnas, em processos eleitorais. Neste caso em especial, vai ficar a questão de como articular esses diferentes instrumentos de política econômica, em um quadro de significativa diferenciação de opiniões entre o governo eleito (responsável pela indicação do ministro responsável pela área econômica) e um presidente de Banco Central indicado pelo governo anterior, ao menos nos primeiros dois anos.

Lições Internacionais

Existem ainda constatações ao se olhar nos últimos pouco mais de dez anos para o quadro internacional sobre este debate.

O processo recente a nível mundial, em especial a partir da crise de 2007/2008, tem apontado para políticas altamente expansivas por parte dos bancos centrais do mundo, sem que isso tenha qualquer rebatimento em aumento de inflação, articuladas em vários países, entre os quais os EUA, com políticas fiscais também expansivas, articulando as políticas no nível do Executivo, e mesmo quando formalmente mantendo a autonomia dos bancos centrais, quebrando na prática essa autonomia. O Brasil vai então, nesse momento, na contramão do movimento mundial que se verifica. A crise do final da primeira década deste século funcionou de forma a romper a ideia de um banco central funcionando autonomamente, recuperando a necessidade de que as políticas fiscal, creditícia, cambial e monetária operassem de forma coordenada e em um mesmo sentido, o da expansão.

No caso do projeto aprovado no Brasil, embora a busca do pleno emprego apareça como um objetivo secundário (juntamente com zelar pela estabilidade e eficiência do sistema financeiro e suavizar as flutuações do nível de atividade econômica), a colocação da garantia da estabilidade dos preços como principal objetivo seguramente servirá para um discurso de privilegiar o combate à inflação sobre o incentivo à atividade econômica e o emprego, fazendo com que o Banco Central possa ser, em alguns momentos, uma trava a níveis de produção e emprego mais altos. Isso foi o contrário dos movimentos dos bancos centrais pelo mundo, que se articularam com as políticas fiscais expansivas dos ministérios de finanças no sentido de retomar o crescimento abalado pelo movimento que começou com a crise financeira dos investimentos arriscados (“subprime”) em 2007/2008. Na maioria dos países (ou bloco de países, porque aqui também tivemos o movimento no mesmo sentido da União Europeia e do Banco Central Europeu, na época dirigido pelo hoje primeiro-ministro italiano Mario Draghi) os bancos centrais até tomaram a frente deste movimento de tentativa de reativação das economias, através das políticas de forte expansão monetária e taxas de juros reais negativas que ficaram conhecidas por seu nome em inglês, políticas de “*quantitative easing*”.

Outro ponto importante é a constatação cada vez mais sólida de que bancos centrais independentes acabam operando no sentido do aumento da desigualdade. Em um país onde a preocupação com a desigualdade deveria estar no centro da agenda de preocupações nacionais. Vale a pena ler aqui documento recente do próprio Banco Mundial³³. O texto dos autores do Banco Mundial aponta pelo menos três mecanismos pelos quais a independência dos bancos centrais pelo mundo pode contribuir para o aumento da desigualdade. O primeiro diz respeito ao fato de que a independência do banco central de forma indireta influi no sentido de constranger uma política fiscal expansiva, enfraquecendo a capacidade do governo em conduzir políticas redistributivas. O seguinte se relaciona ao fato de que bancos centrais independentes acabam incentivando os governos a desregular os mercados financeiros, o que gera uma valorização rápida dos ativos financeiros, que estão predominantemente nas mãos dos setores mais ricos da população, concentrando renda. O último ponto levantado pelos autores é que os bancos centrais,

³³ AKLIN, Michaël, KERN, Andreas e NEGRE, Mario, “Does Central Bank Independence Increase Inequality?”, Policy Research Working Paper 9522, World Bank Group, Poverty and Equity Global Practice, Washington DC, January 2021 (disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35069/Does-Central-Bank-Independence-Increase-Inequality.pdf?sequence=1&isAllowed=y>).

ao operarem no sentido de conter pressões inflacionárias reduzindo a atividade econômica e agindo em consonância com outros setores dos governos, acabam promovendo políticas que enfraquecem o poder de negociação dos trabalhadores, ajudando a concentrar a renda. Ou seja, esse conjunto de ações dos bancos centrais acaba reforçando tendências no sentido da maior concentração da renda. O documento ainda descreve, através de modelos, forte relação empírica entre independência de bancos centrais e concentração da renda.

Assim, apenas esses dois pontos razoavelmente simples e documentados da experiência internacional poderiam ter sido levados em consideração, mas pela força dos interesses do mundo financeiro nacional, passaram longe do debate congressional no Brasil que levou à aprovação do projeto de independência do Banco Central brasileiro.

Conclusões

Pelo acima exposto, existe um conjunto de críticas não consideradas, ou consideradas de forma tênue, no debate recente que levou a aprovação no Congresso do projeto de independência do Banco Central no Brasil.

De um lado, o projeto aprovado significa neste momento colocar gente do mercado financeiro para regular o próprio mercado na busca dos seus exclusivos interesses, caso contem com o beneplácito do Senado (que tem que aprovar os nomes indicados pela Presidência da República para presidente e diretores do Banco Central) e da presidência da República. Esse movimento inclusive vai contra toda a experiência internacional que discorre sobre a captura dos órgãos de regulação pelos interesses dos setores que deveriam regular. Isso se dá através de muitos mecanismos, o principal deles conhecido como o mecanismo das chamadas “portas giratórias”, em que os executivos se movimentam de importantes cargos das empresas que deveriam ser monitoradas pelas agências de regulação para as próprias agências, e vice-versa, criando um complicado trânsito de interesses que acaba fazendo com que os reguladores decidam, no seu momento de participação nas agências reguladoras, tomando em consideração os interesses das empresas que deveriam regular, e não os interesses do público ou interesses estratégicos dos Estados Nacionais. Uma forma de controlar esse processo, ou ao menos “jogar areia” no mecanismo, seria um forte controle através de Comissões de Ética, Fiscalização e Controle, ou os tradicionais mecanismos de “quarentena”, impondo condições e intervalos de tempo para que a “porta giratória” entre o setor a ser regulado e o órgão de regulação gire, e o executivo vire regulador ou vice-versa.

O segundo ponto importante é observar a enorme instabilidade que pode advir da tentativa de execução de políticas econômicas contraditórias entre Ministério da Economia (ou Fazenda, ou Finanças, dependendo do gosto do governo de plantão) e o Banco Central. Uma possível tentativa do Banco Central, com a desculpa do controle inflacionário, de tentar neutralizar, via política monetária, de crédito ou cambial³⁴, uma eventual política fiscal expansiva do Executivo Federal, pode causar turbulência e agudas flutuações econômicas. Dependendo da institucionalidade política e do apoio do Governo no Senado, isso pode levar à substituição do presidente do Banco Central, causando um quadro de incertezas econômicas. Com mais força ainda no Congresso, um eventual novo governo poderia até tentar reescrever essa lei da independência do Banco Central, o que levaria a um período de ainda maiores incertezas. O projeto aprovado, portanto, longe de

³⁴Vale observar ainda que, ao operar a política de câmbio, e sendo a taxa de câmbio desde os anos 1990, e em especial a partir do Plano Real, quando outros mecanismos de indexação foram sendo desmontados, alguns parcialmente, um importante indexador da economia brasileira, o próprio Banco Central, através da desvalorização do real, pode agir no sentido da alta inflacionária para justificar políticas monetárias restritivas através em especial de taxas de juros mais altas.

Outro ponto a ser lembrado aqui é que, junto com a aprovação da independência do Banco Central, se discute a operacionalização no sistema bancário no Brasil de contas e aplicações em dólar estadunidense, o que reduziria ainda mais os controles sobre movimentação de capitais no país, e aumentaria a instabilidade cambial e econômica.

trazer estabilidade, em uma conjuntura de posições sobre a política econômica muito díspares, como é o caso atual do Brasil, pode concorrer no sentido de ampliar – e muito! – a instabilidade.

Finalmente, vale observar a experiência internacional recente que se move na contramão da lei aprovada no Congresso. Isso vale para a coordenação de políticas econômicas, o que já foi abordado no parágrafo anterior. Mas vale também, e o que é fundamental em um país como o Brasil, onde a desigualdade deveria estar no centro do debate nacional, para os efeitos constatados da independência de bancos centrais sobre a desigualdade, contribuindo para fortalecer mecanismos que podem concentrar ainda mais a renda. Esse importante aspecto passou longe do debate congressual brasileiro. No caso do Brasil, deveriam ser colocados no debate ainda outros aspectos da desigualdade, como a desigualdade entre setores econômicos ou a desigualdade regional, que fazem parte de nosso cotidiano.

Assim, e mais uma vez, ao invés de discutir elementos democratizantes do ponto de vista da política monetária e cambial, como um maior controle da sociedade e da institucionalidade política (Congresso Nacional) sobre o Banco Central, ou (tema que já foi discutido em outros momentos), a democratização do Conselho Monetário Nacional, com a participação de representantes dos setores produtivos (grande agricultura comercial e agricultura familiar, indústria, centrais sindicais, cooperativas, etc.) mais uma vez se operou politicamente no sentido dos interesses exclusivos dos setores financeiros. Esse movimento excludente pode servir ainda mais de modo a deslegitimar a política econômica dos governos, e mais do que isso, como já levantado aqui, causar outras e maiores turbulências nos mercados quando se fizer clara a necessidade de mudar essa situação.

13. AGÊNCIAS, CRÉDITO BANCÁRIO E O AUXÍLIO EMERGENCIAL NO GRANDE ABC NOS PRIMEIROS MESES DA PANDEMIA DA COVID-19

Gisele Yamauchi³⁵
Vivian Machado³⁶

Resumo Executivo

A presente nota técnica tem por objetivo avaliar o comportamento dos bancos na Região do Grande ABC, durante a pandemia do coronavírus, sendo esta uma sequência de análise realizada para a Nota Técnica “O Crédito e a Distribuição das Agências bancárias na Região do Grande ABC”, publicada na 11ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS³⁷, em fevereiro de 2020. Essa primeira abordagem identificou que, no primeiro período (2008 a 2013), observou-se um significativo crescimento das operações de crédito e financiamentos na região e no número de agências instaladas nos sete municípios da Região. No entanto, entre 2013 e 2019, observou-se o fechamento de agências e crescimento do crédito, porém, em ritmo bem menor do que no período anterior, sendo que os bancos públicos foram os principais responsáveis pelo crescimento do crédito na região em todo o período estudado (de 2008 a 2019), enquanto os bancos privados reduziram sua participação na carteira de crédito da região no período. Exercendo um papel determinante no financiamento do consumo e do investimento de uma localidade e, por consequência, no crescimento econômico local, o crédito ganhou papel de destaque nesse período adverso em que as medidas de combate a pandemia exigiram o isolamento das pessoas e o fechamento das empresas de atividades não essenciais, colocando em risco a atividade econômica do país e do mundo³⁸.

Palavras-chave: Auxílio emergencial; Fechamento de agências bancárias; Crédito bancário.

1. A questão sensível e urgente do crédito durante a Pandemia da Covid-19

A pandemia da Covid-19 expôs as desigualdades sociais no mundo entre os países centrais e ricos. As políticas públicas delineadas pelos países para reduzir os impactos da pandemia também foram produtos e reflexos dessa desigualdade e, ao mesmo tempo, testemunhou-se que as práticas keynesianas foram mais adotadas nos países centrais, ao passo que nos países periféricos adotaram-se poucas dessas práticas, principalmente quando se fala na questão de crédito para socorrer às pequenas e médias empresas, bem como a população mais carente. No

³⁵ Gisele Yamauchi. Economista formada pela USCS. Turismóloga pela Universidade São Judas Tadeu. MBA Empresarial e Industrial pela USCS. Mestra e Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela USJT. Mestra em Economia Política Mundial pela UFABC. Foi bolsista pelo Governo Japonês em Programa de Extensão da *Japan International Cooperation Agency* (JICA) no curso de Kaizen e 5S's. Pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Currículoattes <http://lattes.cnpq.br/4460896561663794>.

³⁶ Vivian Machado. Economista. Mestre em Economia Política pela PUC-SP. Atualmente, técnica do DIEESE, assessorando a Subseção da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF-CUT) e colaboradora do CONJUSCS.

³⁷ As Cartas de Conjuntura do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da Universidade São Caetano do Sul - USCS (o CONJUSCS) estão disponíveis em: <https://www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjuscs>.

³⁸ Mais detalhes sobre as medidas emergenciais adotadas pelo Sistema Financeiro Brasileiro em razão da Pandemia do coronavírus estão na 12ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS (abril/2020) em: <https://www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjuscs>.

Brasil, não foi diferente. O socorro para as pequenas e médias empresas demorou a chegar e, quando chegou, não foi suficiente para evitar o fechamento de vários estabelecimentos.

Quanto ao socorro aos trabalhadores (as) informais, autônomos, pessoas de baixa renda e desempregados, depois de muita discussão sobre o valor das parcelas a serem pagas, a proposta do Auxílio Emergencial no Brasil foi aprovada em 30 de março de 2020, pela Proposta de Lei n. 1.066/2020, no valor de R\$ 600,00. No total, foram pagas 5 parcelas de R\$ 600,00 aos trabalhadores(as) informais, autônomos, pessoas de baixa renda e desempregados. Após o término dessas parcelas, foram pagas mais 4 parcelas de R\$ 300,00 para os mesmos grupos. Nos casos em que a mulher estivesse no comando da casa, as chefas de família recebiam o dobro do valor das parcelas. O programa encerrou em dezembro de 2020 sendo que o número de beneficiados superou 67 milhões de brasileiros, com um montante final de R\$ 182 bilhões (G1, 2020; SENADO, 2020; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2021). A tabela 1 apresenta os montantes distribuídos do auxílio emergencial na Região do Grande ABC:

Tabela 1 – Quantidade de beneficiários e total disponibilizado para pagamento do auxílio emergencial durante a Pandemia da Covid-19 no ano de 2020

	Quantidade de Beneficiários	Total Disponibilizado	% de Participação do Grande ABC	
Santo André	176.016	436.542.600,00	25,61%	25,68%
São Bernardo do Campo	201.724	499.128.000,00	29,36%	29,36%
São Caetano do Sul	28.604	63.457.200,00	4,16%	3,73%
Diadema	122.275	317.887.800,00	17,79%	18,70%
Mauá	115.147	274.203.600,00	16,76%	16,13%
Ribeirão Pires	29.310	72.085.200,00	4,27%	4,24%
Rio Grande da Serra	14.096	36.857.400,00	2,05%	2,17%
Total Grande ABC	687.172	1.700.161.800,00	100,00%	100,00%
Estado de São Paulo	12.660.460	31.680.576.000,00	5,43%	5,37%
Total Brasil	67.140.733	182.310.011.400,00	1,02%	0,93%

Elaborado pelas autoras a partir de dados do ano de 2020 dos beneficiários e valores do auxílio emergencial no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União.

A tabela 1 aponta que foram disponibilizados para a Região do Grande ABC o total de R\$ 1,7 bilhões para atender no total de 687 mil trabalhadores (as) informais, autônomos, pessoas de baixa renda e desempregados. Em termos de valores, a cidade de São Bernardo do Campo foi o município que mais recebeu o recurso com 29,36% do total da região, seguido de Santo André com 25,68%, Diadema com 18,70, Mauá com 16,13%, Ribeirão Pires com 4,24%, São Caetano do Sul com 3,73% e Rio Grande da Serra com 2,17% dos recursos para a região.

De acordo com a Agência Brasil (2020), o pagamento do auxílio emergencial foi organizado e dividido em ciclos, com crédito em uma conta poupança social digital criada para cada um dos beneficiários aprovados para receber mensalmente cada parcela. Houve, também, a opção de saque em espécie de acordo com o calendário de pagamento considerando o mês de nascimento. A edição de uma Medida Provisória, a MP 982/2020, publicada em 13 de junho de 2020 no Diário Oficial da União, que possibilitou o pagamento de benefícios pelo Governo Brasileiro por meio da criação de contas poupanças, social e digital (SENADO, 2020).

A criação dessas contas digitais aprofunda as mudanças e acelera ainda mais a digitalização da economia e do setor financeiro. E, ainda, suscita os debates sobre a importância dos bancos públicos no Brasil, principalmente em momentos em que o Estado deve entrar na economia; além do futuro das agências físicas bancárias e questões sobre a criação e a extinção de postos de trabalho no setor bancário.

2. O fechamento das agências bancárias na Região do Grande ABC em 2020

A presente nota técnica tem por objetivo avaliar a evolução e disponibilidade do crédito e a distribuição das agências bancárias nos sete municípios da Região do Grande ABC, durante a emergência sanitária que se instaurou no país com o surgimento da pandemia do coronavírus, decretada em 11 de março de 2020.

Esse levantamento se deu a partir dos dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (BCB), por meio da “ESTBAN”³⁹, um levantamento dos montantes das principais contas dos bancos, disponibilizados por agência bancária e município. Cabe ressaltar que, até o momento de divulgação desse artigo, o Banco Central não havia disponibilizado os dados relativos ao mês de dezembro de 2020, sendo assim, a análise limita-se ao período de março a novembro de 2020, mas, ainda assim, não deixando de ter relevância, tendo em vista a gravidade da situação na região, em função do crescimento e da persistência da curva pandêmica no país e na região do Grande ABC, no período em questão^{40,41}.

Apesar da necessidade de um melhor atendimento bancário para a população nesse período, os dados do BCB apontam que, diante das medidas de quarentena e isolamento social, os bancos privados aproveitaram a situação para acelerar seu processo de reestruturação com o fechamento de agências nos municípios do Grande ABC, até novembro de 2020. Na média, houve uma redução mais de 12% no período. Foram fechadas 40 (quarenta) agências bancárias de bancos privados, nos sete municípios, em relação ao último levantamento realizado (dados de 2019). Os bancos públicos permaneceram com o mesmo número de agências instaladas na Região (95 unidades), enquanto o total de agências dos bancos privados caiu de 236 ao final de 2019 para 196 em novembro de 2020 – vide tabela 2.

Tabela 2 – Número de agências bancárias em atividade nos municípios da Região do Grande ABC, entre 2019 e novembro de 2020

Cidades	2019			2020*			Var. absoluta 2019 / 2020	Variação % 2019 / 2020
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total		
Diadema	10	34	44	10	26	36	-8	-18,2%
Mauá	11	20	31	11	15	26	-5	-16,1%
Ribeirão Pires	3	9	12	3	5	8	-4	-33,3%
Rio Grande da Serra	1	2	3	1	1	2	-1	-33,3%
Santo André	26	67	93	26	56	82	-11	-11,8%
São Bernardo do Campo	32	66	98	32	62	94	-4	-4,1%
São Caetano do Sul	12	38	50	12	31	43	-7	-14,0%
Total de Agências	95	236	331	95	196	291	-40	-12,1%

* Nota: Dados de novembro de 2020. Elaborado pelas autoras para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, novembro de 2020).

A tabela 2 demonstra, também, que a cidade onde foram fechadas mais agências bancárias no período foi Santo André, com 11 unidades fechadas (-11,8% do total em 2019), seguida de

³⁹Os saldos “ESTBAN” do Banco Central são gerados mensalmente, contemplando a posição mensal dos saldos das principais rubricas de balancetes dos bancos comerciais e dos bancos múltiplos com carteira comercial, **por município e por agência**.

⁴⁰ Em 30 de novembro de 2020, o país já contabilizava mais de 173 mil mortes e mais de 6,3 milhões de diagnósticos confirmados, com média móvel de novos casos acima de 35 mil por dia (vide em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/11/30/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-30-de-novembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>).

⁴¹ Na mesma data, na Região do Grande ABC, as cidades adotavam medidas mais restritivas para conter o avanço da doença e controlar a ocupação dos leitos hospitalares. Vide: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/11/30/cidades-do-abc-decidem-adotar-regras-mais-restritas-de-quarentena-para-conter-avanco-da-covid-19.ghtml>.

Diadema (-18,2%) e São Caetano do Sul (14% do total), onde foram fechadas, respectivamente, 8 e 7 estabelecimentos bancários. Mauá perdeu 5 unidades (-16%), enquanto em Ribeirão Pires e São Bernardo do Campo foram fechadas 4 agências em cada cidade. Percentualmente, São Bernardo foi a cidade que menos perdeu estabelecimentos bancários no período (-4,1%).

Rio Grande da Serra, por sua vez, que já contava com um número muito pequeno de agências, teve também uma agência fechada no período, contando com apenas duas unidades no final do período analisado.

Os municípios que contavam com maior número de agências bancárias em novembro de 2020, eram São Bernardo do Campo, com 94 agências e Santo André, com 82 estabelecimentos bancários. São Caetano do Sul contava com 43 unidades; Diadema, com 36 e Mauá, com 26 agências. Ribeirão Pires, por sua vez, tinha, apenas 8 agências bancárias.

A próxima etapa traz uma análise da evolução da carteira de crédito total na Região e os segmentos, rural e imobiliário, considerando o tipo de banco, segundo o controle de seu capital (se banco público ou privado).

2. A Distribuição do Crédito na Região do Grande ABC durante a pandemia

Para a análise da evolução do crédito na Região do Grande ABC, durante os primeiros meses da pandemia, buscaram-se os dados do Banco Central para o mês de março (início da crise sanitária) e novembro de 2020 (último dado disponível, conforme já foi dito).

A tabela 3 aponta que a carteira total da região somava R\$ 35,9 bilhões em março de 2020 e pouco menos de R\$ 32 bilhões em novembro, ou seja, houve uma redução de 10,9% no crédito, em razão da queda em dois municípios: São Bernardo do Campo e Rio Grande da Serra (os quais contam com o maior e o menor montante de crédito entre as sete cidades da região – R\$ 17,9 bilhões em São Bernardo do Campo e R\$ 15,9 milhões no Rio Grande da Serra). Nos dois municípios, a redução foi de 21,8% e 12,7%, respectivamente.

Tabela 3 – Total das Operações de Crédito e Financiamentos nos municípios da Região do Grande ABC, entre março e novembro de 2020

MUNICÍPIO	Mar./20	Nov./20	Variação % 2019/2020
São Bernardo do Campo	R\$ 22.868.269.206,00	R\$ 17.871.883.240,00	-21,8%
Santo André	R\$ 5.735.103.232,00	R\$ 6.120.605.777,00	6,7%
Mauá	R\$ 2.507.896.965,00	R\$ 2.635.890.164,00	5,1%
São Caetano do Sul	R\$ 2.418.551.086,00	R\$ 2.758.016.503,00	14,0%
Diadema	R\$ 1.881.087.902,00	R\$ 2.048.623.528,00	8,9%
Ribeirão Pires	R\$ 501.170.757,00	R\$ 545.482.880,00	8,8%
Rio Grande da Serra	R\$ 18.161.907,00	R\$ 15.860.243,00	-12,7%
Total Geral	R\$ 35.930.241.055,00	R\$ 31.996.362.335,00	-10,9%

Elaborado pelas autoras para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2020).

Santo André contabilizava o segundo maior montante da região, totalizando R\$ 6,1 bilhões em novembro de 2020, com alta de 6,7% em relação a março de 2020. São Caetano do Sul, Mauá e Diadema contam com montantes parecidos de crédito (entre R\$ 2,0 bilhões e R\$ 2,8 bilhões). No período, as operações de crédito e financiamentos cresceram, respectivamente, 14,0%, 5,1% e 8,9% nas três cidades. Ribeirão Pires, com o segundo menor montante de crédito (R\$ 545,5 milhões), apresentou crescimento de 8,8% em sua carteira em relação a março de 2020.

Na análise anterior, que considerou o período de 2008 a 2019, notava-se que os bancos privados seguiam cada vez mais conservadores e não cumpridores do seu papel, definido para

Constituição Federal, que é o de garantir um desenvolvimento equilibrado do país e atender aos interesses da população. Mesmo possuindo mais que o dobro de agências instaladas pelos públicos na Região do Grande ABC, os bancos privados ofertam cada vez menos crédito a seus clientes, proporcionalmente. “Apenas 17,6% do volume de crédito na região ao final de 2019 estava do setor bancário privado e 82,4% concentravam-se nos bancos públicos”⁴².

Nesse contexto, a tabela 4 apresenta os dados da distribuição do crédito, segundo o tipo de banco que o administra (se bancos públicos ou bancos privados), em março de 2020. O que se percebe é que os bancos públicos continuam fundamentais e predominantes na oferta de crédito da região, ampliando, um pouco, sua participação. No início da pandemia, os bancos públicos administravam 82,9% do crédito da região, enquanto os privados respondiam por 17,1% do total.

Tabela 4 – Total das Operações de Crédito e Financiamentos nos municípios da região do Grande ABC, segundo o controle do capital dos bancos, em março de 2020

MUNICIPIO	Mar./20		
	CONTROLE	Total	% de participação da carteira
Diadema	PRIVADO	R\$ 656.012.297,00	34,9
	PÚBLICO	R\$ 1.225.075.605,00	65,1
Diadema Total		R\$ 1.881.087.902,00	100%
Mauá	PRIVADO	R\$ 351.293.091,00	14,0
	PÚBLICO	R\$ 2.156.603.874,00	86,0
Mauá Total		R\$ 2.507.896.965,00	100%
Ribeirão Pires	PRIVADO	R\$ 151.786.751,00	30,3
	PÚBLICO	R\$ 349.384.006,00	69,7
Ribeirão Pires Total		R\$ 501.170.757,00	100%
Rio Grande da Serra	PRIVADO	R\$ 6.015.221,00	33,1
	PÚBLICO	R\$ 12.146.686,00	66,9
Rio Grande da Serra Total		R\$ 18.161.907,00	100%
Santo André	PRIVADO	R\$ 1.646.138.873,00	28,7
	PÚBLICO	R\$ 4.088.964.359,00	71,3
Santo André Total		R\$ 5.735.103.232,00	100%
São Bernardo do Campo	PRIVADO	R\$ 2.578.598.108,00	11,3
	PÚBLICO	R\$ 20.289.671.098,00	88,7
São Bernardo do Campo Total		R\$ 22.868.269.206,00	100%
São Caetano do Sul	PRIVADO	R\$ 744.870.734,00	30,8
	PÚBLICO	R\$ 1.673.680.352,00	69,2
São Caetano do Sul Total		R\$ 2.418.551.086,00	100%
Região do Grande ABC	PRIVADO	R\$ 6.134.715.075,00	17,1
	PÚBLICO	R\$ 29.795.525.980,00	82,9
TOTAL DO CRÉDITO NA REGIÃO		R\$ 35.930.241.055,00	100%

Elaborado pelas autoras para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, novembro de 2020).

A tabela 5, por sua vez, apresenta os dados da distribuição do crédito, segundo o tipo de banco que o administra, em novembro de 2020 (final do período analisado). E o que se extrai desses

⁴² Nota Técnica número 7, disponível na 11ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS, em: <https://www.uscs.edu.br/boletim/277>, pág. 42.

dados é que a participação dos bancos públicos foi reduzida no período, caindo para 77,9% do total da carteira regional, com R\$ 24,9 bilhões, enquanto os bancos privados respondem por 17,1% (num total de R\$ 7,0 bilhões). Mas, ainda assim, os bancos públicos continuam sendo as principais instituições financeiras a atuarem na oferta de crédito local.

Tabela 5 – Total das Operações de Crédito e Financiamentos nos municípios da região do Grande ABC, segundo o controle do capital dos bancos, em novembro de 2020

MUNICÍPIO	Nov./20		
	CONTROLE	Total	% de participação da carteira
Diadema	PRIVADO	R\$ 734.763.083,00	35,9
	PÚBLICO	R\$ 1.313.860.445,00	64,1
Diadema Total		R\$ 2.048.623.528,00	100%
Mauá	PRIVADO	R\$ 371.527.589,00	14,1
	PÚBLICO	R\$ 2.264.362.575,00	85,9
Mauá Total		R\$ 2.635.890.164,00	100%
Ribeirão Pires	PRIVADO	R\$ 180.445.994,00	33,1
	PÚBLICO	R\$ 365.036.886,00	66,9
Ribeirão Pires Total		R\$ 545.482.880,00	100%
Rio Grande da Serra	PRIVADO	R\$ 2.668.315,00	16,8
	PÚBLICO	R\$ 13.191.928,00	83,2
Rio Grande da Serra Total		R\$ 15.860.243,00	100%
Santo André	PRIVADO	R\$ 1.800.105.416,00	29,4
	PÚBLICO	R\$ 4.320.500.361,00	70,6
Santo André Total		R\$ 6.120.605.777,00	100%
São Bernardo do Campo	PRIVADO	R\$ 2.938.379.674,00	16,4
	PÚBLICO	R\$ 14.933.503.566,00	83,6
São Bernardo do Campo Total		R\$ 17.871.883.240,00	100%
São Caetano do Sul	PRIVADO	R\$ 1.028.515.503,00	37,3
	PÚBLICO	R\$ 1.729.501.000,00	62,7
São Caetano do Sul Total		R\$ 2.758.016.503,00	100%
Região do Grande ABC	PRIVADO	R\$ 7.056.405.574,00	22,1
	PÚBLICO	R\$ 24.939.956.761,00	77,9
TOTAL DO CRÉDITO NA REGIÃO		R\$ 31.996.362.335,00	100%

Elaborado pelas autoras para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, novembro de 2020).

Por fim, levando-se em conta os montantes administrados nos bancos públicos e nos privados, nos dois períodos (março e novembro de 2020), observou-se que os bancos privados ampliaram em 15% sua participação na carteira de crédito total na Região, no período, passando de R\$ 6,1 bilhões em março, para R\$ 7,0 bilhões em novembro. Por sua vez, os bancos públicos tiveram sua participação reduzida em 16,3%, passando de R\$ 29,8 bilhões, em março, para R\$ 24,9 bilhões, em novembro de 2020. Ainda assim um montante que representa mais de três vezes o montante administrado pelos bancos privados– vide tabela 6.

Ou seja, esses dados demonstram que permanece muito relevante o papel dos bancos públicos para a economia da região, especialmente num período de sérias dificuldades econômicas como o atual. Sem disponibilidade de crédito, os governos, as empresas e as famílias pouco poderão atuar no sentido de reverter sua situação crítica desse momento, ou seja, os bancos deveriam ampliar a oferta de crédito em todos os municípios ao invés de reduzir. Quando utilizadas

adequadamente como instrumento de política econômica anticíclica, essas instituições são fundamentais para fomentar o consumo, a atividade industrial e manter o crescimento econômico.

Tabela 6 – Total das Operações de Crédito e Financiamentos nos municípios da região do Grande ABC, segundo o controle do capital dos bancos, março e novembro de 2020

CONTROLE	mar/20	nov/20	Varição % março / novembro
PRIVADO	R\$ 6.134.715.075,00	R\$ 7.056.405.574,00	15,0%
PÚBLICO	R\$ 29.795.525.980,00	R\$ 24.939.956.761,00	-16,3%
Total do Crédito	R\$ 35.930.241.055,00	R\$ 31.996.362.335,00	-10,9%

Elaborado pelas autoras para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, novembro de 2020).

O papel dessas instituições é determinante, também, no que diz respeito ao financiamento rural e imobiliário, que fazem parte dos chamados de “recursos direcionados”, ou seja, que são liberados em razão de um objeto pré-definido. São também recursos direcionados aqueles créditos voltados à infraestrutura, saneamento básico e investimentos em grandes setores da economia nacional, em geral concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os “recursos livres”, por sua vez, são aqueles que as pessoas tomam emprestado dos bancos sem precisar justificar a razões do crédito solicitado. A próxima etapa destaca e analisa, dentro do total das operações de crédito da Região do Grande ABC, a distribuição do crédito rural e imobiliário.

2.10 Crédito Rural e Imobiliário na Região do Grande ABC no período.

O Brasil encontra-se entre os países com as maiores taxas de juros do mundo, porém, para que se criem incentivos para movimentar a economia em direção ao crescimento e ao desenvolvimento econômico, a sociedade necessita de financiamento e crédito mais barato, para consumo e para investimentos (DIEESE, 2019). Apesar disso, os bancos privados alegam não ser vantajoso trabalharem em determinadas modalidades de crédito, como o crédito rural e o imobiliário, por que, segundo eles, nos bancos públicos os juros seriam subsidiados e eles não conseguiriam trabalhar com as mesmas taxas.

Em 2019 (análise anterior), os dados já apontavam para uma significativa redução do crédito rural na Região, porém, com ampliação da participação dos bancos privados nesse segmento da carteira de crédito. “A carteira totalizou R\$ 64,1 milhões, sendo 34,4% provenientes de bancos privados. Os maiores montantes [estavam] nas três maiores cidades da Região: São Caetano (R\$ 24,5 milhões), Santo André (aproximadamente, R\$ 19 milhões) e São Bernardo (R\$ 17 milhões)”. No caso do crédito imobiliário, a carteira totalizava R\$ 9,0 bilhões, sendo 100% dela administrada pelos bancos públicos. As maiores carteiras estavam em São Bernardo (R\$ 3,1 bilhões), Santo André (R\$ 2,5 bilhões) e Mauá (R\$ 1,8 bilhão). Enquanto isso, Rio Grande da Serra é a cidade menos favorecida da região por esses financiamentos tão relevantes para seu crescimento e desenvolvimento econômico de sua população.

A tabela 7 demonstra a distribuição dos segmentos do crédito rural e imobiliário, nos sete municípios da Região do Grande ABC, em novembro de 2020. Rio Grande da Serra não conta com uma carteira de crédito rural, nos demais municípios, a carteira totalizou R\$ 61,9 milhões, sendo 30,6% nos bancos privados (aproximadamente, R\$ 19 milhões) e 69,4% nos bancos públicos (R\$ 42,9 milhões). Os maiores montantes estão nas três maiores cidades da Região: Santo André (aproximadamente, R\$ 20,1 milhões); São Caetano (R\$ 18,8 milhões), e São Bernardo (R\$ 14,2 milhões), com crescimento apenas na cidade de Santo André.

Quanto ao crédito imobiliário, a carteira de R\$ 9,3 bilhões concentra-se 100% nos bancos públicos. Os maiores montantes estão em São Bernardo do Campo, com R\$ 3,3 bilhões; Santo André, com R\$ 2,5 bilhões; Mauá, com R\$ 1,8 bilhão e Diadema, com R\$ 916,5 milhões. A menor

carteira é a do Rio Grande da Serra, com, apenas, R\$ 842,8 mil, seguida de Ribeirão Pires, com um montante de R\$ 94,7 milhões.

Tabela 7 – Total do Crédito Rural e Imobiliário nos municípios da Região do Grande ABC, segundo o controle do capital dos bancos (novembro de 2020)

MUNICÍPIO	CONTROLE	FIN_RURAL	%	FIN_IMOBILIÁRIO	%
Diadema	PRIVADO	R\$ 5.172.997,00	70,4	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 2.176.073,00	29,6	R\$ 916.453.952,00	100,0
Diadema Total		R\$ 7.349.070,00	100%	R\$ 916.453.952,00	100
Mauá	PRIVADO	R\$ 300.841,00	100,0	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 0,00	0,0	R\$ 1.843.302.555,00	100,0
Mauá Total		R\$ 300.841,00	100%	R\$ 1.843.302.555,00	
Ribeirão Pires	PRIVADO	R\$ 820.753,00	75,8	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 261.507,00	24,2	R\$ 94.746.721,00	100,0
Ribeirão Pires Total		R\$ 1.082.260,00	100%	R\$ 94.746.721,00	100
Rio Grande da Serra	PRIVADO	-		R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	-		R\$ 842.758,00	100,0
Rio Grande da Serra Total		-		R\$ 842.758,00	100
Santo André	PRIVADO	R\$ 1.534.596,00	7,6	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 18.598.668,00	92,4	R\$ 2.547.114.581,00	100,0
Santo André Total		R\$ 20.133.264,00	100%	R\$ 2.547.114.581,00	100
São Bernardo do Campo	PRIVADO	R\$ 9.705.974,00	68,3	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 4.501.443,00	31,7	R\$ 3.260.769.177,00	100,0
São Bernardo do Campo Total		R\$ 14.207.417,00	100%	R\$ 3.260.769.177,00	100
São Caetano do Sul	PRIVADO	R\$ 1.429.645,00	7,6	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 17.380.070,00	92,4	R\$ 683.020.711,00	100,0
São Caetano do Sul Total		R\$ 18.809.715,00	100%	R\$ 683.020.711,00	100
Região do Grande ABC	PRIVADO	R\$ 18.964.806,00	30,6	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 42.917.761,00	69,4	R\$ 9.346.250.455,00	100
Total do Crédito Rural e Imobiliária Região		R\$ 61.882.567,00	100%	R\$ 9.346.250.455,00	100

Elaborado pelas autoras para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, novembro de 2020).

Observando-se a evolução da carteira de financiamentos rurais nos bancos públicos e privados, durante os primeiros 8 (oito) meses da pandemia – de março a novembro de 2020, observa-se a redução de 27,5% no montante nos bancos privados e alta de 17,3% nos bancos públicos, com isso, o montante total do crédito rural da região caiu 1,4% no período –veja a tabela 8 a seguir.

Tabela 8 – Evolução das Operações de Crédito Rural nos municípios da região do Grande ABC, segundo o controle do capital dos bancos (março e novembro de 2020)

CONTROLE	Mar./20	Nov./20	Varição % março/novembro
PRIVADO	R\$ 26.147.526,00	R\$ 18.964.806,00	-27,5%
PÚBLICO	R\$ 36.588.868,00	R\$ 42.917.761,00	17,3%
CRÉDITO RURAL NA REGIÃO	R\$ 62.736.394,00	R\$ 61.882.567,00	-1,4%

Elaborado pelas autoras para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2008, 2013 e 2019).

Quanto à evolução do financiamento imobiliário na região, no período analisado, os bancos privados se mantiveram não participando dessa modalidade na região, ou seja, toda a carteira concentra-se nas mãos dos bancos públicos. A carteira, que atingiu R\$ 9,3 bilhões, apresentou um crescimento de 3,5% no período— conforme a tabela 9 abaixo.

Tabela 9 – Evolução das Operações de Crédito Imobiliário nos municípios da Região do Grande ABC, segundo o controle do capital dos bancos (março e novembro de 2020)

CONTROLE	Mar./20	Nov./20	Varição % março/novembro
PRIVADO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
PÚBLICO	R\$ 9.025.913.902,00	R\$ 9.346.250.455,00	3,5%
CRÉDITO IMOBILIÁRIO NA REGIÃO	R\$ 9.025.913.902,00	R\$ 9.346.250.455,00	3,5%

Elaborado pelas autoras para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2008, 2013 e 2019).

3. Considerações sobre a atuação dos bancos na Região do Grande ABC nos primeiros meses de pandemia

O crédito exerce um papel fundamental para o financiamento do consumo das famílias e o investimento dos setores produtivos, os quais determinam o ritmo do crescimento econômico de uma região ou um país. E, nesse sentido, os bancos enquanto concessões públicas têm seu papel definido no artigo 192 da Constituição Federal (CF), que é o de garantir o desenvolvimento equilibrado do país e atender aos interesses da população (CF, 1988). Todavia, os números do Banco Central que por hora foram analisados demonstram que os bancos instalados na Região do Grande ABC estão deixando a desejar em relação às funções principais, especialmente em um momento tão delicado pelo qual passa o país da Pandemia da Covid-19.

Em 2020, foram fechadas 40 agências bancárias (12% do total de unidades instaladas na região), todas de bancos privados (que seguem ainda com o dobro de estabelecimentos que os bancos públicos, porém, com papel bem menos relevante no crédito da região). Esse fechamento de agências dificulta o acesso da população mais carente e excluída do sistema e dos serviços financeiros, principalmente no pagamento do auxílio emergencial, que somadas à falta e desencontro de informações levou a formação de gigantes filas nas portas das agências.

Entre março e novembro de 2020, os primeiros oito meses de pandemia no país, um período em que governos de todo o mundo se mobilizaram para socorrer financeiramente a população, em função da paralisação das atividades e do isolamento social, detectou-se uma queda de quase 11% das operações de crédito e financiamentos da Região do Grande ABC (quase 78% da carteira total estão nos bancos públicos e 22% nos privados).

Ao se analisar, separadamente, a carteira dos bancos públicos e dos bancos privados se conclui que os primeiros são os principais responsáveis pelo crédito na Região, em todo o período estudado, principalmente no que diz respeito ao financiamento imobiliário. Apesar de se tratar de uma carteira tão importante para o desenvolvimento de uma região, os bancos privados não têm participação nesse segmento, pois, 100% dessa carteira estão nos bancos públicos. Durante a pandemia o financiamento imobiliário na região cresceu 3,5%.

No caso do crédito rural, uma carteira de menor peso na Região do Grande ABC, já bem mais urbanizada, houve queda de 1,4% no período, todavia, nos bancos públicos (onde estão mais de 69% da carteira rural) ocorreu uma alta de 17,3%. Nos bancos privados (que administram 30% do total do segmento na região) a queda chegou a 27,5%.

Os dados demonstram a incoerência de contarem com tantas agências de bancos privados a mais do que de bancos públicos na região, especialmente porque os bancos privados deixem a desejar quanto a cumprir com sua principal função, que é a de promover um desenvolvimento equilibrado

local. Além disso, deixam de atender o nacional e aos interesses da população, no financiamento do consumo das famílias e dos investimentos em geral, seja das empresas ou dos governos.

Cabe ressaltar que é fundamental que os bancos corrijam essas distorções e, principalmente, que ofereçam crédito com juros justos e mais próximos da realidade internacional, sem penalizar ainda mais uma sociedade que precisa desse apoio para crescer e se desenvolver, tendo em vista o que o professor Ladislau Dowbor (2015) aponta: A intermediação financeira no Brasil drena para os bancos um imenso volume de recursos por meio dos juros cobrados, seja de pessoas físicas ou jurídicas, como, também, dos juros que incidem sobre a dívida pública, travando a demanda agregada do país e criando obstáculos ao crescimento da economia. Ocorre aqui, nas palavras do autor, uma “deformação estrutural dos processos produtivos”, tornando muito difícil a dinamização da economia local, regional, assim como do país como um todo (DOWBOR, 2015).

É fundamental, também, que se fortaleça a participação e presença dos bancos públicos para o desenvolvimento da região e da população como um todo, pois se trata de uma ferramenta importantíssima de política econômica e social. Com a pandemia da Covid-19, ficou mais evidente o quanto é necessário se ter um Estado forte atuante e com instituições públicas que venham ao socorro da população tão duramente afetada nesse momento.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA SENADO. Coronavírus: **Senado aprova auxílio emergencial de R\$ 600**. In: Matérias, Plenário. Publicado em 30 de março de 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/30/coronavirus-senado-aprova-auxilio-emergencial-de-r-600>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município**. Relatório por Município e por Agência. Disponível em: <<https://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp?frame=1>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Caixa encerra hoje etapa de pagamentos do auxílio emergencial**. In: Notícias. Publicado em 29 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-12/caixa-encerra-hoje-etapa-de-pagamentos-do-auxilio-emergencial#:~:text=O%20calend%C3%A1rio%20de%20pagamentos%20do,com%20o%20m%C3%AAs%20de%20na%20ciment>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Juros e spread bancários no Brasil: Razões estruturais para os patamares elevados**. Nota Técnica nº 208. São Paulo: junho de 2019. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec208jurosEspread.html>>. Acesso em: fevereiro de 2020.

DOWBOR, Ladislau. **O sistema financeiro atual trava o desenvolvimento econômico**. Estudos Avançados, v. 29, n. 83, p. 263-278, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142015000100263&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em: 08 fev. 2021.

G1. **Veja o calendário completo de pagamentos do Auxílio Emergencial**. In: G1 – Economia. Publicado em 07 de abril de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/07/como-sera-feito-o-pagamento-do-auxilio-emergencial-de-r-600.ghtmlb>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

MACHADO, Vivian. **As Cooperativas de Crédito em atividade na Região do Grande ABC**. In: 12ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS, abr., 2020. Disponível em: <<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-10a-carta-de-conjuntura/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Benefícios ao cidadão** – auxílio emergencial. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/beneficios>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

SENADO. **Governo cria conta digital para depositar benefícios sociais a cidadãos**. In: Senado Notícias. Publicado em 15 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/15/governo-cria-conta-digital-para-depositar-beneficios-sociais-a-cidadaos>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

14. E-COMMERCE: A EXPANSÃO E O PANORAMA DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS NO BRASIL

Vinicius Oliveira Silva⁴³
Amanda Melo de Sousa⁴⁴
Luciana Comin de Souza⁴⁵
Patriste Pierre Louis⁴⁶
Rodrigo de Souza Melo⁴⁷

Resumo Executivo

Esta nota técnica é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso de Tecnólogo em Gestão Financeira, da Escola de Gestão e Negócios. Através do desenvolvimento tecnológico a internet encontra-se a disposição de qualquer pessoa que possua algum acesso ao computador, celular ou outros meios com a mesma finalidade. Dentro do contexto tecnológico o e-commerce (comércio eletrônico) está em um momento ápice e poucos conceitos revolucionaram tão profundamente os negócios como o e-commerce. Mostra-se o crescimento do e-commerce anualmente, desde 2015 até o ano de 2020. Utilizam-se dados extraídos de relatórios do Ebit. Comenta-se o faturamento, o ranking de setores em vendas, as regiões que mais demandaram, a comparação entre gêneros que mais consumiram, o ticket médio dos clientes.

Palavras-chave: E-commerce; Crescimento; Brasil.

Introdução

Poucos conceitos revolucionaram tão profundamente os negócios como o e-commerce. devido ao crescimento do mercado virtual, atuar neste ramo de negócio é de fundamental importância para as empresas que almejam uma oportunidade junto ao seu público alvo, que tem buscado cada vez mais por atributos nos produtos e/ou serviços.

Com a evolução da era digital e da tecnologia da informação nos tornamos dependentes da necessidade de estar conectados e interagirmos com o mundo virtual, o Brasil já atingiu a 5ª posição do ranking mundial de pessoas conectadas com a internet.

Ao longo dos últimos anos foram-se quebrando os paradigmas de problemas com entregas, logística reversa, valores de frete e as formas de pagamentos. Com a evolução do e-commerce foi necessário criar o decreto nº 7.962/13 para regulamentar as transações comerciais virtuais, já que é necessário assegurar os direitos e deveres de ambos os lados.

Atualmente realizar transações de compra e venda online envolve muita praticidade e viabilidade, sendo possível pesquisar preços, comparar descrições técnicas e comprar com um clique, fazendo a roda do mercado girar.

⁴³Vinicius Oliveira Silva. Prof. USCS, Mestre em Economia e Especialista da Fundação Procon-SP.

⁴⁴Amanda Melo de Sousa. Aluna do 4º sem. do Curso de Gestão Financeira da USCS.

⁴⁵Luciana Comin de Souza. Aluna do 4º sem. do Curso de Gestão Financeira da USCS.

⁴⁶Patriste Pierre Louis. Aluno do 4º sem. do Curso de Gestão Financeira da USCS.

⁴⁷Rodrigo de Souza Melo. Aluno do 4º sem. do Curso de Gestão Financeira da USCS

Com a pandemia que vivemos, ocasionada pelo Covid-19 em 2020, o e-commerce é o modelo de negócio mais utilizado para nos mantermos em isolamento social de forma segura, utilizamos desse modelo de negócio para comercializar e adquirir produtos que são essenciais para o nosso “novo normal”. As empresas que adaptaram suas vendas para o meio digital estão à frente dos seus concorrentes e os que não estão seguindo a tendência das vendas digitais correm grande risco de fechar suas portas.

Cronologia:

1990 – 1995 Internet chega ao Brasil: Operadoras começam a comercializá-la.

1995 – 2006 Primeiros varejistas abrem vendas no canal: PDA *Delivery*, Ponto Frio; Magazine Luiza; Americanas.com; *Visa Eletron* para pagamentos online.

2004 Redes Sociais: Orkut é lançado pelo Google e vira febre no País.

2007 Treze milhões de compradores online no Brasil (Walmart.com; Casas Bahia; Renner).

2011 Apple lança IPHONE: Celular une funções de telefone ao acesso à internet; FACEBOOK: Primeiras fanpages de empresas começam a surgir.

2012 Ascensão da classe C: Boom em vendas de smartphones; moda e acessórios lideram vendas online.

2018: R\$ 53.2 Bilhões de faturamento e-commerce no Brasil no ano. Cerca de 58 milhões de pessoas efetuaram, pelo menos, 1 compra online.

2019 – 2020: 25 anos de *E-commerce* no Brasil.

A tendência de crescimento do comércio eletrônico mundial é exponencial, segundo o portal eMarketer, liderados por Ásia e Pacífico (+30,3%), o e-commerce apresentou 24% de crescimento no mundo todo em 2018, atingindo uma marca de 2,9 trilhões de dólares em vendas. Na América Latina o crescimento foi de 17,9% com relação ao mesmo período de 2017. As vendas online apresentam crescimento maior que o varejo tradicional em praticamente todos os países que já operam o comércio eletrônico. Os números mostram que a América Latina tem uma grande oportunidade, pois apenas 2,7% do total consumido é feita online. Concentrando, assim, boas oportunidades para investidores.

Ano 2015:

Em sua 33ª edição, o relatório do Ebit apresentou diversos pontos positivos do e-commerce, como o crescimento expressivo das vendas feitas por dispositivos móveis, que passaram a representar 12% do faturamento, na média daquele ano. Demonstrou que chegou a 39,1 milhões de consumidores que realizaram pelo menos uma compra via Internet, atingindo 48,5 milhões de pedidos no primeiro semestre do ano. Um ponto de destaque no ano de 2015 foi a elevação no NPS (*Net Promoter Score*), que mensura a satisfação e a fidelização dos clientes no comércio eletrônico, houve um índice de 65% de satisfação entre os consumidores graças à diminuição no atraso das entregas e da melhoria dos serviços prestados pelas lojas, aquele ano o comércio eletrônico teve faturamento de R\$ 41,3 bilhões.

Ano 2016:

O comércio eletrônico teve crescimento de 11% em relação a 2015, o Brasil faturou o total de R\$ 53,4 bilhões. No mesmo ano 21,2 milhões consumidores brasileiros gastaram cerca de US\$2,4 bilhões em sites internacionais. Ainda que não tenha registrado o expressivo crescimento de

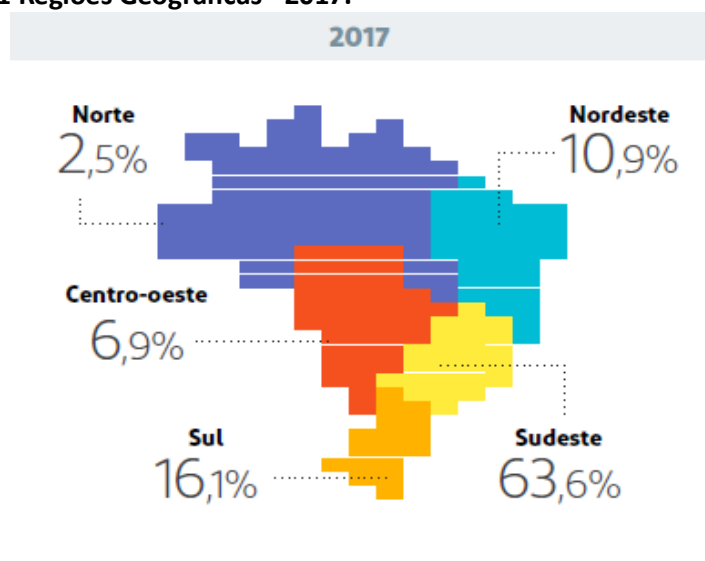
outrora, o comércio eletrônico tem motivos para comemorar o desempenho de 2016, com expansão nominal de 7,4%. Foi um dos poucos setores a andar na contramão da crise, registrando expansão, enquanto o varejo físico, por exemplo, encolheu mais de 10% nos últimos dois anos, de acordo com a medição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) voltando a patamares registrados em 2012. O tíquete médio dos consumidores cresceu 8% em 2016, diretamente proporcional ao crescimento das vendas, passando de R\$ 388,00 para R\$ 417,00.

Ano 2017:

O setor registrou um crescimento de 21,9%, atingindo R\$ 73,4 bilhões em seu faturamento total. Ultrapassou o número de 50 milhões de pedidos pela primeira vez foi uma divisão de barreiras dentro o segmento de compras realizadas digitalmente, tendo como influencia os preços mais baixos que foi o principal fator para se atingir esta conquista, alcançando um crescimento de 3,9% revertendo a queda de 1,8% no primeiro semestre do ano de 2016. A maior parte das compras realizadas em 2017 foram efetuadas por intermédio de notebooks e computadores com um percentual de 72,7% em relação aos dispositivos mobile que chegaram a 27,3% do total. O perfil do consumidor em 2017 foi liderado pelo público feminino com o percentual de 50,6% e o público masculino tendo como representação 49,4%, isto é um aumento de 1% em relação ao ano anterior comparado com o sexo oposto.

As classes sociais que dominaram o consumo dentro o período do ano de 2017 foi a classe D e C, tendo uma representação do total de classe de 67,2% e se adicionarmos a classe E temos uma representatividade de 82,2%, enquanto as classes A e B somam apenas 18,8%. A região Sudeste foi o líder do consumo por região mesmo com uma queda de 3,5%, porém a região Sul cresceu em 3,1% em relação ao ano anterior.

Figura 1 Regiões Geográficas - 2017.



Fonte: Ebit 2017

Ano 2018:

Consolidação do *Digital Commerce* que se refere às vendas B2C e Marketplaces, incluindo Lazer (viagens, passagens aéreas, ingressos) e Marketplaces de produtos novos e usados (Mercado Livre, Enjoei e Elo 7), tendo o faturamento de R\$ 53,2 bilhões, com isso elevando o Brasil ao patamar de líder em faturamento na América Latina.

Figura 2 Digital Commerce TOTAL, 2018.



Fonte: Ebit 2018.

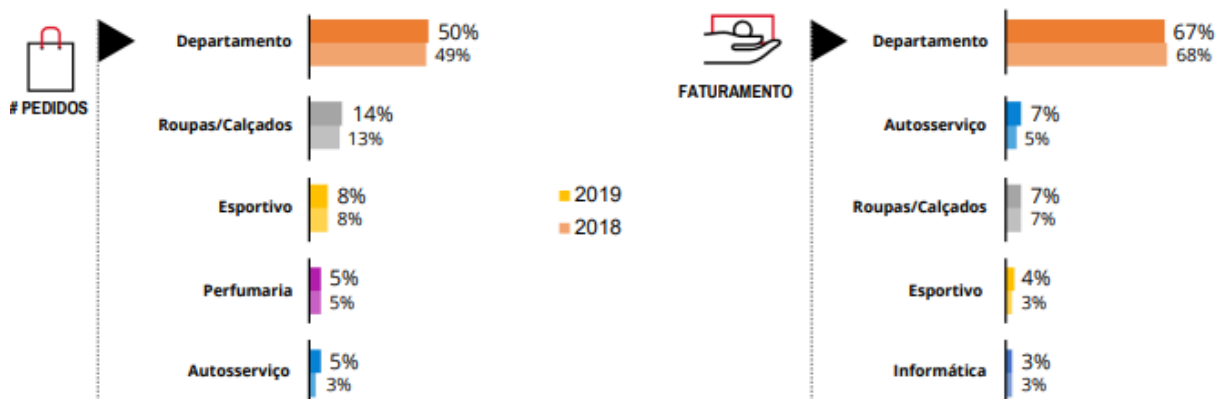
Ano 2019:

Após duas décadas e meia de atuação, enfrentando diferentes momentos econômicos, o e-commerce demonstra certa maturidade para um crescimento mais homogêneo e consistente. A economia brasileira segue em processo de recuperação e o comércio eletrônico tem papel fundamental neste momento. O e-commerce aparece, inclusive, como oportunidade para empreendedores que precisam de uma fonte de renda complementar.

Grandes redes de varejo ditaram tendências com modelos de retirada nas lojas e entram no jogo do marketplace. Em 2019 o fator fundamental foi a entrada de novos consumidores – movimento influenciado pela maior penetração de internet 3G e 4G na população, especialmente pelo aumento no número de celulares no país.

No Brasil de 2019, as vendas via e-commerce faturaram cerca de R\$ 61,9 bilhões, tendo o tíquete médio retraído para R\$ 417,00. No total, foram 148 milhões de pedidos, provenientes dos 61 milhões de consumidores que fizeram, pelo menos, uma compra no ano, um crescimento de 6% em relação a 2018, tivemos 10,7 milhões de novos consumidores online, o que representa 17% dos consumidores do ano. E é justamente o aumento no número de pedidos que impulsionou o crescimento no faturamento no comércio eletrônico.

Figura 3 Total E-Commerce Brasil, 2019 e 2018.



Um segmento é composto por uma seleção fechada de varejos online são consideradas as vendas totais de cada varejo

Segmento de auto serviço apresentou o maior

crescimento, demonstrando a evolução na rota do e-commerce, O segmento de lojas de departamento que continuaram como líder em compras no e-commerce brasileiro com resultados acima de 60% tanto em volume de pedidos, tanto em volume financeiro. Fonte: Ebit, 2019.

No entanto, o segmento de autosserviço apresentou o maior crescimento, demonstrando a evolução na rota do e-commerce (vide figura 3).

Em 2019, sites de busca e redes sociais foram os principais caminhos para as lojas de compras virtuais, com isso o Brasil teve um momento histórico para o e-commerce, pela primeira vez as vendas via mobile ultrapassaram as vendas desktop. No mesmo ano, 67% dos brasileiros gastaram em compras internacionais US\$ 12,9 bilhões, tendo um crescimento de 18% comparado ao ano de 2018.

Durante o período de pandemia que se estende ao próximo ano, o comércio eletrônico ganhou mais visibilidade pela população alcançando níveis elevados nos patamares de comercialização, período este que será explanado no próximo parágrafo sobre o ano de 2020.

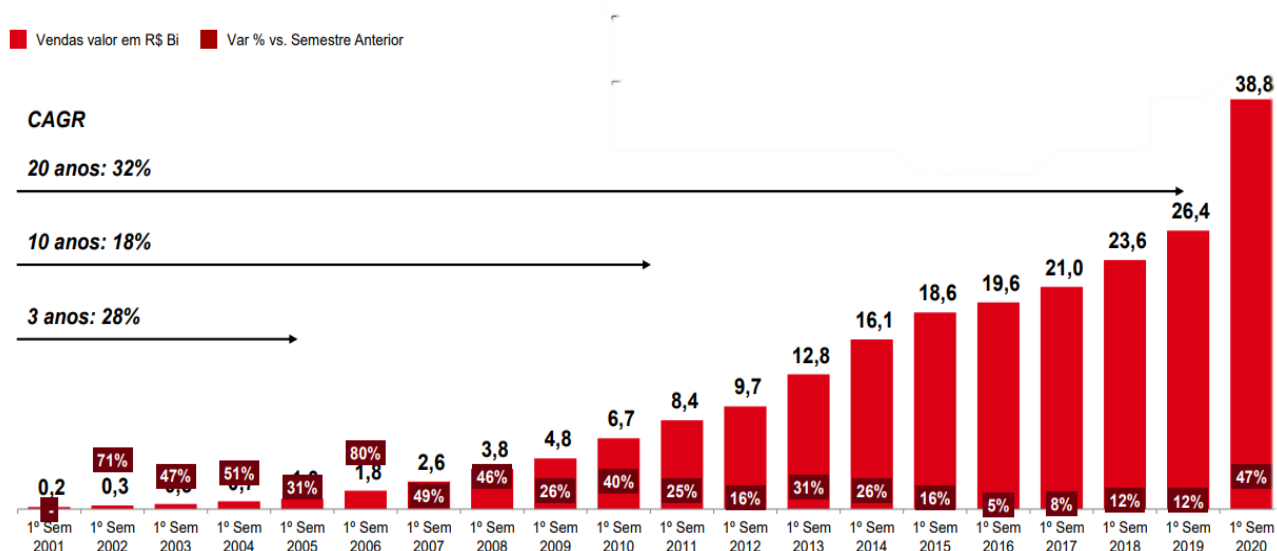
Ano 2020:

No cenário atual, percebe-se que apesar da situação atípica em que estamos vivendo, 2020 tem mostrado outra perspectiva de mundo e oportunidades que ainda não haviam sido arriscadas. O momento proporcionou que mais coragem e, enfim, a possibilidade de apostar no poder do digital. Foi o que aconteceu com 107mil negócios que migraram para as vendas online. Somente entre março e maio, o e-commerce registrou um aumento de 50%, de acordo com a Abcomm (Associação Brasileira de Comércio Eletrônico).

Apesar de 2020 ainda não ter terminado, na metade do ano, o crescimento de pedidos online teve aumento de 132,8%. Isso apenas reforçou que o digital veio para ficar e tem lugar para todo mundo.

O faturamento do comércio eletrônico brasileiro alcançou a marca de R\$ 41,92 bilhões em agosto de 2020. O número se refere ao faturamento somado desde janeiro deste ano. Pela análise do gráfico abaixo, é possível analisar que houve expansão de 32% ao longo de 20 anos, entre 2001 até o primeiro semestre de 2020, o faturamento do primeiro semestre de 2020 foi maior 9%, se comparado ao segundo semestre do ano anterior.

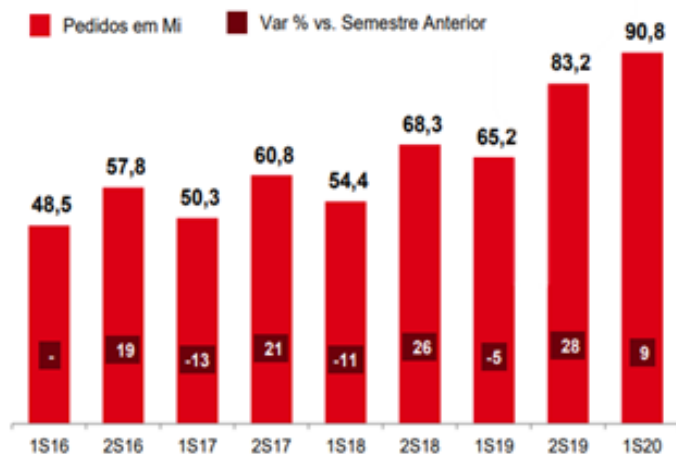
Figura 4: Faturamento e-commerce no 1º semestre, período de 20 anos.



Fonte: Ebit 2020

Tal crescimento no faturamento de 2020 é dado graças ao tíquete médio que evoluiu 6% comparando o primeiro semestre de 2019 e 2020, um salto de R\$ 404,00 para R\$ 427,00.

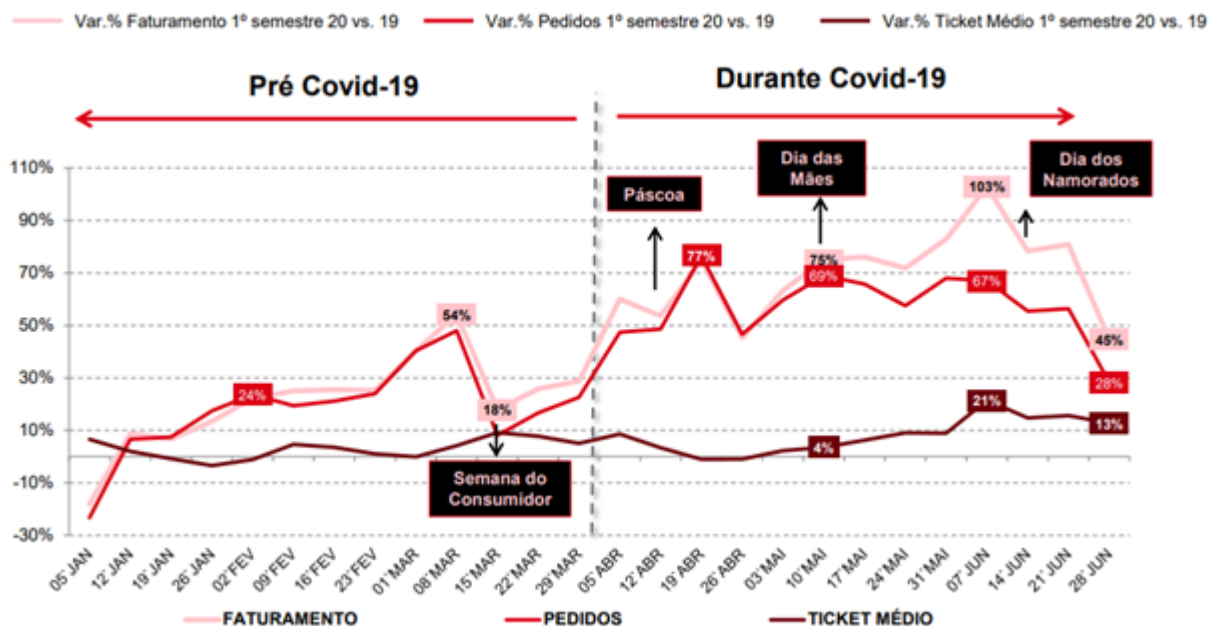
Figura 5: Comparativo Volume de pedidos 2016 a 2020.



Fonte: Ebit, 2020.

Nesse cenário, ao contrário do que muitos imaginavam, as pessoas não deixaram de comprar. O que aconteceu foi que elas se adaptaram ao “novo normal” e mesmo quem antes não comprava online por algum receio, agora compra, tanto é que o volume de pedido no primeiro semestre de 2019 chegou a um total de R\$ 65,2 milhões, já no mesmo período de 2020 esse valor total chegou a uma variação de 39%, elevando para 90,8 milhões de reais, se comparando com o primeiro semestre do ano de 2018 o volume de pedidos teve um salto ainda maior de R\$ 54,4 milhões para R\$ 90,8 milhões.

Figura 6: Crescimento pré e durante COVID-19 2020.



Fonte: Ebit, 2020.

Diante deste cenário, podemos observar que os principais impactos do COVID-19 dentro do setor de comércio eletrônico no Brasil em 2020, são:

- Salto nas visitas on-line:

A medida em que o acesso físico às mercadorias fica mais restrito com a porta dos estabelecimentos fechada, comprar pela internet se torna uma opção atrativa e mais segura, o acesso aos sites tem aumentado significativamente por pessoas interessadas em consumir principalmente produtos de cuidados pessoais, saúde e alimentação.

- Mudanças no comportamento do consumidor:

As compras on-line em supermercados, aplicativos de delivery e farmácia por exemplo, agora não são apenas uma questão de conveniência, mas sim uma necessidade. O período fez com que os consumidores se sentissem ainda mais confortáveis com a realização de compras em sites e aplicativos. A tendência é que esse perfil se consolide, as pessoas estão se acostumando com a praticidade e devem manter o hábito mesmo após o fim do isolamento.

- Entregas mais rápidas e eficientes através do mercado digital:

Com o aumento das compras virtuais, conseqüentemente aumenta a necessidade das entregas. Por isso, o novo foco são entregas ainda mais rápidas, o interesse em garantir que o consumidor receba a compra sem precisar esperar muito, tal preocupação na eficiência de prazo e entrega vem desde o ano de 2015.

CONCLUSÃO

O comércio eletrônico ou e-commerce, para muitas pessoas era algo do futuro, mas no Brasil já são quase 25 anos que esse futuro chegou. Nos últimos cinco anos o e-commerce se desenvolveu bastante como foi demonstrado anualmente nesse trabalho.

Apesar de ter se expandido nos últimos anos, ainda encontrava alguma resistência de muitas pessoas nascidas antes dos anos 90, porém com a pandemia do covid-19 muitas empresas foram forçadas a migrar para esse meio de negócio e viram que é viável e com custo baixo além de ser prático. Nesses últimos anos foram quebrados alguns paradigmas, como fretes mais acessíveis, entregas rápidas e formas de pagamentos seguras. As redes sociais alavancaram as vendas nos últimos dois anos, devido ao grande número de influenciadores e ao longo alcance. Outro ponto de destaque e com influência direta no aumento do faturamento do e-commerce anualmente, foram as vendas da *Black Friday*. A internet tem a mesma segurança de comprar um produto na loja física, além da política reversa não trazer nenhum gasto ou ônus para o cliente.

O e-commerce é um setor que ainda continua em expansão, a cada ano evolui cada vez mais, sem previsão para o fim desse setor.

Nota: Esta nota técnica é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso de Tecnólogo em Gestão Financeira, da Escola de Gestão e Negócios, apresentado em 11/2020.

Referências Bibliográficas

ScientificElectronicLibray Online – SciELO;

Biblioteca Virtual da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS;

Earnings Before Interest and Taxes – EBIT, com período de 2015 a 2020.

[32] Webshopper 32º edição. *Earnings Before Interest and Taxes* -EBit 2015.

[33] Webshopper 34º edição. *Earnings Before Interest and Taxes* -EBit 2016.

[34] Webshopper 35º edição. *Earnings Before Interest and Taxes* -EBit 2017.

[35] Webshopper 37º edição. *Earnings Before Interest and Taxes* -EBit 2018.

[36] Webshopper 38º edição. *Earnings Before Interest and Taxes* -EBit 2018.

[37] Webshopper 40º edição. *Earnings Before Interest and Taxes* -EBit 2019.

[38] Webshopper 41º edição. *Earnings Before Interest and Taxes* -EBit 2020.

[39] Webshopper 42º edição. *Earnings Before Interest and Taxes* -EBit2020.

Nota Técnica

15. RAIOS X DA PROFISSÃO TRADUTOR: FIRMES ATUANTES DO ABC E DO EXTERIOR REQUEREM MAIS RECONHECIMENTO DA PROFISSÃO E INTERCÂMBIO ESTRANGEIRO NO BRASIL

Bárbara Soares da Silva⁴⁸

Resumo Executivo

O trabalho que aqui se apresenta foi motivado pelo intuito de compreender como a profissão do tradutor nas crescentes interações com o cenário doméstico e o cenário estrangeiro influenciam a região do Grande ABC na questão do reconhecimento da área e como a sociedade estrangeira reconhece diariamente os profissionais que estão geograficamente localizados no Brasil, mas prestam serviços contínuo para organizações do mundo todo.

Palavras-chave: tradução, estrangeiros, profissão, Grande ABC.

Entre os membros das associações de tradutores profissionais no Brasil, a ATPIESP está desde 23 de março de 1963 no alto ranking de suporte a veiculação do contato de Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais do Estado de São Paulo que resultou do trabalho incansável de colegas pioneiros que sentiam a necessidade de agregar a classe sob uma bandeira comum.

Já na região do Grande ABC, à frente da brilhante iniciativa da Escola de Tradutores, está a palestrante, professora e tradutora Damiana Rosa. Em parceria e em associação com diversos colegas da área, o alunado que busca prover suporte ao além-mar estrangeiro recebe atenção contínua com esta iniciativa.

Segundo o Portal Desafios da Educação, as recentes informações do MEC alertam para uma diminuição de formados no Ensino Superior. Em contrapartida o número de matrículas cresce.

Os aspirantes à profissão só querem se formar. Em um crescente de cerca de 12 mil textos publicados advindos de outros países em diversos veículos de comunicação semanalmente, o tradutor ou *proofreader*, como é conhecido o revisor, há de se perguntar: a carreira se dá por muito trabalho ou por muita paixão?

O nosso país não integra nas câmaras municipais das cidades do Estado de São Paulo o reconhecimento da profissão ou do Dia do Tradutor, exceto em evento a ser sempre lembrado por profissionais da área no Grande ABC.

Este ocorreu na Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, em sessão realizada do dia 17 de outubro de 2018, em que a Câmara Municipal de São Bernardo do Campo comemora, a partir de então, anualmente, preferencialmente no mês de novembro, o "Dia do Tradutor e Intérprete no Município de São Bernardo do Campo". A comemoração ocorreu em sessão solene, para a qual foram convidadas autoridades civis e religiosas, bem como trabalhadores.

Na análise das competências, em nosso país temos tudo para tal reconhecimento. O que falta afinal?

Atualmente, temos na região do ABCD profissionais que estão na vanguarda de tais iniciativas como é o caso do Danilo Nogueira. Tradutor profissional de língua Inglesa desde 1970, fez muitas palestras sobre tradução, sempre a convite, em dezesseis cidades de cinco países. Publicou quase cem artigos em inglês. A maior parte do que traduziu se relaciona com a área de negócios, mas já, segundo o próprio, andou por outras terras também e, hoje, fatigado do corre-corre das

⁴⁸ Bárbara Soares da Silva. Doutora em Linguística Aplicada na PUCSP e Professora de Ensino Superior da FATEC Praia Grande.

agências nacionais e estrangeiras para as quais trabalhou quase meio século, se consagra no mercado sendo reconhecido por todos com respeito na área.

A tradução é uma profissão extremamente gratificante. Você pode enxergar a mesma como serviço de período integral, mas também como ganho extra. Tradutores representam uma parte essencial de diversas áreas do conhecimento e todos os dias há a oportunidade de lidar com temas dos mais impressionantes na rotina desta arte.

Tradutores devem sempre ser atentos aos detalhes, pois qualquer desvio pode significar proporções inimagináveis, positiva ou negativamente. Além disso, é uma das poucas profissões em que, quanto mais velho e experiente você se torna, melhor é o seu reconhecimento no mercado de trabalho. Traduzir é mais que substituir sentidos, significados ou meras palavras - não é um processo matemático ou raciocínio exato, em que A é igual a B. O bom tradutor sabe em um contínuo reconhecer que há referências culturais e compreende no momento adequado quando estas podem ser traduzidas para algo fiel e leal no idioma alvo ou quando devem ser adaptadas para os leitores.

Em contribuição advinda da Casa da Tradução, temos ainda em matéria publicada no ABC em 2014 menção importante ao cenário internacional no ramo dos Esportes, já em crescimento considerável nas iniciativas do campo da cooperação.

Para o bom tradutor, um bom mercado é aquele em que o respeito transpassa fronteiras, seja de qual geografia for, e ganha força, pois comunicar é diminuir espaços, é estar perto mesmo que longe.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. [1960] **Tradução** de Alfredo Bosi e Ivone Benedetti. 5ª edição revista e ampliada. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

ARISTÓTELES, De Anima. Apresentação, **tradução** e notas de Maria Cecília Gomes Reis. São Paulo. Ed. 34, 2006.

BEHAR, Patrícia A. et al "Objetos de aprendizagem para educação a distância" in BEHAR, Patrícia A. (orgs.). Modelos Pedagógicos em educação a Distância.

16. MARKETING DIGITAL E O PERÍODO PANDÊMICO

Maisa Sodré⁴⁹
Maria Aparecida da Silveira⁵⁰

Resumo Executivo

Esta nota técnica trata do universo digital, mais especificamente o 'marketing digital', instrumento que vem revolucionando o mercado desde os anos 2000. Apresentam-se os impactos da pandemia em diversos setores da economia e as medidas adotadas sobre seus negócios e o mundo do trabalho. Como resultado, muitas empresas têm visto na internet - e nas redes sociais – um meio de continuarem operando e de oferecerem alternativas de atendimento aos clientes, utilizando estratégias de marketing digital.

Palavras-chave: Marketing digital; Universo digital; Internet; Redes sociais; Pandemia.

Introdução

Em 2020, o mundo foi atingido em dois aspectos significativos: saúde e financeiro. Uma pandemia de coronavírus, originária na China em setembro de 2019, foi se alastrando por vários países contaminando inúmeras pessoas, levando milhares a óbito e tantos outros necessitados de atenção especial e cuidadosa da medicina. Governos tiveram que tomar medidas drásticas para que não houvesse um colapso. E dentre essas medidas, o confinamento de pessoas em casa, o fechamento do comércio, de empresas, proibição de atividades que geram aglomerações, como: entretenimentos e espaços educacionais. Essas medidas de contenção visavam conter a proliferação do vírus, como: orientação para higienização das mãos, uso de álcool e de máscaras.

Este ocorrido sacudiu o mercado de trabalho e, conseqüentemente a economia do mundo. Empresas tiveram que readequar rapidamente ao "home office" a fim de não quebrarem, comércios tiveram que readequar a sua forma de atendimento.

Nesta diretriz, a tecnologia por meio da internet teve uma enorme contribuição no refazer de vários setores econômicos, de produtos e serviços. Segundo Patrícia Canepa e Patrícia Merino, consultoras e especialistas em liderança, no livro "O futuro do Trabalho: guia ágil para sua reinvenção profissional"(2020) destacam: "A aceleração da adoção digital nos primeiros meses da pandemia fez com que tudo viesse cinco anos adiantado. E, portanto, o que vimos como uma fase mais distante está aqui agora".

Transformação do Mundo do Trabalho e as Habilidades Humanas

Estamos na era da indústria 4.0 que reúne várias tecnologias a fim de compor um cenário completamente novo e essencial para o ambiente empresarial. Isto é aliada a Inteligência Artificial

⁴⁹ **Maisa Sodré.** Graduada em Letras, certificada e embaixadora Builderall em Mkt Digital. É especialista em estratégias de Marketing Digital. Associada do ITESCS, franqueada Grupo Big Boss. Diretora na Super Agência Portal para Negócios. Atuou como assessora de Desenvolvimento Econômico nas Prefeituras de Santo André e São Bernardo do Campo, e na Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC

⁵⁰ **Maria Aparecida da Silveira.** Graduada em Ciências Sociais pela FSA. Mestre em Serviço Social pela PUC-SP. Franqueada do Grupo Big Boss. Especialista em MKT Digital. Consultora de Projetos Sociais. Diretora/Presidente na Bioplénus em Desenvolvimento Humano. Atuou como Presidente do Conselho Gestor das Casas Abrigo do Grande ABC no Consórcio Intermunicipal, Diretora do Departamento de Direitos Humanos na Prefeitura de Diadema, Coordenadora do Plano Municipal e Educação de Santo André 2015-2025.

(AI) uma mega revolução da computação. A AI pode tanto ser um hardware ou software que tem como função responder de forma inteligente aos padrões de um banco de dados, cuja finalidade é otimizar a produção.

Esta transformação na produção de objetos exige um conjunto de competências, como: técnicas e humanas. Segundo Cánepa, “no lado técnico há três aspectos a serem focados: dominar as habilidades da sua especialidade, combinadas com habilidades tecnológicas, ou seja, habilidades que permitem que pessoas administrem no mundo de hoje e, enfim, tudo está relacionado com habilidades de gestão”.

Entretanto, no mundo do trabalho hoje, para Cánepa “as competências humanas são cada vez mais importantes é o que estudos nos dizem, que as organizações têm dificuldades em conseguir”. Dentro das habilidades humanas destacam-se: colaboração, empatia e criatividade.

Para Cánepa, “enfrentamos um mundo ágil, um mundo onde você tem que colaborar, senão não se consegue os resultados com a velocidade ou com a eficiência que se espera”.

Patrícia Merino reforça a necessidade de desenvolver pensamentos críticos, capacidade de visualizar várias perspectivas, “e de abraçar a diversidade, buscando ativamente pessoas que pensem diferente. Se em uma equipe todos começarmos a pensar da mesma forma, estamos fazendo algo errado”. Aqui se compara ao “pensar fora da caixa”.

A pandemia provocou novos cenários nos modelos de organização ágil de suma importância e, isso exige um repensar a pessoas como seres criativos e intuitivos.

Segundo Merino, “nesta era, ser criativo implica identificar problemas e para isso é preciso primeiro ter empatia, saber identificar problemas e, se a pessoa identifica um problema, automaticamente pensará na solução”. E, mais “essa criatividade que deve ser promovida: chama-se criatividade prática, que se define como a capacidade de identificar e resolver problemas”.

Estamos na Era da diversidade, da agilidade, de transformação constante. Isso exige novas reconexões, novos fazeres. Para as autoras Cánepa e Merino (2020), “as pessoas precisam se reconectar com os seus egos criativos, desmitificar idéia de criatividade como um dom extraterrestre, que somente alguns a possuem”. Segundo as autoras, se as pessoas seguirem um método, podem vir a ser pessoas criativas. “O grande problema é que as pessoas pensam que isso vai acontecer através de uma epifania”.

Há uma urgência no processo de reinvenção contínua, é isso se dá no aprendizado ativo. Para Cánepa, o caminho é “a melhor forma de aprender é fazendo e espera-se que nas organizações ágeis as pessoas se envolvam em projetos onde efetivamente coloquem em prática essa premissa”. Para ela, “experimentar e errar, para aprender ao longo do caminho. Pessoas curiosas são necessárias para se explorar”.

Nesta diretriz, o Marketing Digital possibilita inúmeros aprendizados, ensaios tentativos, erros e acertos para atingir o objetivo, ou melhor, o resultado final. Isto permite conexão com inúmeras pessoas ao mesmo tempo. Abre leques de muitas possibilidades de negócio.

Este artigo trata exatamente deste “universo digital”, especificamente o “Marketing Digital”, um instrumento que vem revolucionando o mercado desde os anos 2000.

O que é o Marketing Digital?

Segundo o Blog de uma das mais referidas plataformas online (Hotmart) que distribui e comercializa conteúdos digitais: “o Marketing Digital é definido como um conjunto de ações desenvolvidas para se comunicar com potenciais clientes da internet, divulgando marca ou

produto. Sendo que algumas das estratégias são SEO, e-mail marketing, marketing de conteúdo e muito mais”.

Com a Revolução Tecnológica, a internet tornou parte da vida do ser humano. É quase humanamente impossível pensar em viver sem se conectar com a internet. As atividades cotidianas são impactadas pela transformação digital. E dentre elas estão inclusos os hábitos de consumo.

A aquisição de produtos e serviços por meio do comércio eletrônico vem no crescente desde os anos de 2000. Mas o que é esse comércio eletrônico? Segundo Vidigal (2003, pág.38) “consiste na realização de negócios pela internet, que inclui venda de produtos e serviços físicos, entregues offline e de produtos digitalizados e entregues on-line, nos segmentos de mercado consumidor empresarial e governamental”.

Para Azevedo (2002, p.19), o comércio eletrônico se divide em duas gerações. Na primeira, enquadram-se nas transações financeiras e comerciais efetuadas eletronicamente. Na segunda geração, quaisquer transações comerciais e financeiras baseadas em ambiente internet. Turban (1999, p. 84) definiu o comércio eletrônico como "o processo de comprar e vender eletronicamente produtos e informações. O comércio eletrônico descreve a maneira como ocorrem as transações através de redes de computadores, principalmente, em redes públicas como a internet”.

O Marketing Digital exige um relacionamento com o cliente, para que o produtor ou ofertador de serviços possa atendê-lo em suas reais necessidades, ou então, não terá efeitos algum a sua divulgação junto ao seu consumidor.

Segundo Fuoco (2003, p. 39), é essencial estar atento aos consumidores para conhecê-los, com mais detalhes. "Pela internet se chega a um tipo de cliente diferente daquele que a empresa já se acostumou a atingir pelos meios tradicionais. O importante para a organização é conhecer este novo consumidor. Ele deve ser estimulado a se apresentar e divulgar o mínimo de informações para que possa ser montado um perfil, saber valorizar cada detalhe informado pelo mesmo. A empresa deve estar atenta aos detalhes que irão trazer informações sobre sua personalidade, seus gostos e preferências. É importante identificá-lo a cada visita que ele faz ao site, ele saberá que os dados fornecidos não foram em vão e estão sendo usados para seu próprio benefício”.

O que se pode fazer com todas as informações e cliques dos clientes? Tendo base das informações fornecidas nas últimas compras, este cliente pode ser comunicado sobre novas promoções ou lançamentos que atenda o seu desejo/gosto. Desta forma, ele se sentirá parte de uma carteira de cliente renomados, por ter um tratamento diferenciado. Não se sentirá invadido ou incomodado, considerando que recebe ofertas de acordo com a sua preferência, e não propagandas distribuídas em massa a todos os consumidores.

Para Fuoco (2003), é imprescindível fazer uma escuta qualificada do consumidor, pois a concorrência na internet é gigantesca e dia e após dia entram novos concorrentes. Daí a necessidade de criar uma fidelização, para manutenção das vendas com o seu público alvo.

Como as empresas estão vendendo

- Venda pelo Site: comércios que já atuavam com e-commerce mantiveram suas vendas pelos sites pelos sites ou marketplaces, ampliando o atendimento por mídias sociais;
- Venda por redes sociais: diversos negócios que não possuem um site para e-commerce estão utilizando as mídias sociais como plataforma de vendas, recebendo pedidos por WhatsApp ou por direct;

- Venda por telefone: um número pequeno de empresas utiliza as redes sociais como vitrine para seus produtos, realizando as vendas por telefone.
- Venda por aplicativos: empresas de alimentação e bebidas passaram a integrar aplicativos de delivery, como iFood e UberEats, para ampliar o atendimento;
- Venda por encomendas: como forma de reduzir sobras e vender todo o estoque, diversos negócios passaram a produzir de acordo com a demanda, atendendo apenas pedidos de encomendas.

A importância da Internet na Vida das Pessoas

O número de pessoas conectadas a internet cresce dia após dia, seja por meio de pesquisas de temas ou assuntos que lhe dizem respeito, seja para relacionar-se com outras pessoas e, para consumir ou vender algo.

Segundo dados do SEBRAE, 58% da população brasileira fazem uso da internet, o que corresponde a mais de 100 milhões de pessoas. E 89% da população utilizam aparelhos celulares como um principal dispositivo; 74% das pessoas usam as redes sociais para tomar decisões de compra. Vejam-se estes dados representados no gráfico:

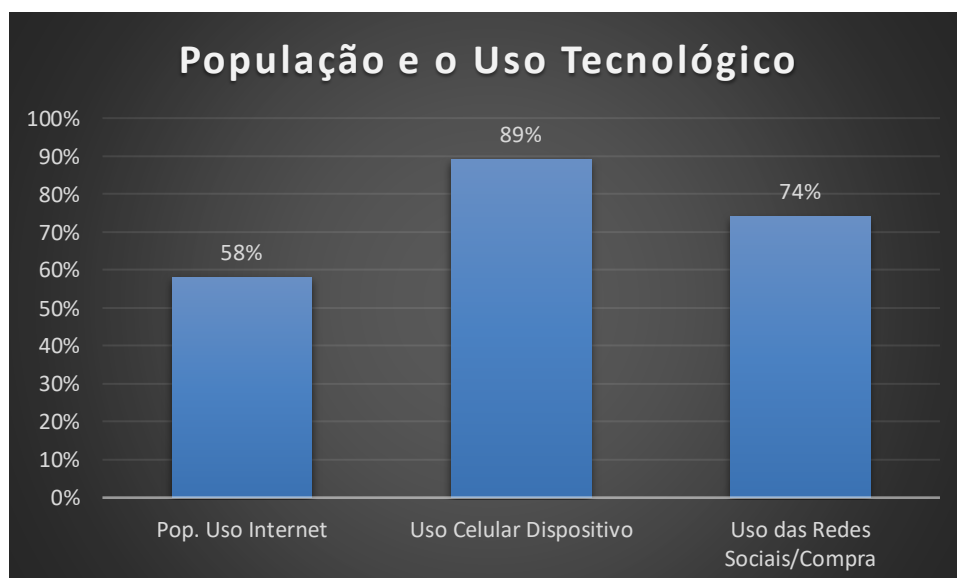


Gráfico 1: Dados do Sebrae “Estratégias para sua empresa decolar na internet”.

Atualmente um dos meios para atingir a população são as redes sociais, haja vista que 74% das pessoas fazem uso destes recursos para adquirir bens e serviços. Com base nesta informação, profissionais e empresas fazem uso da Rede Social que conecta pessoas de todas as partes do Brasil e do mundo: o Facebook. Neste caso em especial, trata-se do Facebook Business, local que promove anúncios atingindo o público alvo da empresa.

Segundo dados pesquisados pelo Sebrae, mais de 93% de profissionais de marketing utilizam o Facebook Business para promover produtos e serviços. Isto porque é 35% em média mais barato que outras mídias online com o mesmo alcance. E, três vezes mais foi o ROI (Rendimento Sobre Investimento) de 70% das empresas que anunciaram no Facebook.

As redes sociais atingem bilhões no mundo e milhões de brasileiros. O Facebook possui mais de 1,5 bilhão de usuários ativos! No Brasil são mais de 100 milhões mensais. Outros 2,4 milhões de pesquisas são realizadas por minuto no Google. Os brasileiros interagem em números expressivos com Youtube. Trata-se do segundo maior mercado em tempo de visualização no mundo: são 98 milhões.

Portanto, se empresas e empreendedores não conectam a estas redes (Facebook Business, Google Ads e Youtube), estão perdendo grandes oportunidades de negócio. Vale lembrar a seguinte frase: “Quem não é visto, não é lembrado”.

Período Pandêmico e o Sucesso de Empresas

Este período pandêmico mexeu com os setores produtivos, de consumo e de serviço. Com isso, inúmeras empresas tiveram que se reinventar, buscar soluções reais para superarem os seus obstáculos no campo econômico e relações de trabalho.

Levando em conta a impossibilidade de contato direto como as pessoas sejam elas consumidoras ou profissionais, o caminho e a necessidade direcionaram empresas a promoverem soluções digitais, para atenderem as pessoas e, manter-se no mercado.

Há empresas que já atuavam com o Marketing Digital e tiveram um crescimento exponencial nestes meses de coronavírus. Acompanhe o gráfico a seguir:

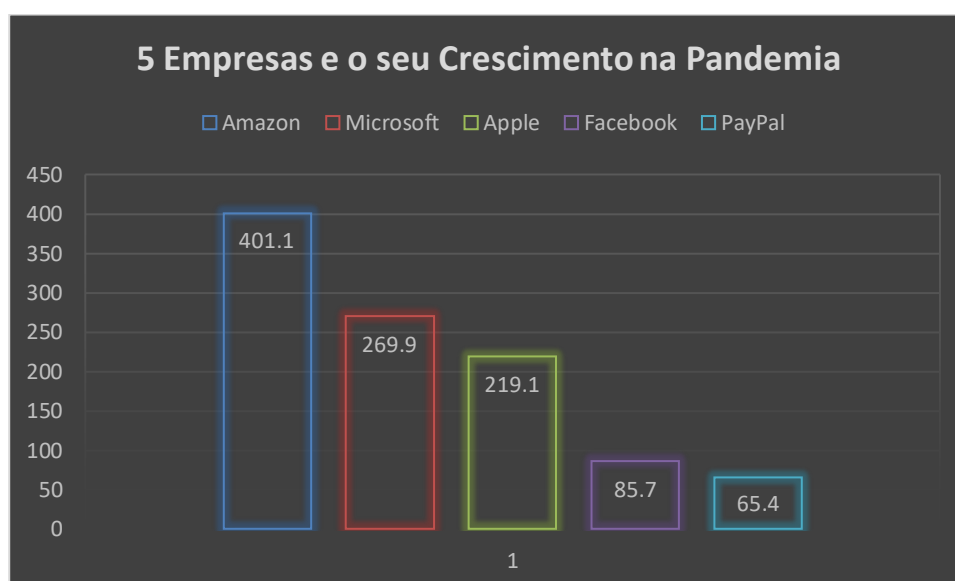


Gráfico 2: Negócios que cresceram durante o Coronavírus - sunoresearch

Essas empresas registraram crescimento expressivo neste período, devido a inesperada disseminação do home office em nível mundial. As gigantes em vendas digitais possibilitaram comprar bens de primeira necessidade on-line.

A Amazon, uma gigante varejista multinacional de tecnologia norte-americana que se concentra no e-commerce, viu sua capitalização aumentar em US\$ 401,1 bilhões (cerca de R\$ 2,4 trilhões) durante a pandemia. Enquanto líderes mundiais ordenavam as pessoas a permanecerem em suas casas, a Amazon vendia bens indispensáveis à sobrevivência.

A Microsoft ganhou US\$ 269,9 bilhões por meio de capitalização, graças ao boom do aplicativo de comunicação Teams. A empresa posicionou o seu foco estratégico para o armazenamento de dados na nuvem com o Azure, que se apresentou em evidência a muitas empresas.

Enquanto isso a produtora de iPhones Apple cresceu o seu valor de negócio em US\$ 219,1 bilhões. No primeiro trimestre de 2020, atingiu a casa dos US\$ 58,3 bilhões em receita, mesmo tendo encerrado suas atividades em 500 lojas físicas.

Executivos da Apple anteviram que as vendas de determinados itens seriam aceleradas. Então lançaram novo iPhone, iMac e MacBook Air atraindo assim milhões de consumidores que

trabalhando home office escolheriam trocar seus eletrônicos para modelos mais atualizados e comodidade.

A Rede Facebook alcançou o valor de US\$ 85,7 bilhões no mercado graças ao aumento de 39% das impressões de publicidade realizadas nos três primeiros meses deste ano. Como também a procura e a busca frenética de 2,6 bilhões de usuários ativos por entretenimento. Os níveis de engajamento na plataforma explodiram. Isso contrabalançou a queda nos gastos de publicidade decidida por muitas empresas.

Outro recurso utilizado pelo Facebook foi o bate-papo por vídeo e transmissão ao vivo, além da plataforma de comércio eletrônico.

Por fim o PayPal uma das plataformas de pagamento online ganhou US\$ 65,4 bilhões em valores no mercado, devido aos 7,4 milhões de novos usufrutuários que se registraram no mês de abril do ano corrente.

Nesta pandemia a empresa ganhou máxima relevância, por conta dos novos recursos gerados a vendedores a fim de gerenciar os seus pagamentos, sem que a sua clientela fosse a lojas físicas.

A empresa PayPal demonstrou-se indispensável neste período de confinamento, quando favoreceu o Programa de Proteção de Pequenas Empresas difundido pelo governo do EUA empréstimos federais no valor de mais de US\$ 1 bilhão. O seu aplicativo Venmo de transferência de dinheiro aumentou sua popularidade e espaço no mercado nesta pandemia.

Marketing Digital e a Inovação nas formas de trabalho

A Revolução Tecnológica expande a passos largos e velozes. Desta forma, modifica e inova as formas de trabalho.

Com o crescimento do desemprego as pessoas precisam criar novas formas de gerarem renda. Com isso trabalhadores se lançam como autônomos ou independentes.

No Brasil, segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), **“a taxa de população desocupada (14 milhões de pessoas)”, manteve estabilidade no trimestre setembro a novembro de 2020 (13,8 milhões) e elevou-se a 18,2% (2,2 milhões de pessoas a mais) em relação ao mesmo trimestre de 2019 (11,9 milhões).**

Em contrapartida a população ocupada (85,6 milhões) subiu 4,8% (3,9 milhões de pessoas a mais) em relação ao trimestre de setembro a novembro de 2020 e caiu 9,4% (menos 8,8 milhões de pessoas) referente ao mesmo trimestre de 2019.

Para agregar mais conteúdo aos dados supracitados o número de trabalhadores autônomos também cresceu de forma exponencial, 24,4 milhões de pessoas trabalhando por conta própria, crescimento de 3,9% comparando-se os anos de 2018 e 2019.

A GigEconomy, também conhecida como “economia compartilhada” ou “economia de freela”, se caracteriza por novas formas de trabalho baseadas em freelancers, empregos temporários, ou autônomos, pagos de acordo com a realização de trabalhos sob demanda ou serviço prestado. Essa economia se configura, portanto, pela troca de serviços por dinheiro – como o aplicativo de transportes ou entregas – ou pela troca de prestação de um serviço por outro – hospedagens, por exemplo –, de acordo com a demanda gerada pelo consumidor. Assim, contratante e contratado não formam vínculos empregatícios formais, mas sim agem a partir do contrato firmado entre eles ou sob a demanda existente do consumidor final

A crise econômica de 2008 obrigou as pessoas a buscarem alternativas para honrarem suas contas e incrementarem suas rendas, em destaque nos Estados Unidos e Europa, que padeceram

com as consequências drásticas do desemprego. Confronte e se surpreenda com o potencial de mercado a seguir:

- **162 milhões de pessoas** nos Estados Unidos e Europa estavam engajadas em algum tipo de trabalho independente em 2016, estes representavam 20 a 30% da população economicamente ativa. Estes 162 milhões estão categorizados da seguinte forma:



Gráfico 3: SIS_RI_GigEconomy – Janeiro de 2020

- **49 milhões de pessoas** são trabalhadores independentes, ou seja, possuem essa forma de trabalho como principal fonte de renda;
- **64 milhões de pessoas** são assalariados, mas também trabalham ocasionalmente para ter uma renda extra;
- **26 milhões de pessoas** são carentes e utilizam essa forma de trabalho para complementar a sua renda por necessidade;
- **23 milhões de pessoas** são relutantes em aceitar esse tipo de trabalho, pois possuem como fonte de renda primária o trabalho autônomo, mas preferem trabalhos tradicionais.

Nos Estados Unidos e na Europa, esses trabalhadores ganham em média US\$ 13.464,00 ao ano.

Em 2025, a previsão é que esses trabalhadores representem 2% do PIB mundial, cerca de US\$ 2,7 trilhões.

Em 2027, 60% da força de trabalho devem ser de profissionais independentes.

No mundo, a contratação de profissionais livres é bem significativa, confira no Gráfico 4:



Gráfico 4: SIS_RI_GigEconomy – Janeiro de 2020.

A GigEconomy utiliza a cultura de inovação para atuar de forma diferenciada no mercado de trabalho. Diante disso, transforma constantemente o relacionamento da empresa com o consumidor e com o colaborador, e vice-versa. Logo, as empresas que atuam no segmento com profissionais da GigEconomy precisam inovar sempre, a fim de atenderem as demandas dos trabalhadores e dos consumidores e para não ficarem ultrapassadas no mercado.

Conclusão

O mercado e o perfil do consumidor estão em constante transformação. Há alguns anos, os consumidores tinham que adaptar suas necessidades e expectativas à oferta e, portanto, às empresas. Nessa nova fase pandêmica, são as empresas que precisam antecipar as necessidades e atender aos anseios e expectativas dos consumidores, cada vez mais atentos e exigentes, para se manterem relevantes no mercado.

Roger Carrara, Gerente de Relacionamento e Customer Experience na Delivery Much Brasil, uma franqueadora do setor de delivery online com foco em cidades no interior do país, explica que a experiência do cliente está centrada no modo como a empresa vende e na maneira como ela interage com o consumidor durante toda a jornada de compra.

Para Carrara, “A experiência do cliente diz respeito à percepção dele sobre o seu produto ou seu serviço, através de todas as interações que ele faz durante o ciclo de vida com você. Isso significa que a experiência de compra dele não é só na compra efetivamente, na assinatura do contrato, por exemplo. Ela começa antes e termina depois da compra. É uma percepção física, sentimental e emocional de tudo o que o consumidor sente quando ele está em contato com a sua empresa. E o maior desafio é exatamente não deixar nenhuma dessas interações de fora”, esclarece.

Muitas vezes, pequenos empresários podem associar a experiência do cliente a grandes empresas, como Netflix, Uber, Nubank e Starbucks. No entanto, trabalhar a experiência do cliente é uma iniciativa que qualquer tipo de empresa, independente do seu porte, pode tomar. “A partir do momento que você tem um cliente, você pode trabalhar a experiência dele. Pode ser uma operadora de cartão de crédito ou um quiosque que vende água de coco. Cada um tem a sua forma de trabalhar com a experiência do cliente”, diz Roger. Além disso, o especialista afirma que o pequeno negócio tem certa vantagem nesse quesito.

“Uma vantagem para pequenas empresas é a facilidade de conexão emocional delas com o cliente. As grandes empresas têm muita dificuldade de se aproximar dos clientes, pois o volume de atendimento e solicitações são maiores; e o pequeno negócio, não. Esse termo conexão emocional é o que alavanca uma boa experiência. E o pequeno empreendedor sai na frente, ele consegue fazer isso”, explica.

Muitas empresas têm visto na internet – e nas redes sociais – um meio de continuarem operando e de oferecerem alternativas de atendimento aos clientes e construindo sua estrutura digital:

- Manter seus clientes engajados, mesmo que não possa atendê-los no momento.
- Publicar dicas sobre produtos, serviços e o que fazer na quarentena, oferecer cursos online e outras ações, para manter um diálogo com o cliente.
- Se oferecer entrega/delivery, é importante deixar claro as regiões que atenderá e o custo desse serviço. Muitos negócios têm ofertado entrega grátis como diferencial.

- Ampliar seus canais de atendimento.
- Trabalhar com vendas em redes sociais, no WhatsApp, por telefone, pelo site, em aplicativos... A dica é facilitar o acesso do cliente aos seus produtos e serviços e retirar os empecilhos para a venda.
- Mostrar preocupação com o bem-estar de seu cliente.
- Ser transparente com os processos de higienização da empresa e reforce a importância de estar seguro.
- Não se esquecer de agradecer ao cliente! Pode ser numa postagem nas redes sociais ou num bilhete enviado com o produto. Se o cliente sentir que é uma importante peça na recuperação da empresa, ele ficará mais propenso a comprar e a divulgar a marca.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA IBG-ENOTÍCIAS. PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 14,4% e taxa de subutilização é de 30,6% no trimestre encerrado em agosto de 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29934-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-1-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-0-no-trimestre-encerrado-em-novembro-de-2020>. Acesso em 21.02.2021

AZEVEDO, Jovane. **Metodologia para um modelo flexível de cadeia de abastecimento utilizando o comércio eletrônico**. Santa Catarina: Ed. Unisul, 2002.

CANEPA, Patrícia, MERINO, Patrícia. O Futuro do Trabalho: guia ágil para sua reinvenção profissional. 1ª. Ed. Peru, Conecta, 2020

CAUTI, Carlo. **Veja as 10 empresas que mais cresceram durante o coronavírus. Suno Notícias**, 2020. Disponível em <https://www.suno.com.br/noticias/veja-10-empresas-mais-cresceram-coronavirus>. Acesso em 20.02.2021

COSTA, Filipe Corrêa da e FALCÃO, Raphael Almeida. Estratégias digitais para sua empresa decolar na internet. SEBRAE-AL e MT, 2017 disponível em www.sebrae.com.br. Acesso em 20.02.2021.

FUOCO, T. **Guia do Valor econômico de comércio eletrônico**. São Paulo: O Globo, 2003.

SEBRAE. **Descubra como empreender com as novas formas de trabalho. Relatório de Inteligência**. Disponível em: <https://atendimento.sebrae-sc.com.br/inteligencia/relatorio-de-inteligencia/gig-economy-como-empreender-com-novas-formas-de-trabalho>. Acesso em 20.02.2021

VIDIGAL, M. TÂNIA. **E-Marketing: o marketing na internet, com casos brasileiros**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2003.

17. A EVOLUÇÃO TRAZIDA PELOS BANCOS DIGITAIS

Vinicius Oliveira Silva⁵¹

Cintia dos Santos Santiago⁵²

Juliana Alves⁵³

Mayara Martins Olicio⁵⁴

Resumo Executivo

Com a entrada das Fintechs no sistema financeiro nacional, o anseio e exigência por mais tecnologia, praticidade, dinamismo e inovação fez com que os bancos tradicionais precisassem se adaptar para acompanhar esse novo cenário. A geração da década atual e das que estão por vir querem muito mais do que se oferece hoje, estão mais exigentes, atentas e não aceitam mais do mesmo. Os bancos digitais trouxeram algo que até então não era imaginado, a desburocratização, velocidade nos processos e o mais importante, soluções em apenas alguns cliques sem sair de onde o cliente estiver. Prática e otimizada, porém, vulnerável tecnologicamente, abrindo margem para roubos e fraudes, a nova tecnologia bancária veio como uma divisora de águas, e o sistema, até então acomodado e oligopolizado, acordou para as mudanças e enxergou que a zona de conforto já não era mais uma opção.

Palavras-Chave: Tecnologia; Inovação; Bancos digitais; Soluções.

Introdução

As evoluções e inovações tecnológicas aconteceram em todos os setores ao redor do mundo, não sendo diferente para o setor bancário com o surgimento dos bancos digitais. Essa nova tecnologia acarretou muitas mudanças nos serviços que antes eram oferecidos apenas por agências bancárias, querendo acompanhar esse progresso, os bancos tradicionais tiveram de se adaptar a esse novo cenário, onde os correntistas procuram sanar seus problemas de forma prática e rápida.

“Os mais variados setores da vida social já dependem, em maior ou menor grau, da tecnologia, e não há como escapar dessa realidade e da demanda de uma nova geração que anseia resolver as suas pendências de forma cada vez mais rápida e cômoda” (JESUS, 2017). Nota-se que é oferecido cada vez mais opções de serviços ‘online’, trazendo também a preocupação com a segurança digital.

Assim delinear-se os seguintes objetivos de pesquisa: o objetivo geral que é identificar, analisar e apresentar as inovações digitais e seus impactos tanto no sistema financeiro brasileiro quanto para seus usuários em relação à posição consolidada dos bancos tradicionais. Para ter uma resposta mais eficaz para esse objetivo geral, traçou-se os seguintes objetivos específicos: facilitar o entendimento e adaptação dos usuários do sistema bancário brasileiro sobre os bancos digitais e suas inovações ao longo dos anos recentes. Também ajudar na tomada de decisão referente a identificação e necessidades atendidas pelo melhor sistema, seja tradicional ou digital de acordo com o perfil individual.

Nesta pesquisa, falaremos sobre o sistema bancário brasileiro, os bancos tradicionais, a onda de inovação bancária, Fintechs e bancos digitais. A identificação, análise e demonstração da pesquisa se justifica pela importância do entendimento e adaptação, não somente pelo sistema como também pela sociedade, perante a realidade abordada.

⁵¹**Vinicius Oliveira Silva.** Prof. USCS, Mestre em Economia e Especialista da Fundação Procon-SP.

⁵²**Cintia dos Santos Santiago.** Aluna do 4º sem. do Curso de Gestão Financeira da USCS.

⁵³**Juliana Alves.** Aluna do 4º sem. do Curso de Gestão Financeira da USCS.

⁵⁴**Mayara Martins Olicio.** Aluna do 4º sem. do Curso de Gestão Financeira da USCS.

Desenvolvimento

Os bancos são instituições financeiras que criam moeda e atuam como intermediários financeiros. Por visarem o lucro próprio e exercerem uma função essencial nos sistemas de pagamento e de crédito das economias capitalistas, os bancos são submetidos a rigorosos controles de concorrência e regulação pelo Estado. Sua evolução ao longo dos anos foi acompanhada pelo sistema institucional sendo supervisionado pelo Banco Central do Brasil que define regras para garantir a credibilidade do sistema monetário no país, e que autoriza quais instituições podem captar depósitos à vista e criar moeda. Dentro as funções do Banco Central temos a estabilidade de preços (controle de inflação), regulando a quantidade de moeda em circulação dentro dele e supervisionando as atividades dos bancos. Ele acompanha o mercado e busca garantir a estabilidade do sistema financeiro. Um mercado otimista faz com que os bancos aumentem sua oferta de crédito com garantias menores, já em um cenário pessimista, essa concessão de crédito diminui e as garantias se tornam maiores.

Os Bancos Tradicionais

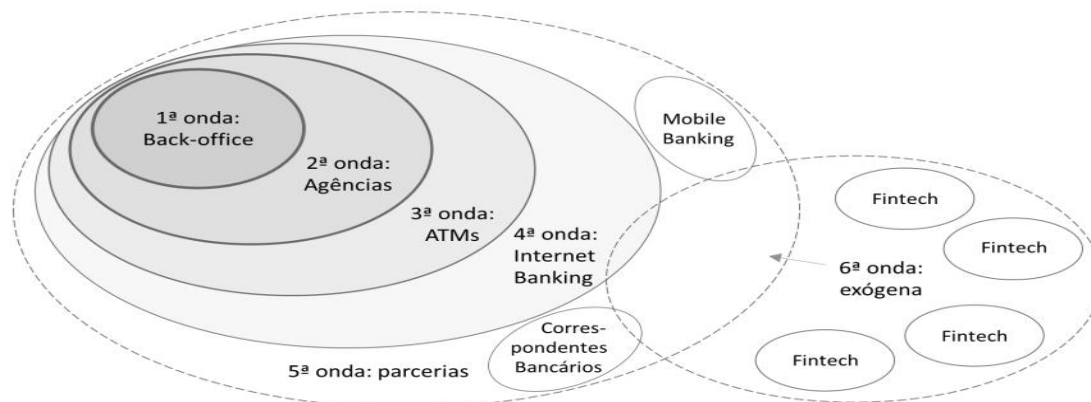
As instituições tradicionais são aquelas que possuem uma história de atuação e suporte financeiro aos agentes econômicos, passando credibilidade para o bom funcionamento de toda economia. Pode-se definir, portanto, bancos tradicionais como as instituições financeiras centenárias que atuam no país e que possuem seus métodos já conhecidos, com alguma inovação. Esses bancos são caracterizados pela presença física de suas operações, através de agências bancárias e postos de atendimento, como caixas eletrônicos em cidades grandes, médias e pequenas ao nível nacional. Além disso, eles possuem um peso associado ao seu nome e uma imagem já conhecida por grande parte do mercado. As tradições associadas ao seu modelo de negócio contribuem para que os clientes saibam o que esperar ao usarem seus serviços. Recentes mudanças em seus comportamentos buscam alterar algumas características que já não são as melhores aos olhos dos consumidores, ao mesmo tempo, em que tentam manter a confiança conquistada pelos anos de atuação. O estudo de seus modos de operação, das suas áreas de atuação, do setor regulatório existente e dos principais exemplos de bancos tradicionais no país é essencial para o entendimento de como o sistema bancário brasileiro está organizado. A seguir, tem-se início à análise com a classificação dos principais tipos de atuação bancária. (NETO, N. M. A; ARAUJO, A. B. 2020).

A Onda da Inovação Bancária

A onda da inovação bancária é uma referência a automação das transações bancárias.

As sucessivas ondas revelam que a tecnologia foi aplicada inicialmente na automação de processos internos dos bancos para se mover de forma gradativa em direção a uma maior interação com os clientes. Elas não obedecem a uma lógica sequencial estrita, ou seja, as inovações relacionadas a um nível de automação não necessariamente acabam quando aparece uma nova. Por exemplo, as inovações relacionadas à quinta ondam convivem com inovações da primeira onda (Back Office), que continuam a evoluir com as novas tecnologias de big data. O uso mais intensivo de celulares no acesso às contas bancárias gerou novas necessidades dos bancos, que passaram também a considerar a posição geoespacial do cliente em seus modelos analíticos. Em síntese, novas frentes de inovação junto aos clientes se articulam com inovações em processos internos dos bancos. (CERNEV, K. A; DINIZ, E; JAYO, M. 2019).

Figura 1: Ondas das Inovações Bancárias



Fonte: Cernev e Diniz (2019, p. 11)

O Quadro 1 resume alguns dos fatores determinantes envolvidos em cada uma das ondas de difusão de inovações no setor bancário.

Quadro1: Características das Ondas de Inovação Bancária

	Tecnologias	Demanda de Mercado	Regulamentação
Primeira Onda	<i>Mainframe</i>	Aumento do número de clientes leva ao crescimento do volume de transações processadas em <i>Back Office</i> .	Incentivos à concentração bancária e à automação de registros contábeis.
Segunda Onda	Minicomputadores	Necessidade de processamento no nível da agência, implantação de sistemas online.	Restrição às importações e investimentos na indústria nacional.
Terceira Onda	Microcomputadores	Demanda por autoatendimento, no ambiente da agência e através de caixas eletrônicos.	Controle inflacionário.
Quarta Onda	<i>Home e Office Banking; Internet.</i>	Maior interatividade e comodidade para clientes que já dispõem de computadores.	Legislação de provedores e responsabilidades na web.
Quinta Onda	Mobilidade e Convergência Digital.	Maior capilaridade e ubiquidade para expansão da rede de clientes.	Sistema financeiro inclusivo e maior uso telecomunicações no mercado financeiro.
Sexta Onda	Computação em Nuvem; <i>Big Data</i> ; Ferramentas Analíticas; Redes Sociais.	Pagamentos por serviço utilizado; agilidade compatível com ambiente de alta conectividade; pressão por preço em detrimento da fidelidade a fornecedor.	Regulamentação por categoria de serviço (por exemplo, arranjos Depagamento, <i>Equity Crowdfunding</i>).

Fonte: Cernev e Diniz (2019, p. 12)

FINTECHS

Fintechs são Startups que oferecem serviços por tecnologia avançada, usualmente no ambiente digital e que, geralmente, não estão vinculadas a nenhuma instituição, empresa ou organização. Essas empresas possuem modelo de negócios inovadores, usam a tecnologia como base e ofertam produtos exclusivos no mercado. Mesmo uma Fintech sendo uma instituição com

propostas inovadoras, seus objetivos são trazer soluções para serviços já existentes no mercado, porém, os deixa mais rápidos e práticos. Em relação aos bancos tradicionais, as Fintechs oferecem produtos mais eficientes, baratos e menos burocráticos, o que cativa os clientes principalmente mais jovens. Seu principal foco é no usuário e em como melhorar suas experiências e atender suas expectativas.

Bancos Digitais

Os bancos digitais são uma versão evoluída e 100% tecnológica dos bancos tradicionais dos quais estamos acostumados.

Bancos digitais são bancos cuja operação e serviços são entregues predominantemente de forma digital, através de infraestrutura tecnológica moderna. Não se trata apenas da oferta de serviços financeiros por *desktop* e *mobile* – todas as funções vitais do banco (*MiddleBack-End*) devem ser igualmente tecnológicas para que o banco seja considerado digital. Bancos digitais fazem parte de um contexto maior de transformação do setor bancário em direção ao *Online Banking*, onde serviços são entregues pela internet. Esse fenômeno, portanto, não deve ser confundido com o processo de digitalização bancária, já que o anterior envolve alto nível de automação de processos e serviços *online* e pode incluir *Application Programming Interfaces* (APIs) que permitam diversas composições de serviços bancários. Fornece aos usuários a capacidade de acessar dados financeiros por meio e serviços de *desktop*, móveis e máquinas de autoatendimento (ATM). (FURTADO, O. E.; MENDONÇA, A. L. V. 2020).

Diante dos avanços tecnológicos e das mudanças no perfil dos clientes, os bancos viram a necessidade de se inovar, pois, o novo cliente está em busca de produtos e serviços que proporcionam uma experiência única, que seja ágil e tenha segurança em suas transações. Como os bancos digitais já têm o foco em proporcionar tudo isso para seus clientes, os bancos tradicionais se viram na necessidade de se inovar, aderindo o que há de mais moderno no mercado tecnológico; desde *Analytics* e *Big Data*, *BlockChain*, até *Cloud Computing*, essas são algumas das tendências tecnológicas que os bancos estão adquirindo.

Aumento na quantidade de clientes

Quadro 2 – Crescimento de Clientes

QUANTIDADE DE CLIENTES					
	2017	CRESCIMENTO (%)	2018	CRESCIMENTO (%)	2019
BRABESCO	95.112.012	1%	96.142.413	3%	98.653.100
ITAÚ	74.422.206	4%	77.253.268	6%	81.684.646
INTER	379.200	282%	1.450.000	86%	2.700.000
NUBANK	3.000.000	100%	6.000.000	228%	19.700.000

Fonte: Autoria própria.

Apesar de a quantidade de clientes dos bancos tradicionais ser bem maior do que a dos bancos digitais, esses últimos têm uma taxa de crescimento bem mais elevada. Em 2018, o Banco Inter deu um salto em seu crescimento de 282%, indo de 379.200 em 2017 clientes para 1.450.000 em 2018, dando uma média de 89.250 novos clientes para cada mês de 2018. Outro destaque no período foi o Nubank, com 100% de alta indo de 3.000.000 para 6.000.000, tendo a média mais alta de todos os bancos de 250.000 novos clientes por mês.

Já bancos como Bradesco e Itaú, tiveram um crescimento de apenas 1% e 4%, respectivamente, apesar de o banco Bradesco ter uma taxa tão baixa, ele aumentou sua carteira em 1.030.401 novos clientes, gerando uma média mensal de 85.867, dessa forma, quase alcançando o banco Inter em crescimento mensal. O Banco Itaú passou a 2.831.062 de 2017 para 2018, tendo a segunda média mais alta com 235.922 novos clientes mensais.

Em 2019 podemos notar que o destaque é o Nubank com uma taxa de crescimento de 228%, enquanto o Banco Inter que obteve em 2018 um crescimento bem expressivo não teve o mesmo desempenho em 2019 crescendo em torno de 86%. Com 13.700.000 novos clientes, o Nubank teve uma média de 1.141.667 novos clientes por mês, o que significa que por dia a clientela

crescia em torno 38.055, o maior crescimento dos 3 anos considerando os quatro bancos analisados.

O Banco Inter que teve a segunda maior taxa não se equiparou com o Nubank, aumentando em 1.250.000 clientes, uma média de 104.167 clientes por mês, mantendo a expansão em 2019.

Se tratando dos bancos tradicionais, a taxa de crescimento foi maior que 2018, sendo 3% para o Bradesco e 6% para o Itaú. O Bradesco, quase alcançando a margem de 100 milhões de clientes, cresceu 2.510.687 em 2019, gerando uma média de 209.224 novos clientes por mês, mais do que o dobro do ano anterior. Referente ao Itaú vemos que o crescimento de 6% alcançou uma média de 369.281 novos correntistas mensais, melhorando seu desempenho em comparação com 2018

Evolução nas transações realizadas pelos clientes

Há um contínuo crescimento em plataformas de Mobile Banking, muito utilizadas por bancos digitais. Enquanto Internet Banking, utilizadas por bancos tradicionais e também digitais está vivenciando um momento de redução na demanda. As operações financeiras migraram dos ATMs e do Internet Banking para o Mobile Banking. O Mobile Banking registra crescimento em todos os tipos pesquisados de transações, com destaque para as operações de depósito, seguros e investimentos.

Tabela 1 – Mobile Banking x Internet Banking

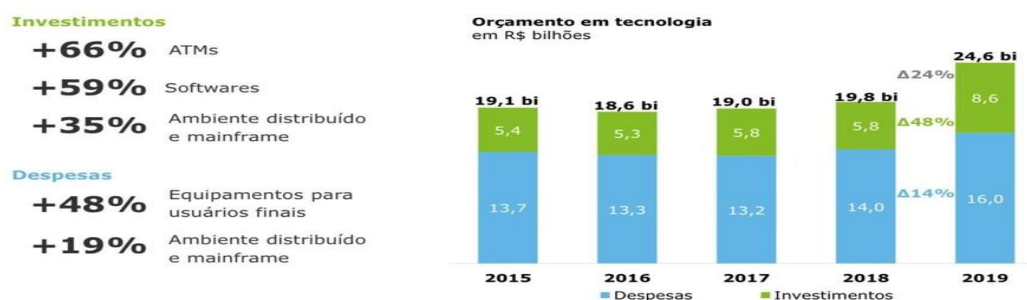
Em milhões de transações	Mobile			Internet		
	2018	Δ	2019	2018	Δ	2019
Saldo e extratos	22.176	23%	27.331	5.571	-7%	5.195
Consulta de investimento	86	59%	137	22	98%	43
Contratação de investimento	16	114%	35	31	54%	48
Transferência / DOC / TED	894	43%	1.280	601	-7%	561
Contratação de crédito	359	47%	528	87	91%	166
Contratação de seguros	0,45	133%	1,0	0,4	359%	2,0
Depósito (cheque virtual)	1,8	327%	7,7	n.d.		n.d.
Pagamento de contas	1.625	39%	2.257	1.604	2%	1.630

Fonte: Febraban (2020)

Investimentos Tecnológicos

Em se tratando de investimentos em tecnologias podemos notar um grande crescimento nos últimos anos. Os Bancos aumentaram em 48% os investimentos em tecnologia, puxados tanto por software, como por hardware. Os dispêndios totais cresceram 24%.

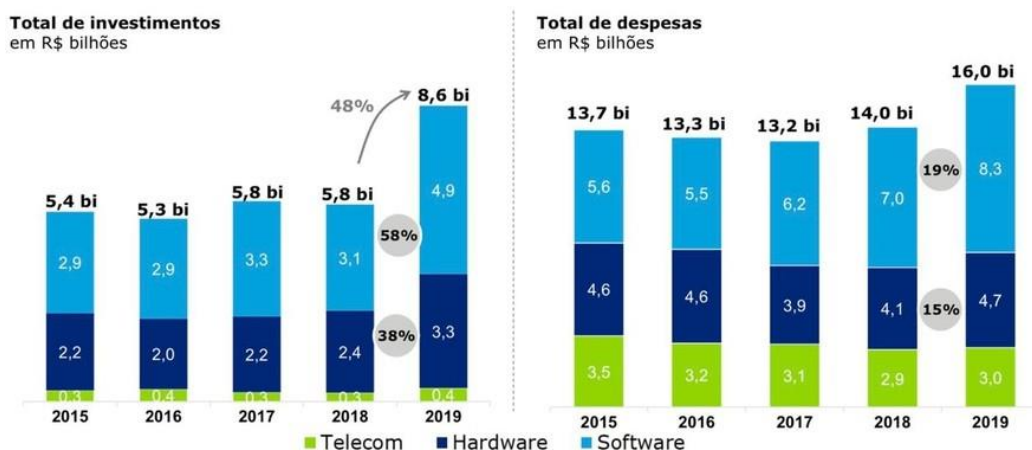
Gráfico 1 – Orçamento em Tecnologia



Fonte: Febraban (2020)

Os investimentos estão concentrados principalmente em software e hardware respectivamente, 58% e 38% em 2019 em relação ao ano anterior – um aumento maior do que o das despesas.

Gráfico 2 – Investimentos e Despesas com Tecnologia



Fonte: Febraban (2020)

Ao compararmos números podemos notar que, mesmo em constante expansão, os bancos digitais estão longe de se equipararem aos bancos tradicionais. Por exemplo, o lucro líquido de dois dos maiores bancos comerciais do país, Itaú e Bradesco. O Itaú no ano de 2019 alcançou um lucro líquido de R\$26,583 bilhões com um crescimento de 6,4% em relação a 2018, já o Bradesco no mesmo ano obteve um ganho equivalente a R\$22,6 bilhões, 18,32% maior em comparação a 2018. Quando analisamos os Bancos Digitais, por exemplo, no Banco Inter o lucro líquido em 2019 foi R\$81,6 milhões com um percentual de crescimento de 16,8% em comparação ao ano anterior, e o Banco Nubank mesmo obtendo uma receita equivalente de R\$2,1 bilhões em 2019 registrou um prejuízo de R\$312,7 milhões, um aumento de 220% em relação a 2018, isto se deve aos ajustes e exigências regulatórias.

Notamos que os bancos tradicionais estão vivendo um período turbulento, desde que as Fintechs começaram a lançar seus serviços no mercado. Pois essas intuições financeiras proporcionam algo inovador, algo pratica que em um período como uma pandemia era o método mais adequado e fácil para os clientes. Acredita que quando pensamos em bancos tradicionais, mesmo vivendo um momento de reestruturação, os mesmos estão longe de quebrarem ou extinguirem, porém se veem na obrigatoriedade de inovar. Por outro lado, temos as Fintechs (Instituições Financeiras) que estão cada vez mais ganhando espaço no mercado.

Nota: Esta nota técnica é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso de Tecnólogo em Gestão Financeira, da Escola de Gestão e Negócios, apresentado em 11/2020.

Referências Bibliográficas

NETO, N.M.A.; ARAUJO, A. B. 2020. Transformação digital no sistema bancário brasileiro. Um estudo sobre as Fintechs. Projeto de Graduação de Curso. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica. Disponível em: <http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10031686.pdf/>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

CERNEV, A. K.; DINIZ, E. Editor. As cinco ondas de inovações tecnológicas em bancos. In: José Carlos Barbieri; Moysés Alberto Simantob. (Org.). Organizações Inovadoras do Setor Financeiro: teoria e casos de sucesso. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2009, v. 1, p. 45-68/ Acesso em: 16 de outubro de 2020.

FURTADO, O. E.; MENDONÇA, A. L. V. Dinâmica competitiva entre bancos tradicionais e bancos digitais no Brasil: Uma perspectiva do cliente. Projeto de graduação de curso. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica. Página 24, capítulo 3. Disponível em: <http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10031105.pdf>. Acesso em: 02 de outubro de 2020.

MENEZES, K. 2020. Idblog. O Guia Completo dos Bancos Digitais. Disponível em: <https://blog.idwall.co/guia-completo-dos-bancos-digitais/>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

OLIVEIRA, R. P. 2017. Fintech: Inovação e ruptura no sistema bancário. Monografia de Especialização. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Página 15. Capítulo 3.1. Disponível em: <https://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/14041>. Acesso em: 08 de novembro de 2020.

FEBRABAN. Inteligência artificial. Disponível em: <https://noomis.febraban.org.br/temas/inteligencia-artificial/deu-matchtecnologia-une-resultados-de-bancos-e-clientes>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

18. CIDADE COMPACTA X CIDADE DISPERSA: DISCUSSÃO PARA O GRANDE ABC?

Enio Moro Junior⁵⁵

Resumo Executivo

A contribuição para um debate contemporâneo e necessário sobre formas de expansão e adensamento das cidades do Grande ABC deve considerar, de maneira crítica, modelos consolidados nas teorias do urbanismo, em especial sua territorialidade compacta ou dispersa; questões como a densidade habitacional dos nossos municípios ou ainda as Operações Urbanas Interfederativas seriam viabilizadoras do aprofundamento desses modelos qualificando os investimentos urbanos no Grande ABC?

Palavras-chave: *Urbanismo; Adensamento das cidades; Cidade Compacta; Cidade Dispersa; Grande ABC*

Atualmente, um dos temas contemporâneos mais calorosos para a discussão urbana é o conflito que existe entre dois modelos de ocupação dos espaços urbanos, denominados de Cidades Compactas e Cidades Dispersas. Estes termos resumem o grande dilema que as cidades enfrentam, não só no Brasil, mas certamente em todo o mundo urbanizado. Conseguimos compreender estes conceitos com clareza no Grande ABC.

A Cidade Dispersa é uma cidade na qual o seu desenvolvimento urbano ocorre priorizando o enfoque territorialista extensivo, ou seja, a cidade se espalha em grandes territórios com qualidade ou não no seu tecido urbano, apresentando grandes vazios e uma série de serviços espalhados pelo seu território, com baixa conectividade. Podemos entender este conceito quando percebemos que no desenvolvimento da nossa região identificamos grandes eixos de infraestrutura de mobilidade, como as rodovias que ligam ao Porto de Santos ou ainda a linha férrea determinante do traçado urbano de cidades no Grande ABC, com núcleos que se estruturam ao seu redor.

Identificamos nesses eixos a priorização do transporte de cargas e pouquíssima preocupação com qualidade de espaço público ou melhorias nas formas de morar da população; basta observarmos a enorme fratura urbana que essas intervenções promoveram, com um discurso que é totalmente inexato sobre as qualidades de ambientes urbanos que criaram. A ação oficial urbana foi significativa (cidades com dificuldade de relacionamento com rodovias e ferrovias), mas as propostas de mitigação destes impactos foram extremamente ineficientes (muros, barreiras, qualidade urbana diferenciada entre o “lado de cá” e “lado de lá” da ferrovia, por exemplo). Esse urbanismo “cloroquinista” é uma mentira com gasto público equivocado para a melhoria das nossas cidades.

Quanto maior o distanciamento das áreas centrais dos municípios do Grande ABC, a paisagem vai se desorganizando, perdendo sua identidade e eficiência. Surgem os vazios urbanos e tipologias de arquitetura com pouca qualidade; na Cidade Dispersa, a lógica da urbanização é a de mercado, mas com baixa qualidade dos espaços gerados; as prioridades neste contexto para

⁵⁵ **Enio Moro Junior.** Gestor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS; pesquisador CNPq dos grupos "Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura - CONJUSCS" - USCS e "Habitat e Apropriações na Cidade Contemporânea" - Centro Universitário Belas Artes de São Paulo; Secretário Municipal de Obras e Habitação de São Caetano do Sul (2017/2018); Professor Doutor do Mestrado Profissional da Belas Artes; <http://lattes.cnpq.br/6472413938802779>

nossos padrões de urbanização são as áreas centrais e os bairros que habitam as classes mais abastadas.

Na Cidade Compacta, a infraestrutura e os equipamentos urbanos são potencializados evitando-se o uso ineficiente do espaço e ainda longos deslocamentos. Voltando ao exemplo das áreas centrais dos municípios, poderemos compreender o conceito de Cidade Compacta, pois há infraestrutura de qualidade (transporte, comércio, serviços, cultura e agora cada vez mais habitação) com o cidadão podendo utilizar este espaço com maior eficiência. Essa situação também é mais sustentável, em especial pela diminuição dos deslocamentos e ainda pela não necessidade de aumentarmos a infraestrutura existente, como energia elétrica, água ou esgoto. Este conceito é muito recente. Muitas metrópoles do mundo buscam, atualmente, aumentar a sua eficiência e conforto por meio da utilização plena da infraestrutura já existente.

Nesta discussão não podemos afirmar que um modelo pode superar o outro de maneira impune. A urbanização estadunidense seria um ótimo exemplo de Cidade Dispersa, pois afinal seus paradisíacos subúrbios, com suas casas térreas, arborizados, pacatos e localizados a pelo menos 30 minutos de automóvel dos centros urbanos, é um dos modelos predominantes de muitas cidades dos Estados Unidos da América do Norte.

Estamos em um momento do Grande ABC que possuímos as duas tipologias convivendo em um mesmo território. Nossas cidades são mesclas territoriais de arranjos urbanos compactos e dispersos. As áreas centralizadas de Santo André, São Bernardo e Mauá comprovam conceitos de cidades compactas, mas a extensão de seus territórios possui claras evidências de cidade dispersas: as regiões periféricas carentes, a dificuldade de mobilidade, o atendimento público precário.

São Caetano do Sul e Diadema, com praticamente todo o território ocupado, extrapolam o conceito de cidade compacta se confinar unicamente aos conceitos fundantes dos termos; já Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, pelas suas características de áreas de proteção de mananciais, apresentam tímida malha urbana compacta e elevada dispersão.

Enfim, nossa região consegue conviver com os conceitos de Cidade Compacta e Cidade Dispersa e esta constatação pode ser uma oportunidade para melhorarmos nossas espacialidades, com muita reflexão e construção dessas possibilidades para sensibilização dos governos locais. Hoje pouco se discute sobre as vantagens e desvantagens desses dois modelos e os planos diretores municipais, que deveriam ser instrumentos que discutem qual cidade queremos no futuro, estão muito distantes dessa discussão.

Em nosso momento urbano atual, é extremamente oportuno que discutamos qual modelo poderia ser mais adequado para o que esperamos do Grande ABC; a partir dessa discussão, a formulação das políticas urbanas, inclusive interfederativas garantidas pelo Estatuto da Metrópole, permite ações urbanas integradas entre os municípios. Ainda não trouxemos esta discussão para nossa agenda urbana regional, apesar dos mais de 7 anos desta possibilidade.

Outra questão significativa e complementar a essa nossa realidade urbana de convivências de princípios de cidades compactas com cidades dispersas, é evidenciada na divulgação, neste início de 2021, de dados da Fundação SEADE, a partir do documento “Perfil dos Municípios Paulistas”. Este rico documento, alerta-nos sobre as situações de densidades habitacionais de cada município do Grande ABC, possibilitando a comparação com outros municípios de boas qualidades urbanas. Neste olhar observaremos que baixa ou alta densidade ou ainda Cidade Compacta ou Cidade Dispersa não são problemas para melhorarmos nosso território. O principal problema, reitero, é a agenda urbana “cloroquinista” (com medidas ineficazes e onerosas) que nossos governos locais priorizam.

Neste estudo observamos que Santo André possui 3.951,99 habitantes por quilômetro quadrado. Sua territorialidade se estrutura em uma área urbana densa e concentrada em cerca de 50% do território convivendo com outra área de dimensões próximas, mas com restrição de ocupação em

função da proteção de mananciais. Este índice demográfico de Santo André equipara-se a cerca de 90% do mesmo índice para a cidade de Tóquio, com seus 4.400 habitantes por quilômetro quadrado. Ou seja, Santo André possui uma densidade próxima a de Tóquio com qualidade urbanística muito aquém.

Já São Bernardo do Campo, também com área urbanizada densa convivendo com os necessários vazios dos espaços da represa Billings e serra do mar, possui a densidade de 1.990,35 habitantes por quilômetro quadrado. Esse número é muito próximo ao de Nova York, com seus 1.800 habitantes por quilômetro quadrado. Note-se bem que este dado refere-se à toda área urbana das duas cidades. Se analisarmos somente Manhattan, esse índice ultrapassa os 27.000 habitantes por quilômetro quadrado. A territorialização de Nova York é extremamente mais eficiente que a de São Bernardo do Campo.

São Caetano do Sul apresenta 9.857,21 habitantes por quilômetro quadrado, equivale à Seul, capital da Coreia do Sul, com seus aproximados 9.700 habitantes por quilômetro quadrado. Seul recentemente naturalizou o rio Cheonggyecheon, com um belíssimo parque e excluindo a poluição deste corpo d'água; em tempo, esse rio estava canalizado e retificado, tal qual o nosso esquecido Tamanduateí; esta intervenção demorou cerca de 5 anos para sua conclusão.

Diadema, com seus 13.198,70 habitantes por quilômetro quadrado, está próxima de Manila, nas Filipinas, que possui cerca de 14.100 habitantes também por quilômetro quadrado. Manila é considerada um dos mais promissores centros industriais e de serviços da Ásia. Indústria convivendo com cidade.

Mauá apresenta 7.484,06 habitantes por quilômetro quadrado, muito próximo do município de São Paulo, cujo número é de cerca de 7.600 habitantes por quilômetro quadrado. Ribeirão Pires (com 1.204,47 hab/km²) e ainda Rio Grande da Serra (1.384,51 hab/km²) aproximam-se de Chicago com seus cerca de 1.300 habitantes por quilômetro quadrado. Sim, Chicago possui uma densidade muito próxima às nossas cidades do Grande ABC que, seja por opção ou condição, melhor preservam o meio ambiente.

Esses números comprovam que podemos ter cidades com mais infraestrutura e qualidade mesmo com distintas densidades. Uma alta densidade não significa uma qualidade inferior de espaço urbano. O mesmo ocorre pela análise oposta, ou seja, uma baixa densidade pode não significar que aquela cidade é melhor que outra. No mundo há cidades com muita qualidade urbana independente do seu número de habitantes por quilômetro quadrado. E neste ponto é que devemos estudar experiências de sucesso, obviamente com o distanciamento necessário pelas diferenças de nosso modelo de desenvolvimento de relações capitalistas em relação a outras cidades.

A implementação de melhorias urbanas e espaços públicos de qualidade no Grande ABC que qualifiquem nosso modelo híbrido de cidades compactas e dispersas que possuímos, depende de inúmeras ações em várias esferas, mas uma delas necessária seria de ações com caráter regional, e não somente local.

O instrumento jurídico que mais se aproxima à esse fim é a implantação das Operações Urbanas Consorciadas Interfederativas, que permitem ações urbanas integradas entre os municípios. Mas sua implantação carece de um aprofundamento teórico necessário. Mas para trazer essa questão à discussão, é necessária uma breve reflexão crítica.

As operações urbanas brasileiras representam uma das traduções da política urbana *neoliberal* brasileira. Sucintamente intencionavam provisionar infra-estrutura pública por meio da iniciativa privada, diminuindo a participação do Estado e garantindo o maior ingresso do capital privado. Assim, as alianças entre o poder público e a iniciativa privada para a produção de espaço surgiram como soluções “inquestionáveis” para essa modernização na cidade e substituição do Estado “ineficiente” e “sem recursos” para a provisão de infraestrutura social e física.

As Operações Urbanas, intervenções público-privadas em perímetros determinados pela dinâmica imobiliária, expandiram a possibilidade de alteração de zoneamento por meio da venda de potencial construtivo acima do permitido no perímetro da *Operação*, viabilizando assim o financiamento das obras e serviços previstos. Além disso, como veremos adiante, permitia a transferência deste potencial para outras áreas da cidade. O principal mote dos defensores das *Operações Urbanas* seria seu autofinanciamento, ou seja, o capital privado viabiliza o investimento na reordenação de grandes áreas “liberando” o poder público para investimentos em áreas carentes. Este discurso sensibilizou governos progressistas e conservadores de todo o Brasil, fato comprovado pelas pequenas adequações que as *Operações Urbanas* sofreram na alternância de partidos políticos diferentes no poder até os dias de hoje.

Em uma revisão crítica destes instrumentos, observou-se que suas dinâmicas só se viabilizam em áreas que existam o interesse de expansão do mercado imobiliário, seja pelo oferecimento de novas áreas ou de potencial adicional de construção. Além disso, para o “sucesso” desta parceria público-privada, é necessário que o Estado realize grandes investimentos preliminares para consolidação das perspectivas de valorização. Se a *Operação Urbana* for viabilizada pela dinâmica do mercado imobiliário, o Estado pode recuperar seus investimentos pela venda de potencial construtivo mas absorve o ônus da expulsão dos mais carentes pela sobrevalorização da área. Neste caso, ganha a iniciativa privada. Se a dinâmica do mercado imobiliário não viabiliza a *Operação Urbana*, o prejuízo do Estado é duplo: não recupera o que investiu e deixa de investir onde deveria. Neste caso, a iniciativa privada não perde.

Sua interface com o planejamento ambiental, tema fundamental para um Grande ABC híbrido entre os conceitos de compacto e disperso, prevê que a autorização para o potencial adicional de construção e alteração dos parâmetros de uso, ocupação e aproveitamento do solo de forma onerosa, deva estar rigorosamente articulada com os ditames do Planejamento Ambiental. Esta inovação deve entrar na pauta de negociação das contrapartidas. A base para o cálculo da outorga onerosa seria o laudo de avaliação do impacto no mercado imobiliário incorporando a valorização que ele obteria após as alterações propostas. O benefício urbanístico concedido correspondia a uma porcentagem da valorização hipotética com a concessão dos direitos solicitados. Os recursos obtidos financiariam ações previamente agendadas da questão ambiental.

Convém observar que as operações urbanas funcionam como normatizadoras da liberdade do mercado, pois geralmente estes aumentos de potencial só ocorrem em áreas já valorizadas, por iniciativa do proprietário ou empreendedor, e, portanto, sem direção do poder público, aprofundando ainda mais as diferenças intra-urbanas. A alteração clássica do zoneamento, via aprovação legislativa, é morosa para o capital imobiliário. Portanto, as operações urbanas com alteração de zoneamento embutidas, facilitam a tomada de decisões deste mesmo capital imobiliário. Institui-se um “solo criado” específico para áreas valorizadas, sem um adequado acompanhamento do impacto gerado na infraestrutura existente. Os recursos gerados são extra orçamentários e podem ser destinados a um fundo ambiental específico, socialmente auditado e controlado.

O processo de discussão de melhoria e qualificação das nossas cidades do Grande ABC deve enfrentar as possibilidades (adequadas e inadequadas) para nossa realidade de convívio de conceitos da compactação e dispersão de território. Podemos afirmar que nossas cidades serão melhores, mas deveremos enfrentar um longo e necessário processo de maturação. Por que não começar agora?

Referências Bibliográficas

FUNDAÇÃO SEADE. *Perfil dos municípios paulistas*, <https://perfil.seade.gov.br/> acessado em 20/2/2021;

ARCHDAILY. *Ranking das Cidades mais Populosas do mundo*, <https://www.archdaily.com.br/br/791228/ranking-2016-las-ciudades-mas-pobladas-y-las-mas-densas-del-mundo-segun-demographia>; acessado em 19/2/2021 ArchDaily

ABRAHÃO, Sérgio Luís. *Cooperação entre o poder público e a iniciativa privada: uma relação delicada*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 1999;

ARANTES, Otília. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo, Edusp, 1998;

GORENDER, J. *Desafios para uma força social emergente*. In *Revista Estudos Avançados*, 14(39); 7-13, maio/agosto 2000.

19. ECONOMIA VERDE APRESENTA OPORTUNIDADES PARA A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA PÓS-PANDEMIA, SEGUNDO ESTUDOS INTERNACIONAIS

Daniel Vaz⁵⁶

Resumo Executivo

A nota técnica apresenta resultados de análises sobre as perspectivas internacionais de adoção de medidas no âmbito do desenvolvimento sustentável para o crescimento econômico e geração de empregos alinhados à economia verde/de baixo carbono, relacionando a questão com a necessidade internacional de reconfiguração das atividades econômicas no período posterior ao controle sanitário da Covid-19.

Palavras-Chave: *Desenvolvimento Sustentável; Economia Verde; Mundo do Trabalho; Recuperação Econômica; Covid-19.*

O cenário global continua extremamente incerto por conta dos efeitos gerados pela maior enfermidade global em pelo menos cem anos. Apesar das causas exatas da Covid-19 ainda serem desconhecidas, estudos científicos e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) apontam que a degradação de habitats naturais, ação relacionada com a aproximação excessiva das atividades humanas de ecossistemas ricos de vida selvagem, podem trazer novas doenças para as nossas vidas, em circunstâncias semelhantes ao ocorrido com os surtos de Ebola, ocorridos na África, a gripe aviária, relacionada à criação intensiva de aves na Ásia, e o Vírus Nipah, que surgiu por conta da intensificação da suinocultura e a produção de frutas na Malásia.

Por mais que algumas autoridades políticas internacionais e nacionais tenham subestimado as consequências da crise sanitária para a saúde das pessoas, criando oposição entre os cuidados necessários para a proteção contra o vírus e pautas econômicas, o movimento que vem se consolidando em nível global é de afirmação da agenda do desenvolvimento sustentável como a alternativa mais viável de retomada de um maior grau de normalidade, inspirada em valores diferentes dos projetos que hegemonicamente vinham sendo propagados.

Nessa conjuntura, ganham força as propostas que levam em conta os processos de sustentabilidade nos seus três âmbitos: o econômico, o social e o ambiental, e não apenas ao primeiro deles. A chamada economia verde, ou de baixo carbono, é o caminho apontado por uma série de estudos, como o realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no seu informe lançado em dezembro de 2020: *“Una recuperación verde y justa en América Latina y el Caribe: una perspectiva desde el mundo del trabajo”*, que indica a adoção de medidas dessa natureza como fundamentais para a construção de uma perspectiva duradoura frente aos devastadores efeitos da Covid-19 no mundo do trabalho. Segundo estudo recente da OIT em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o potencial de criação de empregos verdes na América Latina é estimado em 15 milhões nos próximos dez anos, pouco menos de 1/3 daqueles que foram perdidos durante a pandemia global (47 milhões).

A Universidad Internacional de La Rioja (UNIR) e o Portal Infoempleo, ambos da Espanha, apresentaram em janeiro de 2021 um consistente estudo, denominado *“Empleo em Sostenibilidad y Medio Ambiente: 10 profesiones con futuro”*, que traz importantes informações sobre as mudanças que ocorrerão no mercado de trabalho durante essa década. Ele reafirma a

⁵⁶**Daniel Vaz.** Publicitário e Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. Doutorando em Políticas Públicas na UFABC. Coordenador no Brasil do CRECES - Centro Regional para Cooperação em Educação Superior. Membro do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/6072505124436159>

perspectiva global de geração de empregos com o perfil destacado nessa nota técnica, mas observa que essa será uma transformação estrutural, que ao mesmo tempo criará e extinguirá postos de trabalho. No entanto, o saldo final será positivo – a cada emprego perdido se criarão quatro novos. Essa análise está bastante alinhada ao conteúdo da publicação “*The Future of Jobs Report 2020*”, do Fórum Econômico Mundial, de que até 46% dos trabalhadores, em médio prazo, terão que mudar sua atividade atual por conta desse processo retratado.

Sobre os setores econômicos beneficiados, o estudo espanhol aponta que, no cenário europeu, serão as áreas de tratamento e purificação de águas residuais (saneamento); gestão e tratamento de resíduos; energias renováveis; gestão de áreas naturais protegidas e florestais; serviços ambientais a empresas e entidades; educação e informação ambiental; agricultura ecológica e pecuária. Como desafios para a consolidação desse cenário, são indicados a efetiva materialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); a efetivação dos processos ligados à economia circular; adaptações sistêmicas às mudanças climáticas; a redução dos gases de efeito estufa; a transição de matriz energética; a implantação de projetos de energias renováveis, pesquisa, desenvolvimento e inovação de iniciativas com esse perfil.

Além dos itens citados, essa transição econômica-ambiental deverá ser incentivada também pelo aumento da aquisição e utilização de veículos elétricos e a construção e remodelação de edifícios dotados de maior eficiência energética, cujos setores, segundo dados da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA), de 2019, já empregava 11,5 milhões de pessoas em todo o mundo, principalmente técnicos de projetos de energias renováveis, especialistas em operação e manutenção, engenheiros ambientais, gestores de projeto e técnicos comerciais. Neste contexto, as energias renováveis, a economia circular, a informação ambiental, o *ecodesign* e a logística sustentável são algumas das áreas onde o emprego mais crescerá.

Apesar da perspectiva apresentada ser positiva, a criação desses postos de trabalho e a consolidação de um horizonte que posicione o desenvolvimento sustentável como paradigma depende do comprometimento institucional de governos e demais instituições públicas, as responsáveis por definir os parâmetros de atuação e também investimentos que promovam a consolidação dessa agenda.

Para atingir estes objetivos, a União Europeia lançou, em dezembro de 2019, o chamado Acordo Verde Europeu (*The European Green Deal*), que estabelece uma estratégia de alinhamento da União Europeia com os pressupostos do desenvolvimento sustentável, apoiando a reconfiguração da economia do bloco em consonância com essa agenda. Para transformar este compromisso político em uma obrigação legal, a Comissão propôs em março de 2020 uma lei climática europeia, que está atualmente em preparação, cujo principal objetivo é fazer da Europa o primeiro continente que alcançará a neutralização de suas emissões de carbono até 2050. O investimento total estimado para a execução desse plano é de 1 trilhão de euros.

A América Latina e o Brasil ainda estão muito distantes de algo parecido com o quadro europeu, tanto política como economicamente. Essa região ainda se encontra na fase das declarações de boas intenções e compromissos essencialmente políticos. O nosso país, caso já estivesse mais ativo na implantação desses compromissos, poderia alcançar resultados bastante positivos. O estudo “Uma Nova Economia para uma Nova Era: elementos para a construção de uma economia mais eficiente e resiliente para o Brasil”, realizado em 2019 pelo Instituto WRI Brasil, estimou que medidas adotadas para a implantação de uma economia de baixo carbono resultariam em um aumento acumulado adicional do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de R\$ 2,8 trilhões até 2030, o equivalente a um ano do PIB da Bélgica ou da Argentina, gerando cerca de 2 milhões de empregos, comparável a quatro vezes mais do que os ofertados atualmente pelo setor de petróleo e gás no país.

Alguns países e governos locais já vêm trabalhando de maneira mais consistente, porém isolada, com o tema. Deve-se reconhecer o atraso regional na tomada de decisões e implantação de medidas relacionadas com o desenvolvimento econômico sustentável, que provavelmente trará prejuízos para toda a região, e a urgência de adoção de medidas estruturantes que valorizem essa agenda como padrão de crescimento para o Brasil e a América Latina.

10 perfis profissionais beneficiados pela implantação de economia verde/de baixo carbono
Analista de Projetos e Soluções Tecnológicas Sustentáveis
Técnico de Qualidade, Ambiente, PRL e RSE (prevenção de riscos laborais e responsabilidade social empresarial)
Consultor de Logística Sustentável
Ecodesigner
Especialista em Economia Circular
Especialista em Educação Ambiental
Perito em Sustentabilidade Ambiental
Especialista em Energias Renováveis
Gestor cultural especializado em sustentabilidade
Engenheiro Ambiental
* disponível na publicação “Empleo em Sostenibilidad y Medio Ambiente: 10 profesiones con futuro”.

Referências Bibliográficas

DEUTSCHE WELLE. **UE lança acordo verde com metas climáticas ambiciosas**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ue-lan%C3%A7a-acordo-verde-com-metas-clim%C3%A1ticas-ambiciosas/a-51633887>. Acesso em: 21 fevereiro 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Una recuperación verde y justa en América Latina y el Caribe: una perspectiva desde el mundo del trabajo**. Disponível em:

https://www.ilo.org/americas/sala-de-prensa/WCMS_764435/lang—es/index.htm. Acesso em: 21 fevereiro 2021.

UNIVERSIDAD INTERNACIONAL DE LA RIOJA. **Empleo em Sostenibilidad y Medio Ambiente: 10 profesiones con futuro**. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1PIGCd-5hUnHVfFLmF_mYnXDQMgpmKC-r/view. Acesso em: 20 fevereiro 2021.

VAZ, Daniel. **O efeito borboleta do coronavírus**. Disponível em: <http://www.negocioemmovimento.com.br/artigos/o-efeito-borboleta-do-coronavirus/>. Acesso em: 21 fevereiro 2021.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Future of Jobs Report 2020**. Disponível em: <https://es.weforum.org/reports/the-future-of-jobs-report-2020>. Acesso em: 21 fevereiro 2021.

WRI BRASIL. **Uma nova economia para uma nova era: elementos para a construção de uma economia mais eficiente e resiliente para o Brasil**. Disponível em: <https://wribrasil.org.br/pt/blog/retomada-verde-pode-aumentar-o-pib-do-brasil-e-criar-empregos-nova-economia>. Acesso em: 21 fevereiro 2021.

20. TEMA: BENEFÍCIOS DO PLÁSTICO BIODEGRADÁVEL

Rogério Lopes⁵⁷

Resumo Executivo

Esta nota técnica refere-se à implantação do plástico biodegradável nas empresas e comércios em geral e, tem como objetivo divulgar a matéria prima derivada da cana de açúcar que possui redução no tempo de decomposição, sendo este, seu maior diferencial entre as demais matérias primas. Serão abordados os principais benefícios para o meio ambiente, seus valores econômicos frente ao mercado e avanços sociais que cercam o plástico biodegradável. Por se tratar de um tema atual, a pesquisa bibliográfica foi retirada de jornais e meios eletrônicos.

Palavras-chave: *Plástico Biodegradável, Benefícios e Sustentabilidade.*

Introdução

No século XXI os questionamentos sobre a utilização do plástico tornam-se constante. A poluição que este produz ao meio ambiente faz com que sejam discutidos seus meios de utilização e as formas que é feito seu descarte pela população. Em poucas décadas e o uso constante do plástico, fez sua presença ser notada em todos os lugares do planeta. Pesquisas comprovam que o tempo de decomposição do plástico pode variar de 150 a 400 anos dependendo do produto (sacolas ou embalagens) e as condições ambientais. Mas o fato é que a situação preocupa a todos e vem gerando polemicas e discussões sobre nova fonte de recursos renováveis e biodegradáveis para agredir com menor intensidade o planeta. Foi através de pesquisas em diversas empresas, faculdades e principalmente, pelo IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas, em 1992, que se obteve informações sobre novas matérias primas e métodos de produção, para o surgimento do plástico biodegradável. Sua produção se inicia com a fermentação e destilação da cana de açúcar que após esse processo é desidratado e polimerizado a 300°C e moído em grânulos, onde é vendido para as indústrias de transformações. Sua decomposição em condições favoráveis ocorre em 120 dias liberando apenas gás carbônico e água não toxica no meio ambiente.

A Braskem vem fazendo história ao colocar em operação a planta de plástico verde de fonte 100% renovável, ao inaugurar a primeira planta industrial de Eteno Verde assumindo a liderança mundial na produção de biopolímeros.

Para isso investiu cerca de R\$ 500 milhões nesta planta industrial que produz anualmente 200 mil toneladas de polietileno de etanol de cana-de-açúcar. Localizada em Triunfo, Rio Grande do Sul, a planta será base para a produção de uma gama variada de grades de PEAD (Polietileno de Alta Densidade) e PEBD (Polietileno de Baixa Densidade) de baixo custo para atender a crescente demanda por produtos cada vez mais sustentáveis.

Empresas dos mais variados segmentos da indústria e de diversas partes do mundo fecharam contrato para utilizar o polietileno verde em seus produtos possuindo propriedades idênticas às do polietileno de origem fóssil (petróleo), ele possui a mesma versatilidade em suas aplicações.

Objetivos

Através de linguagem clara e simplificada, esta nota técnica tem por objetivo, disseminar a informação sobre os benefícios causados à sociedade e ao meio ambiente como o uso do plástico

⁵⁷ **Rogério Lopes.** Graduado em Ciências Econômicas, Pós-Graduado em Administração Financeira e Mestre em Administração com Ênfase em Gestão de Negócios. Professor da USCS.

biodegradável e que, com esse conhecimento, pessoas de todas as idades passem a tratar, de forma diferenciada, sua compra e seu descarte, a fim de reduzir o impacto ambiental.

Materiais e Métodos

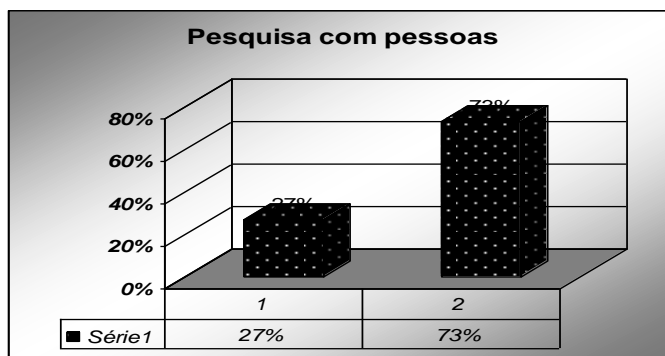
A pesquisa exploratória possibilitou identificar o grau de interesse das pessoas em proteger o meio ambiente e seu nível de conhecimento perante o assunto. Após ser definido o problema a ser abordado foi selecionado aleatoriamente quinhentas pessoas de ambos os sexos com diversos níveis escolares, sociais e alguns moradores da região do Grande ABC. A aplicação da pesquisa foi por meio de uma Universidade do grande ABC, em supermercados, entre amigos e familiares, com pessoas na faixa etária de 18 a 50 anos de idade do Estado de São Paulo. O questionamento investigado referendou a aceitação pública de uma nova embalagem no mercado, produzida com matéria prima oriunda da cana-de-açúcar e, que, após seu descarte na natureza, transforma-se em composto orgânico. Porém, comparado ao plástico comum, apresentada um acréscimo de 10 a 30% em seu valor de mercado.

Resultados

Os resultados encontrados através da pesquisa de campo foram os seguintes:

- ✓ 27% dos entrevistados disseram que não comprariam um produto com seu valor acima do mercado, pois acreditam que o problema ambiental está muito além de sua lenta degradação, culpando assim, a educação social. Outros com a mesma opinião limitaram-se em dizer que não comprariam um produto mais caro.
- ✓ 73% dos entrevistados disseram que comprariam um produto com embalagem biodegradável, pois acreditam que, com pequenas mudanças pode-se diminuir o impacto que o plástico comum causa no ecossistema, uma vez que este demora até quatrocentos anos para se decompor.

Discussão dos resultados



Os resultados encontrados através de Pesquisas realizadas com empresas se deram:

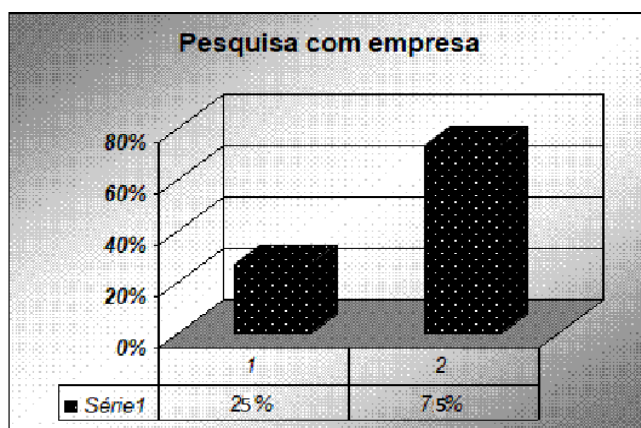
Foram realizadas na região do Grande ABC com quinze pessoas de ambos os sexos, que conhecem a política da empresa entre 20 a 30 anos, escolhidos aleatoriamente dentro da Universidade localizada no grande ABC.

Após a seleção dos candidatos, foi perguntado se haveria aceitação por parte da empresa sobre uma nova embalagem no mercado produzida com matéria prima proveniente da cana-de-açúcar que após seu descarte transforma em composto orgânico, agregando em seu valor um acréscimo de 10% a 30% comparado ao plástico comum para ajudar a diminuir o impacto que o plástico causa nas grandes cidades e os resultados foram o seguinte:

- ✓ 25% dos entrevistados disseram desconhecer qualquer preocupação da empresa com relação ao meio ambiente e disseram que essa mudança implicaria em aumento de custo

para a empresa e que neste momento considera que a empresa não esteja preparada para uma mudança de comportamento social.

- ✓ 75% dos entrevistados disseram que a empresa que trabalham já busca alternativas sustentáveis para uma produção mais limpa, redução no desperdício de insumos e matérias primas e embora possa haver aumento no gasto com copos descartáveis por exemplo, a empresa irá garantir o selo sustentável perante a clientes e fornecedores e isso agrega valor a empresa que de certa forma recupera com novos clientes o gasto obtido com essa mudança.



Comércio deverá usar apenas sacolas plásticas biodegradáveis

As sacolas são poluentes que podem demorar até cem anos para sua decomposição, sendo sua média de consumo mundial anual de quinhentos bilhões, o desafio é substituí-las. Em São Paulo o projeto de lei 274/18, também torna obrigatório a distribuição gratuita de sacolas bioplásticas reaproveitáveis que estejam em acordo com a resolução 55 em seu artigo 5º, de 2015, da AMLURB (Autoridade Municipal de Limpeza Urbana) - autarquia responsável pelo gerenciamento do lixo residencial na capital – que seguem especificações para resíduos secos (na cor verde) e para resíduos sólidos domiciliares (na cor cinza). O material poderá conter ainda o logotipo das empresas.

Conforme o portal de notícias do Globo G1, em meio a tantas mudanças e proibições, algumas sugestões estão sendo implantadas para beneficiar o consumidor ecológico, tais como:

- Sacolas biodegradáveis
- O uso de sacolas de pano – ECO BAGS
- Caixas de papelão descartadas no próprio supermercado
- Sacolas de papelão que se decompõem em poucos dias
- Desconto na compra, caso o cliente não utilize a sacola para embalar suas compras. Ex. Na compra de cinco produtos desconto de R\$0,03 para não usarem a sacola plástica.
- Troca de pontos por produtos da cesta básica, e em alguns supermercados consumidores que não utilizarem sacolas não precisam pegar filas.

Os comerciantes devem trabalhar com diversos tipos de opções para estimular a população a não utilizarem a sacola comum durante suas compras.

De acordo com o site do G1 São Paulo, em 26/04/2011 a cidade de Jundiaí conseguiu reduzir em 95% a utilização de sacolas plásticas sem haver a obrigatoriedade da lei quanto a sua utilização.

Muitos consumidores aderiram com facilidade à abolição das sacolas e os comerciantes estão satisfeitos. O dono de um mercadinho no bairro Jardim Paulista, Valmir Melo disse aprovar a iniciativa. “No começo alguns consumidores esqueciam a sacola e reclamavam, mas agora todo mundo acostumou e eu ainda economizo o dinheiro da compra das sacolas”, disse.

E o mesmo acontece nos grandes supermercados, tudo é uma questão de tempo para adequações.

Algumas questões ainda são levantadas como o uso de sacolas plásticas para armazenar o lixo doméstico, pode se afirmar que a sacola sugerida para substituir a sacola tradicional é a sacola biodegradável que temos disponível no mercado, embora seu custo seja mais caro, em média R\$0,19. Devemos mudar nossos hábitos e pensamentos, direcionando-os às ações ecologicamente sustentáveis.

Conforme aumenta a demanda de utilização da sacola biodegradável, menor tende a ficar seu preço. Tudo é uma questão de adaptação e educação.

Conclusão

Após aplicação do questionário contendo apenas uma pergunta fechada e direcionada ao foco deste trabalho, houve discussões em boa parte das respostas, pois houve candidatos que se interessaram em saber mais informações sobre o plástico biodegradável e outros poucos que se demonstraram negativos a mudanças de comportamento humano com relação ao plástico, que é descartado em qualquer lugar pela população que julgamos ter menos conhecimentos.

Foi obtido um retorno satisfatório em termos de aceitação, pois 73% das pessoas entrevistadas disseram que comprariam produtos com o selo verde, pois se preocupam com o meio ambiente e aceitam pagar um valor superior ao produto tradicional (produzido com petróleo) para ajudar a reduzir o tempo de decomposição do lixo. Percebe-se também que há interesse nas pessoas em colher maiores informações sobre o assunto. Boa parte das pessoas entrevistadas respondeu afirmativamente, sem questionar, dando a entender que já possui o conhecimento do assunto e pratica o ato sustentável em seu dia-a-dia.

A cada dia que passa mais pessoas aderem à forma de vida sustentável, escolhendo produtos que se adequam aos meios ecológicos e, o fato de ser crescente a quantidade de adeptos, as empresas estão se preparando para a abertura deste mercado.

Todos ganham com a produção e a utilização do plástico biodegradável. As empresas, por terem disponível uma fonte de recurso renovável em abundância no país (cana de açúcar), produzirão um material atóxico de boa qualidade (resistência), ótimo isolante, resistente ao calor, leve e flexível, e quando descartado em aterros se decompõe rapidamente por meio de compostagem.

Para a sociedade os benefícios deixam de ser meramente econômicos, transformando-se em qualidade de vida, conforto e segurança. Mesmo que o cidadão não tenha o hábito de separar o lixo para reciclagem e, como o lixo é, na maioria das vezes direcionado aos aterros, a compostagem irá ocorrer da mesma forma.

Referências Bibliográficas

1. YOUTUBE. ONU: o plástico está cobrindo e destruindo nosso planeta. [reportagem ns internet] Jun 2017. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=ri2NMMwY8wQ&feature=channel_video_title. Data de acesso em 06/01/2021.
2. MACEDO, L.; ISKANDARIAN, C. Jundiá mostra pros e contras no fim das sacolas plásticas nos mercados. [artigo ns internet] 2011 Abr [citado em 08/Dez/2020] Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/04/jundiai-mostra-pros-e-contras-do-fim-das-sacolas-plasticas-nos-mercados.html>. Data de acesso em 08/01/2021.

3. DIAS, S. Embalagem biodegradável: vantagens, desvantagens e exemplos [artigo ns internet]. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/2910-embalagem-biodegradavel>. Data de acesso em 15/12/2021.
4. BENICIO, Francinildo Carneiro, et al., 2017. Sustentabilidade Ambiental [artigo ns internet] Out 2017. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_sustentabilidade_ambiental_-_10.10.2017.pdf. Data de acesso em 12/02/2021.
5. FOGAÇA, Jennifer Rocha Vargas. "Plástico verde"; *Brasil Escola*. [artigo ns internet]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/quimica/plastico-verde.htm>. Acesso em 11 de fevereiro de 2021.
6. JORNAL DA USP. Engenheiros da USP criam plástico biodegradável feito de mandioca [artigo ns internet] Out 2019. Disponível em:

<http://www.ecodebate.com.br/2009/04/23/empresa-brasileira-produzira-plastico-biodegradavel-a-partir-da-cana-de-acucar-em-larga-escala/>. Data de acesso em 07/12/2020.
7. REDAÇÃO DO SITE INOVAÇÃO TÉCNOLOGICA. Penas de galinhas são transformadas em plástico [artigo ns internet] Abr2005. Disponível em <http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=010160050418>. Data de acesso em 11/02/2021.
8. BLOSSISTEC JR. 3 Razões para se ter práticas sustentáveis em sua empresa. [artigo ns internet] Mar 2020. Disponível em <http://revistaorganica.blogspot.com/2010/10/apostando-as-fichas-no-mercado.html>. Data de acesso em 05/11/2020.
9. BASTOS, Aline. Cientistas desenvolvem plástico do caroço de manga por meio de nanotecnologia [artigo ns internet] Nov 2017. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/29754556/cientistas-desenvolvem-plastico-do-caroco-de-manga-por-meio-de-nanotecnologia#:~:text=Os%20primeiros%20resultados%2C%20ap%C3%B3s%20quase,m%C3%A9dico%20para%20compor%20matrizes%20%C3%B3sseas>. Data de acesso em 12/11/2021.
10. REVISTA RD. Alunos BUAP ganham medalha de bronze no IGEM, concurso de biologia sintética realizada em Boston, Estados Unidos. [artigo periódico] Nov 2019. Disponível em <https://www.boletin.buap.mx/node/1529?fbclid=IwAR25bkrPvAHup7YRAsHXv4XyVrvhXIX7JEjAx16-hIU8YqzhfDDmGusg8>. Data de acesso em 12/02/2021.
11. ROSA, D.S., Biodegradação – Um ensaio com polímeros, Universidade São Francisco, Editora Universitária São Francisco e Moara Editora [artigo periódico] 2003 [citado em 11/12/2020].
12. CHAMMAS, G; SCIARRETTA, T. Sacola ecológica será vendida a R\$ 0,19. [artigo ns internet] 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2304201114.htm#:~:text=Cada%20sacolinha%20de%20milho%20custar%C3%A1,a%20R%24%201%20C80>. Data de acesso em 12/02/2021.

21. ALINHAMENTO DO BRASIL 5.0 E A AGENDA 2030 DA ONU⁵⁸

Ary Silveira Bueno⁵⁹
Matheus Henrique Lima⁶⁰

Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul – ITESCS

Resumo Executivo

Consolidar a análise do alinhamento dos 23 Fundamentos do Brasil 5.0 aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da Agenda 2030, definir as ações para mitigar possíveis GAPs encontrados até 30/07/2021, ampliar esta análise frente a E-Digital, EFD 2020 2031 e A Caminho da Era Digital no Brasil da OCDE. O tema do artigo é parte integrante e um dos capítulos do Ecossistema Brasil 5.0, que em setembro de 2020 lançou o Manifesto Brasil 5.0, o qual serve como Guia de Referência às Pessoas e Organizações engajadas com Inovação e com a Transformação Digital. É parte integrante do Brasil 5.0 a Coalizão Digital ABC, atora do Ecossistema de Inovação, Empreendedorismo Inovador e de Transformação Digital, juntamente com o ator ITESCS – Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul.

Palavras-chave: Sociedade 5.0; Pessoa ao Centro; Qualidade de Vida; Inclusão; Sustentabilidade.

Introdução

O conteúdo que segue é o primeiro para este novo e importante capítulo que ora se incorpora ao Projeto Brasil 5.0: A Agenda 2030 da ONU e seus 17 ODS.

Esta primeira versão do capítulo tem por objetivo avaliar o alinhamento das 169 metas dos 17 ODS, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, com os quatro Fundamentos do Pilar Sociedade 5.0 do Brasil 5.0: “Pessoas ao Centro”, “Qualidade de Vida”, “Inclusão” e “Sustentabilidade”.

Vale ressaltar que neste primeiro conteúdo nos concentraremos tão somente nos quatro Fundamentos de um Pilar, que é o Sociedade 5.0.

O planejamento da Curadoria do Brasil 5.0 é que até 30/07/2021 se amplie o estudo para analisar o alinhamento dos quatro Pilares adicionais: Pessoa 5.0, Negócios 5.0, Governo 5.0 e Economia 5.0, e seus 19 Fundamentos, quanto a possíveis alinhamentos com o tema deste capítulo, priorizando os 6 (seis) ODS (1, 2, 3, 4, 9 e 13) que são contemplados pela Estratégia Brasileira para a Transformação Digital - E-Digital, Decretos 9319/2018 e 9804/2019.

Sobre a Agenda 2030

Desenvolvimento Sustentável é aquele que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias

⁵⁸Este artigo originalmente está publicado em:

<https://institutomicropower.org/biblioteca/manifesto-brasil-5-0-v021/>

⁵⁹**Ary Silveira Bueno.** Contador pela Fundação Santo André, Pós-Graduado em ADMN/Finanças pela USCS. Sócio Fundador da ASPR – Auditoria Consultoria e Contabilidade. Curador da CDSP ABC e Conselheiro Consultivo do Brasil 5.0. Membro Executivos de Impacto da Incentiv.

⁶⁰**Matheus Henrique Lima.** Economista pela UNICAMP e MBA pela FGV. Mentor especialista em Future Literacy e Futuro das Profissões. Avaliador de Startups em programas de aceleração.

necessidades. Significa possibilitar que as pessoas atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico, fazendo uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.

A Agenda 2030 e os ODS representam uma evolução da discussão global iniciada em 1992. O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” ficou mais conhecido quando aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992, que ficou conhecida como Rio 92. O objetivo era discutir como garantir às gerações futuras o direito ao desenvolvimento. Neste evento, foi adotada a Agenda 21, a primeira carta de intenções para promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI.

Desde então, ficou claro que para alcançar o desenvolvimento sustentável é crucial harmonizar três elementos centrais:

1. Crescimento Econômico,
2. Inclusão Social e
3. Proteção ao Meio Ambiente.

Em 2000, a ONU promoveu um novo avanço. Percebendo que o tema desenvolvimento sustentável estava sendo interpretado equivocadamente como sendo relacionado apenas à preocupação com meio ambiente, foi lançado os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, que versava sobre o desenvolvimento humano e esteve focado, principalmente, na redução da extrema pobreza. Os ODM vigoraram do período de 2000 a 2015. Nesta época, ficou consolidado o aprendizado de que o estabelecimento de objetivos é o melhor mecanismo para alcançar melhores resultados de desenvolvimento e que esses compromissos devem ser acompanhados pela ação. Objetivos claros geram resultados.

Os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio:

- ODM 1: ACABAR COM A FOME E A MISÉRIA.
- ODM 2: EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS.
- ODM 3: IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E VALORIZAÇÃO DA MULHER.
- ODM 4: REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL.
- ODM 5: MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES.
- ODM 6: COMBATER A AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS.
- ODM 7: QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE.
- ODM 8: TODO MUNDO TRABALHANDO PELO DESENVOLVIMENTO.

A partir de 2010, o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, começou a elaborar recomendações sobre os próximos passos, ou seja, a nova agenda de desenvolvimento que viria após 2015. Nesta época, havia a percepção de que existiam duas correntes fortes na ONU, uma ligada às questões ambientais, como muitos interpretavam o tema “Desenvolvimento Sustentável” desde a Rio 92, e outra ligada às questões sociais, atrelada aos ODM.

Era preciso fazer um esforço maior para unir essas duas forças e fazer do tema “Desenvolvimento Sustentável” uma bandeira impulsionada pela integração do crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental.

Neste contexto, em 2012, vinte anos depois da Conferência Rio 92, chefes de Estado e de Governo, sociedade civil e setor privado, voltaram à cidade do Rio de Janeiro para renovar o compromisso global com o desenvolvimento sustentável, o que ficou conhecido como Rio +20.

A declaração final da Conferência Rio +20 foi o documento intitulado “O FUTURO QUE QUEREMOS”, com destaque para:

- A formulação de metas poderia ser útil para o lançamento de uma ação global coerente e focada no desenvolvimento sustentável;

- Foi lançada as bases de um processo intergovernamental abrangente e transparente;
- Deu início ao processo de consulta global para a construção de um conjunto de objetivos universais de desenvolvimento sustentável para além de 2015.

Finalmente em setembro de 2015, 193 países-membros da ONU reuniram-se na sede em Nova York e aprovaram um plano de ação denominado como “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, que é um guia para as ações da comunidade internacional nos próximos anos.

Assim nasce a AGENDA 2030 e uma nova fase para o desenvolvimento dos países. Seu mote é “Não deixar ninguém para trás”, alcançar todas as pessoas, independentemente de gênero, raça, cor, etnia, nacionalidade, religião ou qualquer outra condição.

A Agenda 2030 consiste em quatro partes principais:

1. DECLARAÇÃO (VISÃO e PRINCÍPIOS) da Agenda.

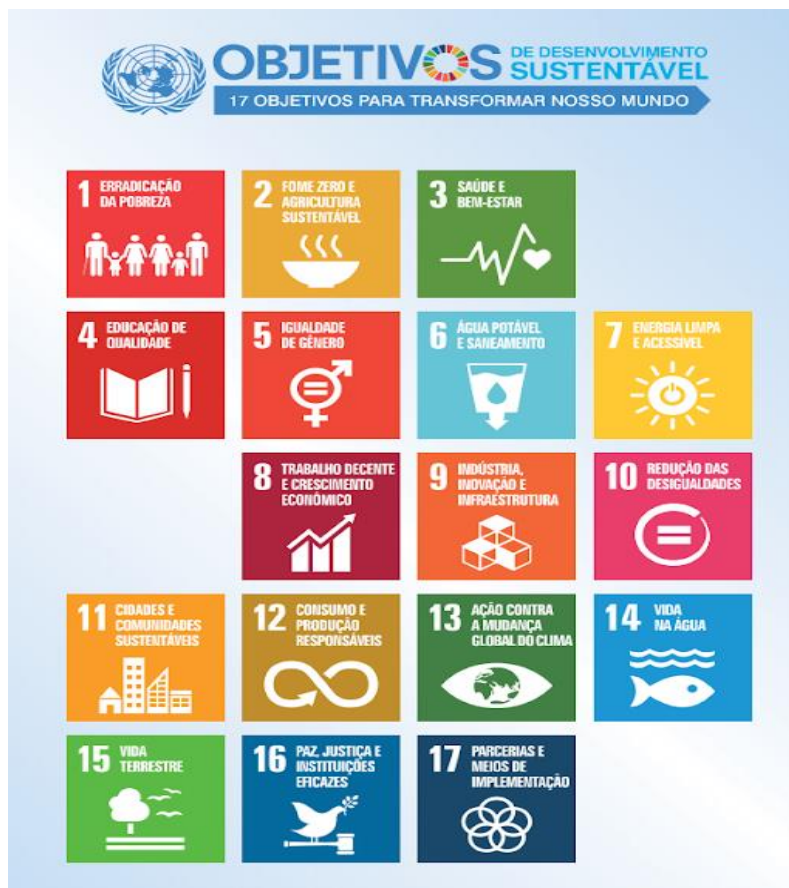
As 5 Dimensões (5 Ps):

1. Pessoas– ODS 1, 2, 3, 4, 5, 8 e 10.
2. Planeta – ODS 6, 7, 11, 12, 13, 14 e 15.
3. Prosperidade –ODS 1, 8, 9, 10.
4. Paz –ODS 16.
5. Parcerias – ODS7 17



2. QUADRO RESULTADOS
3. IMPLEMENTAÇÃO
4. ACOMPANHAMENTO e REVISÃO

Os 17 ODS na figura abaixo são como uma lista de tarefas a serem cumpridas pelos governos, pela sociedade civil, pelo setor privado e todos os cidadãos na jornada coletiva para um 2030 sustentável.



Os 17 ODS são o núcleo da Agenda e deverão ser alcançados até o ano 2030. Eles são integrados, indivisíveis e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Eles oferecem uma linguagem comum para identificar questões de desenvolvimento prioritárias para curto, médio e longo prazo. Desdobram-se em 169 metas e 247 indicadores.

É fundamental adaptar a agenda global para o âmbito local, isto é denominado de “Localização” ou “territorialização” da Agenda 2030. Com esta finalidade, no Brasil foi criada em 2016 a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, por meio do Decreto nº 8.892. Esta comissão é um órgão consultivo, responsável por conduzir o processo de articulação, mobilização e diálogo com os entes federativos e a sociedade civil. As instituições federais IBGE e IPEA prestam assessoramento e têm empenhado esforços conjuntos para adaptar as 169 metas da Agenda à realidade brasileira.

Em 2018, o IPEA publicou documento contendo mais de 500 páginas, em que mostra que pelo menos 124 metas sofreram alguma alteração para se adequar à realidade brasileira.

Atualmente, em dezembro/2020, é possível acompanhar a situação do Brasil pelo portal mantido pelo IBGE e pela Secretaria Especial de Articulação Social (<https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>). Das 169 metas e 247 indicadores existentes, o Brasil apresenta 83 indicadores com status “produzido”, 97 “em análise/construção”, 59 “sem dados” e 08 “não se aplica ao Brasil”, sendo que destes últimos, 07 (sete) são os únicos indicadores da

respectiva meta. Isso quer dizer que no Brasil existem 07 metas consideradas sem aplicação ao país, sem considerar que algumas metas expiram no final de 2020.

Além disso, é essencial que estados e municípios também façam o trabalho de territorialização e incorporem as metas e indicadores aos seus planos de gestão, adequando-os às suas diferentes realidades, capacidades, níveis de desenvolvimento e prioridades.

Alinhamento entre a Agenda 2030, BRASIL 5.0 e E-Digital

Como mencionado, o objetivo principal dessa primeira versão do capítulo é analisar o grau de alinhamento da Agenda 2030 com o Brasil 5.0, neste momento com o Pilar Sociedade 5.0

Fundamental observar que o próprio documento da E-Digital - Anexo 6, publicado pelo Departamento de Políticas e Programas Setoriais em TICs da Secretaria de Política de Informática do MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações em 2018, nas páginas 06 e 07, faz esclarecimento sobre a relação existente entre a E-Digital e os ODS, conforme abaixo transcrito:

“Um enfoque importante para E-Digital é a contextualização das ações estratégicas nas grandes agendas internacionais para o desenvolvimento. Entre elas, destaca-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas”.

A meta 9c do ODS 09 é o melhor exemplo do alinhamento: *“Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2022”*. Mas a própria E-Digital mostra mais relações, ao menos indireta, com 06 (seis) ODS: 1, 2, 3, 4, 9 e 13 e detalha o raciocínio que justifica esses alinhamentos, conforme a seguir transcrito:

“Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza: inclusão financeira dos mais pobres, pela combinação terminais móveis com acesso à Internet, pagamentos móveis e novos instrumentos financeiros no ambiente digital.

Objetivo 2 - Fome Zero: Internet das Coisas, aumentando a produtividade na agropecuária, reduzindo perdas no campo e na logística de transporte e distribuição.

Objetivo 3 - Saúde e Bem-Estar: uso de terminais móveis com acesso a bases de dados médicas e viabilizando prontuários eletrônicos; e a Internet das Coisas, com monitoração e diagnóstico remoto.

Objetivo 4 - Educação de Qualidade: computadores com acesso a conteúdos digitais, ensino à distância, treinamento de professores e capacitação profissional.

Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura: ampliação da infraestrutura de acesso à Internet, empreendedorismo digital, e Internet das Coisas.

Objetivo 13 - Combate às Alterações Climáticas: redes de sensores combinadas com terminais de acesso à Internet, possibilitam ação rápida na prevenção e mitigação de desastres naturais”.

A partir disso, passamos para análise do alinhamento entre os quatro Fundamentos do Pilar Sociedade 5.0 do projeto Brasil 5.0 e Agenda 2030.

Para colocar essa comparação em prática, foi elaborada uma tabela, conforme se verifica no Anexo 19. Nas linhas da primeira coluna foram elencadas 124 metas escolhidas dos 17 ODS, enquanto as demais quatro colunas da tabela representam respectivamente os 4 Fundamentos da Sociedade 5.0: “Pessoas ao Centro”, “Qualidade de Vida”, “Inclusão” e “Sustentabilidade”. Desse modo, foi marcado um “X” na intersecção entre uma meta e o Fundamento para apontar que foi encontrado um alinhamento entre ambos.

Ressalte-se que das 169 metas existentes, portal <https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>, não foram utilizadas aquelas que tinham como *deadline* o ano de 2020 e as que eram direcionadas para países desenvolvidos.

Além disso, foram consideradas as definições dos quatro Fundamentos apresentadas neste Manifesto Brasil 5.0, na parte dedicada a explicar os 5 Pilares e 23 Fundamentos.

Assim, com essa tabela foi possível constatar um alinhamento de 85,61% entre as metas dos ODS e os Fundamentos da Sociedade 5.0.

O interessante é que se restringirmos a análise apenas das metas dos seis ODS citados na E-Digital (ODS 1, 2, 3, 4, 9 e 13), ou seja, a intersecção entre os três conjuntos: Agenda 2030, Sociedade 5.0 e E-Digital encontramos uma correlação de 90,34%. Isto porque os seis ODS citados na E-DIGITAL possuem altíssima correlação com os 4 Fundamentos da Sociedade 5.0, com exceção apenas de algumas metas que estão mais relacionadas a negócios (dentro do ODS 9) ou ao meio ambiente (dentro do ODS 13).

A expectativa é que quando acrescentarmos a comparação com os demais 19 (dezenove) Fundamentos dos demais quatro Pilares do Brasil 5.0, será possível identificar com boa precisão, se algo importante ficou de fora da E-Digital.

Como enfatizado, trata-se do início de um estudo a ser ainda aprofundado e, por isso, nas próximas versões deste material aprofundaremos as análises, conforme planejado e a seguir **resumido**:

Citamos e valemo-nos da E-Digital trabalhando um pouco com ela, para a produção deste conteúdo.

Em função do que se segue, é essencial citarmos também a Estratégia de Governo Digital - EGD, Decreto 10332/2020, a Estratégia Federal para o Desenvolvimento do Brasil –EFD2020/2031 - Decreto 10531/2020 – Anexo 17, e o muito importante trabalho: A Caminho da Era Digital no Brasil - Revisões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE - Anexo 16, sobre a Transformação Digital no Brasil, (254 páginas) o qual pode ser acessado através do link <http://www.oecd.org/publications/a-caminho-da-era-digital-no-brasil-45a84b29-pt.htm>

O trabalho da OCDE analisa os desenvolvimentos recentes na economia digital brasileira.

Importante Objetivo do Brasil 5.0

Destaque-se que o Planejamento feito pela Curadoria do Brasil 5.0 para 2021 prevê que os próximos estudos e conteúdos demonstrem não somente os possíveis alinhamentos entre o Propósito do Brasil 5.0 e seus Fundamentos, com as legislações citadas e seus Programas para a Transformação Digital e para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil, no período de 2021/2031, mas também e principalmente eventuais GAPs existentes, os quais podem ensejar possíveis recomendações dos Conselheiros do Brasil 5.0, para que sirvam de subsídios às autoridades públicas e seus respectivos ministérios, entidades e/ou institutos, para que elas sejam bem sucedidas no cumprimento da política de Estado, quanto aos benefícios da Transformação Digital para o Brasil, neste início da terceira década do século XXI.

O objetivo acima exposto se justifica integralmente por algumas razões, mas duas delas requerem e merecem destaques:

1 - A E-Digital passará por revisão até 20/03/2022; e

2 - O Brasil pleiteou formalmente em 2017 a sua entrada na OCDE e por conta disso tem resumidamente os compromissos abaixo, consigo mesmo e com aquela entidade, **quanto a**:

. Melhorar a conectividade – serviços de comunicações;

- . Aumentar a adoção e uso de tecnologias digitais;
- . Aumentar a confiança no ambiente digital;
- . Desencadear a inovação digital, o que vem fazendo com o Governo Digital, por exemplo;
- . Fomentar a transformação digital da economia, considerando: Agro, Manufatura, Fintech, e-Saúde;
- . construir uma abordagem para todo o governo, valendo-se da E-Digital, para tanto considerando a sua revisão até 20/03/2022.

Esses compromissos mais detalhadamente, podem ser acessados em

<https://www.oecd-ilibrary.org/sites/e9bf7f8a-en/index.html?itemId=/content/publication/e9bf7f8a-en>

Lembramos que os 5 referidos Pilares e seus 23 Fundamentos suportam o Propósito do projeto BRASIL 5.0, com sua missão de ser protagonista na Transformação Digital e entre outras importantes metas, prover subsídio à E-Digital, para a sua revisão.

Conclusão

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU tem como propósito a integração do crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental.

Houve um estudo para a territorialização das 169 metas dos 17 ODS da Agenda 2030 para o Brasil, que resultou em adaptação de algumas metas e seus respectivos indicadores.

Nesta primeira versão deste novo capítulo do Brasil 5.0, foi analisado o alinhamento entre os quatro Fundamentos do Pilar Sociedade 5.0, Pessoas ao Centro; Qualidade de Vida; Inclusão e Sustentabilidade e 124 metas escolhidas dos 17 ODS.

Foi possível observar uma correlação de 81,65% entre eles.

Porém, ao inserir nesta análise a E-Digital, que expressamente aponta alinhamento com seis ODS e focar apenas na intersecção entre os três conjuntos: Agenda 2030, Sociedade 5.0 e E-Digital, encontramos uma correlação de 90,34%.

Por todo o exposto, concluímos que são estimulantes os desafios e as oportunidades que vislumbramos para o período 2021/2025, podendo ser estendido até 2031, em função da EFD.

Esta realidade que permeia a Transformação Digital no Brasil e sua contribuição também no Global motiva os mais de uma centena de protagonistas envolvidos e engajados no Ecossistema Brasil 5.0 – Comunicar, Cooperar para Executar, a se dedicarem voluntária e solidariamente em prol do propósito de um Brasil mais próspero e mais justo e contribuindo com isso para uma Sociedade 5.0 e um Brasil verdadeiramente 5.0.

Nota Técnica

22. EXPEDIÇÃO A VOZ DOS RIOS: RIO TIETÊ E SUAS TRANSVERSALIDADES

Marta Angela Marcondes⁶¹

Sandro Vinicius Ortega Nicodemo⁶²

Patrick François Bragato⁶³

Michael Henrique Gomes Batista⁶⁴

Ubimarada Silva Ding⁶⁵

Heni Vinicius Osi Leandro⁶⁶

Thayssa Gomes de Oliveira⁶⁷

Resumo Executivo

Essa é a primeira edição do Projeto A VOZ DOS RIOS e o foco foi o RIO TIETÊ E SUAS TRANSVERSALIDADES. É uma nova proposta de expedição aos rios, que procura ter um olhar diferenciado por lentes das mais diversas áreas profissionais e que envolve a arte, cultura e espiritualidade no sentido de aguçar novas percepções. Somos um grupo independente que tem os rios como nossos parceiros de vida e de alma, e nosso objetivo é dar voz a esses que têm

⁶¹**Marta Angela Marcondes.** Doutoranda pela Universidade Federal de São Paulo- UNIFESP, Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos, Professora titular da Universidade Municipal de São Caetano do Sul- USCS. Coordenadora do Projeto IPH - Índice de Poluentes Hídricos – USCS. Gestora do Curso de Gestão Ambiental - USCS. Membro da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Comitê do Alto Tietê. Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/4139017884353855>

⁶²**Sandro Vinicius Ortega Nicodemo.** Graduado em Tecnologia Ambiental, Especialista em Linguagens da Arte e Gestão Empresarial Estratégica, pela Universidade de São Paulo – USP. Ativista do movimento ambientalista há 20 anos, apresentador do programa Rios de Santo André, empreendedor social da Casa Viva Lilás Fabiana Oliveira e Vice-Presidente do Coletivo Núcleo de Ações Socioculturais Ativista – NASA.

⁶³**Patrick François Bragato.** Chefe de Cozinha Franco Brasileiro, formado pela escola de gastronomia Grégoire Ferrandi (França). No Brasil desde 2015 desenvolve projetos socioculturais e educativos em torno da cozinha. Fundou o movimento COMIDATITUDE, que visa lutar contra o desperdício alimentar. Apresentador do canal “Pai, tô com fome”.

⁶⁴**Michael Henrique Gomes Batista.** Poeta e MC, integra o Sarau na Quebrada, o Conselho Municipal da Juventude e o Movimento MASSA em Santo André. Ativista pelos direitos culturais e da juventude.

⁶⁵**Ubimara da Silva Ding.** Educadora popular, graduada em Gestão Pública e Serviços Governamentais. Atua há 40 anos como militante e ativista na luta e mobilização por direitos humanos, inclusão social, promoção da cidadania, combate ao racismo, redução das desigualdades sociais, defesa animal e meio ambiente. Criadora da performance “A Dança da Chuva”, sobre o efeito da poluição na água e atmosfera.

⁶⁶**Heni Vinicius Osi Leandro.** Radialista, graduado em Rádio e TV e Internet. Atua na área de produção, pós-produção e marketing digital.

⁶⁷**Thayssa Gomes de Oliveira.** Técnica em meio ambiente, ativista do Movimento Negro e Ambientalista. Integra o Sarau da Quebrada, o Conselho Municipal da Juventude e o Movimento MASSA em Santo André.

sofrido tanto com as ações humanas. Somos biólogos, geógrafos, pesquisadores, educadores sociais, gastrólogo, artistas, ambientalistas e jovens educadores. Além dos representantes do Projeto Observando os Rios da Fundação SOS MATA ATLÂNTICA, que são nossos parceiros, a Equipe do Projeto IPH - Índice de Poluentes Hídricos da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS, a equipe do Projeto Nome aos Rios e Rios de Santo André, entre tantos outros que não estavam com o grupo presencialmente, mas estavam nos dando suporte. A expedição aconteceu nos dias 25, 26 e 27 de janeiro de 2021, com o objetivo de sensibilização e conscientização a respeito da importância da preservação da vida dos rios, abordando as mais diversas facetas dessa temática. Foram três dias de expedição, percorremos 150 km, por terra orientados pelas margens do rio Tietê, pelas pontes e pelas barragens. Foram coletadas amostras de água em 6 pontos. Nos pontos, foram realizadas coletas de amostras de água (respeitando a metodologia descrita no Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras de Água-CETESB), observação da situação ambiental e, quando possível, fazíamos uma conversa com a comunidade local, ou mesmo pessoas que utilizam de alguma forma o rio. Todas as atividades foram documentadas, por meio de vídeos, entrevistas, imagens aéreas (com drone), essas imagens capturadas farão parte do nosso documentário especial sobre o Rio Tietê.

Palavras-chave: Água; Rios; Preservação dos rios; Rio Tietê; Meio ambiente.

A HISTÓRIA DO NOVO MODELO DA EXPEDIÇÃO

A ideia da expedição surgiu de uma forma inusitada quando Sandro Nicodemo (que no momento estava como motorista de aplicativo), fez uma viagem com o Patrick Bragato, e em suas conversas descobriram que tinham muito em comum: a paixão pelos rios. Dessa conversa surgiu o sonho e o sonho se tornou realidade com a primeira edição das Expedições: A Voz dos Rios. Essa primeira edição tem como foco o **RIO TIETÊ E SUAS TRANSVERSALIDADES**.

É uma nova proposta de expedição aos rios, que procura ter um olhar diferenciado por lentes das mais diversas áreas profissionais e que envolve a arte, cultura e espiritualidade no sentido de aguçar novas percepções!

Acreditamos que a força das águas nos uniu e a força e energia das águas nos levarão para muito longe...sempre ouvindo A VOZ DOS RIOS!

QUEM SOMOS?

Somos um grupo independente que tem os rios como nossos parceiros de vida e de alma, e nosso objetivo é dar Voz a esses que têm sofrido tanto com as ações humanas.

Somos biólogos, geógrafos, pesquisadores, educadores sociais, gastrólogo, artistas, ambientalistas e jovens educadores. Além dos representantes do Projeto Observando os Rios da Fundação SOS MATA ATLÂNTICA, que são nossos parceiros, a Equipe do Projeto IPH - Índice de Poluentes Hídricos da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS, a equipe do Projeto Nome aos Rios e Rios de Santo André, entre tantos outros que não estavam com o grupo presencialmente, mas estavam nos dando suporte.

QUANDO A EXPEDIÇÃO ACONTECEU?

Nos dias 25, 26 e 27 de janeiro de 2021.

COM QUAL OBJETIVO?

Sensibilização e conscientização a respeito da importância da preservação da vida dos rios, abordando as mais diversas facetas dessa temática.

COMO FOI PENSADA A EXPEDIÇÃO?

Foram três dias de expedição, percorremos 150 km por terra, orientados pelas margens do rio Tietê, pelas pontes e pelas barragens. Foram coletadas amostras de água em 6 pontos. Nos

pontos, que estão localizados no mapa da nossa expedição, foram realizadas coletas de amostras de água (respeitando a metodologia descrita no Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras de Água-CETESB), observação da situação ambiental e, quando possível, fazíamos uma conversa com a comunidade local, ou mesmo pessoas que utilizam de alguma forma o rio.

Todas as atividades foram documentadas, por meio de vídeos, entrevistas, imagens aéreas (com drone), essas imagens capturadas farão parte do nosso documentário especial sobre o Rio Tietê.

QUAIS FORAM OS PASSOS DA EXPEDIÇÃO?

Primeiro determinamos que seria muito importante ter informações técnicas de pontos ao longo do rio, e que esses pontos seriam nossos termômetros para a verificação da qualidade da água e das agressões que o rio Tietê sofre, para assim podermos pensar em intervenções que sejam efetivas.

Respeitamos a metodologia de uma Rede de Monitoramento, ou seja, estabelecemos pontos, que já são monitorados pelos grupos de voluntários do Projeto Observando os Rios da Fundação SOS MATA ATLÂNTICA, para que pudéssemos ter parâmetros de comparação.

Uma vez definidos os pontos de coleta, definimos também os parâmetros que seriam analisados, para isso, utilizamos as práticas já desenvolvidas pelo Projeto IPH – Índice de Poluentes Hídricos, juntamente com a planilha de dados de campo que os grupos de monitoramento utilizam.

QUAIS FORAM OS PONTOS DE COLETA? Os pontos de coleta podem ser visualizados no quadro abaixo e identificados no mapa.

Pontos	Cidades	Georreferenciamento
P1	São Paulo – Cebolão	23°31'31.9"S 46°44'58.2"W
P2	Guarulhos	-23.472938 -46.423260
P3	Itaquaquecetuba	-23.476471 -46.349201
P4	Suzano	-23.520458 -46.299874
P5	Mogi das Cruzes	-23.529877 -46.159593
P6	Salesópolis(Parque das Nascentes do Tietê)	-23.5671347-46.8240261

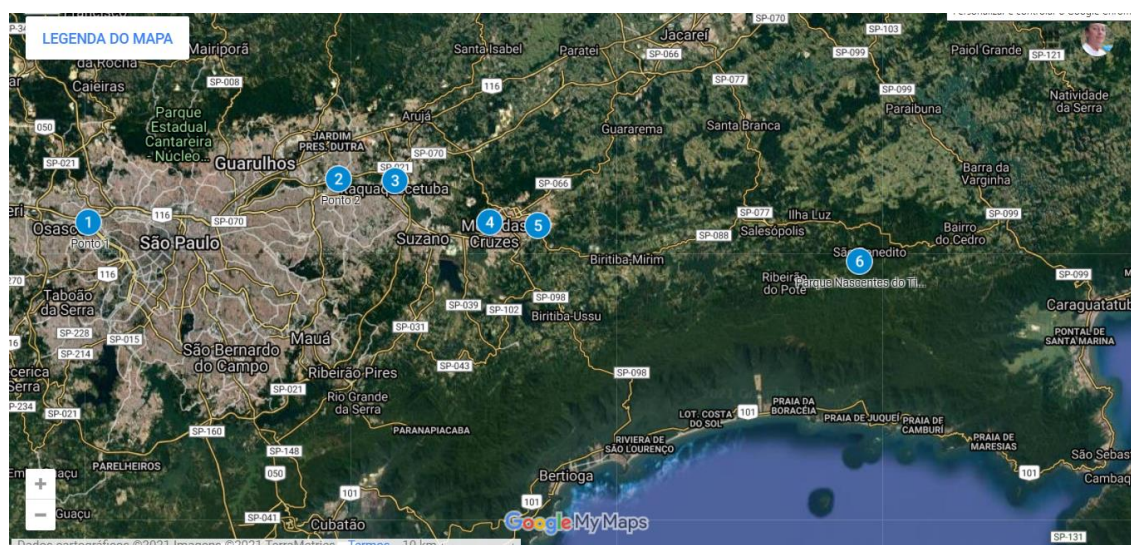


Figura 1: Mapa com os 06 pontos de coleta destacados em azul (numerados de 1 a 6). Fonte: Google maps.

DIÁRIO DE BORDO

Dia 1: 25 de janeiro

O Encontro da equipe foi na USCS- Campus Centro, onde organizamos nosso material e traçamos nosso trajeto, além de discutir todo o enredo do documentário e as estratégias para verificar a percepção de cada um para os pontos determinados do rio.

Nos preparamos para as possíveis dificuldades, mas também para a experiência que teríamos em visitar espaços pouco vistos pela população de maneira geral.



Figura 2: Equipe no laboratório de Análise Ambiental do Projeto IPH/USCS, da esquerda para a direita Marta Marcondes, UbimaraDing, Michael Henrique, Patrick Bragato e Thayssa Oliveira.

A equipe de campo em reunião para a organização da saída do primeiro dia de expedição.

Da USCS, fomos rumo a Marginal Tietê, no chamado Cebolão, local onde ocorre o encontro do Rio Pinheiros com o Rio Tietê.

Ponto 1 – São Paulo - Osasco



Figura 3: Ponto de encontro dos rios Pinheiros e Tietê. Na imagem da esquerda para a direita Marta Marcondes, Patrick Bragato e HeniOsi.

Nesse ponto coletamos as amostras de água, com uma certa dificuldade, o cheiro infelizmente estava péssimo, e a sensação de estarmos embaixo das diversas pontes foi uma experiência sem precedentes.

Cenas que não necessitam de legendas.



Figura 4: Ponto de coleta, possível verificar grande quantidade de resíduos.

Rastros da nossa “humanidade”.



Figura 5: Ponto de coleta.

Sáímos do ponto doCebolão fomos a caminho do segundo ponto – Guarulhos, para iniciarmos nosso trajeto para a nascente.

Ponto 2 - Guarulhos

Nesse local, localizado embaixo da Rodovia Airton Senna, fomos pegos de surpresa pela péssima qualidade da água e do local de coleta, quase não conseguíamos chegar até a margem do rio, tamanha a quantidade de resíduos, carcaças de animais, fezes, entre outras atrocidades com o ambiente e coma saúde das pessoas que necessitam passar pelo local.

E também fomos pegos pela chuva, esse foi um ponto bem positivo.



Figura 6: Sandro Nicodemo e Patrick Bragato, na coleta de água deste ponto.

Finalizamos o dia aqui, fizemos nossa reunião de acertos e ajustes, e voltamos para o ABC, pois no dia seguinte seguimos para as cidades próximas da nascente do Rio Tietê.

Dia 02: 26 de janeiro de 2021

Nossa meta foi coletar nos pontos 3, 4 e 5.

Ponto 3 – Itaquaquetuba

Esse ponto está dentro da cidade, mas mesmo assim o odor é muito forte (de esgoto não tratado) e qualidade de água é péssima.



Figura 7: Análise de campo. Da esquerda para a direita Thayssa Oliveira, Marta Marcondes e HeniOsi.

Nossa equipe realizando as análises de campo e incluindo os dados já na planilha para o cálculo do IQA – Índice de Qualidade de Água.

Ponto 4 – Suzano

Nos deparamos com uma situação bastante complicada pois a marginal do rio estava completamente tomada por resíduos sólidos dispostos incorretamente. Porém já existem uma arborização maior e o rio já caminha mais livremente, com a marginal distante do seu leito original.



Figura 9: Ponto de coleta às margens do Rio Tietê na cidade de Suzano.

Ponto 5 – Mogi das Cruzes

Nesse ponto encontramos uma situação bastante interessante do ponto de vista técnico, pois toda a superfície da água estava tomada pela vegetação aquática, o que indica grande disponibilidade de matéria orgânica que pode ser oriunda de esgoto doméstico não tratado, como também de fertilizantes.



Figura 10: Ponto de coleta em Mogi das Cruzes. O verde mais claro são as plantas aquáticas, também conhecidas como macrófitas.

As macrófitas são indicadores de que existe um grande despejo de matérias orgânica no local, tanto de origem orgânica (esgoto doméstico não tratado), como de origem inorgânica (elementos como nitrogênio, fósforo e potássio, oriundos de adubo para plantas).

Terminamos nosso dia nesse ponto em Mogi das Cruzes e nos dirigimos para a Cidade de Santa Branca, onde fomos hospedados, pela gentileza da Hípica Boa Vista, local maravilhoso e aconchegante. A noite fomos gratificados pelo jantar feito especialmente para nós pelo ChefPatrick Bragato.

Dia 03 – Salesópolis

Fomos diretamente para Salesópolis, no Parque das Nascentes do Tietê, quem nos recebeu foi o responsável pelo parque, e nos deu orientações e contou sobre a história do local da nascente e do Rio Tietê. Imperdível conhecer esse local, foi uma experiência única, ver, sentir, as águas que nascem tão puras e que nos brindam com sua energia.



Figura 11: local da nascente



Figura 12: dados da nascente

PRODUTOS DA EXPEDIÇÃO VOZ DOS RIOS

1. Relatório Técnico dos 6 pontos de coleta, esse relatório estará disponível nas nossas redes sociais, tanto do Projeto Voz dos Rios (facebook, Instagram), como

do Projeto IPH (facebook e Instagram), além de ter um espaço especial no site da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS.

2. Documentário da Expedição, que será lançado em 22 de março de 2021, dia em que se comemora o Dia Internacional da Água.
3. Parcerias com atores locais, tanto da sociedade civil como do poder público, que têm como objetivos as questões da defesa dos rios, córregos, reservatórios, nascentes, riachos, cachoeiras, entre outros corpos de água doce.

Resultados parciais da qualidade de água dos pontos de coleta, utilizando o IQA – Índice de Qualidade de Água como referência, e respeitando os construtos da legislação vigente no país, ou seja, a Resolução CONAMA 357/2005, que estabelece a classificação dos corpos de água no Brasil.

Resultados

Pontos		IQA – Índice de Qualidade de Água
Ponto 1	São Paulo – Cebolão	PÉSSIMA
Ponto 2	Guarulhos	PÉSSIMA
Ponto 3	Itaquaquecetuba	PÉSSIMA
Ponto 4	Suzano	RUIM
Ponto 5	Mogi das Cruzes	RUIM
Ponto 6	Salesópolis (Parque das Nascentes do Tietê)	ÓTIMA

Esses resultados demonstram o que já era esperado, que a total falta de cuidados com o rio, em que esgotos domésticos e industriais, bem como resíduos de produção rural, além de poluição atmosférica, são despejados constantemente em suas águas resultam na péssima qualidade. Na nascente, desde a quantidade de oxigênio que é um limitante para a vida, altíssimo, até a presença de microrganismos causadores de doenças que é ínfima, demonstram a excelente qualidade da água. No entanto quando essas águas límpidas rumam para os centros urbanos, elas iniciam seu processo de descaracterização. Esse rio sofre, mas ele não está morto, ele precisa de cuidados, assim como um paciente na UTI, e esses cuidados quem poderá providenciar? NÓS, sociedade civil juntamente com o poder público e as empresas de maneira geral.

O que deixamos como recados importantes? Ouçam a voz dos rios!

23. OS PARTIDOS POLÍTICOS E A BAIXA CAPACIDADE DE GOVERNO – COMO MODERNIZAR OS PARTIDOS E O GOVERNO

Aristogiton Moura⁶⁸

Resumo Executivo

A presente nota encerra uma série de três publicadas no Observatório Conjucscs que procuram responder à pergunta: O drama da representação política brasileira – para que servem os partidos políticos? Essa tríade pretende demonstrar que os deficientes resultados apresentados por dirigentes públicos para a cidadania estão relacionados à baixa formação política oferecida pelos partidos políticos e esquecida pelas universidades. É imperativo modernizar os partidos e as universidades com Ciências e Técnicas de Governo. Diferentemente do que hoje se ensina de política, planejamento e governo, esta nota apresenta teorias e métodos especialmente desenhados para o âmbito público, político e social. Carlos Matus inovou ao criar as bases dessa nova abordagem. Veja abaixo os conceitos-chave desenvolvidos pelo autor para o processo de modernização.

Palavras-Chaves: *Modernizar política; Modernizar partidos; Modernizar governo; Poder político; Ciências e Técnicas de Governo; Carlos Matus; ESCOLAG; Universidades e política; Partidos políticos; Intercâmbio de problemas; Prática política vertical; Prática política horizontal; Reforma de partidos políticos.*

Elementos e conceitos críticos numa modernização complexa

Este artigo apresenta os conceitos desenvolvidos por Matus que sustentam a forma como os partidos e as organizações que atuam no jogo político devem ser modernizados; ou seja, com conhecimentos e práticas diferenciados daqueles utilizados por companhias do âmbito privado, com destaque especial para a sua obra “Teoria do Jogo Social”, que compreende a realidade em distintos planos:

- **Intercâmbio de Problemas**

No jogo político e social não existe o conceito de **solução de problemas**, pois a idéia de *solução* de um problema, não permite enxergar o necessário contrabalanço dos *efeitos colaterais indesejáveis* que surgem quando um ator político toma uma decisão num contexto conflitivo e repleto de incertezas. Afinal, sempre haverá outros problemas decorrentes do enfrentamento daquele que está no foco de atenção do ator no momento da decisão.

A ação empreendida para solucionar um problema gera *efeitos colaterais* não desejados pelo ator que intervém sobre uma situação complexa. A pergunta crítica é: um problema pode ser

⁶⁸ **Aristogiton Moura.** Professor convidado da USCS, membro da coordenação e orientador metodológico do Plano Estratégico de Desenvolvimento USCS - 2030; Professor e Consultor da FIA – Fundação Instituto de Administração da USP; Consultor e Assessor Internacional em Ciências e Técnicas de Governo. Formado em Ciências e Técnicas de Governo por Carlos Matus na Fundação Altadir, com quem trabalhou entre 1992 e 1998. Professor. Consultor e palestrante internacional na América Latina e Espanha. Atualmente é representante exclusivo da Fundação Altadir no Brasil; Presidente do Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo; Diretor-presidente da Strategia Consultores; Consultor Sênior da Autoritas Consulting Brasil – Consultoria em Inteligência Estratégica e membro do board da Autoritas Internacional.

considerado solucionado quando gera outro maior? Por exemplo: quando um Presidente da República opta por um plano de ajuste macroeconômico, que objetiva enfrentar um problema de equilíbrio de contas, o resultado é só as contas equilibradas? Não, a história mostra que sempre existem consequências e efeitos não planejados, como recessão na economia, pobreza e desemprego. No entanto, este é um modelo de atuação recorrente na história brasileira.

Para se tomar uma decisão dessa envergadura é preciso, antes de tudo, fazer um balanço dos custos e benefícios que decorrem de decisões dessa natureza, pois ela gera consequências em outros âmbitos da vida social, política e econômica do país.

Estes custos e benefícios podem ser de diversas ordens: políticos, econômicos, cognitivos, éticos, organizativos, de segurança, entre outros. Assim, antes de lançar um plano de ajuste macroeconômico é preciso comparar os benefícios advindos do saneamento econômico da redução da taxa de inflação, com o custo político do desemprego e do ajuste restritivo das remunerações. O que vale mais? Os problemas atenuados ou os problemas gerados ou incrementados? Nesta avaliação também contam o tempo em que ocorrem os custos decorrentes e os benefícios desejados, e se eles são estáveis ou transitórios.

Não podemos impedir, ao menos transitoriamente, os efeitos colaterais indesejados. Por isso, há que se pensar que não existe uma *solução*, mas um *intercâmbio de problemas* que deve ser considerado e calculado dentro de um sistema de decisões que o pondere. A ação política gera tanto os efeitos positivos calculados pela tecnocracia, quanto os negativos por ela não contemplados em relação às metas e aos objetivos anunciados.

Por isso, deve haver um cálculo político que demonstre claramente o benefício que se busca com a meta pretendida e o custo de se criar novos problemas ou intensificar os antigos. O ato de intervenção não é limpo, pois sempre gera outros problemas. Fazer política é *intercambiar problemas*. Um projeto de governo é uma proposta de troca de problemas. Ou seja, um balanço entre os *créditos* (benefícios da ação) e os *débitos*—os custos que representam os efeitos colaterais.

Quando um ator decide sobre algo, o faz acreditando, segundo seu critério político, estar realizando um intercâmbio favorável de problemas. Helmuth Schmidt, chanceler da Alemanha, quando enfrentou a crise de petróleo dos anos 1970, declarou, com frieza e cálculo, sua posição sobre o intercâmbio de problemas que lhe parecia mais conveniente e necessário para a circunstância, com a seguinte frase: “*Mais vale cinco por cento de inflação que cinco por cento de desemprego*”.

No outro pólo, o ajuste macroeconômico promovido no Brasil pelo governo FHC nos anos 1990 preferiu menos inflação e estava disposto a pagar o custo transitório do desemprego. Na França, Daniel Cohn-Bendit, principal protagonista do levante estudantil de 1968, que ficou conhecido como o *maio francês*, declarou, com fina ironia, sua posição sobre o intercâmbio de problemas entre o capitalismo e o socialismo real: “*Não queremos um mundo onde a certeza de não morrer de fome é trocada pelo risco de morrer de tédio*”. Inflação por desemprego, fome por tédio. Trata-se de valorar diferentes consequências em diferentes circunstâncias.

O balanço de intercâmbio de problemas é um cálculo estratégico que contrasta o valor dos problemas com a magnitude da mudança (positiva ou negativa) dos seus indicadores. A comparação entre custos e benefícios é feita dentro de um período definido de tempo.

Assim, a análise de um balanço (favorável ou desfavorável), depende: a) da *magnitude* da mudança nos *marcadores* dos problemas; b) do *valor* ou importância que o ator atribui aos problemas do balanço em uma situação concreta; c) do *tempo* considerado para a avaliação; e d) da *sequência* ou ordem em que ocorrem os custos e os benefícios; primeiro os custos e depois os benefícios, ou o inverso.

A **magnitude** da mudança deve ser verificável por indicadores objetivos, o que exige o monitoramento da mudança situacional, com rigor e objetividade, tendo a ciência como base.

O **valor**, por outro lado, é um juízo humano. Essa valoração depende e muda segundo quem seja o ator que faz o balanço e os seus propósitos no jogo. Portanto, trata-se de dois tipos de juízos políticos, o de valor e o de aceitabilidade; ambos dependem de quem o faz, ou seja, não são normatizáveis ou padronizáveis.

O **tempo** é convencionado por cada jogador, segundo seja o horizonte de sua análise, e depende do tempo do projeto político de cada ator.

A **sequência** caracteriza o tipo de balanço. No *populismo*, os benefícios antecedem os custos: primeiro a festa e depois a conta. No *tecnocratismo*, primeiro os custos e depois os benefícios. Os benefícios são pagos com as poupanças. Já no situacionismo, a busca pelo equilíbrio no tempo entre custos e benefícios é feita por via compensação interdepartamental.

O **valor e o tempo** numa decisão ou num projeto de governo podem gerar visões *altamente conflitivas* sobre o intercâmbio de problemas. Afinal, trata-se de intenções que aglutinam muitas decisões. Um plano de ajuste macroeconômico pode ser, ao mesmo tempo um intercâmbio favorável ou desfavorável de problemas aos olhos de quem o julga: favorável segundo um presidente; desfavorável, de acordo com sindicatos e a população. Tudo depende das valorações feitas e do tempo de avaliação. Por trás de cada avaliação existe sempre um *problema cognitivo complexo* que nasce das diferenças existentes entre os atores em relação ao acesso e à credibilidade que atribuem à informação; aos modelos teóricos e normativos da política que fundamentam a leitura da realidade; e à diversidade de valores aplicáveis.

Vale ressaltar que o **intercâmbio de problemas** não afeta a todos da mesma forma e com a mesma intensidade. Os problemas *colaterais* gerados pelos problemas *centrais* componentes do balanço podem ser aceitáveis para alguns, mas não necessariamente para todos. Por exemplo, quando uma pessoa perde seu emprego em um plano de ajuste macroeconômico, ela certamente fará um intercâmbio de problema mais desfavorável do que outra que só perdeu transitoriamente algum poder de compra do seu salário. Ambas sofrem, em diferentes graus, o impacto de problemas colaterais distintos. Já para uma terceira pessoa que não teve nenhum prejuízo e mesmo assim obteve ganhos, o intercâmbio do problema será totalmente favorável. Enfim, a definição de *problema central* e de *problema colateral* é sempre situacional, pois o que é central para uns pode ser colateral para outros, e vice-versa.

O conceito de **intercâmbio de problemas** é um elemento-chave no planejamento estratégico moderno para a análise estratégica em jogos complexos. Fundamental nas reformas constitucionais que o Governo Federal encaminhou para o Congresso, aproximadamente³⁵, entre elas: Reforma tributária (PECs 45/19 e 110/19, respectivamente na Câmara e no Senado); Reforma administrativa (PEC 32/20); Licenciamento ambiental (PL 3729/04); PEC Emergencial (PEC 186/19); (Autonomia do BC - PLP 19/19, já aprovada no Senado) e Modelo de partilha no petróleo (PL 3178/19). Fundamental, pois qualquer mudança nas regras políticas e sociais vigentes provoca elevados intercâmbios de problemas entre os participantes — cidadãos, empresários, executivos públicos e dirigentes políticos. Dessa forma, todo desenho ou redesenho da máquina pública é uma questão essencialmente *tecnopolítica*.

- **Problemas comuns da Prática Horizontal**

Na vida cotidiana não se aplicam os conhecimentos departamentalizados como os que aprendemos nas universidades. Nelas, o conhecimento é dividido e agrupado em unidades especializadas para ser difundido. Assim, quando o estudante estuda medicina, ele aprende tudo de medicina, mas não de direito ou de engenharia, que são estudados nos cursos com conteúdos especificamente destinados a eles. Não existem disciplinas horizontais (transdepartamentais), mas apenas as verticais — próprias de cada departamento.

Por exemplo, nas universidades costuma-se trabalhar com problemas *bem estruturados*, ou seja, aqueles em que acreditamos conhecer todas as variáveis relevantes. Já na vida “real” (política, pública e social), os problemas são horizontais e complexos —*quase estruturados*. Isto é, conhecemos apenas algumas de suas variáveis, e não sabemos como elencar as mais importantes. Assim, os resultados são situacionais: bons para alguns, ruins para outros, e indiferentes para muitos.

Por isso, atuar no complexo jogo social exige algo muito mais que intuição e bom senso. Requer uma teoria que possa ser aplicada em processos horizontais e no enfrentamento de problemas comuns de qualquer âmbito da vida social (político, público, social e privado). A prática horizontal destaca problemas teóricos muito comuns e repetitivos, mas nem sempre óbvios, como os abordados na sequência:

Problema 1: Compreender a realidade global como sendo *protagonista de um jogo*, que pode ser conflitivo ou cooperativo. Os jogadores são motivados por distintas visões sobre o presente e o futuro. Entender o jogo social exige lidar com as subjetividades, admitir várias explicações sobre uma mesma realidade, reexaminar o conceito de *diagnóstico*, e incorporar o conceito de *situação* como categoria central da explicação de um ator. Coisa não muito fácil de ser compreendida, especialmente pelo pesquisador acostumado ao uso do *diagnóstico*, que tenta aplicar seu ferramental determinístico e normativo às complexidades de um jogo real.

No entanto, a compreensão da realidade, não descarta o uso de ferramentas das ciências verticais, quando são usadas como *instrumentos de mensuração externa*, como é o caso das ciências estatísticas, por exemplo, que ajudam a construir indicadores para essa realidade complexa. Para melhor compreender a realidade, é preciso enxergá-la *desde dentro* e agir de forma diferente do pesquisador tradicional que a olha *de fora*.

As ciências verticais, a *partir de uma visão externa*, proporcionam o fundamento científico da apreciação situacional. Entretanto, essa visão externa, vertical e anônima, sem a visão interna, subjetiva, horizontal, e com o autor explicitamente declarado, jamais poderia ajudar a compreender a realidade da dinâmica do jogo social. O tecnocratismo dá apenas uma visão ilusória da realidade.

Sobre isso Habermas já dizia: “*A dissolução crítica de tais ilusões é o ponto central da emancipação de restrições prévias inconscientes. Esta autorreflexão é a chave para a liberação do conhecimento*”. A liberação referida pelo filósofo exige que o diagnóstico— uma ferramenta objetiva e determinística —deve ser complementado com a explicação situacional, que inclui a complexidade.

Problema 2: Compreender o papel da linguagem na ação prática e as conversações do jogo social. A linguagem é um meio de dominação, sendo a ferramenta privilegiada para acumular conhecimentos. Mas, para que isto aconteça, ela deve estar depurada de mitos. Há alguns requisitos para que se possa participar das conversações do jogo social, como *competência linguística, competência comunicativa e poder comunicativo*. A **competência linguística** denomina a capacidade de produzir e entender frases gramaticalmente bem formadas. É o requisito mais elementar. A **competência comunicativa**, apontada como unidade básica da comunicação, diz respeito a produzir *atos de fala* exitosos, como precisados pelos filósofos da linguagem Austin e Searle⁶⁹.

O **poder comunicativo** se refere ao controle dos processos de amplificação ou amortecimento da ação comunicativa. A teoria da ação aborda os *atos de fala* que geram as ações e produzem a interação humana. Implica compreender que as palavras não só *dizem* coisas, mas também *fazem* coisas. Logo a linguagem é parte do processo de

⁶⁹ <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/filosofia-da-linguagem-6-austin-e-searle-e-os-atos-de-fala.htm>

produção social. Quando um homem fala com outro, ele se declara, se compromete, ordena, afirma e expressa posições que movem o mundo da ação prática. Atrás de cada jogada há atos de fala. “*Dizer é transmitir informações, mas é também (e sobretudo) uma forma de agir sobre o interlocutor e sobre o mundo circundante*” (Austin).

Então, como se dá a relação entre a linguagem e a ação prática? Como é que se *fazem coisas com as palavras*, como afirma Austin? Ao emitir um ato de fala, o sujeito que fala assume que o que disse é: a) inteligível; b) verdadeiro em seu conteúdo propositivo; c) correto no componente performativo; e d) sincero em suas intenções. Para Habermas, “*essas quatro demandas de validação constituem um consenso nos jogos de linguagem*”.

Problema 3: Identificar e analisar problemas quase estruturados. A identificação de problemas gerados pelo jogo social, não é óbvia, porque muitos deles não estão na superfície da prática; tampouco é simples a forma de analisá-los, por tratar-se de problemas quase estruturados, numa etapa de mal-estar difuso. Para identificá-los e analisá-los, é preciso realizar um trabalho prévio para transformar o mal-estar indefinido num problema bem descrito através de seu marcador. Trata-se de problemas conflitivos, condicionados por variáveis que combinam o aspecto qualitativo com o quantitativo, o preciso com o difuso, e que estão relacionados entre si de forma pouco precisa. São variáveis mutáveis; por isso, só é possível identificá-las em partes. Não se prestam à construção de modelos matemáticos, mesmo que alguns de seus aspectos possam ser simulados matematicamente.

Aqui, os princípios fundamentais são os seguintes: a) todo problema social é um problema quase estruturado; b) todo problema quase estruturado é o resultado momentâneo de um jogo declarado insatisfatório e evitável por um dos jogadores; c) todo problema do jogo social é relativo a um jogador, podendo ser, ao mesmo tempo, uma oportunidade, um benefício ou uma ameaça para outros; d) todo problema tem um marcador que o descreve, denuncia e verifica; e) em todo problema é possível distinguir causas, descrição e consequências; f) as relações entre as causas podem ser difusas e qualitativas; e g) as causas podem estar dentro ou fora do jogo ou dentro ou fora do espaço de controle do ator que as declara.

Problema 4: Identificar possibilidades de ação em um jogo criativo.

Em um sistema criativo as possibilidades não estão dadas, nem estão à vista. Estão em constante *criação*. O futuro não está dado, se cria. Os atores do jogo engendram opções e contribuem para criar o futuro. Mas como se pode enumerá-las se no momento da análise elas ainda estão em processo de gestação na cabeça criativa dos atores sociais? Ninguém pode elencar todas as possibilidades, porque a palavra “*todas*” é inaplicável. Contudo, para tomar decisões é necessário identificá-las e avaliá-las. O jogo social não permite a catalogação completa das possibilidades. Sempre haverá outras igualmente criativas que escapam à nossa capacidade de imaginação. Porém, o conceito de *profecia autorrealizável* ajuda a abordar parte deste problema. Quanto mais força a criação e o ator que a produz detêm, maior é a chance de enumerar uma parte significativa do futuro. Com esse conceito, podemos começar a entender, por exemplo, como se dá a criação de um Brasil socialista ou um Brasil de direita.

Problema 5: Avaliar a eficiência e a eficácia das possibilidades técnicas de ação.

No jogo social, a ação dos jogadores está condicionada a *múltiplos recursos escassos*, de diversas naturezas: poder político, meios econômicos, conhecimentos e capacidades organizativas. Não existe *um só recurso escasso homogêneo*, a exemplo do governo que diz sempre atuar sob restrição econômica, desconsiderando as demais. Embora não reconhecido nos jogos, os conhecimentos aportados pelas ciências verticais também são variados, heterogêneos e escassos. Quando enfrentamos um problema real estamos

falando de um *vetor de recursos escassos* que origina múltiplos critérios de eficiência e eficácia, os quais podem ser contraditórios ou ter o mesmo peso no processo de tomada de decisões. Por exemplo, como se avalia numa decisão o que é essencial: a eficácia econômica ou a política? A eficácia ecológica ou a produtiva? A rentabilidade de um hospital ou a eficácia médica?

Problema 6: Avaliar a possibilidade estratégica e negociada da ação.

Se uma ação é tecnicamente factível, isso não assegura que seja politicamente viável. É necessário saber analisar se a ação negociadora é capaz de produzir o acordo ou se ela requer uma ação estratégica para vencer a resistência dos oponentes. Até que ponto o benefício técnico-econômico justifica o custo político de uma decisão? Qual é o limite para a construção de viabilidade? Em que consiste a capacidade de jogar de um ator? Como se pode aumentá-la ou perdê-la?

Problema 7: Lidar com a incerteza e as surpresas.

No jogo social a capacidade de *predição* dos jogadores sobre os resultados de sua ação é muito baixa, pois prevalece a interação entre os atores sociais e não uma simples relação do homem com a natureza. A *incerteza* passa a ser o geral e a *certeza*, o particular. É necessário teorizar sobre o modo de lidar com a incerteza e as surpresas. Como tomar decisões cujos resultados são altamente sensíveis a variáveis incertas? Como decidir sobre uma *aposta social*? O que vale mais, o benefício de um resultado brilhante, mas incerto, ou o produto de um resultado certo, mas medíocre?

Problema 8: Exercer o juízo humano para avaliar a conveniência ou a aceitabilidade das possibilidades no plano dos valores.

O que é tecnicamente possível pode ser *inaceitável*, de acordo com os valores dominantes na sociedade. O juízo humano deve jogar um papel para adequar o *possível* com o *desejável*. Como se analisa o intercâmbio de problemas gerado por uma decisão ou jogada? Qual é a relação entre a aceitabilidade, a eficácia e a viabilidade? Como analisar e calcular com *valores*? Como tomar decisões que implicam valores contraditórios? Como abordar as decisões trágicas, ou seja, aquelas que nos obrigam a escolher entre dois males?

Problema 9: Experimentar e ensaiar para simular a realidade antes de atuar.

Quando a incerteza domina, não pode haver segurança sobre os cálculos que antecipam os resultados, as reações e as jogadas dos outros atores. Convém ensaiar e simular o jogo, para verificar, mediante um modelo de experimentação social as possibilidades mais plausíveis e os resultados mais prováveis associados a elas. É necessário desenvolver a teoria da simulação humana. Como se pode fazer experimentação social? Que deduções permitem a simulação humana?

Problema 10: Acompanhar o impacto da ação sobre a realidade e corrigir.

Não é possível apoiar-se só no cálculo de previsão e confiar que os resultados se aproximarão das metas. É indispensável monitorar, corrigir e aprender com os erros. O cálculo deve estar acompanhado do ensaio, e a verificação do erro e da correção pertinente. E este circuito **cálculo-ação-correção** deve acontecer sob a pressão do tempo e na tensão do jogo, não na tranquilidade de um laboratório. Em geral, o ator está obrigado a decidir e corrigir sob extrema pressão de tempo, e em condições de muito estresse. O que, então, se deve monitorar? Como se pode monitorar? Quais são as dificuldades para corrigir em condições de incerteza?

Problema 11: Organizar-se para a ação.

A ação nem sempre é individual. Muitas vezes é preciso uma organização para coordenar muitas pessoas em uma ação coletiva. A teoria da organização e a teoria das macroorganizações (especialmente) são partes esquecidas pelo desenvolvimento científico e tecnológico, seja por não contribuírem para a modernização, seja por padecerem das mesmas limitações das ciências verticais. Quando a ação coletiva justifica uma organização? Como se desenha uma organização? Como se reforma e se moderniza uma organização atrasada? Como migrar as organizações para o mundo digital?

Problema 12: Explorar o futuro para fundamentar a ação no presente, a fim de participar ativa, inteligente e criativamente na criação do amanhã (futuro) desejável.

Para isso, é necessário *planejamento*. A teoria do planejamento tem de ser reconstruída a partir da visão dos atores em um *jogo livre, de final aberto*. Esse é o cerne do PES (Planejamento Estratégico Situacional). Não basta contar com *políticas públicas*, nem com métodos que não respondem à maioria dos problemas teóricos de uma teoria da ação. Por trás das políticas públicas, que são a negação da teoria geral do jogo social, não há ciências horizontais, mas apenas alguns fragmentos carentes de visão global e reduzidos a uma simples análise parcial interdisciplinar. Como nova disciplina, as Ciências e Técnicas de Governo só poderá ser construída a partir de uma nova teoria, a do *planejamento da ação*, capaz de integrar a diversidade dos jogos que fazem parte do grande jogo social. Em suma, o enfoque das *políticas públicas* é a negação da teoria geral do jogo social, pois renuncia à visão global do processo social e evita o problema de fundo das ciências horizontais.

Os doze temas acima mencionados *são comuns* a qualquer atividade prática. São as *frentes de contato* da relação entre o homem e a ação. Tradicionalmente se pensa em questões que devem ser resolvidas por especialistas, em suas devidas “especialidades”, como: o médico no papel de Ministro da Saúde; o advogado na defesa de um caso no tribunal; o arquiteto que desenha uma cidade; o economista que propõe um plano de ajuste macroeconômico; o administrador que reforma o aparato público; o político que luta em uma campanha eleitoral; e o presidente que dirige a equipe de governo. Mas na vida real, elas não são tão simples assim como aparentam. Um especialista não se defronta no seu dia a dia com questões especializadas, pois todas elas são multifatoriais. Essas situações levantam perguntas para as quais ainda não se tem respostas óbvias. Elas devem ser objeto de reflexão teórica na teoria da prática social complexa sob a ótica da interação humana criativa. Nenhum destes temas está ou será solucionado pelas ciências verticais departamentais, pois elas são muito limitadas, e buscam entender a realidade de forma determinística, numa realidade cada vez mais exigente e complexa.

Estes doze problemas exemplificam a estrutura cotidiana da prática. São comuns em qualquer atividade de interação humana e destacam conceitos não valorados pelo enfoque científico tradicional. Trabalhados e definidos pela *teoria do jogo social*, eles costumam surgir naturalmente quando a reflexão teórica se situa na perspectiva de um ator comprometido com a *prática horizontal*.

Assim, o grande desafio consiste em fazer a problemática determinística do plano científico ser enfrentada à luz da *teoria da produção no jogo social*. Tal teoria, como o cerne das ciências da ação, cumpriria a função de alimentar, na prática, as *disciplinas, os métodos e as técnicas* capazes de elevar a qualidade da *prática horizontal*. Também serviria como suporte teórico-metodológico para superar a improvisação na prática política e nos governos comumente dominados pelo *pragmatismo* e pelo *acionismo*. Em suma, a teoria do jogo social pode atuar na prática política trazendo não só um maior equilíbrio entre o juízo intuitivo e o juízo analítico, como também a decisão para o espaço cada vez mais complexo da realidade na contemporaneidade.

O quadro abaixo mostra a relação entre os doze problemas que o homem de ação está obrigado a resolver, com ou sem teoria, e os conceitos básicos propostos pela teoria do jogo social.

Os doze problemas da prática horizontal

Problema	Conceito
1. Compreender a realidade global de dentro desta, como ator participante num jogo.	Ator, situação, jogo social, produção social, ação social.
2. Compreender o papel da linguagem na ação prática.	Atos de fala, conversações.
3. Identificar e analisar problemas quase estruturados.	Mal estares, paisagem social, problemas quase estruturados.
4. Identificar problemas da ação.	Jogo nebuloso, criatividade, jogo aberto livre.
5. Avaliar possibilidades técnicas de ação.	Eficiência e eficácia técnica ou departamental, vetor de recursos escassos.
6. Avaliar viabilidade da ação.	Estratégia, tática, reforma e revolução do jogo.
7. Lidar com a incerteza e as surpresas.	Indeterminismo, incerteza dura, surpresas.
8. Exercer o juízo humano para avaliar a conveniência das possibilidades.	Juízo humano, valor de um problema, troca de problemas (intercâmbio de problemas).
9. Experimentar e ensaiar para simular a realidade antes de atuar.	Simulação humana, confiabilidade de uma aposta.
10. Acompanhar o impacto da ação sobre a realidade e corrigir desvios.	Monitoramento da gestão.
11. Organizar-se para a ação.	Jogo macroorganizativo, organização.
12. Explorar o futuro para fundamentar a ação presente.	Aposta estratégica, planejamento estratégico, criação do futuro.

Os conceitos enumerados na coluna direita do quadro, que fundamentarão a prática política em ambientes complexos, constituem as unidades básicas de trabalho da proposta teórica do jogo social.

As ciências e técnicas de governo como instrumentos de modernização da política e do governo devem estar num espaço de formação para políticos e dirigentes das organizações modernas, ou seja, em Escolas de Governo, como aqui propomos. Sua espinha dorsal deve ser a *teoria do jogo social*, e não um supermercado de oferta interdisciplinar; além disso, deve aportar disciplinas capazes de dar respostas aos doze problemas básicos comuns quando se governa em sistemas complexos e incertos.

Propósitos da Reforma dos Partidos Políticos

- **Elevar a Capacidade de Governo**

No processo de governo, seja de um país, de uma organização, de uma força social ou de qualquer grupo motivado pela ação, três grandes variáveis se cruzam: capacidade de governo; projeto de governo; e governabilidade do sistema sobre o qual se atua.

Podem ser entendidas a partir do conceito de Triângulo de Governo, e definidas da seguinte maneira:

Projeto de Governo – (Projeto de ação) – O curso de ação, relacionado com o conteúdo da proposta de governo, representa a posição visível do posicionamento político da força social que, a partir de sua perspectiva ideológica, seleciona os problemas e o modo como eles devem ser enfrentados no processo de governo e direção estratégica.

Governabilidade-(Dificuldade dos objetivos) – Variável relacionada ao jogo social envolve a análise da participação de outros atores no âmbito estabelecido pelo projeto de governo. Pode ser definida como a relação entre o peso das variáveis controladas pelo ator que anuncia o projeto de governo e as que ele não controla.

Capacidade de Governo- (Teorias, metodologias e ferramentas de governo que dão suporte ao ator) – Tanto a governabilidade quanto a capacidade de governo implicam restrições iniciais ao projeto de governo e às metas de mudança. Relacionada ao capital intelectual e ponderada pelos recursos de experiência do ator, da sua equipe e da sua organização, ela tem como síntese a perícia de governo – capacidade pessoal e institucional de governo.

Este conceito destaca a idéia de criar capacidade de governo mediante uma formação adequada dos líderes, e, sobretudo, do estrato tecnopolítico da sociedade. Em geral, os líderes políticos se fazem no exercício diário da vida pública, segundo as exigências da competição político-democrática. Já a camada tecnopolítica de uma sociedade se forma em escolas; e, no longo prazo, ajuda a elevar as exigências da competição política, com um consequente efeito positivo sobre a formação prática e teórica dos líderes. Assim, as equipes tecnopolíticas de alto nível teórico ajudam a estimular o crescimento do nível de qualidade dos políticos e da ação política prática.

Matus nos deixou um legado. Nossa principal tarefa é criar essa capacidade tecnopolítica tão decantada por ele, a fim de elevar a eficácia do governo em situações complexas de poder compartilhado. Isto não se consegue apenas formando planejadores tradicionais e gerentes públicos, embora se reconheça que ambos são também importantes para elevar a capacidade de governo.

- **Foco da Reforma – O tecnopolítico**

A criação da capacidade tecnopolítica como acima referida, só é possível com equipes treinadas em Ciências e Técnicas de Governo —a verdadeira formação do tecnopolítico. Hoje só se conhece o planejador econômico e o gerente tecnocrático, ou seja, analistas de um âmbito burocrático limitado, que operam sob fortes restrições de direcionalidade previamente estabelecidas e com treinamento orientado à resolução de problemas parciais. Quando desafiados a enfrentar obstáculos mais complexos, os objetivos superiores são estabelecidos pela alta direção política, não por eles.

Diferentemente do tecnocrata, o profissional tecnopolítico não presume por conhecido os objetivos estratégicos, pois seu âmbito de trabalho o motiva a promover o diálogo entre a política e a técnica para discutir tanto a direcionalidade (objetivos) como as diretivas (operações e meios). Seu âmbito de ação é toda a sociedade. A conexão entre o político e o técnico é necessária para que os conhecimentos de ambos interatuem vetorialmente na explicação situacional. Embora o profissional tecnopolítico não necessite ter os dotes carismáticos do dirigente, porque sua atividade é feita nos bastidores, na observação aguda do processo social, ele deve ter outras capacidades especiais que o líder político não precisa cultivar com profundidade.

O tecnopolítico é um cientista social voltado à ação, à exploração direta do futuro. Entre outras coisas, ele é capaz de compreender que a ação não espera pelo desenvolvimento de teorias; é atento para evitar os desvios daqueles que se deleitam em analisar e estudar

exclusivamente o passado; e alerta para entender que o economista tradicional tende a raciocinar de maneira unidimensional, a partir de uma função de produção econômica, em que só se considera um único recurso escasso, e um só critério de eficácia: o econômico. As escassezes de poder, de conhecimentos, de informação, de liderança, de capacidades organizativas, entre outras, não entram nas contas deste acadêmico.

Preparado para enfrentar o planejamento político, entendido como um cálculo situacional que acontece no interior de processos criativos e incertos, em que se devem evitar as armadilhas, em que às vezes cai o cientista político, a base teórica do tecnopolítico está centrada no cálculo que precede e preside a ação prática. Afinal, sabe que o refúgio exclusivo nas ciências e técnicas parciais, não o ajuda a enfrentar o problema central do cálculo situacional, que está a serviço das práticas de governo e do homem de ação.

Em suma, o tecnopolítico sabe distinguir entre processos abertos e fechados, repetitivos e criativos; como consequência, tem consciência das diferenças entre os métodos pertinentes para analisar e solucionar "problemas bem estruturados" daqueles adequados para tratar "problemas quase estruturados". Essa formação evita que tenha de buscar respostas em teorias e técnicas de decisão desenhadas para o setor privado apenas apropriadas para o uso em processos fechados e enumeráveis, os típicos dos sistemas mecânicos. No sistema social vive-se uma prática em que as possibilidades são infinitas, pois elas são incessantemente criadas por nós ou pelos outros, não sendo, portanto, simplesmente enumeráveis; tampouco se pode decidir sobre elas com a aplicação de critérios únicos. Este novo profissional tecnopolítico vem sendo cada vez mais demandado por estruturas governamentais, por partidos políticos e por forças sociais em geral.

Como tratado no tópico *Elevar a Capacidade de Governo*, a capacidade de governo, a governabilidade e o projeto de governo formam um triângulo de liderança que condiciona inevitavelmente os dirigentes. Em geral, a aplicabilidade da capacidade de governo à realidade é instintiva para a maioria dos políticos. Uma baixa capacidade de governo aliada a uma alta governabilidade do sistema (seja causada por abundância de recursos próprios ou facilitada por uma elevada desorganização das forças sociais opositoras) permite um projeto de governo pouco conflitivo e pouco renovador, mas suficientemente eficaz para manter a estabilidade do sistema, como vemos hoje na política nacional.

Numa situação contrária, em que domina uma baixa capacidade de governo, o resultado é severamente limitante, especialmente em sistemas pouco governáveis, seja por escassez de recursos, seja pela natureza de suas estruturas políticas. Naturalmente, a limitada capacidade de governo é mais restritiva quando o líder tenta, nessas circunstâncias, projetos de transformação sociais muito exigentes.

Aqui, chegamos à compreensão de que a governabilidade de um sistema é um conceito relativo, pois ela não é igual numa democracia, num sistema totalitário, num projeto de administração ou em projetos voltados à transformação social. Cada elemento do triângulo de liderança é subordinado aos outros, de maneira que a governabilidade do sistema é relativa à capacidade e aos requisitos do projeto de governo. Tampouco é um conceito estático, porque na mudança situacional o sistema pode ganhar ou perder governabilidade.

Assim sendo, governar é um desafio cada vez mais complexo nos dias de hoje. Governar na democracia, então, é ainda mais desafiador. O líder que governa com foco no desenvolvimento social enfrenta exigências maiores do que aquele que só aspira manter sob controle os problemas que entram em sua agenda.

Dito isto, vale ressaltar que esta proposta não pretende tecnocratizar a política nem tampouco a arte de governar, mas sim reconhecer que todas as atividades humanas como a de governar, por exemplo, necessitam de ciências e técnicas. Além disso, é um dever quase civilizatório levar esse

tipo de conhecimento tão necessário em tempos complexos e desafiantes àqueles que já estão no poder e aos que ainda almejam chegar lá.

O que acontece hoje com os partidos políticos no Brasil

Como estão os partidos políticos hoje no Brasil? A realidade mostra a presença de meras agremiações políticas, com agendas voltadas apenas aos micros interesses dos seus afiliados. Nada que lembre a idéia de um centro aglutinador de pessoas e idéias para influenciar ideologicamente a política e chegar ao poder. Os fatos recentes, como as eleições para a Câmara Federal, por exemplo, demonstram isso de forma inequívoca.

Como ilustração disso, o artigo denominado **A hora da verdadeira oposição**⁷⁰, publicado no jornal O Estado de S. Paulo, na edição de 04 de fevereiro de 2021, analisa a atuação dos partidos frente aos problemas de governabilidade no Brasil.

Carregando nas tintas, mas sem fugir à realidade, compara a realidade política brasileira com o chavismo venezuelano. No texto, eles são imagens especulares ideológicas, reflexos de uma realidade chocante:

“O tenebroso exemplo venezuelano deve ser lembrado justamente no momento em que o bolsonarismo avança insidiosamente sobre as instituições democráticas brasileiras. Cada dia que passa sem reação à altura desse desafio ajuda a consolidar esse desmonte do sistema de freios e contrapesos, que limita o poder numa democracia representativa”.

A política brasileira ou está inerte ou cooptada. Segundo o jornal, isso está demonstrando a fragilidade da política ante o grave problema que aflige a sociedade brasileira:

“Tal como ocorreu na Venezuela, a oposição a Bolsonaro claramente perdeu-se em lutas internas, movidas por objetivos imediatos e paroquiais, que só dizem respeito aos interesses eleitorais de seus caciques, sem qualquer conexão com os anseios da sociedade... Para adicionar insulto à injúria, vários parlamentares supostamente de oposição aderiram às candidaturas patrocinadas por Bolsonaro, ávidos por participar do festim governista no Congresso e por obter espaços nas Mesas Diretoras e nas comissões. Nem na Venezuela a oposição foi tão pusilânime... Os partidos com maior consistência ideológica – PSDB, DEM e PT – parecem perdidos com questiúnculas de poder e profundas contradições internas, que embaralham seu discurso e enfraquecem a mensagem com a qual pretendem motivar o eleitorado... Com a fragilização desses partidos tradicionais, restam no horizonte político pouco mais de duas dezenas de legendas que só existem para aproveitar as oportunidades fisiológicas abertas pelo governismo”.

A comparação entre partidos e agremiações é descrita no artigo de forma a não deixar dúvidas sobre a que veio:

“O que une esses indigitados é sua absoluta indiferença às necessidades do País e sua associação com lobbies empenhados na manutenção de privilégios. Para eles, a democracia é mero instrumento de apropriação do poder e de suas benesses. Para interromper essa putrefação da democracia, é necessário que haja uma oposição digna do nome. Para começar, é preciso ser oposição de verdade, sem hesitação”.

Como enfrentar o desgaste e descrédito na política brasileira

As três notas publicadas no observatório CONJUSCS apontam que as raízes dos problemas da política brasileira não são aquelas que são comumente referidos, como a corrupção e a perda de inteligência da classe política. O caminho já foi apontado por Matus ainda em 1998⁷¹. Há 23 anos

⁷⁰ <https://opinio.estado.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-hora-da-verdadeira-oposicao,70003604589>

⁷¹ Entrevista de Matus para o programa da TV Argentinano Canal Plus Satélitel “Dialogando”, entrevistado pelo Dr. Ricardo Dealecsandris, dia 21 de maio de 1998.

ele já dizia: *Os partidos políticos são clubes eleitorais. Só estão estruturados para ganhar eleições e manter-se no jogo político eleitoral, afora disso não participam do enfrentamento dos problemas sociais que afetam as pessoas. Portanto sua estrutura está montada para esse fim, não tem ferramentas para agir de outra forma pois não tem centros de formação (Escola de Governo) para seus dirigentes, não se preocupam com a formação de seus líderes, não tem centros de pensamento (thinktanks) para pensar seu país no longo prazo.*

Assim, modernizar partidos envolve duas metas estratégicas: 1. Criar centros de formação em Ciências e Técnicas de Governo, para formar o novo estrato político que trará a política e suas práticas para o século 21. Capacitar os profissionais que estabelecerão as bases de uma política baseada em evidências ao contrário dos políticos profissionais que só usufruem dela. A ciência com a arte política; 2. Criar centros de grande estratégia nos quais a inteligência possa ser estimulada e aplicada no desenvolvimento de novos conhecimentos e práticas que resgatarão a política com P maiúsculo. Espaços onde tanto os grandes problemas enfrentados pela sociedade como a direcionalidade estratégica nacional sejam objetos de planos estratégicos e de consensos sociais.

Não é uma tarefa fácil e óbvia, vemos que é um problema local e global. Mas tem que ser iniciado. A modernização tem que ser feita nos partidos políticos e nas universidades. Locais por onde passam os políticos a caminho do poder e onde poderiam aprender como modernizar a política e os partidos.

Referências Bibliográficas

- Austin, John L. – How to do things with words. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1962
- Dror, Y. – El profesionalismo en el arte de gobernar. Caracas, Venezuela: Revista CLAD Reforma y Democracia, nº1, enero de 1994
- Dror, Y. - Enfrentando el Futuro - México: Fondo de Cultura Económica, 1990
- Matus, C. - Teoria do Jogo Social – Brasil - Fundap -1996
- Matus, C. - Chimpanzé, Machiavel e Ghandi – Fundap– 1997
- MATUS, C. – Sobre la teoría de las macroorganizaciones. Revista PES, Nº 3, 1992 Bogotá, Colombia
- Matus, C. – Los Tres Cinturones del Gobierno – Fondo Editorial Altadir -Venezuela - 1997
- Nain, M. - O fim do Poder – Brasil – LeYa - 2013
- Searle, John R. - Actos de Fala - Editora Almedina – Coimbra, Portugal, 1984
- Wittgenstein, L. - Investigaciones Filosóficas - México - Fondo de Cultura Económica, 1990

Nota Técnica

24. MODERNIDADE LIMITADA E TUTELADA: UMA LEITURA SOBRE A APROPRIAÇÃO HISTÓRICA DE RIQUEZAS DOS SÉCULOS XIX, XX E XXI QUE LIMITA A MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL

Luís Felipe Xavier⁷²

Resumo Executivo

A nota objetiva contextualizar a situação de modernidade limitada e tutelada que vivenciamos, como fruto de um processo histórico de drenagem de recursos minerais, humanos e ambientais aos países centrais, que se intensificou após a divisão internacional do trabalho no século XIX, através dos processos de expatriação de riqueza entre os séculos XIX e XXI no Brasil, onde observamos como as limitações de um padrão de produção e reprodução social, urbano e territorial, comum a outros países latino-americanos, consequência de um processo de superexploração do trabalho, reduz a possibilidade de investimento em políticas públicas e serviços públicos e que inferem negativamente no leque de oportunidades para que as famílias aumentem sua mobilidade social. A partir da compreensão dos processos históricos, por aportes de intelectuais preocupados com os caminhos e “des-caminhos” que o Brasil tomou, do século XIX ao século XXI, compreendemos as especificidades e particularidades que evidenciam a apropriação ilícita por poucos, da riqueza produzida por muitos, para superarmos este padrão de modernidade limitada latino-americano.

Palavras-chave: Modernidade; Apropriação; Desigualdade; América Latina; Teoria marxista da dependência.

Contextualização da modernidade limitada na América Latina

"Quando todos os altifalantes espalham aos quatro ventos que é mais interessante um ignorante que um instruído é preciso coragem para perguntar: vale mais porquê?" (Bertold Brecht)

A modernidade que experimentamos na América Latina é extremamente limitada e revela o processo de subdesenvolvimento que produz desenvolvimento, na contradição da relação estreita (e inversamente proporcional) da apropriação de riqueza entre os países centrais e a pauperização das colônias latino-americanas¹. Quanto maior o subdesenvolvimento (e dependência) da colônia, maior o desenvolvimento da metrópole que o tutela, como aponta FRANK, 1970:

“el subdesarrollo es producto de la explotación - de la estructura colonial y de clase basada em la ultraexplotación - y el desarrollo se logra donde esta estructura del subdesarrollo no se implantó porque no fue posible hacerlo.” (FRANK, 1970, p.33).

A forma particular de capitalismo experimentado nos países latino-americanos é a agudização do processo de extração de valor da parte orgânica do capital (salário), através da superexploração da força de trabalho², para que sejam mantidas as taxas de lucro dos detentores dos meios de produção internos (desde o período colonial), e os níveis de competição com países que possuem um maior desenvolvimento tecnológico, na lógica insana de concorrência entre países com bases materiais, incentivos fiscais e subsídios completamente diferentes e assimétricos.

⁷²Luís Felipe Xavier. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Paulista (1996). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela USP (2009). Professor dos Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USCS; da Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Pós Graduação em Arquitetura, Cidade e Sustentabilidade do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo; professor do Curso de Pós Graduação em Design de Assentamentos Sustentáveis e Ecovilas na Universidade de Taubaté (UNITAU). É Sócio-Diretor da LFX-OBRA.

O rebaixamento do salário, comum aos países latino-americanos, produzido por este processo de superexploração da força de trabalho, incide diretamente no consumo de bens de capital e manufaturados, que tende a reduzir a produção de manufaturas, na medida em que ocorre a queda do consumo interno, conforme aponta DOS SANTOS:

“...una superexplotación que mantiene la mano de obra con remuneración muy baja y no permite una expansión suficiente del mercado interno”. (DOS SANTOS, 2011, p.519).

Podemos observar algumas especificidades no Brasil comuns a outros países latino-americanos através: das desigualdades sócio territoriais, que são perceptíveis através de padrões de segregação sociais, urbanos, econômicos e territoriais, reflexo das trocas desiguais (de mercadorias) entre países periféricos e países centrais; da distribuição das classes sociais³ em localizações distintas; dos processos de expatriação de lucro de empresas transnacionais como de empresas públicas que passaram por processo de privatizações (o que agudiza ainda mais a situação de estrangulamento da receita que seria aplicada em políticas públicas); da manutenção dos instrumentos de dominação e de subserviência⁴ - endógenos e exógenos⁵ da aplicação desigual de recursos públicos, em localizações privilegiadas que evidenciam a lógica rentista de apropriação privada da riqueza socialmente produzida; da utilização de instrumentos jurídicos que priorizem a questão da propriedade privada ante ao direito humano, para manutenção do *status-quo* e das desigualdades socio-territoriais; do acesso diferenciado através da localização seletiva da rede de infraestrutura e de transportes de massa, que reduz a mobilidade urbana, sobretudo aos estratos sociais de renda mais baixa.

Outra característica de manutenção da desigualdade que observamos no Brasil é a apropriação, pelo capital financeiro, da renda das famílias e da renda e da riqueza produzida no setor produtivo, através de taxas e juros extorsivos aplicados aos tomadores de empréstimo e de crédito – em financiamentos, dívidas em cheque especial e em cartão de crédito⁶, da manutenção da taxa de juros alta pelo Banco Central, que desloca o investimento do setor produtivo e das famílias para manutenção e pagamento da dívida pública⁷, priorizando o ganho de capital dos detentores da dívida; da apropriação privada dos recursos minerais existentes no subsolo por pessoas, empresas nacionais e estrangeiras – recursos que (infelizmente) não são ainda considerados como de interesse público⁸ e como Direito Humano, como ocorre na Bolívia.

É impensável que países latino americanos fiquem reféns desta condição de espoliação em pleno século XXI. Um país como o Brasil, que possui vasta extensão territorial, acesso ao mar, riquezas naturais e recursos minerais, energia limpa disponível, clima e solo favoráveis para plantio de alimentos, recursos humanos de uma diversidade e riqueza cultural, tenham seus recursos apropriados por uma ínfima parcela da população em conluio com estrangeiros (fundos, capital financeiro e empresas transnacionais) que desejam manter o padrão de produção e reprodução social deles, às custas da maioria da população, haja vista que 80 % (oitenta por cento) da população não tem renda suficiente para suprir as necessidades da cesta básica familiar, para sua produção e reprodução social⁹.

Há uma herança escravagista ainda muito forte do período colonial do Brasil, onde o modelo agroexportador era baseado nos latifúndios e na mão de obra escrava, sobre uma base de troca desigual de produção, de importação de produtos manufaturados e de exportação de produtos primários (de baixo valor agregado) que deixou traços profundos em nossa sociedade, conforme aponta SOUZA, 2017:

“É necessário reproduzir uma classe de carentes pela ausência de pressupostos para o sucesso escolar como uma forma de continuar a escravidão com outros meios”. (SOUZA, 2017, p.61)

A produção das mercadorias no período colonial do Brasil se baseava na extração de recursos minerais e de valor, com o pressuposto de que os recursos minerais e materiais eram ilimitados, ampliada através de mão de obra escrava (mercadoria central como indicador de poder econômico e político dos proprietários de terra), com a certeza de que os recursos humanos são finitos e descartáveis (vemos que ainda permanece essa crença). Esta forma de apropriação de

riquezas revela uma anomalia na estrutura social, de produção e reprodução de riqueza atrelada à desigualdade e à exploração desde a gênese do Estado brasileiro, mantendo “uma sociabilidade que tendeu a se perpetuar no tempo, precisamente porque nunca foi efetivamente compreendida nem criticada”. (SOUZA, 2017, p.11).

Brasil: a tutela que limita a modernidade desde sua gênese

A maior parte das transações comerciais do Brasil eram feitas com a Inglaterra após a vinda da coroa portuguesa para o Brasil em 1808, sob a tutela e proteção da esquadra inglesa, devido ao bloqueio continental a todos os países que comercializassem com a Inglaterra, imposto à Europa por Napoleão Bonaparte em 1807 (PRADO JR, 1981, p.123). Custou caro ao Brasil essa “proteção” (SODRÉ, 1969, p.161), pois em 1810 Dom João VI firma com os ingleses o Tratado de Comércio e Navegação - que estabelecia uma taxa de importação aos produtos manufaturados ingleses de 15%, com Portugal de 16% e com os demais países de 24% -, favorecendo claramente a concorrência do comércio com a Inglaterra, e o Tratado de Aliança e Amizade, onde exigia a extinção gradual do tráfico negreiro (SODRÉ, 1988, p.166) e a proibição da Santa Inquisição no Brasil. Os tratados firmados por Dom João VI geraram uma relação de dependência e assimetria da coroa portuguesa (e do Brasil) com a Inglaterra nas trocas comerciais – de importação de produtos manufaturados e na exportação de produtos primários de baixo valor agregado - como açúcar, algodão, couro, arroz, tabaco, cacau, café, mate, aguardente, etc.¹⁰.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão (formalmente) por pressões exógenas - sobretudo pela Inglaterra, que controlava a navegação e as rotas e trocas comerciais (SODRÉ, 1969, p.195), para se formar um mercado consumidor de seus produtos manufaturados aqui no país -, e endógenas, para manter a unidade nacional e territorial (FURTADO, 1967, p. 105), dada as revoltas, movimentos separatistas, rebeliões, fugas de escravos, que colocavam a “manutenção da ordem” e da unidade territorial em xeque.

Em 1832 o café já respondia por “18 por cento do valor das exportações no Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão” (FURTADO, 1967, p. 121). O escoamento da produção de café do Vale do Paraíba para exportação era feito pela mão de obra escrava no lombo de mulas, o que limitava seu escoamento na medida em que o tempo de deslocamento do produto aos portos dificultava a comercialização, pois muitas vezes o produto estragava no percurso, reduzindo o aproveitamento das sacas de café. Os proprietários de terra, sobretudo do café, pretendiam aumentar sua acumulação de capital (e seu nível de influência na captação de recursos) e duas questões se colocavam na centralidade de suas limitações: a redução do tempo de deslocamento da produção cafeeira para exportação e a redução do tempo de produção do café – através da substituição do trabalho escravo (imigrante de origem africana) pelo assalariado¹¹ (imigrante de origem europeia), em tese (SIC), mais qualificado para o trabalho nas lavouras.

A abolição da escravatura se deu de forma gradual, de 1823 a 1888, de forma a fazer a “manutenção na ordem” e no poder econômico da classe dominante - senhores de terras e de escravos – na transição do trabalho escravo para o trabalho livre através: da Lei Eusébio de Queiróz em 1850, que proibiu a entrada do tráfico de escravos; da Lei do Ventre Livre em 1871, que estipulava que os filhos de escravas nascidos no país a partir da data da promulgação da Lei eram livres; da Lei dos Sexagenários em 1885, que determinava que os escravos com sessenta anos ou mais eram livres, com indenização aos proprietários; da Lei Áurea em 1888 que extinguiu a escravidão, sem a indenização dos proprietários de escravos (donos dos latifúndios) e sem a devida assistência ao escravo recém-liberto, entregues à própria sorte, conforme aponta FERNANDES,2008:

“Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho” (FERNANDES, 2008, P. 29).

A restrição ao trabalho escravo tem uma relação estreita com a vinda de imigrantes europeus para o país, também de forma gradual, conforme aponta PRADO JR, 1981:

“Ela começa a crescer depois de 1871, atingindo em 1886 pouco mais de 30.000 indivíduos. No ano seguinte, quando a abolição do regime servil se mostrava já iminente, salta bruscamente para 55.000; e no próprio ano da abolição (decretada como vimos em maio de 1888) sobe para mais do dobro deste número (133.000)” (PRADO JR, 1981, P. 186).

Em 1850 é promulgada a Lei de Terras¹². O Governo imperial financiava a vinda de imigrantes para trabalhar nas lavouras do café do Vale do Paraíba, dentro do modelo agroexportador baseado no latifúndio, dada a dificuldade em se obter mão de obra escrava. O tráfico de escravos estava proibido, mas sua comercialização interna não. Como o café na região Sudeste do Brasil já adquiria importância começou a ocorrer o deslocamento de mão-de-obra do Nordeste para o Sul, onde a remuneração era melhor, até aparecer em 1854 um “projeto de lei proibitiva do tráfico interprovincial de escravos” (PRADO JR, 1967, p.169), para tentar conter este deslocamento migratório que ocasionou assimetrias regionais no desenvolvimento das províncias.

A partir de 1850 as terras só poderiam ser adquiridas mediante compra, o que era praticamente impossível de ser aplicado à totalidade da população – sobretudo aos pobres, imigrantes recém-chegados (alemães, italianos, portugueses, espanhóis, suíços, asiáticos e eslavos pobres) e os escravos (imigrantes de origem africana). Ainda que houvesse a alteração parcial da forma de trabalho – de escravo para livre assalariado – como os imigrantes já chegavam com dívidas eram reproduzidas em parte pelo regime semi-servil, para pagamento da dívida do financiamento da viagem do exterior e para manter a mão de obra assalariada fixa ao latifúndio, onde o “Estado financiava a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens” (FURTADO, 1967, p.134). Este instrumento jurídico de financiamento, importado pelo Senador Vergueiro dos Estados Unidos da América, onde “o imigrante vendia o seu trabalho futuro” (FURTADO, 1967, p.134) foi adaptado ao Brasil com a clara intenção em se priorizar o fornecimento da terra a quem tinha mais capital (na época - terras e escravos), favorecendo o modelo agroexportador e a concentração da riqueza para a “manutenção da ordem” e do *status-quo*. A perda de capital (posse de escravos) dos proprietários de terra era desta forma “compensada” pelo instrumento jurídico importado pelo Senador Vergueiro.

A elite paulista, com vistas a dinamizar sua economia agroexportadora de café, dado o aumento de seu poder e de sua influência e, aproveitando a redução da importância relativa da exportação de cana-de-açúcar e algodão, se alia à Inglaterra para resolver o entrave principal de seu desenvolvimento – a mobilidade: a matriz de transporte interno, da mula para o trem. É possível observarmos uma mudança substancial na composição das exportações brasileiras nos períodos compreendidos entre 1821-1850¹³, onde: o café salta de 18,4% para 41,4% das exportações; o açúcar cai de 30,1 % para 26,7%; o algodão cai de 20,6% para 7,5%.

A redução do tempo de deslocamento de matérias primas e da produção que a instalação da via férrea – interligando o interior do Estado de São Paulo ao Porto de Santos - mudou radicalmente a economia do país, sob alguns aspectos que estruturaram a forma desigual de desenvolvimento que se produziu no país: da distribuição regional assimétrica de recursos do Estado no território; na estagnação relativa da produção agrária pelas tarifas alfandegárias impostas pela Inglaterra; da intensificação de processos migratórios do Nordeste ao Sudeste; do aumento dos processos migratórios; da forma como a riqueza produzida se deu de forma concentrada, produzindo e reiterando as desigualdades (endógenas e exógenas) socio territoriais. Esta alteração substancial com a vinda do trem na década de 1860¹⁴ dinamizou a produção, a ocupação e o espraiamento do território no sentido do interior paulista, deslocando o grau de influência e poder nacional por parte da emergente classe média, conforme observa GUERREIRO RAMOS, 1961:

“De 1822 a 1930, somente os proprietários rurais, os altos comerciantes ou seus delegados tinham lugar...Pode-se tomar 1870 como o ano em que a classe média (inclusive industriais) inicia sua trajetória política”. (GUERREIRO RAMOS, 1961, p.24)

A fortuna adquirida por parte dos proprietários de terras no Brasil em 1888, que era a classe dominante, se dava principalmente pela posse dos escravos. A Lei Áurea não previa indenização

por parte do Estado à elite agrária e estes, ainda que recebessem o título de baronato, romperam com o poder monarca, em defesa da causa republicana, para dar um Golpe político-militar¹⁵ em 1889, destituindo a monarquia constitucional para instaurar um sistema republicano presidencialista, com vistas a garantir a unidade (perpétua e indivisível) territorial de suas antigas províncias, conforme artigo primeiro da Constituição de 1891, consolidando um primeiro ciclo de revoltas e de revoluções, conforme apontou FERNANDES, 2008:

“O Brasil passou, durante sua evolução econômica, social e política, por dois ciclos revolucionários. O primeiro deles ocorreu no contexto histórico da emancipação política e do desenvolvimento de um Estado nacional independente (de 1808, data da transferência da Corte, a 1888, data da Abolição)” (FERNANDES, 2008, p.151).

As elites agrárias optaram por restringir a cidadania e se valeram de instrumentos jurídicos e financeiros para manutenção de seu poder político (e econômico) durante o período da Primeira República, de 1889 a 1930, na medida em que suas taxas de acumulação de capital foram reduzidas com a extinção da escravidão – o escravo era a principal base material para reprodução de capital no modelo de latifúndio agroexportador.

O Estado era desobrigado a dar o ensino primário neste período – não previsto na Constituição de 1891. O direito a voto era restrito¹⁶, conforme Art. 70 da Constituição de 1891, aos soldados, mendigos, membros de ordens religiosas e analfabetos. MASCARO, 2013, aponta que esta restrição (ao voto) se trata de um recurso ou uma forma jurídica aplicada pela classe dominante (elites agrárias) para se exercer um controle social maior, restringindo a participação da população, para não perderem o controle sobre as fazendas e os territórios sob seu domínio - político e econômico. Desta forma a classe dominante visava garantir a cooptação (e drenagem) dos recursos da República a seu favor, mantendo a distância dos extratos sociais mais pobres - escravos recém libertos e imigrantes pobres que vieram para substituir a mão de obra escrava nas fazendas. O direito ao voto pelas mulheres só foi dado em 1932, no Governo de Getúlio Vargas.

A manutenção das desigualdades sociais e econômicas, pela classe dominante (elites agroexportadoras), implicaram no aprofundamento das desigualdades territoriais na formação e controle dos espaços do campo e das cidades em formação no período da Primeira República.

Após a crise de 1929, nos Estados Unidos da América, que se estendeu a outros países do mundo, o Brasil precisou estabelecer uma nova dinâmica de produção (e trocas comerciais) na medida em que os capitais estavam escassos. O modelo de desenvolvimento do país, como exportador de produtos primários (com baixo valor agregado) não supriam as necessidades da população e da nação, que já apresentava uma concentração de riqueza da classe dominante (e das frações de classe sob sua influência) e uma assimetria regional de produção de infraestrutura, que limitava as bases do desenvolvimento do País.

A mudança na forma do trabalho – de escravo para livre assalariado – alterou também a forma como essas frações de classe (industriais, comerciantes e proprietários de terra), donas dos meios de produção, começam a disputar espaços de poder e de influência, na tentativa de cooptar recursos que garantiam a manutenção de sua reprodução social.

A tentativa de ruptura mais drástica deste modo de produção e reprodução da república velha (período de 1889 a 1930) se deu, com Getúlio Vargas¹⁷, no Golpe de Estado que derrubou Washington Luís em 1930, com a Revolução de 1930, como apontou GUERREIRO RAMOS, 1961:

“A revolução de 1930 encerrou um ciclo de nossa evolução política e abriu outro, isto é, encerrou o ciclo da constitucionalização do Estado e abriu o ciclo de lutas políticas pela estruturação política dos interesses das classes sociais no Brasil... dá à classe média um lugar na esfera de decisão do país” (GUERREIRO RAMOS, 1961, p.24)

A mudança de regime exigia uma nova estratégia que mudassem todas as estruturas de produção, para mudar o protagonismo do País na América Latina, com a intenção de atrair

capitais, sobretudo para a produção de bens de capital. O novo cenário, defendido pelo novo Governo de Getúlio Vargas, seria apresentar o país (no contexto latino-americano) ao estrangeiro, não só como importador de produtos manufaturados e exportador de matérias primas, mas também como exportador de bens de consumo, de arte e de cultura. Na nova agenda do Governo foi feita a incorporação de intelectuais de todas as áreas do conhecimento, com destaque para os intelectuais agrupados pelo Ministro Gustavo Capanema (de 1934 a 1945), conhecidos como Constelação Capanema¹⁸.

Embora neste período há uma característica muito forte, de poder centralizador por parte do Estado, os intercâmbios institucionais tiveram uma certa autonomia e trânsito junto a outros países latino-americanos, como podemos observar, nas cartas, nas viagens e nas trocas entre intelectuais orgânicos¹⁹, no Brasil e no continente latino-americano, fomentados pelo Ministério das Relações Exteriores do Governo de Getúlio Vargas, nas missões²⁰ e através da Circular nº 1.130, de 16 de junho de 1937, onde “estabeleceu-se as novas atribuições do Serviço de Cooperação Cultural” (NEPOMUCENO, 2015, p.55), a dois meses da implementação do Estado-Novo (período de 1937 a 1945).

Além da importância no papel do Estado como indutor do processo de desenvolvimento, a partir da década de 1930, na alocação de recursos, produção de infraestrutura e na formatação de políticas públicas, houve relevância do deslocamento do protagonismo (paralelo, do lugar de fala) desempenhado por intelectuais orgânicos que contribuíram, através das relações de proximidade que os mesmos estabeleciam com a realidade concreta, no desdobramento e formatação de programas e de políticas públicas, questão central para Anísio Teixeira²¹, para “democratização da sociedade civil” (WARDE apud BOMENY, 2001, p.112).

O processo desenvolvimentista implantado no país após a segunda guerra mundial (de 1939 a 1945) que colocava, como eixo central, o protagonismo da indústria na produção de mercadorias aumentou as assimetrias regionais, como apontou FRANK, 1967:

“El desarrollo de la industria em Sao Paolo no ha producido grandes riquezas para las otras regiones de Brasil.” (FRANK, 1967, p.164),

Este processo ocasionou grandes deslocamentos de força de trabalho para as cidades que não estavam preparadas para receber tantos contingentes populacionais, exigindo do Estado a produção de infraestrutura, de habitação (e de loteamentos), de assistência e de proteção ao trabalhador, aumento da base sindical e de uma estrutura pública que alterasse a base de formação material da força de trabalho (de atenção básica, fundamental, ensino médio e universitário²²) para que esta pudesse ser adequada à mudança de característica da nova oferta de emprego – industrial, de produção de bens de capital.

A expansão abrupta dos vilarejos e aglomerações, que se transformaram em distritos e em cidades que se juntaram em processos de conurbação, não foi acompanhada da produção de infraestrutura por parte do Estado (municípios, Estados e União), o que acabou intensificando a produção de desigualdades sociais, urbanas, territoriais e ambientais na forma como foi destinada a alocação dos recursos, que se caracterizou pela sobreposição de infraestrutura e de políticas públicas a determinadas localidades e às frações de classe mais altas, em detrimento de outras – mais distantes do centro econômico e do emprego. Este “desvio de função” do Estado, de destino e de apropriação de recursos públicos a uma parcela ínfima da sociedade, ocasionou a segregação sócio territorial e a sobreposição de carências às regiões mais afastadas, agudizando ainda mais a compreensão dos processos de produção de riquezas atreladas à desigualdade. O distanciamento da realidade concreta dá uma compreensão reduzida dos diferentes graus de pobreza, conforme apontou MARQUES e TORRES:

“Porque a visão hegemônica tende basicamente a ver as periferias como homogêneas socialmente e carentes de quase tudo, e tende a encarar a segregação como processo unificado, unidimensional e perfeitamente cumulativo?” (MARQUES; TORRES, 2005, p. 54).

Já na década de 1960 se verifica um aumento e melhora da base material que incide positivamente no salário, que se traduz em aumento de consumo doméstico de bens de consumo. O aumento desta base material, ainda que de forma desigual, alterou também o acesso à bens

culturais e educacionais, o que ocasionou um novo leque de oportunidades (dado o aumento das trocas e intercâmbios) e de conflitos - de exigências por melhores condições de acesso à cidade e aos serviços públicos, sendo que os graus de exigência (e de conflito) se intensificaram nas regiões metropolitanas em formação, onde os contingentes de pessoas e disputa por padrões de crescimento eram maiores e onde os espaços de habitar e de representação cada vez mais exíguos, como aponta FERNANDES:

“Na medida em que as tensões e as relações de conflito se agravam, os grupos sociais divergentes evoluem da defesa de uma “taxa” de crescimento econômico para a defesa de um “padrão” de crescimento econômico. (FERNANDES, 2008, p. 134).

O aumento da composição orgânica de capital (salário), através do aumento educacional, da base sindical, do aumento do nível de exigências das pessoas (que passam a consumir outras categorias de bens de consumo, de bens e de alimentos) diminuiu as taxas de lucro dos proprietários dos meios de produção, no âmbito nacional e internacional. Assim como os movimentos sociais, através da capacidade de organização, tomam força em meados e finais da década de 1960, para exigir melhores condições de vida e de trabalho, também tomam corpo os movimentos de contra insurgência para manter a “ordem”, a distância entre as frações de classe, a manutenção do poder e as taxas de acumulação de capital – para os detentores dos meios de produção.

Nos países latino-americanos foram intensificados os processos de sufocamento da economia e das democracias através de Golpes de Estado, após a tomada do Governo de Jango pelo poder civil-militar em 1964 no Brasil, estendendo a outros países latino-americanos, com apoio do Brasil, conforme aponta SANTOS (2011), “*La ayuda brasileña fue decisiva para realizar los golpes de Estado parafascistas de Bolivia (1971), Uruguay (1973) y Chile (1973)*”(SANTOS, 2011, P.322). A desculpa reeditada de “manutenção da ordem” e da “ameaça comunista”, semelhante à dezembro de 1935, quando o Brasil serviu de ponta de lança aos interesses hegemônicos dos E.U.A., para manutenção da hegemonia capitalista mundial, ao pressionar o Uruguai para romper relações com a U.R.S.S, no momento em que o Uruguai estabelecia relações comerciais com a empresa petrolífera soviética²³.

A usurpação dos poderes eleitos (nas décadas de 1960 e 1970) democraticamente nos países latino-americanos pela via militar, com o apoio das elites industriais, financeiras e de grupos de comunicação (imprensa, rádio e TV), se deu através da construção anterior da narrativa (e de consenso) à sociedade, para legitimação do assalto ao poder, conforme MONIZ BANDEIRA (2013):

“O apelo contra a ameaça comunista e o perigo de bolchevização do Brasil valeu para obscurecer o caráter antinacionalista do movimento e confundir a oficialidade” (MONIZ BANDEIRA, 2013).

A promessa de subsídios e de financiamento estrangeiros no Brasil, na década de 1960, obscureceu (como ainda obscurece) a compreensão da real intenção do capital internacional, em conluio com parte das elites latino-americanas – de diminuição do Estado, perda de soberania nacional e interrupção dos processos de desenvolvimento industrial destes países -, para que estes países se reduzissem a meros fornecedores de produtos primários e de fornecimento de mão-de-obra barata e para que a reprodução de capital internacional fosse ampliada bem como a reprodução social estrangeira fosse garantida... **O que mudou hoje, em 2021?**

A reedição dos processos de extração de valor pelo capital internacional, do período colonial no século XIX, imposta na Divisão Internacional do Trabalho, com deslocamento de pressão anglo-saxônica para a americana após a Segunda Guerra, se deu para o sufocamento dos países latino-americanos (tornando-os dependentes), em se criar condições de insolvência e a quitação das dívidas que financiaram seus desenvolvimentos e que comprometessem a soberania destes países. Desta forma países foram condicionados a entregar os recursos minerais que dariam condições de subsidiar seu desenvolvimento e aumentar a mobilidade social da sociedade, para a tomada de empréstimos, o que acabou acarretando e intensificando a dependência e a subordinação destes países ao E.U.A.

Este hiato de “DES-envolvimento” (pautados na industrialização de baixos salários) se dá pelo entendimento fundamentado em um preconceito de raça e de classes: endógeno e exógeno. Exógeno porque os recursos materiais e minerais “ilimitados” dos países latino-americanos têm que servir (na compreensão estrangeira) apenas à garantia de reprodução ampliada das elites dos países centrais em conluio com de uma ínfima parcela da população nacional a partir da crença da “separação ontológica entre seres humanos de primeira classe e seres humanos de segunda classe” (SOUZA, 2017, p.15). Endógeno porque as elites políticas, industriais e financeiras legitimam a entrega de recursos ao estrangeiro por uma característica “rentista” e pela crença da incapacidade de cuidado que o povo brasileiro tem de administrá-lo, que traz duas questões estruturais que são escondidas à população, dada a eficiência de construção pela mídia diariamente, conforme aponta SOUZA, 2017:

“possibilitando uma dupla invisibilização: dos interesses privados que realmente dominam o Estado; e do rebaixamento geral dos brasileiros, que passam a tratar não apenas os estrangeiros, mas os interesses estrangeiros, como superiores e produto de uma moralidade superior” (SOUZA, 2017, p.78).

Os Golpes de Estado nos países da América Latina, das décadas de 1960 e 1970 vêm, pois, reafirmar a divisão internacional do trabalho impostas pelos países centrais no Século XIX – de manutenção “da ordem”, do padrão de crescimento e desenvolvimento dos países centrais combinado dialeticamente com o padrão de subdesenvolvimento das antigas colônias, através da manutenção da distância que os separa historicamente.

No ano de 1973, a partir da crise da dívida e do choque do petróleo, onde o preço do barril saltou de U\$ 2,90/ barril para U\$ 11,65/ barril, a base dos insumos praticamente triplicou no mundo e se inicia um período de estagflação. Nas cidades, onde a base material era maior, o aumento da composição orgânica do capital (salário) que foi ganhando corpo, através de reivindicações (de meados da década de 1960), diminuiu o lucro dos detentores da propriedade, dos meios de produção e dos bens de capital (sobretudo industrial), ocasionando um deslocamento dos recursos da esfera da produção para a esfera do capital fictício. Para compensar a perda de competitividade internacional e do lucro nos produtos produzidos internamente a classe dominante impõe uma redução de renda, através do congelamento do salário, que compromete drasticamente o mercado interno, conforme aponta MARINI, 2015:

“La dictadura militar ha viabilizado la tendencia del capitalismo brasileño a la fijación Del salario real por debajo del valor de La fuerza de trabajo” (MARINI, 2015, p.209).

Na década de 1970 houve um aprofundamento na mudança da extração de valor das mercadorias pelos detentores dos meios de produção, nas formas de produção e apropriação das riquezas, e um deslocamento e o predomínio cada vez maior do rentismo, onde a “principal vulnerabilidade do esquema residia no fato de os empréstimos serem contraídos a taxas flutuantes de juros.” (BATISTA JR, 1996, pp.12-13). A produção de capital a partir de capital fictício, através de empréstimos, sem produção de mercadoria, sobre a produção condicionaram os fluxos econômicos de acordo com uma expectativa (e especulação) de um ganho futuro.

“A partir dos anos 1980 o capitalismo entra na fase de dominação dos intermediários financeiros sobre os processos produtivos – o rabo passa a abanar o cachorro” (DOWBOR, 2017, p.22).

A lógica rentista passa a se sobrepor à alocação do recurso para produção de infraestrutura urbana - que auxilia na alocação de recursos de forma especializada e homogênea com vistas para produzir um desenvolvimento equânime, com a agudização do processo de extração de valor dos países latino-americanos (inclusive do Brasil) iniciado com a crise da dívida e a crise do petróleo em meados da década de 1970, quando os E.U.A. rompem com o acordo de Bretton Woods, desvinculando o ouro do dólar para que este flutue.

Em 1989 chega a “receita mágica” para entrarmos de vez na modernidade (SIC), construída sob um *marketing* que **invisibilizava ainda mais o “açoite”** à soberania fazendo uma construção de narrativa de forte apelo moral onde, conforme BATISTA JR, 1996:

“as elites latino-americanas antecipariam sua anuência a uma integração inevitavelmente desequilibrada para nossas débeis economias... permitiria incluir no Consenso de Washington com toda naturalidade, a afirmativa de que as reformas realizadas na América Latina se devem apenas à visão, à iniciativa e à coragem dos seus novos líderes.” (BATISTA JR, 1996, p.8)

Só não contaram para o “povo” do Brasil (e demais povos dos países latino-americanos) que esta receita de “tomada de pílula” neoliberal, que se aplica apenas para os países da periferia do capitalismo, tinha como pano de fundo (obscurecido) a redução do Estado, a asfixia da economia e das forças produtivas na medida em que, para se tomar empréstimos, os tomadores deveriam entregar todos os recursos minerais, empresas públicas e patrimônios (água, energia, petróleo, gás, telecomunicações, etc.) que viabilizariam a produção de infraestruturas e a execução de políticas públicas. Trocando em miúdos...um ano após a chegada da Constituição de 1988 no Brasil que, se aplicada à risca, favoreceria a mobilidade social de todos, já chegava a “receita” (mágica, de fora) de que apenas uma parca parcela do povo caberia na Constituição. Com a redução do tamanho do Estado latino americano imposto pelos E.U.A. e a acolhida de nossas classes dominantes da “receita de morticínio” diminuíram-se os recursos para a produção de infraestrutura, de políticas públicas, de serviços e de subsídios que poderiam ser colocados na redução das desigualdades sociais, econômicas e territoriais históricas, através da universalização dos direitos, o que acaba consumindo os rendimentos das famílias de forma indireta, conforme aponta DOWBOR, 2017:

“Uma segunda forma de reduzir o rendimento dos trabalhadores tem a ver com o salário indireto: o acesso à escola pública, serviços de saúde, à seguridade social em geral, às diversas formas de acesso aos bens e serviços de consumo coletivo” (DOWBOR, 2017, p.182).

Após a crise de 2008, com a “farra dos bancos”, o nível de especulação chegou aos limites (com capital fictício criado sem a sua devida mercadoria), e o processo de extração de valor se intensificou jogando na conta dos países periféricos a “responsabilidade” pela salvação das economias centrais, condicionando a tomada de empréstimos a programas de austeridade sem uma necessidade real a não ser manutenção da dominação pois, conforme aponta DOWBOR, 2017:

“...não é a falta de recursos financeiros que gera as dificuldades atuais, mas a sua apropriação por corporações financeiras que os usam para especular em vez de investir.” (DOWBOR, 2017, p.31).

Foi imposto aos países latino americanos, tomadores de empréstimo internacionais, um “coquetel” de medidas, de forma coercitiva: ajustes econômicos e cambiais para manter as taxas de acumulação de riqueza, através da agudização da desregulação fiscal; congelamento de gastos públicos; desregulação de Leis trabalhistas; ataques à previdência; enfraquecimento da base sindical; privatizações e redução das horas de formação educacionais. Todas ações que incidem negativamente na mobilidade social de toda a sociedade, através do rebaixamento do valor da força de trabalho – uma nova forma, pois, de escravidão, reposicionando o Brasil (por exemplo) em uma condição semelhante ao que foi imposta no século XIX, na divisão internacional do trabalho.

Verificamos hoje, em 2020, além de um processo de re-colonização (através de privatizações, manutenção das taxas de juros que aumenta a dívida pública, altas taxas de juros de cartão crédito, de cheque especial e de modelos de empréstimo) novas formas de extração de valor pelas elites que, conforme aponta FONTES, 2010:

“precisam continuamente expandir suas formas de encapsulamento dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que expandem suas fontes de extração de mais-valor” (FONTES, 2010, p.11).

Estas formas de apropriação da riqueza e da renda dos trabalhadores e do setor produtivo, das mercadorias produzidas e extraídas da natureza com uma nova categoria de rebaixamento do

valor da força de trabalho - manifestada através da “reforma trabalhista”, reforma da previdência e terceirizações - acabam agravando a reprodução social, mantendo e ampliando a distância e as desigualdade sociais, urbanas e territoriais que foram constituídas no processo histórico.

A manutenção do *status-quo* e do padrão de acumulação de capital pelas classes dominantes se dá no controle do tempo ocioso da força de trabalho que tem que intensificar suas horas trabalhadas e se “desdobrar” em outras atividades para conseguir pagar empréstimos extorsivos. A lógica se pauta em uma **reelaboração de um processo de escravidão – uma sombra que nos acomete desde a gênese do Estado**. Este rebaixamento das condições de produção e de reprodução social reduz ainda mais as oportunidades das pessoas, tomando cada vez mais seus tempos de vida para sobreviver e se viabilizarem economicamente.

Quem sente diretamente esta apropriação indevida de recursos públicos são as classes sociais de menor poder aquisitivo (três quartos da população) que têm sua parca renda comprometida com impostos mais regressivos, que incidem sobre o consumo²⁴ bem como dos instrumentos de ordem financeira que comprometem o que sobra da renda, consumindo o tempo de vida pessoal e familiar, - que poderia ser investido (por exemplo) em Educação, Cultura e em atividades socioeducativas (que incidem positivamente nos indicadores sociais, econômicos e ambientais) e que aumentam a mobilidade social -, para lutar para sobreviver, através de uma sobrecarga de horas de trabalho e de perda de tempo de deslocamento da residência ao centro, ao emprego e ao estudo (mobilidade pendular). É impensável que isto ocorra às frações de classe que ganham até dois salários mínimos, 165 milhões de pessoas que representam 80% da população no Brasil²⁵ e são as que mais necessitam dos investimentos públicos em saúde, educação, cultura, saneamento, cultura, lazer, habitação, etc.

Conclusão

A aproximação do saber com as questões concretas permite maior apropriação dos problemas reais, que revelam as especificidades dos processos históricos, tornando possível apontar caminhos para propiciar a superação da modernidade limitada que vivenciamos – de produção de riqueza combinada com a reprodução da pobreza, como fruto de uma relação dialética e imbricada.

É de extrema importância fortalecer o intercâmbio de saberes entre intelectuais orgânicos, de realidades endógenas e exógenas latino-americanas, que experimentam características semelhantes de produção e reprodução social limitada - das desigualdades. O aprofundamento da análise das situações de vulnerabilidade sócio territoriais situadas sobretudo nas bordas das cidades (na periferia da periferia do capitalismo), onde as desigualdades sociais, econômicas, urbanas e ambientais são mais latentes, evidenciam as fragilidades sistêmicas de apropriação de riqueza ilícita por poucos, do que é socialmente produzido e negligenciado a maior parcela da população.

Observamos que vários intelectuais se propuseram a pensar os caminhos e “descaminhos” que o Brasil tomou, evidenciando o quanto que um desenho de nação e soberania foram abdicados desde a gênese do Estado brasileiro, sempre que o país esboçou uma tentativa de redistribuição de riquezas a partir de seus recursos próprios. Esta negação de totalidade (de equidade) se deu para que uma ínfima parcela da sociedade dos países periféricos, em conluio com as classes dominantes internacionais, pudesse manter suas taxas de acumulação de capital e usufruir das benesses da modernidade (ainda que limitada), através da drenagem dos recursos públicos e da apropriação ilícita de riquezas minerais, humanas e ambientais – que deveriam ser encaradas como um BEM COMUM.

Verificamos também que o estrangulamento da receita pública (através das privatizações de ativos públicos) bem como o da privada, através das taxas extorsivas aplicadas pelo sistema financeiro reduz o alcance das políticas públicas e dos serviços públicos, na medida em que reduz o tamanho do Estado bem como trava os recursos da produção de bens e de serviços – diminuindo a receita também do Estado. A redução dos serviços públicos e de políticas públicas que deveriam ser garantidos como Direito Humano pela Constituição de 1988, corrói o salário indireto dos trabalhadores na medida em que estes precisam pagar pelos serviços públicos para existir e se viabilizar. O que sobra do salário é drenado (extorquido) pelas altas taxas bancárias

que comprimem ainda mais o salário dos trabalhadores, que se veem cada vez mais comprimidos em sua luta para sobreviver.

Esta apropriação ilícita se intensificou no mundo após a década de 1960, com os Golpes de Estado latino-americanos e na década de 1970, com a crise da dívida. No início da década de 1990 as políticas de ajustes estruturais neoliberais foram absorvidas de formas mais dóceis pelas elites latino-americanas através da adoção e elaboração da narrativa de cunho moral “para adentrar na modernidade”. Foi imposto aos países latino americanos uma dura regra de extorsão e coação para captação de recursos e financiamento externo, com a retórica de “entrada na modernidade”, através da entrega de ativos, recursos minerais e empresas públicas que aprofundou a drenagem dos recursos públicos (para transnacionais, fundos e capital financeiro internacional e nacional) para a manutenção do padrão de produção e de reprodução dos países centrais e de uma ínfima parcela da sociedade, comprometendo a soberania destes países e a mobilidade social de seus habitantes.

Após a crise de 2008 o ajuste estrutural que está ocorrendo nos países latino americanos se intensifica, partindo-se de uma só premissa - garantir os lucros do mercado de alta renda que detém a renda e controle sobre os juros dos países através dos títulos de dívida pública. Fica evidenciado que na nova forma jurídica e financeira de “golpe branco”, no “novo estágio imperialista do capitalismo”, não é preciso mais invadir os países para se apropriar de seus recursos minerais e energéticos – basta-se controlá-los através dos juros e da dívida.

Com a queda da expansão da China (que se mantém alta ainda em relação aos demais países do mundo) os preços dos commodities dos países exportadores (como no caso do Brasil) sofreram queda substancial o que acarretou uma queda generalizada da produção de infraestrutura do Estado. Os países latinoamericanos, sobretudo, os que ainda prevalecem a exportação de produtos de baixo valor agregado e o consumo de bens de alto valor agregado do exterior, tiveram uma redução de sua balança comercial positiva após 2013. Para compensar esta perda de lucro os detentores dos títulos da dívida pública dos países periféricos bem como os que detém a renda, os altos cargos público, as transnacionais e bancos, como o FMI e Banco Mundial, estabeleceram uma regra para serem “benévolos” no empréstimo de recursos ainda que com o dobro da rentabilidade da poupança nossa doméstica.

A regra estabelecida, que se impõe aos países periféricos e não ocorrem nos países centrais, parte do pressuposto que a empresa pública (municipal, estadual e federal) tem que sair da “mão do Estado” e passar à iniciativa privada. Este “ajuste estrutural” tira da sociedade um bem que foi socialmente produzido e dá “de mão beijada” a quem pagar mais rápido, ainda que a um custo irrisório, o patrimônio público seja ele um bem mineral (petróleo, água, gás, minérios), natural (mata), social (sistema educativo), de saúde (inviabilização do SUS, no caso do Brasil) e cultural...na medida em que esta é a primeira coisa que se corta depois da educação quando a coisa aperta. Através da privatização se expatria o lucro (da empresa pública e do povo) que foi socialmente produzido para o novo dono do bem (que era público) para garantir apenas sua reprodução social. Os que mais defendem este achaque são os que se viabilizam apenas com a renda do patrimônio ou com a especulação - não precisam produzir ou trabalhar para se viabilizar economicamente (como todos os trabalhadores de todas as classes sociais). O recurso, pois, sai da esfera da produção para a esfera do capital fictício.

O que está em xeque é a defesa de nossa soberania, de nossos recursos e de alerta ao discurso (de cunho moral) de “eficiência”, “gestão”, “redução da máquina inchada”, “defesa contra a corrupção” que mobilizou as massas no Brasil, Paraguai, Equador e Honduras, somente para citar alguns Golpes “brancos” dados recentemente, ou de outras tentativas que ainda permanecem, como no caso da Venezuela (maior reserva mundial de petróleo) e que podem ser traduzidos em uma coisa só –redução do acesso às políticas públicas e aos serviços que os países dispõe, que são construídos e constituídos mediante recursos provenientes de seus patrimônios minerais e ambientais, para: manter o controle sobre a soberania destes países; reduzir a mobilidade social de seus habitantes; manter as taxas de acumulação das classes dominantes; manter a superexploração do trabalho.

Há um alinhamento e um esforço brutal da mídia hegemônica com o capital internacional, nacional e com as classes dominantes dos países latino americanos - na construção da narrativa de

convencimento da população, para promover ações que garantam a manutenção das classes mais altas e reduzam as oportunidades a todas as classes sociais que não foram "bem-nascidas" e que não cabem na Constituição. A receita do conluio, de convencimento da sociedade, é muito simples entre o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto poder, seguem basicamente a seguinte ordem: (1) jogue primeiro a empresa pública na lama com notícias diárias de "especialistas contratados" sobre os "maus-feitos" que só ocorrem no Estado, pelos meios de comunicação para inviabilizá-la; (2) faça o povo acreditar que a única saída para acabar com os maus-feitos é passá-la ao setor privado (onde "não existe corrupção"); (3) eleja alguém (um herói) para falar sobre gestão, parceria público-privada, eficiência; (4) enfraqueça a empresa pública financeiramente fatiando-a de forma que ela seja inviabilizada ou contingencie seus recursos; (5) espalhe a notícia de que só há vagabundo no serviço público, que consome o dinheiro do contribuinte com exemplos notórios (que só acontecem no serviço público, não no privado); (6) demita funcionários públicos para "fechar a conta"; (7) venda o patrimônio público (privatize-o) para uma grande empresa - de preferência uma transnacional - para que o lucro (que subsidiava nosso desenvolvimento) fique lá fora, na esfera financeira ou em paraísos fiscais; (8) sem dinheiro do lucro da empresa pública, reduza as políticas públicas diminuindo o acesso às pessoas (de todas as classes sociais) aos serviços públicos; (9) mantenha a taxa de juros em um patamar que garanta a renda dos que não precisam produzir (e gerar empregos) para se viabilizar economicamente, e consumir (e comprometer) os recursos públicos; (10) volte aos meios de comunicação para dizer ao povo (todas as classes sociais) que este é o melhor remédio a tomar, embora seja amargo; (11) aumente o salário dos que têm o poder de decisão sobre a renda pública; (12) Se aproprie do Estado (que até então era um cancro).

Após quebrar empresas que inferem na cadeia estrutural, como no caso do Brasil - Vale do Rio Doce, a Petrobras, o BNDS, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e as demais empresas públicas que elevaram o Brasil a um patamar elevado no mundo -, como será mantido o desenvolvimento, financiando ações de Educação e Saúde, por exemplo?

O grande "problema" que os neoliberais querem combater com o achaque da Educação, Saúde, Previdência e Trabalho é que as pessoas, estando em melhores condições de se reproduzir socialmente têm MOBILIDADE SOCIAL. As pessoas são transformadas no processo educacional (e com melhores condições de saúde) e sentem o desejo e direito de terem uma vida melhor - isto é intolerável para quem acha que nasceu para ser servido.

Ao reduzir as condições de trabalho, previdência, educação, saúde e de reprodução social a primeira coisa que a sociedade (80% da população que ganha até dois salários mínimos, no caso do Brasil, segundo dados da OXFAM, 2017) pensará será sobreviver, a segunda sobreviver, a terceira sobreviver...por último voltar a estudar para pretender um posto e salário melhor. O processo dialético de colonização moderna (SQN) pelos países "DESenvolvidos" se faz através do controle da dívida e dos juros no país periférico - que desaparece enquanto o primeiro cresce.

Segundo Avila (2018), cerca de 81% da dívida interna tem o sistema financeiro como principal beneficiário²⁶ e, conforme Fattorelli (2018), cerca de 42,43% (em 2015), 43,94% (em 2016) e 39,70% (em 2017) do orçamento da União está comprometido com o pagamento de juros e amortização da dívida. e, segundo Ávila (2018), cerca 81%da dívida interna dos Estados tem no sistema financeiro o seu principal beneficiário²⁷. Não se mexe nos ganhos financeiros da classe rentista e a "conta" é jogada nas costas dos trabalhadores...os "maiores culpados" (SIC) por sua condição de precariedade. Se justifica que o sucateamento do Estado é necessário para vender o patrimônio público, fazer as reformas (previdenciária e trabalhista), programas de arrocho salarial e diminuição de produção de infraestrutura pelo Estado, etc. Fazem diariamente o POVO acreditar que ele é o responsável pela sua miséria, pela desigualdade, pela violência...e de que a origem de todos os males está na pobreza e em ser pobre.

Ressalta-se o "ladrão de galinha" que roubou um celular na TV (para comoção nacional) e não se toca em trilhões que são entregues de nossos recursos e nossas riquezas para a manutenção de um sistema que prima pela desigualdade com muitos passando FOME e condenados à miséria. Em outras palavras de que o POVO não cabe na Constituição. Apenas os "ungidos" de Deus, detentores da dívida pública - nacionais e internacionais - rentistas que não sobrevivem do trabalho.

Somente quando o subsolo dos países latino americanos for considerado como direito humano (de TODOS da nação), como no caso da Bolívia, é que teremos recursos para adentrarmos à modernidade. Até lá teremos uma manutenção da escravidão, das taxas de acumulação para poucos e da superexploração do trabalho para muitos...uma ideia de modernidade mais ou menos "adocicada"...com um tremendo gosto amargo de pobreza e desigualdade.

Não temos que desmontar e entregar nossos recursos, países e nossas instituições públicas. Privatizar só interessa a quem se apropriou indevidamente de um **BEM COMUM** que foi socialmente construído. Se não recuperarmos o patrimônio público e recursos minerais que estão sendo entregues para garantia da reprodução ampliada de capital às classes dominantes, ao capital financeiro e às transnacionais será impossível superarmos este padrão de modernidade limitada latino-americana.

Notas

¹DOS SANTOS, 2011, p. 26.

²"...sino más bien el de compensar una pérdida de plusvalía." (MARINI, 2015, p.124).

³"os brasileiros...raramente percebem os profundos abismos que aqui separam os estratos sociais (RIBEIRO, 1995, p.24).

⁴SOUZA, 2009, p.25.

⁵MARINI, 2015, p.111.

⁶DOWBOR, 2017, p.193.

⁷DOWBOR, 2017, p.183.

⁸Conforme artigo 348, capítulo segundo da *Constitución Política del Estado* (CPE), da Bolívia, de 7 de fevereiro de 2009.

⁹"80% da população brasileira – 165 milhões de brasileiras e brasileiros – vivem com uma renda per capita inferior a dois salários mínimos mensais." (OXFAM BRASIL, 2017, p.21)

¹⁰BATISTA JR, 1980, p.208, aponta a assimetria da balança comercial de 1821 a 1850, no tocante ao papel da Inglaterra, "a política restritiva da Inglaterra afetava produtos de significação capital na composição das exportações brasileiras".

¹¹PRADO JR, 1981, P. 158.

¹²**LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas no Império.

¹³BATISTA JR, 1980, p.208.

¹⁴PRADO JR, 1981, P. 163.

¹⁵PRADO JR, 1981, P. 213.

¹⁶MASCARO aponta-nos uma dimensão do que esta restrição impõe "É por meio de tais formas e suas ferramentas correlatas – direitos subjetivos e deveres, **voto** - que a pressão social é retrabalhada pelo Estado." (MASCARO 2013, p. 57)

¹⁷Getulio Vargas fica no poder até 1945, após a dissolução do Congresso em 1937, com a implementação do Estado Novo – 1937 a 1945.

¹⁸BOMENY, 2001,p.31.

¹⁹Cabe ressaltar o intercâmbio entre pessoas comuns, da massa, com um saber incorporado, pela proximidade com a realidade concreta, que exercem uma influência recíproca (dialética) nos técnicos, detentores do "saber oficial" (GRAMSCI, 1999, p.189).

²⁰CALABRE, 2010, p.80.

²¹Anísio Teixeira "entendia que os intelectuais deveriam ter uma formação crítica que os capacitasse a elaborar projetos sociais que respondessem aos anseios da sociedade" (BOMENY, 2001, p.116)

²²Anterior à Segunda Guerra Mundial já se tinha a preocupação em reestruturar as bases produtivas através da Educação Superior. Ver importância de Anísio Teixeira na criação da Universidade do Distrito Federal, criada em 1935 (ver BOMENY, 2001,p.46).

²³“...su propia seguridad interna dependía de la buena voluntad de las autoridades brasileñas;” (RODRÍGUEZ AYÇAGÜER, 2008, p.119)

²⁴DOWBOR, 2017, p. 208.

²⁵OXFAM BRASIL, 2017, p.21.

²⁶Disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/mentiras-e-verdades-sobre-a-divida-publica-parte-3/>

²⁷Ver AVILA, 2018, sobre mentiras e verdades sobre a dívida pública do Brasil.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W.,1903-1969. **Indústria cultural e sociedade/** Theodor W. Adorno; seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida traduzido por Juba Elisabeth Levy...[eta1.].—São Paulo: Paz eTerra, 2002.

AVILA, Rodrigo. **Mentiras e verdades sobre a dívida pública** – parte 3. Texto atualizado em abril de 2018. Disponível em <<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/mentiras-e-verdades-sobre-a-divida-publica-parte-3/>> (Acesso em 20 de fevereiro de 2020).

AYERBE, Luís Fernando. **Cultura, Desenvolvimento e Integração na América Latina e Caribe**. São Paulo. Fundação Memorial América Latina/ Imprensa Oficial do Estado. pg.217-251.

BATISTA Jr, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 1994. Disponível em:<<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>>. (Acesso em 20 de novembro de 2020).

BATISTA Jr, Paulo Nogueira. **Política tarifária britânica e evolução das exportações brasileiras na primeira metade do século XIX**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 203-240, 1980. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/issue/view/34-2>>. (Acesso em 24 de janeiro de 2021).

BOLÍVIA.**Constitución Política del Estado (CPE) (7-Febrero-2009)**.Disponível em: <https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf>. (Acesso em 02 de dezembro de 2018).

BOMENY, Helena (Org) et al. **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: FGV; Bragança Paulista (SP): Universidade São Francisco, 2001.

_____. **Infidelidades eletivas: intelectuais e política**. In: BOMENY, Helena (Org). et al. Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV; Bragança Paulista (SP): Universidade São Francisco, 2001. p. 11-35. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1224.pdf>. (Acesso em 02 de setembro de 2018).

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Cidade** - Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília, DF, 2001.

CALABRE, Lia. **Cooperação internacional na América Latina: uma perspectiva histórica**”. Revista Digital *PapelesIberoamericanos. VII Campus Euroamericano de Cooperación Cultural*. Espanha, 2010.

CERVO, Amado Luiz (Org.) **O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília: Ed. UnB, 1994.

DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y Dependência**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

DOWBOR, Ladislau, 1941- **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** / Ladislau Dowbor. - São Paulo : Autonomia Literária, 2017. 320 p.

DUSSEL, Enrique. **Cinco tesis sobre el populismo in El eterno retorno del populismo en América Latina y el Caribe**. -- 1a ed. -- Bogotá : Editorial PontificiaUniversidadJaveriana, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes (o legado da “raça branca”)**. Vol. 1. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento/** Florestan Fernandes: apresentação de Paul Singer.-5.ed rev -São Pauto: Global, 2008

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. / Virginia Fontes. - 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRANK, AndreGunder. **Dependenciaeconomica, estructura de clases y politicadelsubdesarrolloenLatinoamerica**. Revista Mexicana de Sociología, Vol. 32, No. 2, Memoriasdel IX CongresoLatinoamericano de Sociología, 3 (Mar. - Apr., 1970), pp. 229-282: Universidad Nacional Autónoma de México. Disponível em:<<http://www.jstor.org/stable/3539038>> . (Acesso em 20janeiro de 2021).

_____, **El desarrollodelsubdesarrollo**, Pensamiento Crítico, Habana, nº 7, agosto de 1967. pp.159-173. Disponível em:<<http://www.filosofia.org/rev/pch/1967/n07p001.htm>> . (Acesso em 19 dezembro de 2020).

- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 2ªed. São Paulo, Editora Nacional, 1967.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1960.
- _____. **A crise do poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la cárcel 2: edición crítica del Instituto Gramsci a cargo de Valentino Gerratana**. Tomo 2. 2ªed. México: coedición Ediciones Era/ Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 1999.
- MARINI, Ruy Mauro **América Latina, dependencia y globalización/** Ruy Mauro Marini ; antología y presentación, Carlos Eduardo Martins. — México, D. F. : Siglo XXI Editores ; Buenos Aires : CLACSO, 2015.
- _____. **"Dialética da dependência"**. In: SADER, Emir. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **La lucha por la democracia en América Latina**, en *Cuadernos Políticos*, N° 44, Ediciones Era, México, julio-diciembre de 1985, pp. 3-11. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/cuadernos/marini/marini.pdf>>. (Acesso em 18 de novembro de 2020).
- MARQUES, E., TORRES, T. (orgs.) – São Paulo – **Segregação, Pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Ed. Senac, 2005.
- MASCARO, Alysso. **Estado e forma política**. 1ªed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil-Estados Unidos: A rivalidade emergente (1950-1988)**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- NEPOMUCENO, M.M.C. **A Missão Cultural Brasileira no Uruguai. A construção de um modelo de Diplomacia Cultural do Brasil na América Latina (1930-1945)**. Tese publicada no Banco de Teses da Universidade de São Paulo. Disponível em :http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=12&Itemid=77&lang=ptbr&filtro=nepomuceno . (Acesso em 10 de janeiro de 2021).
- OSÓRIO, Jaime. **Teoría marxista de ladependenciasinsuperexplotación: una propuesta de desarme teórico para avanzar**. México. 2017. Disponível em: <<http://marxismoyrevolucion.org/?p=713>> . Acesso em 28 de dezembro de 2020.
- OXFAM BRASIL. **O país estagnado. Um retrato das desigualdades brasileiras**. 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf>. Acesso em 28 de dezembro de 2020.
- PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo : Brasiliense, 1981. 364 p.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RODRÍGUEZ AYÇAGÜER, Ana Maria. **La Diplomacia anticomunista: la influencia del gobierno de Getúlio Vargas en la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay con la URSS en diciembre de 1935**. Revista Estudos Ibero-americanos, PUCRS, n. 1, Capa, v. 34, jun. 2008. p. 92-120.
- SANTOS, M. – **Ensaio sobre a urbanização Latino-Americana**. São Paulo, HUCITEC, 1982.
- SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **As razões da independência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- _____. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Editora, 1988.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato** / Jessé Souza. - Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- _____. **A ralé brasileira: quem é e como vive** | 3ª edição ampliada com nova introdução. Jessé Souza; colaboradores André Grillo et al. – São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.
- TEIXEIRA, Anísio. **A. Educação e a Crise Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

25. RACISMO: ELEMENTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS

David Pimentel Barbosa de Siena⁷³
Roberto Santos da Silva⁷⁴

Resumo Executivo

Em breves linhas os autores elaboram uma análise historiográfica e conceitual do racismo no Brasil. Os conceitos de raça e etnia são delimitados de modo a bem diferenciá-los. Com relação ao principal objeto do racismo no país, o negro, é também desenvolvida uma reflexão de seu conceito. O darwinismo e racismo científico são colocados a tona para demonstrar que a ideologia de classificar e hierarquizar as raças alçou status de "ciência". Por fim, são diferenciados os conceitos de preconceito, racismo e discriminação, a demonstrar o ciclo dessa forma de violência.

Palavras-chave: Criminologia; Etnia; Racismo; Preconceito; Discriminação.

1. Raça e etnia

Observa-se equívocos nos esforços para categorizar os indivíduos entre raças e etnia. Parte dessas incorreções são tributárias do desconhecimento ou mau emprego desses distintos conceitos. Historicamente, o elemento racial foi invariavelmente empregado para legitimar preconceitos e discriminações negativas. Contudo, a ideia de raça, como hoje sedimentada no corpo social, é uma construção relativamente recente do ponto de vista histórico.

O antropólogo e médico francês François Bernier (1625-1688), após uma viagem de treze anos pelo subcontinente indiano, em 1684, publicou a célebre obra *Nouvelle division de la terre par les différentes espèces ou races qui l'habitent*, sendo considerada a primeira classificação racial dos seres humanos e, portanto, passou a ser chamado de "o inventor da raça humana", segundo a literatura especializada (BOWKER, 2000; STUURMAN, 2000).

O botânico, zoólogo e médico sueco Carolus Linnaeus (1707-1778), conhecido como o "pai da taxonomia moderna", em 1735, publicou sua obra mais conhecida, o livro *Systema naturæ*, texto em que a classificou as mais variadas espécies de animais, e cunhou o termo homo sapiens. Linnaeus lançou as bases do racismo científico, pois em sua classificação atribuiu predicados positivos e negativos a cada uma das raças: (i) *americanus* (vermelho, mal-humorado e violento); (ii) *europaeus* (branco, sério e forte); (iii) *asiaticus* (amarelo, melancólico e avaro); (iv) *afër* (negro, impassível e preguiçoso); (v) *monstrosus*. Esta última categoria racial criada por Linnaeus, não tem uma indicação geográfica estabelecida e seria reservada àqueles que não podem ser categorizados nas outras raças consideradas "normais" (v.g., patagônios, *flatheads* etc).

O antropólogo e zoólogo alemão Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), conhecido como o sucessor Linnaeus, originalmente apresentou uma classificação racial de quatro categorias: (i) europeus, leste asiáticos, e parcela dos norte-americanos; (ii) australianos; (iii) africanos; (iv)

⁷³ **David Pimentel Barbosa de Siena.** Delegado de Polícia do Estado de São Paulo (PCSP). Professor de Criminologia da Academia de Polícia de São Paulo (ACADEPOL) e Direito Penal da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Doutorando e Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Segurança, Violência e Justiça (SEVIJU) da UFABC.

⁷⁴ **Roberto Santos da Silva.** Delegado de Polícia do Estado de São Paulo (PCSP). Professor de Metodologia da Pesquisa Científica da Academia de Polícia de São Paulo (ACADEPOL) e Direito da Universidade Anhanguera (UNIAN). Especialista em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

outros povos do "Novo Mundo". Posteriormente, em 1795, reorganizou sua classificação em cinco categorias raciais: (i) caucasianos; (ii) mongóis; (iii) etíopes; (iv) americanos e (v) malaios.

O advogado estadunidense Madison Grant (1865-1937) foi o autor de *The Passing of the Great Race*, publicada em 1916, sendo considerada uma das mais influentes obras sobre racismo científico. Nesse texto, Grant afirma que "o cruzamento entre um branco e um índio é um índio; o cruzamento entre um branco e um negro é um negro; o cruzamento entre um branco e um hindu é um hindu; e o cruzamento entre alguém de raça européia e um judeu é um judeu." (GRANT, 1916, p. 1915).

Na mesma linha de Grant, o antropólogo estadunidense Marvin Harris (1927-2001), notório expoente do "materialismo cultural", desenvolveu uma série de pesquisas étnico-raciais na África, América do Sul e Índia, para lançar, em 1916, o conceito de hipodescendência, segundo o qual "a criança das uniões inter-étnicas/raciais pertence a raça/etnia considerada biológica ou socialmente inferior".

O racismo científico estadunidense deu ensejo à *One Drop rule*, preceito legal que vigorou especialmente nos estados sulistas até a década de 1960. Essa regra impunha que uma pessoa era considerada negra se ela tivesse "uma gota de sangue", i.e., a pessoa não era considerada branca quando tinha algum ancestral originário da África subsariana. A depender do estado, as pessoas com pelo menos 1/4, 1/8 ou 1/16 de "sangue negro" eram oficialmente consideradas negras. A *One Drop rule* garantiu que as *Jim Crow laws*, leis estaduais e municipais, estabelecessem a segregação racial no sul dos Estados Unidos da América, sustentada do ponto de vista jurídico pela *separate but equal doctrine*, a despeito da décima-terceira emenda ter abolido a escravidão em 1865, e a décima-quarta emenda garantir igualdade de direitos civis a qualquer cidadão estadunidense.

A expressão "raça" já foi utilizada de variadas formas, sendo frequentemente empregada para diferenciar seres humanos, que comungam de semelhantes caracteres morfológicos. Obviamente que o emprego desse termo para designar grupos humanos não atende a critérios científicos, pois biologicamente raça diz respeito a viventes homogêneos, absolutamente puros, como ocorre em hipóteses do reino animal (WITZIG, 1996). Na zoologia, raça tem o mesmo significado de subespécie, ou seja, uma linhagem geneticamente distinta dentro da mesma espécie. Sucede que na espécie *homo sapiens*, a variabilidade genética é diminuta, uma vez que o genoma humano é constituído por 25 mil genes, e as distinções morfológicas, como por exemplo a cor da pele, textura dos cabelos ou formato do rosto, são determinadas por um número ínfimo dos genes. À guisa de ilustração, um africano subsariano possui um genoma 0,005% diferente de caucasiano nórdico. Com efeito, é forçoso reconhecer, que do ponto de vista biológico, inexistem raças humanas, sendo um verdadeiro construto social.

Já o termo etnia, do grego *ethnikos*, etimologicamente significa gentios, historicamente empregado para se referir os povos estrangeiros. Um grupo étnico pode ser conceituado como uma coletividade de indivíduos que se diferenciam pela ancestralidade comum, semelhanças linguísticas e religiosas, compartilhamento de território e identidade nacional, além de similar aparência física (DEIN, 2006). Segundo a Fundação Nacional do Índio, só no Amazonas, seus 80.000 índios se dividem em 65 grupos étnicos.

Em decisão histórica publicada em 19 de março de 2004, por ocasião do julgamento do *Habeas Corpus* n. 82.424/RS, impetrado em favor do escritor Siegfried Ellwanger, o Supremo Tribunal Federal considerou típica a conduta de publicar, vender e distribuir material anti-semita. O fundamento constitucional da matéria se encontra previsto no artigo 5º, inciso XLII, da Constituição da República Federativa do Brasil, ao estabelecer que "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível". A defesa de Siegfried Ellwanger sustentou a hipótese de que, no sentido biológico, os judeus não seriam uma raça propriamente dita, e, assim sendo, o comportamento do escritor não poderia ser considerado racismo e estar sujeito ao mandamento constitucional de criminalização. Contudo, nossa Suprema Corte, entendeu que, a despeito de não existirem no sentido biológico raças humanas, a divisão dos seres humanos em raças seria

fruto de um construto político-social, sendo que desse processo se derivou o preconceito, o racismo e a discriminação racial no Brasil. Com efeito, o Pretório Excelso considerou não estar amparada pelo direito constitucional da liberdade de expressão a publicação de obras anti-semitas e revisionistas do holocausto, patrocinado pela Alemanha nazista, que desqualificava o povo judeu, segundo uma pretensa inferioridade racial. Dessa forma, foi reconhecida a constitucionalidade do enquadramento de condutas discriminatórias em tipos penais como aqueles previstos nos artigos 3º ao 20, da Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que definem os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor; artigo 1º, I, "c", da Lei n. 9.455, de 7 de abril de 1997 (tortura discriminatória); e artigo 140, § 3º, do Código Penal Brasileiro (injúria racial), criado pela Lei n. 9.459, de 13 de maio de 1997.

Diante dessas considerações, é possível concluir que os conceitos de raça e etnia têm significados distintos, em que pese muitas das vezes, de maneira inadvertida, serem tratados como sinônimos. O termo raça diz respeito ao fenótipo, ou seja, conjunto de características observáveis de um organismo ou população. Por outro lado, o conceito de etnia extrapola os aspectos biológicos, compreendendo outros fatores socioculturais (LOTT, 1993).

2. Negros, pretos ou pardos? Autoidentificação e heteroidentificação

Afro-brasileiro ou brasileiro negro são os termos oficialmente adotados no Brasil para designar pretos e pardos. A propósito, o artigo 1º, inciso IV, da Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010 - Estatuto da Igualdade Racial, define população negra como "o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga".

O primeiro Recenseamento do Brasil (1872) adotou uma classificação de cor da pele, que abrangia quatro categorias: (i) branco; (ii) preto; (iii) pardo; e (iv) caboclo. Insta consignar que, enquanto os indivíduos livres autoclassificavam, os escravos eram classificados por seus proprietários. No segundo Recenseamento (1890), durante o auge do positivismo e do racismo científico, e nesse particular, movidos pela concepção que a mestiçagem implicaria no branqueamento da população brasileira, por meio da diluição do sangue negro, foi empregado o termo "mestiço" em substituição à designação "pardo". O Recenseamento de 1900 não realizou uma classificação racial, provavelmente um reflexo da ideologia racista, que professava fé na superioridade dos brancos, e buscava a eliminação dos negros e índios, "seja pelo branqueamento – miscigenação com o grupo branco – seja pela destruição, direta ou no sentido de uma sistemática omissão na garantia das condições de reprodução destes grupos raciais" (Petruceli, 2013). O levantamento censitário de 1910 simplesmente não foi realizado, e o de 1920 novamente não formulou uma classificação racial.

A política imigratória brasileira, perpetrada a partir do século XIX, é exemplar para demonstrar essa tentativa de branqueamento dos brasileiros, uma vez que seletivamente se buscou a imigração de europeus, sobretudo do norte (germânicos, nórdicos), e subsidiariamente os meridionais (ibéricos). Essa política foi a expressão maior da ideologia da mestiçagem, responsável pelo mito união das "três raças fundadoras", que nega a existência de racismo no Brasil, mas deslegitima os negros e índios (CARVALHO, 2004). É interessante notar que, como observa COSTA (2006), o mestiço igualmente não era aceito, pois foi tido como uma figura transitória e necessária para a consolidação de uma nação exclusivamente de brancos.

Em razão do contexto político, o Censo de 1930, mais uma vez, não foi realizado, sendo que o levantamento censitário retomou apenas em 1940, oportunidade em que foi introduzida a categoria "amarela", ante a chegada de imigrantes japoneses no início do século XX. Esse processo imigratório chamou a atenção dos teóricos do racismo científico, pois entendiam que a nação não suportaria uma mongolização, após a experimentar africanização levada a cabo durante os séculos anteriores (NABUCO, 1949). O Censo de 1940 representou uma guinada radical, pelo que só contemplava três categorias (brancos, pretos e amarelos), sendo o primeiro a não prever a categoria pardo ou qualquer outra denotação mestiça. Segundo CAMARGO (2010),

tais mudanças seriam tributárias de uma nova postura ideológica que passou a (des)valorizar a cor de pele, não mais se atentando às categorias raciais originárias.

Os levantamentos censitários de 1950 e 1960, operacionalizados durante o chamado período democrático brasileiro (1945-1964), introduziram orientações explícitas com relação ao respeito a autoidentificação, além de reintegrarem a categoria parda na classificação racial. Já o levantamento censitário de 1970, sob a égide da ditadura militar, nem sequer contemplou a questão relacionada à raça. Tal pergunta foi reincorporada nos Censos de 1980 e 1991. Por fim, a partir do Censo Demográfico de 2000, foram previstas cinco categorias raciais (branca, preta, amarela, parda e indígena), para fins de autotaxação; e no último levantamento censitário, realizado em 2010, na hipótese do indivíduo se identificar como indígena, foram questionados a respeito de quais seriam as respectivas etnias e língua.

Em pesquisa veiculada no artigo *A system for rapidly and accurately collecting patients race and ethnicity*, BAKER & CAMERON et al (2006) compararam a autoidentificação dos questionados com a heterotaxação do agente censitário. Os pesquisadores observaram que os agentes censitários identificavam com maior precisão os questionados brancos e pretos. Já com relação às demais categorias, os resultados demonstram que havia maior imprecisão, pois em muitos desses casos eram classificados pelos agentes como "raça desconhecida". Assim sendo, os pesquisadores concluíram que a autotaxação é muito mais precisa do que a heterotaxação, pois esta é mediada pela opinião do agente censitário, que analisa apenas aspectos fenotípicos do questionado. Ademais, a literatura dedicada aos estudos raciais aponta que se

"têm tentado definir a raça através da cor da pele, sendo frequentemente utilizados os termos leucodermas, xantodermas e melanodermas. A cor da pele não determina sequer a ancestralidade. Isso é especialmente verídico nas populações brasileiras, pelo seu alto grau de miscigenação. Estudo sobre a genética da população brasileira revelou que 27% dos negros de uma pequena cidade mineira apresentavam uma ancestralidade genética predominantemente não africana. Enquanto isso, 87% dos brancos brasileiros apresentam pelo menos 10% de ancestralidade africana" (SANTOS et al, 2010, p. 123).

Portanto, raça e etnia, em que pese não serem conceitos absolutos, têm aplicações em campos bem distintos. Conforme já dito, raça é sinônimo de subespécie para a botânica e a zoologia, mas para seres humanos, esse conceito é historicamente empregado no meio social para discriminar os indivíduos. Os elementos que levam à distinção pelo senso comum, invariavelmente estão relacionados aos aspectos fenotípicos do indivíduo, como a cor da pele, que como já afirmado nem sequer é parâmetro para determinar a ancestralidade de alguém. Por outro lado, etnia diz respeito a aspectos que extrapolam os dados biológicos do indivíduo, levando em conta aspectos culturais, eis que a formação de grupos étnicos não se deve apenas à ancestralidade comum, sendo necessários outros elementos compartilhados como a língua, a religião, a nacionalidade, entre outros. Por fim, o ponto de vista político ajuda a delimitar ainda mais as diferenças existentes entre esses dois conceitos. Diferentemente do que ocorre com os grupos raciais, normalmente os grupos étnicos reivindicam um território e autonomia política.

3. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico" e extermínios

A escravidão no Brasil deixou marcas indeléveis, a começar na organização do trabalho, separando as atividades laborativas consideradas indignas executadas pelos negros, das funções prestigiadas reservadas aos brancos. A sociedade brasileira nasce na desigualdade racial e econômica, eis que era composta de indivíduos que se dividiam entre os escravos e seus senhores. Quem não se encaixava nessas duas categorias era considerado socialmente indefinido, como eram os casos de fugidos, índios, quilombolas etc, que, em geral, eram pessoas marginalizadas, de ocupação incerta. Os mestiços, chamados de mulatos, já eram a maioria entre os brasileiros, no século XIX, marcado pelo fim da escravidão, emprego do trabalho assalariado de imigrantes, e o agravamento da pauperização da população negra. A abolição da escravidão

no Brasil simplesmente retirou dos negros o rótulo de escravos, sem, contudo, prestar qualquer espécie de reparação que garantisse a existência digna daqueles trabalhadores. A título de exemplo, os negros foram privados do acesso à propriedade rural, na medida em que foi aprovada a Lei de Terras (1850), para determinar que somente por meio da aquisição onerosa seria possível se tornar proprietário das chamadas terras devolutas, que representavam uma enorme extensão territorial do Brasil naquele momento. Assim, sobretudo, a partir de 1888, quando a escravidão foi oficialmente abolida no Brasil pela Lei Áurea, sem acesso à propriedade rural, os negros libertos se unem aos demais socialmente indefinidos que já ocupavam os centros urbanos, para engrossarem as fileiras de pobres e miseráveis.

O darwinismo social, que teve como principal expoente Hebert Spencer (1820-1903), advogava pela aplicação das leis da seleção natural nas sociedades humanas. Sustentava-se que os seres humanos seriam naturalmente desiguais. E viver em sociedade implicaria em uma luta pela vida, que constantemente é vencida pelos mais aptos - daí surge a famigerada expressão "sobrevivência dos mais aptos". Trocando em miúdos, segundo o darwinismo social, seria absolutamente normal que os indivíduos mais aptos obtenham sucesso sócio-econômico-político, em detrimento dos outros tidos como inaptos, pobres e marginalizados. Como bem observa Bolsanello (1996), "o darwinismo social, na verdade, era ideológico e estava, desde o início, associado a apologia do *laissez-faire* econômico e social, a uma defesa da sociedade capitalista. Assim, rapidamente vinculou-se a ideologias eugenistas e racistas" (BOLSANELLO, 1996, p. 154-155).

O antropólogo francês Georges Vacher de Lapouge (1854-1936), no livro *L'Arien*, foi o primeiro a estabelecer correlações entre o darwinismo social e o racismo científico, sustentando que haveriam duas raças: os arianos, considerados superiores, e as demais raças, tidas como inferiores.

O diplomata, escritor e filósofo francês Joseph Arthur de Gobineau (1816 -1882) é considerado um dos mais importantes teóricos do racismo científico. Ele sustentou no *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855), a superioridade biológica dos louros dolicocefalos da Inglaterra, Bélgica, norte da França e Alemanha, com base na comparação entre os encéfalos de diferentes raças. Em missão diplomática, enviado por Napoleão II, Gobineau chegou ao Brasil em 1869, adotando um olhar depreciativo à sociedade brasileira, por conta da miscigenação. Enquanto permaneceu como embaixador da França no Brasil, escreveu cartas a amigos se referindo aos brasileiros como malandros, macacos, criaturas repugnantes (RAEDERS, 1998). Gobineau entendia que a mistura racial no Brasil implicaria em degeneração e levaria necessariamente ao desaparecimento da população. Em sua concepção, somente a imigração de arianos, política colocada em prática pouco tempo depois, poderia mudar a sorte dos brasileiros.

O próprio Darwin flertou com o racismo científico ao considerar uma hierarquia racial, onde os negros e índios seriam intelectualmente menos aptos, e, portanto, seguindo uma lógica eugenista, o casamento inter-racial não seria conveniente. Tais proposições de Darwin foram colocadas em prática. Levantamentos apontam que, entre 1900 a 1940, foram esterilizadas cerca de 36 mil estadunidenses, considerados menos aptos (loucos, criminosos, vadios etc.). E, claro, é impossível não lembrar que a defesa da eugenia nos conduziu ao ponto mais triste da história da humanidade: o genocídio perpetrado pela Alemanha nazista de Adolph Hitler. Por curiosidade, em 1832, Charles Darwin fez uma visita ao Brasil, e ficou indignado pela forma como os escravos eram tratados no Rio de Janeiro e Recife.

Os pensadores brasileiros da primeira metade do século XX, inscritos na elite econômica nacional, buscaram explicar o subdesenvolvimento do Brasil a partir da importação acrítica do racismo científico, justificando os problemas brasileiros por conta do clima tropical e da composição étnica do povo (SCHWARCZ, 1993). Em comum, esses autores sustentavam que os brasileiros não haviam alcançado o desenvolvimento econômico "por ter se tornado preguiçoso, ocioso, indisciplinado e pouco inteligente devido ao calor e mistura com raças inferiores" (BOLSANELLO, 1996, p. 158). Assim sendo, segundo os intelectuais nacionais, somente com o embranquecimento da população brasileira, o país poderia se desenvolver. Com efeito, o

preconceito e racismo finalmente ganharam justificações científicas que legitimaram a discriminação racial, mesmo após o fim oficial da escravidão.

Desde os primórdios do século XIX, as expressões culturais e religiosas de matrizes africanas foram interditadas no Brasil, pelo que consideradas como símbolos do atraso nacional, de acordo com uma perspectiva eurocêntrica. Em nosso passado escravagista, as diversas manifestações culturais dos negros sequestrados da África eram reprimidas por seus senhores e agentes públicos. Esses comportamentos sistemáticos de desvalorização da cultura negra no Brasil, que infelizmente ainda são percebidos na contemporaneidade, fomentam preconceitos contra crenças e rituais de matrizes, como é o caso de religiões tradicionais como o candomblé e a umbanda, que invariavelmente são designados pejorativamente como “macumba”. Nesse contexto, o etnocentrismo parece ser um conceito adequado para caracterizar a percepção arrimada em preconceitos contra outros povos, etnias, culturas e religiões. Portanto, se refere ao julgamento depreciativo do sistema de crenças e valores do outro, que partindo de uma visão unilateral considera como correta exclusivamente a sua forma de vida.

4. Preconceito, racismo e discriminação

Allport afirma que preconceito “é uma atitude hostil ou preventiva a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque pertence a esse grupo, supondo-se, portanto, que possui as características contestáveis atribuídas a esse grupo” (ALLPORT, 1954, p. 22). Erving Goffman (1988) analisa o preconceito partindo do conceito de estigma, entendido como a situação em que indivíduo é incapaz de alcançar a aceitação social, em virtude de atributos depreciativos. É interessante destacar também que para Goffman os estigmas não são honrosos ou desonrosos de per si, mas existem para afirmar a normalidade de alguém. Em suma, o preconceito se constitui no julgamento previamente negativo de pessoas estigmatizadas por determinados estereótipos.

O conceito de estereótipo foi lançado pelo jornalista estadunidense Walter Lippmann, em 1922, por ocasião de uma pesquisa sobre opinião pública. O termo faz uma alusão à impressão tipográfica, nos seguintes termos “uma placa de impressão colada a um molde. Como essa placa é feita de metal, é difícil, uma vez moldada, mudá-la. Cada vez que ela imprime, produz a mesma impressão, a mesma imagem”. Esteriótipos implicam na simplificação da análise de relação entre imagem e conceito, por meio de recursos classificatórios. Nada mais são do que atributos negativos reservados a determinadas pessoas ou grupos, que acionam um julgamento apriorístico, fazendo com que esses não sejam julgados pelas qualidades que de fato detém, mas segundo o estereótipo que ostenta.

O racismo pode ser genericamente definido como a ideologia que postula a existência de hierarquia racial entre os seres humanos. Trata-se na crença de que determinadas raças ou etnias possuem predicados especiais, que as tornam superiores às demais. O chamado racismo estrutural consiste na institucionalização histórica de práticas discriminatórias, que privilegiam indivíduos de determinados grupos sociais ou étnicos em detrimento de outros, que sofrem violações sistemáticas de direitos (SOIFER et al, 2014; LAWRENCE et al, 2018). Trata-se do empreendimento racista mais exitoso, pois é quase imperceptível para quem não é objeto dessas práticas enraizadas no meio social. A propósito, o racismo estrutural já foi designado como racismo social, tendo em vista que a sociedade é formada por estruturas excludentes das chamadas minorias (JAMES, 1996). O racismo estrutural é alimentado pela naturalização da discriminação negativa. O racismo possui múltiplas facetas. Por vezes, o racismo é velado, como mostra a experiência brasileira; e outros casos ele é aberto, como ocorre nos Estados Unidos da América. No continente americano, marcado pelo sistema escravagista, o racismo historicamente se voltou contra a população negra; na Europa, onde não ocorreu a escravidão moderna, o racismo invariavelmente está contido em expressões xenófobas, como é caso do antissemitismo.

A discriminação consiste em um tratamento injusto, que viola de direitos, segundo critérios a raça, o gênero, nacionalidade, religião entre outros. Em síntese, a discriminação nada mais é do que o preconceito ou racismo em forma de ação ou omissão. A discriminação pode ser classificada em

duas categorias: positiva e negativa. Sobre esse peculiar aspecto, a obra *A discriminação negativa* (2008), do sociólogo francês Robert Castel, é um importante marco teórico da discussão. Castel argumenta a existência de discriminações positivas, nas hipóteses em que se majora a prestação material para aqueles menos favorecidos. Tais práticas não são condenáveis. Pelo contrário, são medidas que se impõe diante da necessária igualdade material (isonomia). Por outro lado, a discriminação negativa é conceituada por Castel nos seguintes termos:

Mas a discriminação negativa não consiste somente em dar mais àqueles que têm menos; ela, ao contrário, marca seu portador com um defeito quase indelével. Ser discriminado negativamente significa ser associado a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que os outros no-la devolvem como uma espécie de estigma. A discriminação negativa é a instrumentalização da alteridade, constituída em favor da exclusão. (CASTEL, 2008, p. 14).

Com efeito, o racismo estrutural condiciona as mais variadas hipóteses sociais e se materializa em uma série de discriminações negativas, como a policial e judiciária, a discriminação empregatícia, o bloqueio escolar e o preconceito religioso etc.

5. Considerações finais

Existe uma falsa crença de que os brasileiros são tolerantes à diversidade racial. Chega a ser até senso comum de que no Brasil “racismo não existe”. Porém, os números contrariam o discurso corrente. No Mapa da Violência 2013, observa-se a tendência de redução, em números absolutos, dos casos de homicídios de pessoas brancas, e o aumento de vítimas negras. Essa dinâmica se observa em relação à população em geral e entre os jovens.

De acordo com a pesquisa dos 467,7 mil homicídios contabilizados entre 2002 e 2010, 307, 6 mil (65,8%) foram de negros. Nesse período, houve decréscimo de 26,4% nos casos de homicídios de brancos e acréscimo de 30,6% dos de negros. Nesses mesmos oito anos, foram mais de 231 mil homicídios de jovens, dos quais 122,5 mil eram negros (53,1%). O decréscimo dos casos de pessoas brancas foi de 39,8% no período, enquanto, entre negros, houve acréscimo de 18,4%”.

Os dados revelam que “os jovens negros moradores das periferias” são os principais alvos dos crimes dolosos contra a vida. Os temas racismo e violência, especialmente homicídios, estão mais do que nunca imbricados. Em verdade, da análise qualitativa dos resultados desta pesquisa chega-se indubitavelmente à conclusão de que existe no Brasil um verdadeiro “genocídio negro”. Com efeito, para a correta compreensão do ciclo vitimário dos homicídios no país, deve-se levar em consideração não só a classe econômica em que as vítimas estão inseridas, mas sobretudo as respectivas raças.

Referências Bibliográficas

- ALLPORT, G. *The Nature of the Prejudice*. Cambridge: Addison Wesley, 1954. 537p.
- Baker DW, Cameron KA, Feinglass J, Thompson JA, Georgas P, Foster S, et al. A system for rapidly and accurately collecting patients race and ethnicity. *Am J Public Health*. 2006 Mar;96(3):532-7.
- BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. *Educ. rev.*, Curitiba , n. 12, p. 153-165, Dec. 1996 .
- BOWKER, Geoffrey C. & STAR, Susan L. *Sorting Things Out*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2000.
- CAMARGO, A. de P. R. Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940). In: SENRA, N. de C.; CAMARGO, A. de P. R. (Org.). *Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 229-263. (Estudos e análises. Documentação e disseminação de informações, n. 2).

CARVALHO, José Carlos de Paula. Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas. Interface (Botucatu), Botucatu , v. 1, n. 1, p. 181-186, Aug. 1997 .

CARVALHO, José Jorge de. Bases para uma aliança negro-branco-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil. Brasília, DF: Universidade de Brasília - UnB, Departamento de Antropologia, 2004. 22 p. (Antropologia, 355). Disponível em: <<http://www.ciadejovensgriots.org.br/livros/racismo%20índios%20e%20negros.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

CASTEL, Robert. A Discriminação Negativa - Cidadãos ou Autóctones? (Petrópolis, Rj: Vozes, 2008)

COSTA, S. O branco como meta: apontamentos sobre a difusão do racismo científico no Brasil pós-escravocrata. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, v. 28, n. 1-3, p. 47-67, jan./dez. 2006.

DEIN S. Race, culture and ethnicity in minority research: a critical discussion. J Cult Divers. 2006 Summer;13(2):68-75.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Grupos indígenas-Amazonas [Internet]. Brasília, DF: FUNAI; 2009. [acesso 2009 jul 31]. Disponível em: www.funai.gov.br/mapas/etnia/etn_am.htm. [Links]

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 6-7.

GRANT, Madison..The passing of the great race. New York: Charles Scribner's Sons, 1916.

JAMES, Carl E, . Perspectives on Racism and the Human Services Sector: A Case for Change 2nd Revised ed. [S.l.]: University of Toronto Press., 1996.

LAWRENCE, Keith; KELEHER, Terry. Chronic Disparity: Strong and Pervasive Evidence of Racial Inequalities. Poverty Outcomes, 2004.

LOTT J. Do United States racial/ethnic categories still fit? Popul Today. 1993 Jan;21(1):6-7.

NABUCO, J. O abolicionismo: conferências e discursos abolicionistas. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

PETRUCELI, J. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual, em Características étnico-raciais da população: classificação e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RAEDERS, George. O inimigo cordial do Brasil: o conde Gobineau no Brasil. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988 .

SANTOS, Diego Junior da Silva et al . Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. Dental Press J. Orthod., Maringá , v. 15, n. 3, p. 121-124, 2010 .

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOIFER, Steven D.; MCNEELY, Joseph B.; COSTA, Cathy L.; PICKERING-BERNHEIM, Nancy. Community Economic Development in Social Work. [S.l.]: Columbia University Press, 2014

STUURMAN, Siep. François Bernier and the Invention of Racial Classification. In: History Workshop Journal Issue, n.50, 2000.

WITZIG, R. The medicalization of race: scientific legitimation of a flawed social construct. Ann Intern Med. 1996;125(8):675-9.

26. REDES SOCIAIS (E RELIGIOSAS) NA PERIFERIA DO GRANDE ABC

Claudio Pereira Noronha⁷⁵

Resumo Executivo

O objetivo desta nota técnica é analisar como as redes sociais – em especial as redes religiosas – possibilitam em suas práticas associativas, mais ou menos formais, a produção de capital material ou simbólico. Analisamos, aqui, sobretudo as formas de sociabilidade religiosa no município de Rio Grande da Serra, periferia do Grande ABC.

Palavras-chave: Redes sociais; Redes religiosas; Práticas associativas; Rio Grande da Serra; Grande ABC.

O Grande ABC, por sua industrialização nas décadas de 1950 e 1960 estruturada num forte complexo automobilístico, tornou-se uma região importante para o capitalismo brasileiro. Esse processo levou à constituição de uma classe operária que, nas décadas de 1970 e 1980, conseguiu dar novo impulso à organização sindical – surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – possibilitando, ainda no regime militar, a construção de uma agenda de enfrentamento (ao setor patronal) que resultou conquistas trabalhistas importantes. A despeito de seu desenvolvimento econômico, e de sua condição de um “centro urbano” importante, a região testemunhou, nesse período de industrialização, não apenas uma formação desigual de seu espaço geográfico (instalação de indústrias, equipamentos públicos) mas o surgimento de periferias em seu território.

As cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul podem ser consideradas cidades “centrais” na região do Grande ABC, embora (à exceção de São Caetano do Sul) tenham um contingente expressivo de pessoas morando em bairros pobres e favelas.⁷⁶ Digamos (de forma simplificada) que sua posição territorial, proximidade à cidade de São Paulo por exemplo, e terras disponíveis para a instalação de indústrias, contribuíram para isso. Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra tornaram-se, durante certo tempo, “cidades-dormitórios” e receberam grande contingente de pessoas que vieram para a região, mas não puderam se instalar nas cidades centrais. Essa condição (maior ou menor centralidade) deve-se, em grande parte, pela forma como o território foi sendo organizado (investimentos, infraestrutura, deslocamento de pessoas) para atender à industrialização.

Vale destacar que o crescimento da região do ABC, assim como em São Paulo, se deu de forma relativamente desordenada. Para dar conta do processo de urbanização foi necessário um contingente expressivo de mão de obra – diga-se, “mão de obra barata”. Ao contrário do que se imagina, o processo migratório nem sempre foi espontâneo e, principalmente os primeiros migrantes, foram “atraídos” por redes de agenciamento (FONTES, 2008). Isso gerou grande deslocamento de pessoas, especialmente do nordeste e Minas Gerais. Singer (2002) chama a atenção, nesse processo, para a formação de regiões de “atração” (que se tornaram, pelos investimentos públicos e privados, importantes centros econômicos) e regiões de “expulsão”. No segundo caso, regiões com menores investimentos e, portanto, com menos oportunidades de emprego e renda. Esse é um dos fatores que explicam porque pessoas deixaram suas cidades, casas e famílias em busca de uma vida melhor (DURHAN, 1973).

⁷⁵**Claudio Pereira Noronha.** Graduação em Administração de Empresas (Centro Universitário Fundação Santo André); Pós-graduação (Lato sensu) em Globalização e Cultura (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo); mestrado e doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de SP; assessor do Sindicato dos Bancários do ABC. Um dos organizadores do livro “A Era Digital e o Trabalho Bancário: O Papel do Sistema Financeiro e Subsídios à Ação Sindical e às Políticas Públicas”, Editora Copacesso / Didakt, 2020.

⁷⁶ Dos 60,7 km² de favelas na RMSP, 12 km² estão no Grande ABC. São Bernardo do Campo tem a maior área. Mesmo a cidade de Diadema, a menor em extensão na região, está entre as sete cidades com maior perímetro de favela (BARRERA, 2012).

O Grande ABC tornou-se uma região de atração, mas nem todas as pessoas (migrantes) que se deslocaram para o seu território trabalharam nos setores produtivos, onde estavam os melhores empregos. Muitos foram para a construção civil, ou trabalharam em serviços de menor remuneração (vigilância, limpeza, etc.). Não podendo adquirir uma moradia nos bairros melhores, e mais centrais, que já sofriam valorização imobiliária, e porque tinham poucas condições financeiras, parte dessas pessoas se acomodou nos bairros periféricos da região. Parte, em situação de maior precariedade, viu-se obrigada a morar em locais de “ocupação ilegal”, o que contribuiu para a formação de favelas.

Isto põe em relevo uma condição, como é o caso do Brasil, de países em que há má distribuição de renda. Com a preocupação de garantir o acúmulo de capital para uma parcela (pequena) da sociedade, a “produção do espaço”⁷⁷ gera riqueza, mas também (muita) pobreza (Santos, 2009, 2011 e 2012). Os centros e as periferias são espaços relacionais – a periferia existe porque existem os centros – e sua distância (territorial e social) depende da tomada de posição de determinados setores da sociedade. Quando o setor empresarial, o setor imobiliário, etc., com o auxílio do Estado, acumulam capital de forma exorbitante, inevitavelmente haverá (proporcional) pobreza.

Por essa razão, mesmo em uma região tão importante quanto o Grande ABC, as periferias tornaram-se uma realidade. E qual a situação atual?

Entre as décadas de 1970 e 1980 teve início uma desconcentração industrial, de forma que indústrias da região começam a ir para outras cidades do interior de São Paulo ou mesmo outros Estados (KLINK, 2001). Nesse período expandiram-se os setores de serviços e comércio, com a instalação de *shoppings* e grandes redes de supermercados. Este foi o prenúncio de um processo que, atualmente, vivemos o auge: a desindustrialização. Entre os muitos fatores, está o deslocamento do interesse “produtivo” para interesse “especulativo”. É mais vantajoso investir no mercado financeiro do que produzir. Qual o problema disso? Mais riqueza para alguns, e menos para a maioria da população.

As redes sociais nas periferias urbanas: qual sua importância?

As “periferias urbanas” são territórios afastados (social e geograficamente) das regiões centrais.⁷⁸ Além da deficiência de equipamentos públicos, pela falta de investimentos do Estado, sofrem com a ausência da geração de empregos (locais) e renda (BARRERA, 2010). Há uma deficiência de boas moradias (que em geral erguem-se através da autoconstrução) e adequado nível de saneamento básico. Os moradores padecem com a violência, em que são sujeitos e objetos simultaneamente (BARRERA, 2012). A periferia é, no dizer de Maricato (2000), o lugar “fora das ideias”.⁷⁹

Uma questão importante, relativo às periferias urbanas, é o quanto os moradores vivem em uma condição de “segregação”, conceito que trata do isolamento (em algum nível) de um determinado

⁷⁷ Santos (2012) considera que o “espaço geográfico” não existe “em si mesmo”, mas é produzido socialmente. O sistema de objetos (casas, igrejas, praças, empresas, etc.) e o sistema de ações (tomada de posições políticas, por exemplo) que o compõe, precisam ser observados a partir de estruturas (sistemas econômicos, por exemplo), formas e funções num determinado período histórico.

⁷⁸ É necessário relativizar a ideia de que os lugares afastados “geograficamente” do Centro da cidade são periféricos. Atualmente algumas regiões, como a região da Berrini, por exemplo, tornaram-se importantes “centros” comerciais e financeiros. Nesse sentido, o distanciamento da periferia é, acima de tudo, social. Sobre a forma como o espaço foi se “organizando” em São Paulo, desde o início do século XX até as décadas de 1980 e 1990, e como isso constituiu a proximidade ou distanciamento entre os bairros centrais e periféricos, ver Caldeira (2000).

⁷⁹ “Lugar fora das ideias” é, digamos, um trocadilho para a expressão “ideias fora de lugar” que alude ao fato de os “planos diretores”, em grande parte das vezes, reproduzirem modelos de gestão nas cidades que, embora de grande valor teórico, não se mostram viáveis em sua consecução prática.

espaço em relação a outros, o que impacta na situação (maior ou menor) de vulnerabilidade social.⁸⁰ A segregação do espaço, ou seja, seu distanciamento das regiões centrais, que dificulta o acesso da população (que vive na periferia) a uma boa formação escolar e aos bons empregos, contribuiu para a criação do “estigma de lugar” (WACQUANT, s/d). A imagem “construída” dos moradores da periferia – pessoas que estão “distantes do Centro” e que, portanto, irão faltar ao emprego, pessoas que possuem “baixa formação” ou “sem vontade de trabalhar” – agravam a situação de precariedade. Não raro, perdem oportunidades de emprego pela “imagem” (distorcida com relação à realidade) que se tem da população.

Nesse contexto é que analisamos as redes sociais.⁸¹ Numa condição de “ausências” – bom emprego, renda, boa moradia, equipamentos públicos – as redes sociais se tornam espaços importantes de convivência em que a depender dos vínculos criados, mais ou menos duradouros, possibilitam um conjunto de bens materiais ou simbólicos (BOURDIEU, 1986). As redes podem se organizar em práticas associativas estruturadas (menos comum nas periferias) em que é necessário fazer algum tipo de inscrição, pagar mensalidade, participar de reuniões, etc., ou podem se organizar em condições de menor formalidade, tecendo-se nas relações interpessoais, como é o caso de redes familiares ou de vizinhança, ou na participação, por exemplo, em grupos religiosos (missas, cultos ou giras).

A eficácia da rede tem, em alguma medida, relação com a qualidade dos vínculos criados. Quanto maior for o tempo de relação entre as pessoas de uma determinada rede, maiores as chances de ocorrerem as trocas econômicas ou simbólicas. Ajuda, com alimentos ou remédios, em situação de desemprego, é muito comum, como também são comuns as indicações de empregos ou bicos. Em geral, nas regiões de maior precariedade, as redes formadas entre vizinhos, por exemplo, apoiam-se nas trocas de favores e ajuda mútua. Uma cena cotidiana, na periferia, é o convite para encher laje. O dono da casa, ao final, oferece um almoço (ou churrasco) e se compromete a retribuir o favor aos demais.

Redes religiosas: o associativismo em Rio Grande da Serra

Estudos mostram que nas periferias urbanas as redes religiosas ganham protagonismo (LAVALLE e CASTELLO, 2004; ALMEIDA e D’ANDREA, 2004; NORONHA, 2016). As pessoas participam do associativismo no campo civil/popular, tais como partidos políticos, ONGs, associações culturais ou de lazer – Sociedade Amigos de Bairro (SABs), por exemplo –, mas a indicação da participação, em alguma prática associativa, tem maior peso no campo religioso (AVRITZER, RECAMÁN e VENTURA 2004). Também é maior o tempo dedicado (dias da semana, por exemplo) nas redes religiosas do que nas demais. Com relação a campanhas de arrecadação (alimentos, roupas, remédios), os moradores da periferia preferem fazê-lo quando organizado pelo grupo religioso que participa (RICCI, 2004).

As redes religiosas são, também, importantes espaços de troca de informações entre seus participantes, o que é fundamental para o acesso a determinadas “estruturas de oportunidade”. Um exemplo são as informações, sobre emprego (diaristas, porteiros, pedreiros) entre irmãos e irmãs (evangélicos) que moram na favela de Paraisópolis, e trabalham nas casas do bairro do Morumbi (ALMEIDA e D’ANDREA, 2004).

Agora faremos uma breve análise do associativismo religioso no município de Rio Grande da Serra, parte de nossa pesquisa de doutorado (NORONHA, 2016). Com dados estimados para 2020, o município tem população de 51.436 (IBGE/Cidades).⁸² Possui os indicadores sociais mais

⁸⁰ Vulnerabilidade social (MARQUES et al., 2004) deve ser entendida como um conjunto de situações, para além da precária condição de renda e escolaridade, em que se consideram questões como composição demográfica das famílias residentes na periferia, variados riscos (alta incidência de agravos à saúde, gravidez precoce, exposição à morte violenta), além de outros indicadores.

⁸¹ Estamos tratando das formas de aproximação e interação, “concretas”, que ocorrem a partir de práticas associativas, mais ou menos estruturadas, entre indivíduos ou grupos. Não se trata das “redes sociais virtuais” hospedadas na *internet*.

frágeis da Região do ABC. Segundo Censo de 2010, os que se declaram negros (52%) e os jovens de até 24 anos (43,10%) têm uma presença importante, o que é comum nas regiões de periferia e demarcam situações específicas de vulnerabilidade social.

O município recebeu um contingente expressivo de migrantes na década de 1970, sobretudo do Nordeste (em sua maioria, pernambucanos e baianos) e de Minas Gerais. As redes religiosas (católicas e evangélicas) foram importantes para seu “acolhimento”. Ao mesmo tempo, a chegada dos migrantes impactou na organização dos grupos religiosos. De origem católica, uma parte importante dos migrantes mineiros manteve-se no catolicismo, mas, os nordestinos converteram-se, boa parte, ao pentecostalismo.

Antes passarmos para uma reflexão sobre o associativismo religioso na cidade, segue uma tabela com os dados religiosos do Grande ABC.

Tabela 1 – Distribuição dos grupos religiosos na Região do Grande ABC (%)

	Católicos	Evangélicos	Kardecistas	Candomblé/ Umbanda	Religiões orientais
Brasil	64,60	22,20	2,00	0,30	0,21
Santo André	59,10	26,24	4,00	0,45	0,52
São. B. do Campo	59,57	24,52	4,45	0,48	0,79
São Caetano do Sul	66,41	18,30	7,06	0,59	0,67
Diadema	56,90	28,35	1,88	0,46	0,60
Mauá	51,59	33,87	1,59	0,39	0,37
Ribeirão Pires	55,96	28,62	2,98	0,36	0,62
Rio Grande da Serra	46,05	36,70	1,30	0,23	0,33

Elaboração do autor, com base em IBGE/2010.

Como indica a tabela acima, as redes religiosas em Rio Grande da Serra formam-se, em sua maior parte, entorno das Igrejas católicas e evangélicas. Entre os evangélicos, destacam-se as igrejas pentecostais (24,18%). O kardecismo e as religiões de matriz africana estão presentes, em menor número.

O associativismo católico e evangélico não pentecostal⁸³, além do espaço litúrgico (missas ou cultos), constituem redes mais estruturadas ou formalizadas. Exemplos, nesse caso, são a associação Vicentinos, e Cristo Rei, na Igreja Católica, APRISCO,⁸⁴ na Igreja Presbiteriana e o Projeto Pequeno Samuel na Igreja Batista⁸⁵. Nesses casos, falamos de projetos que possuem uma sede, grupos de voluntários, reuniões regulares, etc. No caso das Igrejas pentecostais, o associativismo ocorre, em geral, em práticas informais (no próprio culto) que acontecem nas relações interpessoais. O kardecismo também costuma fazer trabalhos beneficentes, como campanhas de alimentos, e as religiões de matriz africana⁸⁶, em geral, resolvem problemas materiais e simbólicos em suas atividades religiosas (giras).

Em geral, as mulheres têm maior participação nas redes religiosas, mas, os homens ocupam os espaços de maior “prestígio” (padres, pastores) Também é comum que os homens (religiosos)

⁸² Dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/rio-grande-da-serra.html>

⁸³ As Igrejas evangélicas não pentecostais, em Rio Grande da Serra, no período de nossa pesquisa, concentravam-se nas Igrejas de Missão (Batista e Presbiteriana), e pelos Testemunhas de Jeová, Mórmons e Adventistas do Sétimo Dia.

⁸⁴ Associação de Presbiterianos para Inclusão Social Comunitária em Defesa da Vida

⁸⁵ Na fase final de nossa pesquisa, o Projeto Pequeno Samuel estava com atividades suspensas por um problema na sede. Algumas de suas atividades ocorriam na SAB do bairro Santa Tereza.

⁸⁶ Em nossa pesquisa concentramos a observação participante na Umbanda.

estejam mais presentes em redes “fora” da Igreja, por exemplo, partidos políticos. As mulheres concentram sua participação nas atividades dentro da religião.

Do ponto de vista da atuação dos grupos religiosos, por se tratar de uma cidade com muitos problemas sociais, é inevitável que, cada um ao seu modo, atuem na esfera material, com preocupação voltada para a população mais carente. No entanto, a importância das redes religiosas é também na esfera simbólica. Os bens “simbólicos” podem ser subjetivos, mas não são abstratos, ou seja, são percebidos como um capital importante para quem dele se beneficia. Estão presentes tanto nas atividades “religiosas” (liturgia, estudos) mas, também são tecidos nas relações interpessoais.

No caso da Igreja Católica, podemos citar aqui a Associação Vicentinos e Cristo Rei como uma rede importante de atuação no âmbito social, mas a presença das “pastorais sociais”, nas comunidades carentes, é de grande relevância. A “pastoral da criança”, por exemplo, tem um trabalho importante com as mulheres grávidas e com crianças recém-nascidas. Com relação aos elementos simbólicos, os “sacramentos” (que para os católicos são o caminho para a salvação) e as celebrações eucarísticas (missas) são importantes, sobretudo para os “católicos praticantes”. No caso dos carismáticos, há forte presença dos grupos de oração. A Igreja Católica, através das Comunidades, está presente em toda a cidade inclusive nos bairros em que a população está em situação de média e alta vulnerabilidade social. Tem importante presença entre os que se declaram negros e com menor escolaridade.

As Igrejas não pentecostais destacam-se, no caso dos projetos sociais, por redes estruturas em “associações” focadas na Educação. A APRISCO e o Projeto Pequeno Samuel são exemplos. Os cultos, entre os não pentecostais, são marcados por uma leitura intelectual das escrituras e que tem maior relação com aspectos “morais”, que para o membro é um capital simbólico de grande valor. A participação, nesse grupo religioso, é em geral, de pessoas com maior escolaridade, que se declaram brancas e moram na região central da cidade.

As Igrejas pentecostais destacam-se em trabalhos de apoio aos dependentes químicos, um problema muito presente no município. As igrejas procuram fazer campanhas (de arrecadação) para ajudar nos problemas financeiros de seus membros ou de pessoas cadastradas. No caso das Igrejas “neopentecostais”, pouco presentes no município, os problemas materiais são, em geral, resolvidos na própria liturgia, através dos cultos da “prosperidade”. Os cultos pentecostais são marcados pela “emoção” ritual. Para o “crente”, a emoção do culto é resultado da presença do Espírito Santo. Há a preocupação moral, mas foco é na resolução de problemas (saúde, emprego, família). Os momentos de “louvor”, em que a música e o êxtase são centrais, são importantes entre os jovens, considerando a ausência de espaço de lazer na cidade. O pentecostalismo está presente em toda a cidade, nas regiões mais pobres e tem grande presença entre os que se declaram negros e com menor escolaridade.

O kardecismo está pouco presente na cidade. Costuma organizar trabalhos beneficentes (bazares, cestas básicas). Pela pouca estrutura, os trabalhos (religiosos) são voltados para estudos do evangelho, com o objetivo de realizar a “reforma íntima”, que tem como ideia central a transformação (e evolução) do ser humano. A participação no grupo é, sobretudo, de moradores da região central, que se declaram brancos e possuem boa escolaridade.

No caso da Umbanda, grupo que (no interior das religiões de Matriz Africana) tivemos a oportunidade de observar, costumam realizar campanhas de arrecadação, sobretudo para as crianças no dia de São Cosme e Damião, mas pela própria característica religiosa, os problemas materiais e espirituais são resolvidos nas atividades religiosas (as giras). Apesar disso, a ideia da reforma íntima está presente na Umbanda. Os participantes da Umbanda, entre todos os grupos, são o que mais misturam pessoas de diferentes condições sociais.

Considerações finais

As redes sociais ganharam importância nos estudos urbanos por sua relativa capacidade, dentro de determinadas condições, de gerar capital (material e simbólico). As redes apresentam limites, que abordamos pouco. Por exemplo, a formação dos “laços fortes” que geram grupos voltados em si mesmo, dificultando (paradoxalmente) que seus membros tenham acesso a outras redes ou mesmo estruturas de oportunidades. Um exemplo disso é o fato das mulheres concentrarem sua sociabilidade na Igreja. Poderíamos perguntar se além do papel de amenizar os problemas sociais, em que medida as redes deveriam discutir, com maior profundidade, as desigualdades e como combatê-las?

Nas periferias, as redes religiosas ganham algum protagonismo pelo potencial que tem de gerar capital para uma população em situação de média e alta vulnerabilidade social. Nesse espaço territorial, elas se formam, sobretudo, em torno da diversidade do cristianismo, em especial dos grupos evangélicos. Essa diversidade e dinâmica religiosa, na periferia, é um fenômeno privilegiado para os estudos de religião no Brasil (BARRERA, 2016).

A partir de uma (breve) análise das redes religiosas no município de Rio Grande da Serra, pudemos observar que as variadas redes atendem a determinadas demandas cada uma delas (SCHÄFER, 2009). O catolicismo e o pentecostalismo, por exemplo, respondem melhor, do que outros grupos, aos problemas da população em maior situação de vulnerabilidade social, até porque estão presentes nos bairros mais carentes.

Por fim, poderíamos nos perguntar como as redes sociais, especialmente na periferia, serão capazes de funcionar em uma situação, como atual, em as desigualdades voltaram a se acentuar, no país, e a precarização do trabalho (além do aumento da informalidade) mostram-se com pouca capacidade de soluções a curto e a médio prazo. Ficam as perguntas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo de e D'ANDREA, Tiajuru. “Pobreza e redes sociais em uma favela paulista”, *Novos Estudos*, n.68, p.94-106, 2004.

AVRITZER, Leonardo; RECAMÁN, Marisol, VENTURI, Gustavo. “O associativismo na cidade de São Paulo”. In: AVRITZER, Leonardo (org.). *A participação em São Paulo*, São Paulo, Ed. Unesp, 2004, Cap. 1, p.11-57.

BARRERA, Paulo. “Pluralismo Religioso e Secularização: Pentecostais na periferia da cidade de São Bernardo do Campo no Brasil”. *Rever*, São Paulo, PUC, mar/2010, p.50-76.

_____. Religião e desigualdades sociais no município de São Bernardo do Campo: estudo comparativo de grupos evangélicos em dois bairros de condições sociais e econômicas opostas. In: BARRERA, Paulo (org.). *Evangélicos e periferia urbana em São Paulo e Rio de Janeiro: estudos de sociologia e antropologia urbanas*. 1. ed. Curitiba, PR: Ed. CRV, 2012, Cap. I, p.17-64.

_____. Diversidade evangélica e periferia urbana na América Latina. In: BARRERA, Paulo (org.). *Diversidade religiosa e laicidade no mundo urbano latino-americano*. 1 ed. Curitiba/PR: Editora CRV, 2016, Cap. 1, p.11-30.

BOURDIEU, Pierre. *The forms of capital*. Handbook of theory and research for the sociology education. Nueva York: Greenwood Press, 1986.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34 / Ed. Edusp, 2000.

DURHAN, Eunice R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

- FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- KLINK, JeroenJohannes. *A Cidade-Região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista*. Rio de Janeiro, ED: DP&A, 2001.
- LAVALLE, AdriánGurza e CASTELLO, Grasiela. “As benesses desse mundo: associativismo religioso e inclusão socioeconômica”, *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 68, p.73-93, mar/2004.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.
- MARQUES, Eduardo, et.al. *Mapa da vulnerabilidade social da população da cidade de São Paulo*. São Paulo: CEM/CEBRAP, 2004.
- NORONHA, Claudio Pereira. *Trocas materiais e simbólicas em Rio Grande da Serra: redes sociorreligiosas na periferia urbana*. Curitiba: Editora CRV, 2016.
- RICCI, Rudá. “Associativismo paulistano e cultura ambivalente”. In: AVRITZER, Leonardo (org.). *A participação em São Paulo*, São Paulo, Ed. Unesp, 2004. Cap. 2, p.59-103.
- SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. 3. ed. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2009.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- _____. *Pensando o Espaço do Homem*. 5. ed. 3. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SCHÄFER, Heinrich. “La generación del sentido religioso – observaciones acerca de la diversidad pentecostal en América Latina”. In: Daniel Chiquete et al. (ed.): *Voces del pentecostalismo latinoamericano (III): Teología, Historia, Identidad*. Concepción, Chile: EMW/CETELA, 2009: 45-72.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- WACQUANT, Lóc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. s/d. Disponível: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2365/2165#>

27. A PRÁTICA DO ENSINO DO TEATRO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Antonio Aparecido de Carvalho⁸⁷
Leonardo Birche de Carvalho⁸⁸

Resumo Executivo

A presente pesquisa parte do pressuposto de que, devido à obrigatoriedade do ensino de Teatro na componente curricular Arte, pode haver diferentes interpretações sobre o seu ensino no contexto educacional. Assim, o objetivo da pesquisa é investigar a compreensão de professores sobre a prática e o uso do teatro nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A metodologia proposta é uma pesquisa descritiva qualitativa e quantitativa, com suporte teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais. O instrumento de coleta de dados é um questionário com perguntas fechadas e abertas, aplicado a professores atuantes no Ensino Fundamental da rede pública do Estado de São Paulo. A revisão da literatura, a pesquisa em documentos oficiais, realizada anteriormente, e a pesquisa de campo indicam que há déficit na formação de professores de Teatro no país, bem como distância entre a arte teatral e a escola.

Palavras-chave: Teatro na escola; Professores; Teatro na Educação.

O Ensino do Teatro como componente curricular

A Lei Federal Nº 13.278 de 2 de maio de 2016 definiu que o componente curricular Arte na educação básica é constituído por quatro linguagens artísticas: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. A Lei prevê prazo de 5 anos para que seja dada formação adequada a professoras e professores, em número suficiente para atender à demanda do país, nas quatro linguagens (BRASIL, 2016).

No entanto, o número de cursos de formação superior em licenciatura nas quatro linguagens não teve aumento significativo desde a sanção da Lei, tal qual o número de ingressantes nos cursos, de acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2018 (INEP, 2019). Em 2016, ano em que a lei foi sancionada, existiam 382 cursos superiores de formação de professores em atividade no país, contra 367 em 2018 (INEP, 2019).

O Censo Educação Básica de 2019, desenvolvido pelo INEP/MEC, traz o indicador de adequação da formação docente para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que mede a adequação da formação dos professores para as disciplinas que eles lecionam. Os resultados indicam que, dos docentes do componente Artes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 65,8% têm formação superior de licenciatura (ou equivalente) na mesma área do componente ou em pedagogia, 10,5%

⁸⁷ **Antonio Aparecido de Carvalho.** Doutor em Administração - USCS; Mestre em Administração, Comunicação e Educação – USM; MBA em Marketing- USP; MBA em Gestão e Inovação do Ensino a Distância - USP; Pós Graduado em Administração Financeira – UMESP. <http://lattes.cnpq.br/3790964579387924>

⁸⁸ **Leonardo Birche de Carvalho.** Mestre em Educação pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Especialista em Direção Teatral (2013) e Interpretação (2017) pela Escola Superior de Artes Célia Helena, Bacharel em Comunicação Social, em habilitação em Publicidade e Propaganda (201) pela ESPM-SP. <http://lattes.cnpq.br/1400674826888420>

dos professores e professoras têm licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente, 3,5% têm formação superior não considerada nas categorias, ou seja, não possuem licenciatura nem complementação pedagógica em nenhuma área de conhecimento das disciplinas escolares. O Censo revelou também que 17,3% dos professores do componente Artes não têm formação superior, e 4,4% tem apenas formação superior de bacharelado na área do componente, sem complementação pedagógica (INEP, 2020). São, portanto, 35,7% de todos os professores do componente Artes que não possuem formação superior, complementação pedagógica ou formação em artes, atuando na disciplina em escolas públicas e privadas de todos o país.

Os cursos superiores de Pedagogia, responsáveis pela formação de grande parte das professoras e professores que lecionam o componente curricular Arte nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, também não tiveram alterações em seus currículos para que contemplassem as quatro linguagens artísticas.

Araújo (2015) afirma que a Arte nos cursos de Pedagogia situa-se nas periferias do currículo, estando presente apenas para atender às diretrizes legais. Para Coutinho (2012), esses cursos não estão preparados para atender à formação das futuras professoras e dos futuros professores acerca da Arte, além de não estarem sintonizados com as novas propostas de ensino desse componente curricular. Martins (2015) apresenta que as Artes Visuais são a principal linguagem artística ensinada nos cursos de Pedagogia, além de serem a com maior número de referências bibliográficas nas ementas de cursos. Acerca da linguagem artística Teatro na formação em Pedagogia, Lombardi (2015) afirma que não há discussões acerca de formas teatrais atuais, do teatro contemporâneo e de tendências pedagógicas para seu ensino. Em 2015, nos cursos de Pedagogia, apenas 13% dos professores de disciplinas de Artes tinham formação em Artes Cênicas, frente a 32% com formação em Artes Visuais e 26% com formação em Pedagogia (MARTINS; LOMBARDI, 2015).

Em revisão de literatura de pesquisas correlatas, realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, foram identificadas pesquisas já produzidas – no período de 2008 a 2018 - que intencionavam compreender, do ponto de vista de professoras e professores, a relação entre Teatro e educação, que verificaram que há grande distância entre a escola e essa linguagem artística, além do desconhecimento do Teatro pelas professoras e professores. Outras pesquisas, que tiveram como objetivo verificar como o Teatro é praticado ou ensinado nas escolas por professoras e professores, apontaram para a utilização do Teatro como recurso didático para o ensino de outros componentes curriculares ou em função de um produto final que ele pode gerar para eventos ou comemorações, como apresentações de encerramento de ano, ação que destitui o Teatro de seu caráter de processo artístico orientado para a experiência estética, de jogo e de criação.

Esses fatos verificados na revisão de pesquisas correlatas alinham-se ao déficit de professores de Teatro e à não abordagem do Teatro nos cursos de pedagogia para compor o cenário em que essa pesquisa se estruturou e se desenvolveu.

A Pesquisa

A pesquisa foi descritiva, quali-quantitativa, com delineamento de levantamento de campo, o universo da pesquisa é composto por professoras e professores de anos iniciais do Ensino Fundamental, que trabalham em sistemas públicos de ensino (municipal, estadual e federal) no Estado de São Paulo.

A amostra foi composta por 326 respondentes, o instrumento de coleta foi um questionário com 40 perguntas abertas e fechadas, divulgado a professores de todo o estado.

Os dados foram coletados com 326 docentes de 72 cidades do estado de São Paulo.

Os resultados indicam que o teatro ainda é distante dos cursos de formação docente, que não propiciam que sejam abordados temas dessa linguagem artística, que os docentes em formação tenham contato com o teatro, que os futuros professores sejam preparados para a utilização de práticas ou jogos teatrais em sala de aula e que não preparam os professores em formação para o ensino da linguagem teatro.

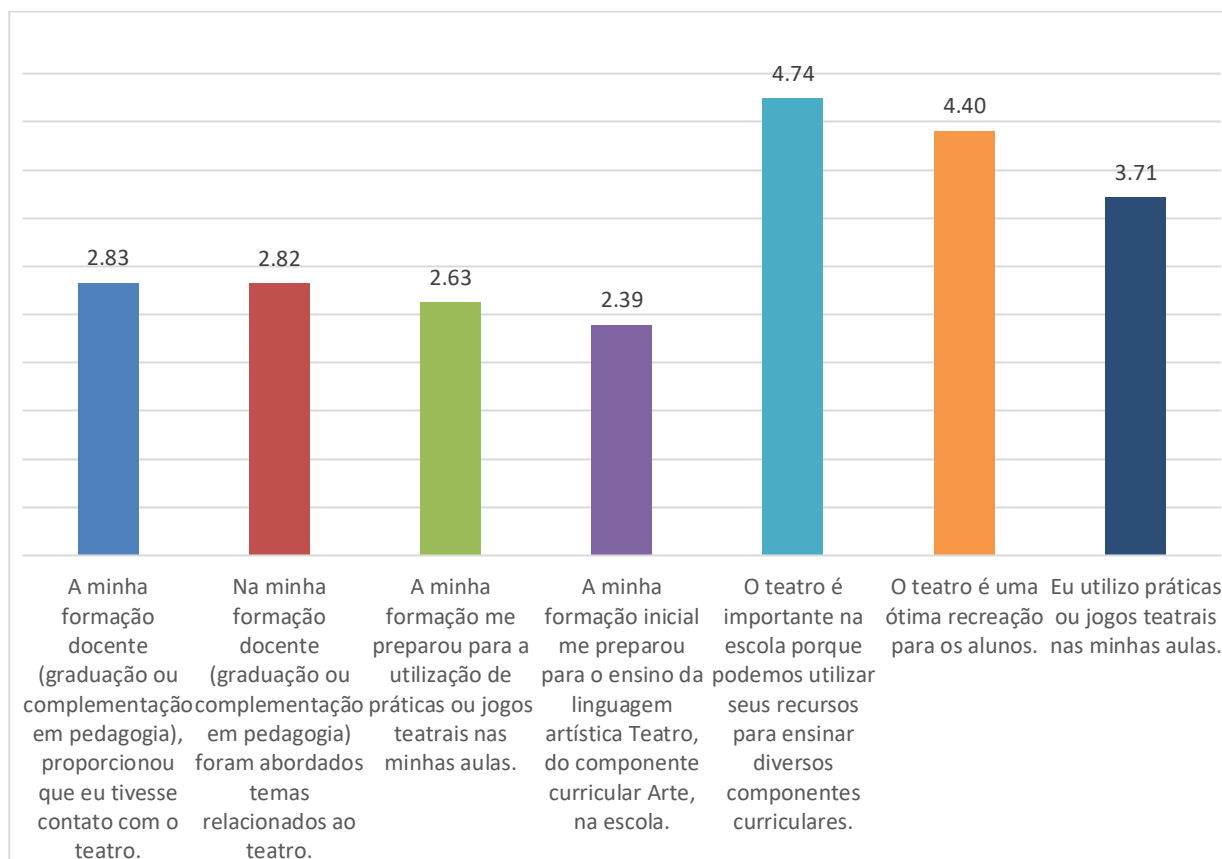
Ao mesmo tempo, os respondentes indicaram que compreendem o teatro como importante na escola, uma vez que é possível ensinar diversos outros componentes curriculares através dessa linguagem, o teatro é utilizado como recurso didático.

Houve também expressiva declaração da compreensão do teatro como atividade de recreação.

Sobre a utilização do teatro nas aulas que lecionam, em uma escala de 1 a 5, em que 1 apresentava a discordância total em relação à afirmativa “Eu utilizo práticas ou jogos teatrais nas minhas aulas”, e 5 representava a concordância total com a afirmativa, a média foi de 3,71, indicando que boa parte dos docentes insere o teatro em suas aulas.

O gráfico 1 apresenta a média das respostas das afirmativas acerca do teatro na formação docente e as compreensões dessa linguagem artística na escola.

Gráfico 1 - Teatro na formação docente e compreensões sobre ele na escola.



Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da Pesquisa de Campo (2021).

É fato relevante que o teatro não está presente na formação docente, mas, ao mesmo tempo, é praticado na escola por parte dos professores com o intuito de desenvolver a criatividade e os recursos do teatro são utilizados para ensinar outros componentes curriculares.

Conclusão

Com base nos dados apresentados, conclui-se que o teatro está distante da formação de professores, mas que os professores compreendem o teatro como algo importante na escola, seja como recurso didático ou como recreação, e que muitos realizam práticas teatrais em aula. No entanto, questiona-se, a partir das compreensões que eles têm sobre o teatro, centradas principalmente no teatro como diversão e ferramenta para desenvolvimento da criatividade, que a atuação deles com essa linguagem artística está destituída da compreensão do caráter artístico e estético do teatro.

Referencias Bibliográficas

ARAÚJO, A. **Os cursos de pedagogia e o ensino da arte: aspectos legais e históricos.** *Trama Interdisciplinar*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2015.

BRASIL. (2016) *Lei nº 13278 de 2 de maio de 2016*. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte.

COUTINHO, R. **A formação dos professores de Arte.** In: Barbosa. Ana Org.) *Inquietações e mudanças no ensino da arte* (pp. 171-178). São Paulo: Cortez. 2012.

LOMBARDI, L. Sobre o teatro no curso de pedagogia. *Trama Interdisciplinar*. p. 116-129. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

MARTINS, M. **Artes visuais: “a rainha” das linguagens artísticas nos cursos de Pedagogia?** *Trama Interdisciplinar*.6(2), pp. 75-92. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

MARTINS, M.; LOMBARDI, L. **A arte na Pedagogia e a formação do professor para educação infantil e anos iniciais: inquietações e esperanças.** *Trama Interdisciplinar*.6(2), pp. 23-36). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

28. O PAPEL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID19: UM CONVITE À RELFEXÃO E UM MODELO DE MONITORAMENTO

Rafael Salvador Lopes⁸⁹
Gabriela Furst Vaccarezza⁹⁰
Regina Albanese Pose⁹¹
Tamiris Cordeiro de Sousa⁹²
Ana Luisa Borba Silva⁹³
Caroline Natália Aparecida Malagolini Gama⁹⁴
Constanza Amabile Rocha Trevellin⁹⁵
Gustavo Pelaez Diego⁹⁶
Júlia Legname Gobi⁹⁷
Natalie Leal⁹⁸
Victor Augusto Oguido Kim⁹⁹
Enrico Ferreira Martins de Andrade¹⁰⁰¹²

⁸⁹ **Rafael Salvador Lopes.** Médico Preceptor da UBS Dr. Ivanhoé Esposito. <http://lattes.cnpq.br/8009501046109810>

⁹⁰ **Gabriela Furst Vaccarezza.** DDs, MSc. Docente do Curso de Medicina da USCS Orientadora de Iniciação Científica da USCS. Mestre em Saúde Coletiva – USP. Doutoranda em saúde coletiva – Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de SP. <http://lattes.cnpq.br/9803007454807164>

⁹¹ **Regina Albanese Pose.** Docente da Universidade São Caetano do Sul. – Coordenadora do Setor de Apoio Estatístico à Pesquisa do Curso de Medicina da USCS (SAEP). Bacharel em Estatística e Conselheira no Conselho Regional de Estatística - CONRE 3. <http://lattes.cnpq.br/1832375183593136>

⁹² **Tamiris Cordeiro.** Preceptora da Ubs Dr. Ivanhoé Esposito.

⁹³ **Ana Luisa Borba Silva.** Acadêmica do curso de medicina da USCS. <http://lattes.cnpq.br/2847262212916419>

⁹⁴ **Caroline Natália Aparecida Malagolini Gama.** Acadêmica do curso de medicina da USCS. <http://lattes.cnpq.br/1514705946397744>

⁹⁵ **Constanza Amabile Rocha Trevellin.** Acadêmica do curso de medicina da USCS. <http://lattes.cnpq.br/9119780394688496>

⁹⁶ **Gustavo Pelaez Diego.** Acadêmico do curso de medicina da USCS. <http://lattes.cnpq.br/1453459263195827>

⁹⁷ **Júlia Legname Gobi.** Acadêmica do curso de medicina da USCS. <http://lattes.cnpq.br/6516210659519596>

⁹⁸ **Natalie Leal.** Acadêmica do curso de medicina da USCS. <http://lattes.cnpq.br/1182359092757812>

⁹⁹ **Victor Augusto Oguido Kim.** Acadêmica do curso de medicina da USCS. <http://lattes.cnpq.br/8777386623756816>

¹⁰⁰ **Enrico Ferreira Martins de Andrade.** MD, PhD. Gestor do Curso de Medicina da USCS. Médico urologista <http://lattes.cnpq.br/4540026326463771>

Resumo Executivo

No mês de fevereiro de 2020, a cidade de São Paulo, constata seu primeiro caso de síndrome respiratória aguda severa, causada pelo novo coronavírus, o SARS-COV-2, um vírus com material genético de fita simples RNA envolto por um núcleo capsídeo e capsídeo de forma helicoidal, envelopado e com espículas que simulam a coroa solar em sua superfície. No mês seguinte, o município de São Caetano do Sul apresentou o primeiro indivíduo com a doença. Dessa forma, a fim de monitorar os pacientes atendidos pela UBS Dr. Ivanhoé Espósito, localizados no bairro Barcelona, a equipe de Estratégia de Saúde da Família registrou os sintomas apresentados por todos os cadastrados na unidade durante os meses de fevereiro a julho de 2020. Esta carta apresenta o monitoramento realizado para identificar a prevalência dos sintomas, autorreferidos, no sexo masculino, o qual apresenta maior mortalidade de acordo com revisões internacionais, os alunos do terceiro semestre da Universidade Municipal de São Caetano do Sul analisaram os dados referentes a este monitoramento além de discutir os casos com os preceptores da unidade de saúde. Desta forma foi possível fazer uma análise dos dados do monitoramento e a avaliação da prevalência dos sintomas para COVID-19 reafirmando os preceitos do Sistema Único de Saúde e elucidando a importância da Atenção Primária à Saúde para as respostas as epidemias e necessidades de saúde da população.

Palavras-chave: Coronavírus; Atenção Primária à Saúde; Estratégia Saúde da Família.

INTRODUÇÃO

Ao final do ano de 2019, na província de Wuhan, na China, surgiu um novo tipo de coronavírus, o SARS-COV-2, responsável por causar o que foi denominado síndrome respiratória aguda severa¹. Em alguns meses, esta epidemia se tornou uma pandemia, de grande preocupação mundial. O primeiro registro confirmado da doença na capital do estado de São Paulo foi no dia 26 de fevereiro de 2020. No município de São Caetano do Sul, a confirmação do primeiro caso ocorreu no dia 15 de março de 2020².

De acordo com o Ministério da Saúde, os principais sintomas³ apresentados por pacientes com a doença são febre (88%), tosse (67,8%), fadiga (38,1%), expectoração (33,7%), dispneia (18,7%), mialgia-artralgia (14,9%), odinofagia (13,9%), cefaleia (13,6%), calafrios (11,5%), náusea-vômito (5%), congestão nasal (4,8%), diarreia (4%), conjuntivite (0,8%), ageusia e anosmia (0,3%). Muitos pacientes ainda relatam sintomas similares à síndrome gripal, isto é, a associação de febre, cefaleia, dor de garganta e coriza. Estima-se que o período de incubação do vírus, isto é, desde o contágio até o aparecimento dos primeiros sintomas, seja entre 2 e 14 dias. A partir disso, inicia-se a fase de replicação viral, na qual é esperado que 81% dos contaminados desenvolvam síndrome respiratória aguda leve⁶ até o sétimo dia da doença, com intensificação dos sintomas no quarto dia.

O Sistema Único de Saúde (SUS), com sua extensa rede de atenção, vem construindo desde sua criação em 1988 um sistema de vigilância e controle sanitário desenhado para desenvolver ações estratégicas e promover a regulação sanitária das atividades através de ações de prevenção, proteção e promoção da saúde. A importância de redes de saúde com atenção primária forte e resolutiva é percebida em situações como a que estamos vivendo atualmente⁷.

A equipe de estratégia de saúde da família tem a organização em territórios de saúde como uma das potencialidades e com o apoio dos acadêmicos de medicina acompanharam os principais sintomas apresentados durante a pandemia de coronavírus dos pacientes cadastrados na UBS Dr. Ivanhoé Espósito, de São Caetano do Sul, por meio de um monitoramento via telefone.

O monitoramento seguiu um fluxo específico, descrito a seguir, em seção específica, a fim de garantir atendimento integral e humanizado aos pacientes cadastrados na unidade de saúde.

OBJETIVO

Descrever o monitoramento dos sintomas autorreferido durante a pandemia do coronavírus dos pacientes do sexo masculino, cadastrados na UBS Dr. Ivanhoé Espósito de São Caetano do Sul.

METODOLOGIA

Foram registrados, em planilha eletrônica, os dados de avaliação de 486 pacientes, acima de dezoito anos, cadastrados em uma equipe de Estratégia de Saúde da Família (ESF) da Unidade Básica de Saúde (UBS) Dr. Ivanhoé Espósito, sendo que 178 destes pertencem ao sexo masculino. Em fevereiro de 2020 iniciou-se o monitoramento dos pacientes cadastrados na por telefone pela equipe de enfermagem da unidade. É importante ressaltar que neste momento diversas consultas médicas foram suspensas. Dessa forma, a equipe da unidade pôde realizar um acompanhamento periódico com a finalidade de identificar quais indivíduos apresentavam sintomas sugestivos da COVID-19, e fornecer a cada um acompanhamento mais efetivo.

Todos os pacientes cadastrados na ESF foram monitorados, por meio de ligações telefônicas. O enfermeiro da equipe era o profissional responsável por realizar estas ligações, durante quinze dias os usuários cadastrados recebiam uma ligação três vezes na semana, as segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras. Todos os sintomas autorreferidos eram sistematicamente anotados, inclusive a ausência de sintomas. Ao longo deste monitoramento foi acompanhado a evolução das queixas de cada um. Nas situações em que os pacientes não responderam às chamadas telefônicas foram realizadas visitas domiciliares (VD).

Em alguns casos, durante este monitoramento com a enfermagem, foi necessário um atendimento, mediado por tecnologia com um médico. Nestes casos os pacientes foram orientados a entrar em contato com uma central, por meios próprios, do município e após esta consulta com um médico sendo necessário à realização de exames laboratoriais para confirmação de covid19 o kit de coleta do teste RT-PCR era encaminhado para a unidade com os dados pessoais do paciente e um termo de reavaliação. O enfermeiro da equipe e um agente comunitário de saúde (ACS) realizavam uma visita domiciliar para realizar o teste e o encaminhava para análise laboratorial.

O médico da equipe realizava a VD para comunicar os resultados positivos para o novo coronavírus aos pacientes, com posterior acolhimento e consulta clínica. Neste momento era enfatizado possíveis sintomas, o período de quarentena a ser seguido, bem como estratégias de mitigação de contaminação dos demais moradores da residência e possíveis contactantes.

Os acadêmicos do terceiro semestre de medicina ficaram responsáveis por realizar a análise deste monitoramento e discussão periódica da situação de saúde dos usuários da unidade.

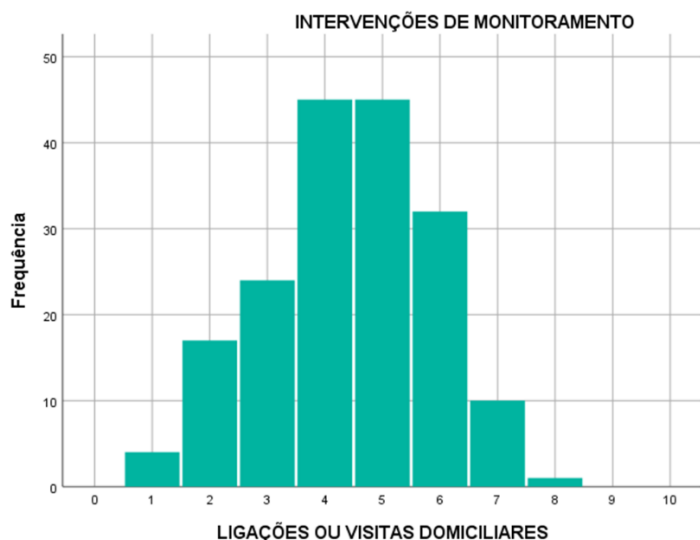
RESULTADOS

Conforme supracitado, foram selecionados os registros de 486 pacientes referentes ao monitoramento realizado desde fevereiro de 2020 até julho de 2020. Interessante notar que os pacientes dentro deste intervalo de monitoramento foram descritos nesta nota, sem destaque para novas entradas. Foram realizados 8 contatos (por telefone ou por visita domiciliar), alguns pacientes selecionados foram interpelados apenas no segundo momento desse monitoramento. Apenas os registros dos 178 pacientes do sexo masculino foram descritos, conforme supracitado em seção específica. Antes de iniciar as análises, foi feita a crítica de dados, e, observado se todos os dados estavam consistentes.

Em cada monitoramento foram ouvidos por telefone ou por visita domiciliar, pacientes dessa equipe da ESF do bairro Barcelona, e houve uma maior frequência de eventos nos momentos 4 e 5 (Gráfico 1 e Tabela 1). Cada paciente foi ouvido durante este período de fevereiro a julho de 2020. Alguns monitoramentos foram mais longos, atingindo os oito eventos, mas, é possível

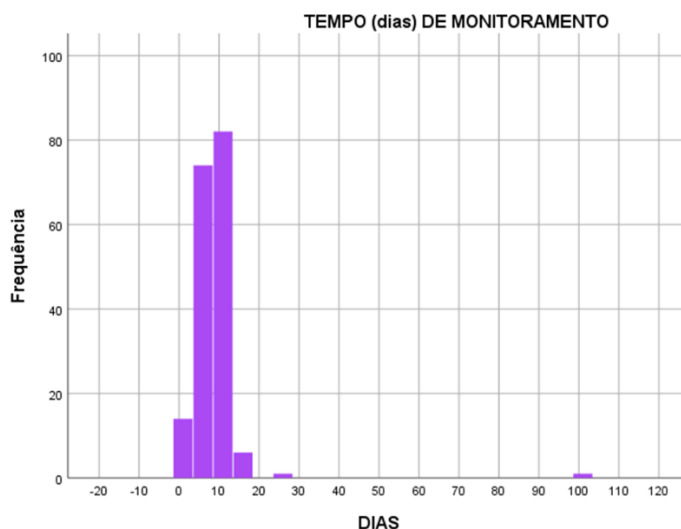
observar que, a maioria deles participou de cerca de 10 a 15 dias. Os oito eventos não apresentaram um intervalo regular entre cada um deles (Gráfico 2 e Tabela 1).

Gráfico 1: Frequência de atendimentos durante os 8 eventos do monitoramento realizado.



Fonte: UBSDr. IvanhoéEsposito SCS e autores

Gráfico 2: Frequência da duração do monitoramento dos pacientes



Fonte: UBSDr. IvanhoéEsposito SCS e autores

Tabela 1: Medidas resumo referentes à frequência de atendimento durante os oito eventos de monitoramento, bem como da frequência da duração do monitoramento dos pacientes.

ESTATÍSTICAS	INTERVENÇÕES DE MONITORAMENTO	TEMPO (dias) DE MONITORAMENTO
N	178	178
MODA	4	7
MÉDIA	4,41	8,92
DESVIO PADRÃO	1,46	7,87
COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	33%	88%
MÍNIMO	1	1
PERCENTIS	25	7
	50	9
	75	11
MÁXIMO	8	102

Fonte: UBSDr. IvanhoéEsposito SCS e autores

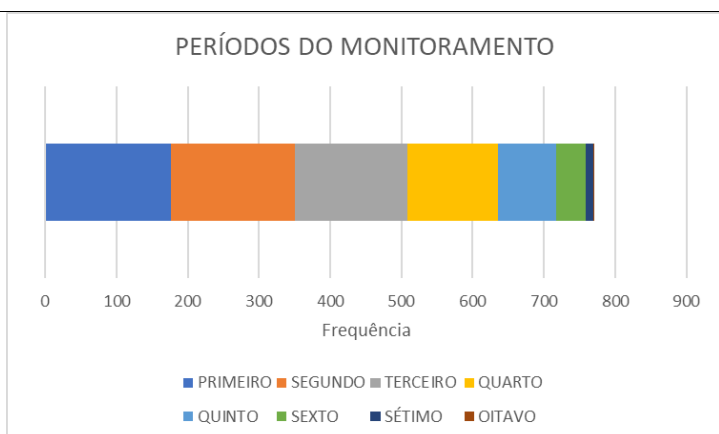
É possível observar na Tabela 2 e nos Gráficos 3 e 4, que os meses centrais, abril e maio, apresentam as maiores frequências de contato com os pacientes, bem como, no último momento do monitoramento, só um paciente ainda estava em monitoramento. Interessante notar, que, conforme supracitado em sessão específica, foram selecionados para esta nota, só os pacientes que iniciaram o monitoramento em março de 2020.

Tabela 2: Frequências do monitoramento ao longo dos meses

MONITORAMENTO	PRIMEIRO FREQUÊNCIA	SEGUNDO FREQUÊNCIA	TERCEIRO FREQUÊNCIA	QUARTO FREQUÊNCIA	QUINTO FREQUÊNCIA	SEXTO FREQUÊNCIA	SÉTIMO FREQUÊNCIA	OITAVO FREQUÊNCIA	TOTAIS POR MÊS
MARÇO	9 5%	1 1%							10 1,30%
ABRIL	40 23%	43 25%	38 24%	25 20%	14 17%	5 12%	2 18%		167 21,66%
MAIO	75 42%	70 40%	65 41%	59 46%	42 51%	27 64%	6 55%		344 44,62%
JUNHO	53 30%	60 34%	54 34%	43 34%	26 32%	10 24%	3 27%	1 100%	250 32,43%
TOTAIS POR MONITORAMENTO	177 23%	174 23%	157 20%	127 16%	82 11%	42 5%	11 1%	1 0%	771

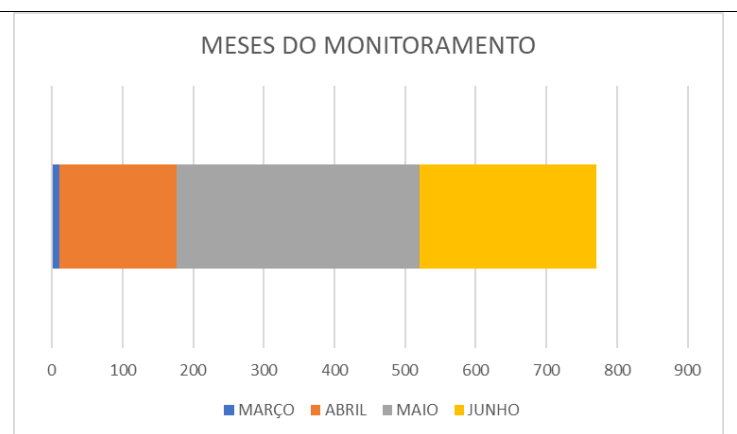
Fonte: UBSDr. IvanhoéEsposito SCS e autores

Gráfico3: Frequências dos meses ao longo dos períodos



Fonte:UBSDr. IvanhoéEspositoSCS e autores

Gráfico 4: Frequências dos períodos ao longo dos meses



Fonte: UBSDr. IvanhoéEsposito SCS e autores

A tabela 3 apresenta um mapa do monitoramento realizado no período. E, as Tabelas 4 e 5 destacam os totais dos eventos e dos sintomas registrados no período.

Os sintomas foram analisados de acordo com os relatos dos pacientes, sendo que não foram diferenciados sintomas simples (cada um aparecendo uma só vez) e múltiplas. É possível perceber que tosse acompanha todo o percurso (Tabelas 3 e 5).

Tabela 3: Eventos registrados nos monitoramentos

Fonte: UBS Dr Ivanhoé Esposito SCS e autores

EVENTOS	MONITORAMENTO 1		MONITORAMENTO 2		MONITORAMENTO 3		MONITORAMENTO 4		MONITORAMENTO 5		MONITORAMENTO 6		MONITORAMENTO 7		MONITORAMENTO 8		TOTAL	
	FREQUÊNCIAS		FREQUÊNCIAS		FREQUÊNCIAS		FREQUÊNCIAS		FREQUÊNCIAS		FREQUÊNCIAS		FREQUÊNCIAS		FREQUÊNCIAS			
alta									1	1,0%							1	0,1%
alteração de ofalco	8	3,3%	5	2,3%	3	1,7%	2	1,4%	1	1,0%							19	1,9%
alteração de paladar	6	2,5%	5	2,3%	3	1,7%	3	2,0%									17	1,7%
ardência nasal			1	0,5%													1	0,1%
assintomático	44	18,3%	58	26,7%	70	39,8%	65	44,2%	44	43,1%	22	33,8%	7	31,8%	4	44,4%	314	32,1%
astenia			1	0,5%													1	0,1%
boca seca			1	0,5%													1	0,1%
BUSCA ATIVA			1	0,5%	5	2,8%	4	2,7%	4	3,9%	1	1,5%					15	1,5%
cansaço	2	0,8%	3	1,4%	1	0,6%											6	0,6%
catarro					1	0,6%											1	0,1%
cefaleia	12	5,0%	4	1,8%	4	2,3%	2	1,4%			1	1,5%					23	2,3%
congestão nasal	1	0,4%	3	1,4%					1	1,0%							5	0,5%
coriza	11	4,6%	8	3,7%	3	1,7%	3	2,0%			1	1,5%					26	2,7%
diarreia	2	0,8%	1	0,5%	1	0,6%											4	0,4%
disgeusia							1	0,7%									1	0,1%
dispneia	1	0,4%	3	1,4%	1	0,6%	3	2,0%									8	0,8%
dor de garganta	10	4,1%	3	1,4%	3	1,7%	1	0,7%			1	1,5%					18	1,8%
dor nas articulações	1	0,4%															1	0,1%
dor nas pernas									1	1,0%							1	0,1%
dor no corpo	2	0,8%	1	0,5%													3	0,3%
dor no peito	1	0,4%			1	0,6%	1	0,7%									3	0,3%
dor no olhos	1	0,4%	1	0,5%													2	0,2%
dor nas costas					1	0,6%											1	0,1%
embolia pulmonar							1	0,7%									1	0,1%
falta de ar	4	1,7%	4	1,8%	2	1,1%			1	1,0%	1	1,5%					12	1,2%
fraqueza			1	0,5%	1	0,6%											2	0,2%
febre	9	3,7%	1	0,5%	1	0,6%											11	1,1%
FIM DO MONITORAMENTO			4	1,8%	3	1,7%	9	6,1%	17	16,7%	15	23,1%	9	40,9%	4	44,4%	61	6,2%
fracasso no acesso ao paciente	51	21,2%	46	21,2%	49	27,8%	31	21,1%	18	17,6%	15	23,1%	3	13,6%	1	11,1%	214	21,9%
garganta seca					1	0,6%											1	0,1%
hospitalizado	2	0,8%	4	1,8%	1	0,6%	1	0,7%	1	1,0%							9	0,9%
inapetencia	1	0,4%															1	0,1%
mialgia	8	3,3%	5	2,3%	1	0,6%	1	0,7%									15	1,5%
nariz entupido	1	0,4%															1	0,1%
nariz seco					1	0,6%											1	0,1%
pneumonia	2	0,8%															2	0,2%
óbito							1	0,7%									1	0,1%
UTI											1	1,5%					1	0,1%
teste covid negativo	16	6,6%	17	7,8%	8	4,5%	3	2,0%	3	2,9%	2	3,1%	1	4,5%			50	5,1%
teste covid positivo	13	5,4%	10	4,6%	1	0,6%	2	1,4%	2	3,1%	2	3,1%					28	2,9%
tosse	31	12,9%	26	12,0%	10	5,7%	13	8,8%	10	9,8%	3	4,6%	2	9,1%			95	9,7%
vômito	1	0,4%															1	0,1%
TOTAL	241	25%	217	22%	176	18%	147	15%	102	10%	65	7%	22	2%	9	1%	979	

Tabela 4: Eventos registrados nos monitoramentos

EVENTOS	TOTAL	
alta	1	0,3%
BUSCA ATIVA	15	3,9%
FIM DO MONITORAMENTO	61	16,1%
fracasso no acesso ao paciente hospitalizado	214	56,3%
óbito	9	2,4%
UTI	1	0,3%
teste covid negativo	50	13,2%
teste covid positivo	28	7,4%
TOTAL	380	

Fonte: UBSDr. IvanhoéEsposito SCS e autores

Tabela 5: Sintomas registrados nos monitoramentos

SINTOMAS	TOTAL	
alteração de ofalto	19	3,1%
alteração de paladar	17	2,8%
ardência nasal	1	0,2%
assintomático	314	51,6%
astenia	1	0,2%
boca seca	1	0,2%
cansaço	6	1,0%
catarro	1	0,2%
cefaleia	23	3,8%
congestão nasal	5	0,8%
coriza	26	4,3%
diarreia	4	0,7%
disgeusia	1	0,2%
dispneia	8	1,3%
dor de garganta	18	3,0%
dor nas articulações	1	0,2%
dor nas pernas	1	0,2%
dor no corpo	3	0,5%
dor no peito	3	0,5%
dor no olhos	2	0,3%
dor nas costas	1	0,2%
embolia pulmonar	1	0,2%
falta de ar	12	2,0%
fraqueza	2	0,3%
febre	11	1,8%
garganta seca	1	0,2%
hospitalizado	9	1,5%
inapetencia	1	0,2%
mialgia	15	2,5%
nariz entupido	1	0,2%
nariz seco	1	0,2%
pneumonia	2	0,3%
tosse	95	15,6%
vomito	1	0,2%
TOTAL	608	

Fonte: UBSDr. IvanhoéEsposito SCS e autores

DISCUSSÃO

Tomando como base a história natural da COVID 19, que grande parte dos pacientes serão assintomáticos e os sintomas em sua maioria duram 14 dias entre os casos mais leves e moderados, e em torno de 21 dias para os considerados graves e críticos.⁶ Era esperado que os usuários apresentassem também os sintomas nesta periodicidade com prevalência semelhante à literatura, sendo eles febre, tosse, fadiga, expectoração⁶, podendo assim, facilitar o acompanhamento e tratamento mais eficiente aos pacientes com suspeita da infecção pelo vírus.

É importante ressaltar que estes sintomas são inespecíficos e não são patognômicos para doença alguma, sendo assim, o monitoramento dos sintomas autorreferidos nos pacientes é uma parcela essencial do acompanhamento. Neste cenário, nem todos usuários terão necessidade de uma consulta clínica, mas isso não exclui a importância de um acolhimento pela equipe técnica assistencial no enfrentamento e combate a uma nova doença. É necessário frisar que alguns usuários do SUS terão o impacto psicológico de imaginarem estar com a nova doença e outros estarão infectados acreditando não estarem e contribuirão para o espalhamento da COVID19. Este monitoramento também pode ser reconhecido como uma resposta local para mitigar a transmissão do COVID19 além do próprio atendimento ao usuário.

CONCLUSÃO

Os principais sintomas referidos foram desde um quadro de síndrome gripal, com sintomas respiratórios agudos leves, a pneumonia grave. Isso corroborou com a necessidade do acompanhamento realizado pela UBS. No contexto desta pandemia pode ser considerada esta medida como essencial, pois reafirma a rede de cuidado e atenção ao paciente na atenção primária à saúde.

A presença de tosse foi o principal sinal referido, seguido pela síndrome gripal, dores no corpo e cefaleia, falta de ar e alterações olfativas, e por fim, a febre, em consonância com o que já havia sido dito pelas organizações nacionais e internacionais de saúde⁶.

O monitoramento realizado no bairro Barcelona pela UBS reforça o papel importante da ESF e da atenção primária no sistema de saúde brasileiro. A Atenção Primária à Saúde tem condição de responder a momentos de crise, como a pandemia, com eficiência e eficácia.

A presença do médico da equipe na comunicação de uma notícia difícil, como um teste positivo para COVID19 foi muito importante. Além deste médico já ter vínculo com o paciente, a lógica da ESF como ordenadora e coordenadora do cuidado foi muito bem ilustrada no manejo destes casos no Bairro Barcelona. O acompanhamento via telefone pode ser citado como um exemplo de como a atenção primária fortalecida dentro de um sistema de saúde consegue atuar na prevenção e promoção à saúde. As UBSs desempenham um papel importante no combate aos surtos e epidemias. Com o aumento do número de casos de COVID-19 é muito importante o reconhecimento do protagonismo da atenção primária à saúde.

Ao assumir o protagonismo de coordenar e ordenar o cuidado em saúde, dispor a equipe para entrar em contato com o paciente e este poder relatar seus sintomas, foi possível além de quantificar os principais sintomas referidos, evitar novas frentes de contaminação, já que os pacientes não se deslocavam para a unidade e estavam acolhidos pelos profissionais de saúde e as políticas sanitárias foram reforçadas a todos contatos.

A atuação da equipe da unidade Dr. Ivanhoé Espósito demonstrou que a APS fortalecida¹⁰ garante um maior cuidado integral e individualizado aos pacientes além de ser uma ferramenta poderosa para mitigar o contágio, pois os pacientes recebem informações corretas e assertivas.

Vale ressaltar que ao longo da análise, os sintomas foram considerados de forma isolada em que apareceram, em ordem de frequência. Logo, um paciente pode ter apresentado um conjunto de sintomas.

Além disso, acredita-se que a febre apareceu em baixa frequência (6,6%) e não pode ter contribuído com este indicador a metodologia da pesquisa, que foi anotações de sintomas autorreferidos.

Entre as três recomendações, de medidas efetivas para o enfrentamento do COVID19, da OMS está a identificação dos sintomáticos e identificação dos comunicantes e distanciamento social (OMS, 2020), sendo assim este trabalho é muito relevante para ilustrar o enfrentamento da pandemia do COVID19 e reafirmar a importância do Sistema Único de Saúde com uma Atenção Primária forte e atuante para uma pronta resposta as necessidades em saúde da população.

Referências Bibliográficas

1. BRASÍLIA. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde. **Sobre a doença:** o que é covid-19. O que é COVID-19. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 11 out. 2020.
2. SÃO CAETANO DO SUL. Prefeitura Municipal São Caetano do Sul. Ministério da Saúde. **Aqui você encontra absolutamente tudo sobre o coronavírus em São Caetano do Sul:** informação transparente, direta e livre de fakenews. Informação transparente, direta e livre de Fake News. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saocaetanodosul.sp.gov.br/>. Acesso em: 01 out. 2020.
3. BRASÍLIA. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde. **Definição de Caso e Notificação:** casos suspeitos. Casos Suspeitos. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/definicao-de-caso-e-notificacao>. Acesso em: 11 out. 2020.
4. WIERSINGA, W. Joost et al. Pathophysiology, transmission, diagnosis, and treatment of coronavirus disease 2019 (COVID-19): a review. **Jama**, v. 324, n. 8, p. 782-793, 2020.
5. DE MENESES, Abel Silva. HISTÓRIA NATURAL DA COVID-19 E SUAS RELAÇÕES TERAPÊUTICAS. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/733/1002>
6. Scully, E.P., Haverfield, J., Ursin, R.L. et al. Considering how biological sex impacts immune responses and COVID-19 outcomes. *Nat Rev Immunol* 20, 442–447 (2020). <https://doi.org/10.1038/s41577-020-0348-8>
7. Brasil. **Lei 8080** de 19 de setembro de 1990, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.
8. MACHHI, Jatin et al. The natural history, pathobiology, and clinical manifestations of SARS-CoV-2 infections. **Journal of Neuroimmune Pharmacology**, p. 1-28, 2020.
9. SARTI, Thiago Dias et al. Qual o papel da Atenção Primária à Saúde diante da pandemia provocada pela COVID-19?. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 29, n. 2, e2020166, 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222020000200903&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Feb. 2021. EpubApr 27, 2020. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000200024>.
10. SAKURAI, Aki et al. Natural History of Asymptomatic SARS-CoV-2 Infection. **New England Journal of Medicine**, 2020.

Nota Técnica

29. TRAGÉDIA DE MANAUS, FALTA DE VACINAS E FIM DO AUXÍLIO EMERGENCIAL EM 2021: O QUE HÁ EM COMUM ENTRE ESSES TRÊS FATOS?

Francisco R. Funcia¹⁰¹

Resumo Executivo

A presente Nota Técnica pretende responder a seguinte questão: em que medida a Emenda Constitucional nº 95/2016 está relacionada às faltas, em 2021, de oxigênio em Manaus (para o atendimento principalmente dos pacientes hospitalizados), de vacinas (para imunizar o conjunto da população residente no Brasil contra a Covid-19) e de recursos para o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600,00 (como medida para viabilizar o isolamento social necessário para evitar a contaminação exponencial da população)? Trata-se de questão que se insere no contexto do “fanatismo fiscal” vigente no Brasil, baseado na crença que cortes de gastos públicos promovem necessariamente o equilíbrio das contas públicas, como se fosse possível aprimorar a gestão sem a alocação de recursos necessários para esse fim – no caso do SUS, a situação é inversa, há um processo de subfinanciamento ou de recursos insuficientes comparados a parâmetros internacionais. Em 2021, a situação será mais grave que em 2020, pois o Projeto de Lei Orçamentária 2021 da União não contém nenhum valor programado para as despesas de enfrentamento da Covid-19 – o Ministério da Saúde encaminhou uma proposta de R\$ 123,8 bilhões, que corresponde ao valor do piso federal do SUS de 2021, portanto equivalente ao valor do piso federal do SUS de 2017 (atualizado pelo IPCA). Com isso, em comparação a 2020, os Estados e os Municípios receberão respectivamente menos R\$ 10 bilhões e menos R\$ 23 bilhões, sem contar outras despesas realizadas pelo Ministério da Saúde que também contribuíram com o financiamento das esferas subnacionais no combate à pandemia da Covid-19. Retomar em 2021 a situação vigente em 2019, como quer o governo federal, significa retomar e aprofundar o processo de desfinanciamento do SUS causado pelas regras da EC 95/2016, cuja revogação em conjunto com um novo decreto de estado de calamidade pública e com emendas do Congresso Nacional para adicionar recursos no PLOA 2021 da União para as ações de enfrentamento da Covid-19, tanto as de saúde, como as de natureza assistência são exemplos de propostas de ações político-institucionais que as entidades de representação de Prefeitos, Governadores e Secretários Estaduais e Municipais de Saúde podem adotar para evitar o aprofundamento da crise sanitária e socioeconômica.

Palavras-chave: Vacinação; Auxílio emergencial; Tragédia de Manaus; Covid-19; SUS.

O “fanatismo fiscal” (expressão que pretende resumir uma política econômica baseada na crença, sem evidências, de que o corte de gasto público é o meio para promover o ajuste fiscal para o equilíbrio das contas públicas, “custe o que custar” – inclusive as mortes dos moradores nas

¹⁰¹ Francisco R. Funcia é Economista e Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração (na linha de pesquisa Gestão para o Desenvolvimento e Regionalidade) da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), professor do Curso de Medicina (Escola de Saúde) e de Ciências Econômicas (Escola de Negócios) da USCS e coordenador-adjunto do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS (Conjuscs). Atual Secretário Municipal de Finanças de Diadema.

idades brasileiras por causa da Covid-19) ainda encontra espaço no debate político e econômico brasileiro.

É uma espécie de “dogma” assumido como pressuposto de análise ou “profissão de fé”, até para comentar a falta de oxigênio em Manaus, a falta de vacina para imunizar o conjunto da população residente no Brasil contra a Covid-19 e a necessidade do auxílio emergencial de R\$ 600,00 também em 2021, temas que tomaram conta do noticiário político e econômico a partir de janeiro de 2021, com o aumento do número de casos e mortes por Covid-19.

A abordagem analítica apresentada nesses noticiários parece não considerar tais temas como inseridos no contexto (i) de uma política econômica de forte restrição fiscalⁱⁱ (também denominada de austeridade fiscal), que condiciona negativamente o processo de tomada de decisão das gestões federal, estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS), e (ii) da crise sanitária que por sua vez se insere no quadro da crise estrutural do capitalismo contemporâneoⁱⁱⁱ.

Mas, os temas citados têm sido tratados por muitos economistas e comentaristas econômicos como decorrência exclusiva da falta de gestão e de planejamento das autoridades políticas e sanitárias, como se fosse possível fazer a gestão do SUS sem recursos orçamentários e financeiros adequados, especialmente para o enfrentamento da Covid-19, que requer ações de saúde (referentes aos temas citados e outras necessidades) e de assistência social (como o pagamento do auxílio emergencial que contribui para as medidas de isolamento social).

Os fatos evidenciaram que não houve uma coordenação nacional para as ações de enfrentamento da Covid-19 e de vacinação, a ponto de ainda não existir a certeza de quando 100% da população estará vacinada, cujo motivo é a falta de vacina! Mas, planejar e coordenar as ações é condição necessária, mas não suficiente, para entender o que está ocorrendo com a gestão federal do SUS.

Nessa perspectiva, esta Nota Técnica pretende responder a seguinte questão: em que medida a Emenda Constitucional nº 95/2016 está relacionada às faltas, em 2021, de oxigênio em Manaus (para o atendimento principalmente dos pacientes hospitalizados), de vacinas (para imunizar o conjunto da população residente no Brasil contra a Covid-19) e de recursos para o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600,00 (como medida para viabilizar o isolamento social necessário para evitar a contaminação exponencial da população)?

A Emenda Constitucional (EC) 95/2016 congelou o piso federal da saúde nos níveis do piso de 2017 (atualizado pelo IPCA) e submeteu as despesas de saúde, como as de qualquer outra política social, à regra do teto das despesas primárias congelado nos níveis de 2016 (atualizado pelo IPCA). Essa restrição fiscal aprofundou a situação de financiamento insuficiente do SUS, que a literatura^{iv} da Economia da Saúde denomina como “processo de subfinanciamento”, mediante a redução de recursos federais para o SUS.

O “subfinanciamento” do SUS pode ser evidenciado, por exemplo, pelo gasto público consolidado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) em saúde – de R\$ 3,80 per capita por dia e em torno de 4,0% do PIB em 2019 (ou 3,8% em 2015), isto é, quase 50% abaixo do que gastou o Reino Unido (7,9% do PIB em 2015, segundo a Organização Mundial de Saúde-OMS^v), cujo sistema de saúde foi uma referência inicial para o surgimento do SUS, assim como muito abaixo de vários outros países (conforme Tabela 1), nem todos com serviços de acesso universal.

Tabela 1

País ¹	Gasto Público com Saúde em % do PIB	Gasto público per capita com Saúde em US\$ PPP ²	Gasto Público com Saúde em % do Gasto Total do Governo
Alemanha	9,4	4.525	21,4
Argentina	4,9	993	12,3
Brasil	3,8	595	7,7
Canadá	7,7	3.383	19,1
Chile	4,9	1.157	19,6
China	3,2	456	10,1
Coreia do Sul	4,2	1.442	12,9
Espanha	6,5	2.261	14,9
Estados Unidos	8,5	4.802	22,6
Itália	6,7	2.509	13,4
Portugal	5,9	1.762	12,3
Reino Unido	7,9	3.330	18,5

Gasto Público em Saúde nos países selecionados (em 2015)

Fonte: Rodrigo Benevides (a partir de OMS, 2015, disponível em <<https://www.who.int/data/gho/data/indicators>>. Acesso em 29/03/2020). (1) Nem todos os países possuem sistemas universais de saúde. (2) Paridade do Poder de Compra.

Não se pode tratar da necessidade de aprimorar a gestão do SUS sem enfrentar simultaneamente esse desfinanciamento. Um dos conceitos de eficiência é a realização de muitos serviços com poucos recursos – sobre isso, não há dúvida que o SUS é eficiente: qual é o empreendimento privado ou público de saúde no mundo, cujos serviços estão disponíveis para mais de 200 milhões de brasileiros, desde consultas básicas até exames de diagnósticos e cirurgias simples e complexas como transplantes, incluindo vigilância epidemiológica e sanitária e produção de vacinas e medicamentos, dentre outros, em unidades de saúde espalhadas em 5.570 municípios num território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, alocando R\$ 3,80 per capita por dia?

Evidentemente, a pandemia da Covid-19 não fazia parte do planejamento orçamentário federal de 2020, o que exigiu a abertura de créditos extraordinários de cerca de R\$ 60 bilhões para as ações e serviços de saúde no ano passado, dos quais R\$ 20 bilhões nos últimos dias do ano exclusivamente para financiar vacinas e com o objetivo de “abrir espaço” orçamentário para execução dessa despesa em 2021 sem as restrições fiscais da EC 95/2016 e da Lei de Responsabilidade Fiscal^{vi}.

Considerando que a maioria dos parlamentares do Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias quase que integralmente na versão original encaminhada pelo Poder Executivo (a oposição ao governo Bolsonaro conseguiu aprovar algumas inclusões/alterações) e considerando que uma das diretrizes aprovadas foi a volta do teto de despesas primárias da EC 95/2016, a abertura desse crédito extraordinário no final do exercício de 2020 permitiu que ele fosse reaberto em 2021 – sem isso, não haveria espaço orçamentário para financiar vacinas, pois a programação das despesas com saúde no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2021 da União é de R\$ 123,8 bilhões (que ainda está tramitando no Congresso Nacional neste momento – 2ª quinzena de 2021).

Esse valor corresponde ao valor do piso federal de 2021, portanto ao valor do piso de 2017 atualizado pelo IPCA pela regra de cálculo da EC 95/2016, e caracteriza a inexistência de recursos federais para as ações de enfrentamento da Covid-19, o que representa uma situação de inconstitucionalidade diante do caráter tripartite do financiamento do SUS – essa caracterização decorre tanto da inexistência de programação orçamentária para essas ações no PLOA 2021, como da inexistência de casos de Covid-19 em 2017 e do fato da população ter crescido 0,8% ao ano até hoje, ou seja, houve redução do recurso alocado per capita para o

atendimento de todas as necessidades de saúde da população nessa programação orçamentária de 2021 do Ministério da Saúde, o que repete a situação verificada nas programações apresentadas nos últimos anos.

O aprofundamento da restrição orçamentária e financeira em 2021 pode ser encontrada, também, no fato de que os Estados, Distrito Federal e Municípios estavam com os pagamentos suspensos de parcelas de dívidas contraídas com a União, inclusive por meio de financiamentos para obras diversas junto às instituições financeiras nacionais, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Essa suspensão (fixada também na LC 173/2020) terminou com o fim da calamidade pública em 31/12/2020 e as cobranças foram retomadas logo nos primeiros dias de 2021, com ameaça de execução da cláusula contratual de inadimplência (sequestro do Fundo de Participação dos Municípios/FPM no caso municipal e inclusão no Cadastro de Inadimplentes/Cadin. Isso dificulta a obtenção de futuros financiamentos e significa grave risco para financiar as ações de enfrentamento da Covid-19 pelos municípios – pagar parcelas de financiamento às instituições financeiras retira recursos dos Estados, Distrito Federal e Municípios para atender às necessidades de saúde (e outras) da população.

Além disso, há as Propostas de Emendas Constitucionais 186, 187 e 188, encaminhadas ao Congresso Nacional em novembro de 2019 e com tramitação retomada neste início de 2021, que propõem extinguir os pisos específicos da saúde e educação nas esferas federais, estaduais e municipais, criando inicialmente um piso conjunto por meio da soma dos dois percentuais atualmente existentes e, mais recentemente, por meio de um substitutivo, extinguir qualquer tipo de vinculação, para viabilizar mecanismos de aprofundamento do ajuste fiscal. Isso vai manter o desfinanciamento federal do SUS e criar o desfinanciamento federal da educação, bem como ampliar esses desfinanciamentos nas esferas estaduais e municipais. É esse o modelo de “estado mínimo” que está avançando na parceria do governo federal com os parlamentares da base do governo no Congresso Nacional.

Na medida que 2/3 do orçamento do Ministério da Saúde são transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde para os Estados e Municípios realizarem as ações pactuadas no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e considerando que as retomadas do teto das despesas primárias da EC 95/2016 e das metas de resultado primário da Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021 da União, inviabilizam as transferências de recursos federais (não somente os vinculados, mas os de livre aplicação) para auxiliar o financiamento desses entes subnacionais no contexto da queda da atividade econômica que deve impactar negativamente as respectivas receitas em 2021, a tendência é de agravamento da crise sanitária no país e, conseqüentemente, da crise econômica.

Considerando somente as transferências financeiras exclusivamente realizadas para o enfrentamento da Covid-19 pelo Fundo Nacional de Saúde (portanto, na Ação Orçamentária 21C0, segundo o conceito de ações e serviços públicos de saúde definido na Lei Complementar 141/2012) em 2020 e considerando que não há previsão de recursos para esse fim na programação do Ministério da Saúde no PLOA 2021, os Estados e os Municípios receberão respectivamente menos R\$ 10 bilhões e menos R\$ 23 bilhões^{vii} em 2021 comparados a 2020, o que representa grave prejuízo para o atendimento à necessidade de saúde da população para além do enfrentamento da Covid-19.

Retomar em 2021 a situação vigente em 2019, como quer o governo federal, significa retomar e aprofundar o processo de desfinanciamento do SUS causado pelas regras da EC 95/2016: “desde 2018, as perdas estimadas do SUS são de R\$ 22,5 bilhões e os restos a pagar (despesas empenhadas, mas não pagas) cresceram 51% em 2017, mantendo-se desde então em patamar em torno de R\$ 20 bilhões^{viii}”.

Outra preocupação está relacionada ao financiamento da atenção básica, que terá redução^{ix} a partir de 1º de maio de 2021 em comparação aos valores previstos para o 1º quadrimestre de

2021, conforme os dispositivos da Portaria Nº 166, de 27 de janeiro de 2021^x, que aponta para “...a necessidade de se adotar medidas de aporte financeiro federal para apoiar o fortalecimento da APS diante da emergência de saúde pública de importância nacional (ESPIN) decorrente da epidemia do coronavírus (Covid-19), declarada pela Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020...”. Mas, não está claro o que pretende o Ministério da Saúde com essa nova portaria – corrigir sua decisão de não alocar nenhum valor para as ações de enfrentamento da Covid-19 no PLOA 2021 da União (que ainda não foi aprovado pelo Congresso Nacional) e/ou informar que somente R\$ 2,8 bilhões serão necessários para esse fim em 2021?

Como parte das ações políticas necessárias para romper com esse quadro de crise sanitária e socioeconômica, do ponto de vista institucional, uma proposta seria a Frente Nacional de Prefeitos, a Associação Brasileira de Municípios e a Confederação Nacional de Municípios, dentre outras, mobilizarem os novos prefeitos, eleitos ou reeleitos para os mandatos iniciados em janeiro deste ano, para articularem junto aos parlamentares do Congresso Nacional (i) a revogação da EC 95/2016 (o que pode ocorrer por meio da aprovação da PEC 36/2020), (ii) a decretação do estado de calamidade pública diante da expansão de casos e mortes por Covid-19 (sem o que fica inviabilizada a flexibilização de regras fiscais para a realização de gastos extraordinários, “para que tenhamos um marco finalisticamente adstrito ao tempo necessário ao enfrentamento da imensa crise sanitária, social e econômica em que vivemos”^{xi} e (iii) a alocação de recursos orçamentários adicionais tanto para o orçamento do Ministério da Saúde (conforme apresentado pelo Conselho Nacional de Saúde na petição pública “O SUS merece mais em 2021”, no valor de R\$ 168,7 bilhões), como para as despesas com o auxílio emergencial de R\$ 600,00.

Além disso, faz-se necessário pressionar a Comissão Intergestores Tripartite (CIT), instância legal do SUS formada pela representação dos gestores federal, estaduais e municipais, para pactuação dos critérios de transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Estados, Distrito Federal e Municípios e encaminhamento para análise e deliberação do Conselho Nacional de Saúde, procedimento exigido pela Lei Complementar 141/2012 e que ainda não foi adotado passados mais de oito anos da promulgação dessa lei – o que impediria a adoção de critérios político-eleitorais de transferências de recursos como foi observado no ano passado para o enfrentamento da Covid-19, especialmente por meio da Portaria 1666 do Ministério da Saúde.

ⁱⁱ Ver a esse respeito: Dweck, Esther; Rossi, Pedro; Oliveira, Ana Luiza M. (orgs.). Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

ⁱⁱⁱ Conforme Mendes, Áquilas; Carnut, Leonardo. Lucro ou vidas? Coronavírus e o voto de Minerva. Revista Fórum, 09/04/2020. Disponível em <<https://revistaforum.com.br/debates/lucro-ou-vidas-coronavirus-e-o-voto-de-minerva-por-aquila-mendes-e-leonardo-carnut/>> (Acesso em 23/04/2020).

^{iv} Este conceito pode ser encontrado em: Marques, Rosa; Piola, Sérgio F.; Roa, Alejandra C. (orgs.). Sistemas de Saúde no Brasil: organização e financiamento. Rio de Janeiro: Abres; Brasília: Ministério da Saúde, Departamento da Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento; OPAS/OMS no Brasil, 2016.

^v Disponível em <<https://www.who.int/data/gho/data/indicators>>. Acesso em 29/03/2020).

^{vi} Foram reabertos em 2021, os saldos dos créditos extraordinários abertos no último quadrimestre de 2020 e não utilizados até 31/12/2020, no valor de R\$ 21,6 bilhões, exclusivamente para as despesas com vacinas, conforme apuraram Rodrigo Benevides, Carlos Ocké e este autor em estudo para fazer parte do Boletim Cofin/CNS 2021/12/31, que está em fase final de elaboração por esses autores.

^{vii} Conforme estudo realizado por Rodrigo Benevides, Carlos Ocké e este autor para fazer parte do Boletim Cofin/CNS 2021/12/31, que está em fase final de elaboração por esses autores.

^{viii} Conforme Funcia, Francisco; Benevides, Rodrigo; Moretti, Bruno; Aragão, Erika; Ocké, Carlos. Por que o Congresso Nacional não pode permitir a redução dos recursos do SUS para 2021. _Jornal GGN, 17/04/2020. Disponível em <<https://jornalggn.com.br/a-grande-crise/por-que-o-congresso-nacional-nao-pode-permitir-a-reducao-dos-recursos-do-sus-para-2021/>> (Acesso em 23/04/2020)

^{ix} Conforme Funcia, Francisco R. Fato grave: financiamento da atenção básica em 2021. Revista Eletrônica Domingueira da Saúde, nº 04, Fevereiro de 2021. Campinas: Idisa, 2021. Disponível em <<http://idisa.org.br/ Domingueira/ Domingueira-n-04-fevereiro-2021>> (Acesso em 26/02/2021)

^x Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-166-de-27-de-janeiro-de-2021-301402329>> (Acesso em 19/02/2021).

^{xi} Conforme Graziane, Élide. Algumas agendas necessárias ao enfrentamento da calamidade nacional. Contas à vista, Consultor Jurídico (Conjur), 21 de abril de 2020. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2020-abr-21/contas-vista-algumas-agendas-necessarias-enfrentamento-calamidade-nacional>> (Acesso em 21/04/2020).

Nota Técnica

30. IMPLEMENTAÇÃO DO GUIA DE CAPACITAÇÃO SOBRE HIPERTENSÃO E DIABETES PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL

Elizabeth Yu Me Yut Gemignani¹⁰²;
Bianca Sorice de Paula¹⁰³;
Felipe Lucci Veloso¹⁰⁴;
Henrique Zanuto Pereira¹⁰⁵;
Laura Chaves Zampol¹⁰⁶;
Michelle Cecchi¹⁰⁷;
Yasmin Barcellos Giuriato¹⁰⁸;

Resumo Executivo

Esta nota técnica aborda a implementação do Guia de Capacitação sobre Hipertensão e Diabetes Mellitus-para os profissionais de saúde atuantes nas Unidades de Saúde do Município de São Caetano do Sul, com propostas de atividades para os usuários participantes do grupo HIPERDIA, e colabora para o Programa de Educação Permanente destes trabalhadores, em parceria com o curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). O objetivo deste trabalho será possibilitar aos participantes a compreensão das tendências destas doenças para estabelecer padrões de causas ao longo do tempo, e propor ações estratégicas e tomadas de decisões fundamentadas em evidências científicas, que possam melhorar o vínculo usuário-profissional da saúde e aumentar a adesão das pessoas ao programa HIPERDIA. Além de identificar fatores de risco presentes no ambiente que têm maior impacto na saúde pública e, também, promover mudanças no estilo de vida dos munícipes.

Palavras-chave: Capacitação de Profissionais de Saúde, Educação Permanente, Atenção Primária em Saúde, Hipertensão e Diabetes

Introdução

As doenças crônicas não transmissíveis - como Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e Diabetes Mellitus (DM) - já, há algum tempo, têm sido consideradas uma epidemia, um problema de saúde

¹⁰² Elizabeth Yu Me Yut Gemignani. Professora Doutora e Orientadora de Iniciação Científica do Curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) – São Paulo.

¹⁰³ Bianca Sorice de Paula. Acadêmica do 3º ano do Curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) – São Paulo

¹⁰⁴ Felipe Lucci Veloso. Acadêmico do 3º ano do Curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) – São Paulo

¹⁰⁵ Henrique Zanuto Pereira. Acadêmico do 3º ano do Curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) – São Paulo

¹⁰⁶ Laura Chaves Zampol. Acadêmica do 3º ano do Curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) – São Paulo

¹⁰⁷ Michelle Cecchi. Acadêmica do 3º ano do Curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) – São Paulo.

¹⁰⁸ Yasmin Barcellos Giuriato. Acadêmica do 3º ano do Curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) – São Paulo

pública. Estas doenças (DM e HAS) também são responsáveis por elevada morbimortalidade aumentando os custos dos sistemas de saúde. São doenças cujas estratégias de promoção e prevenção na Atenção Primária em Saúde podem reduzir as complicações e agravos de doenças e até evitar o seu surgimento (CARVALHOFILHA, 2014; ANDRADE, 2020).

Nesta direção, em 2001, o Ministério da Saúde (MS) apresentou o Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial e Diabetes mellitus, cujo objetivo era “*Vincular as pessoas com esses agravos às unidades de saúde, garantindo-lhes acompanhamento e tratamento sistemático, mediante ações de capacitação dos profissionais e de reorganização dos serviços*” (BRASIL,2001), e assim surgiu o Programa Nacional de Hipertensão e Diabetes mellitus (HIPERDIA).

O HIPERDIA é uma estratégia de saúde do nível primário de atenção, realizado nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), visando estabelecer vínculos entre os profissionais da saúde e a pessoa com tais comorbidades (Brasil,2001). Ou seja, vai além do tratamento e acompanhamento, já que prevê a integralidade do cuidado, considerando a realidade social de cada grupo, visando a autonomia do usuário em seu autocuidado. (ANDRADE,2020).

Em consonância com o programa HIPERDIA, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2010), elaborou um modelo que “*aborda os elementos básicos para melhorar o cuidado às doenças crônicas na comunidade, no sistema de saúde, na prática clínica e no nível do paciente.*”, conforme pode ser observado na Figura 1.

Figura 1: Modelo de cuidado para doenças crônicas. (PAHO,2010).

Ao analisar a figura 1, quando se considera as doenças DM e HAS, o HIPERDIA entra nas interações produtivas entre a equipe de saúde preparada e proativa e o usuário informado e “empoderado”. Desta forma, cada um tem seu papel e este deve ser bem desempenhado para o sucesso da estratégia.

Neste sentido, a melhoria dos resultados depende principalmente dos canais de comunicação,



que tanto preparam o profissional da saúde quanto informam o participante. Segundo Dantas (2019), a adesão ao tratamento só é possível quando o usuário confia nas informações que recebe e cria um vínculo com a equipe de saúde. Assim, o estabelecimento do vínculo entre as pessoas com DM e HAS e as Unidades Básicas de Saúde (UBS) é o elemento imprescindível para amenizar e controlar os agravos à saúde decorrentes da falta ou ausência de tratamentos adequados. Sendo assim, o acompanhamento e o controle do DM e HAS pelas UBS representam medidas importantes para o controle do agravamento destas patologias, bem como do

aparecimento de complicações clínicas, como doenças cardiovasculares, internações hospitalares e mortalidade (MALFATTI & ASSUNÇÃO, 2011).

A simples criação de políticas públicas e/ou programas para a prevenção das doenças cardiovasculares pode não ser garantia de resolutividade do problema (CARVALHO et. al, 2012).

Segundo Carvalho Filha (2014), verificou-se que os profissionais de saúde, em geral, não planejam as ações e atividades realizadas juntos a população com DM e HAS, contribuindo para que o HIPERDIA não seja desenvolvido em sua plenitude. Deste modo, o grande problema é que, embora existam diretrizes que versem sobre a importância de uma campanha de informação para a população, com distribuição de material educativo sobre os fatores de risco e complicações dessas enfermidades, não há orientações concretas sobre como executar tais ações de comunicação, ficando a critério de cada município organizar sua programação e atividades nos encontros propostos. O que, por um lado pode cursar com a idéia de individualização e realidade social de cada localização, mas, por outro, pode fazer com que algumas informações e ações não sejam bem executadas, comprometendo o entendimento do usuário sobre a importância do cuidado integral da Hipertensão e da Diabetes *mellitus*, prejudicando a aderência dele ao tratamento e mudanças no estilo de vida. A fim de melhorar a adesão e entendimento do cidadão é interessante utilizar atividades criativas e lúdicas. Para Coscrato (2010), intervenções lúdicas podem auxiliar na promoção da educação em saúde, uma vez que pode contribuir tanto com a obtenção de conhecimento quanto com a melhora na qualidade de vida e mudanças de comportamento das pessoas, que é um dos objetivos do HIPERDIA.

Nesse âmbito, a fim de capacitar a equipe de saúde e promover encontros mais interativos e que permitam a participação do usuário, foi desenvolvido um Guia de Capacitação aos profissionais de saúde, oferecendo sugestões de atividades criativas e lúdicas que pudessem ser implementadas e possibilitassem maior participação do usuário durante os encontros do programa HIPERDIA, e a reorganização dos serviços de saúde. E, assim, contribuir para a formação e trabalho em saúde instituída em 2004, pela Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNPS). A Educação em Saúde, se fundamenta na aprendizagem significativa, cujos temas permitem aos trabalhadores de saúde refletirem criticamente sobre o processo de trabalho, autogestão, transformação das práticas em serviço, trabalhar em equipe, para qualificar as ações estratégicas propostas, aumentar a resolubilidade e a eficiência do sistema de saúde (BRASIL, 2018).

Objetivos

Elaborar e implementar um Guia de Capacitação sobre Hipertensão e Diabetes destinado aos profissionais de saúde que atuam na Atenção Primária em Saúde do município de São Caetano do Sul, a fim de possibilitar aos participantes a compreensão das tendências destas doenças para estabelecer padrões de causas ao longo do tempo, e propor ações estratégicas e tomadas de decisões fundamentadas em evidências científicas, que possam controlar os fatores de risco, melhorar o vínculo usuário-profissional da saúde, aumentar a adesão da população ao programa HIPERDIA e melhorar a qualidade de vida dos munícipes.

Desenvolvimento

O município de São Caetano do Sul, tem aproximadamente 161.957 habitantes (IBGE, 2019). Observou-se nos últimos anos, uma redução da taxa de crescimento populacional e um significativo aumento do contingente de idosos. Estas modificações trouxeram importantes mudanças no perfil epidemiológico da população, com alterações relevantes nos indicadores de morbimortalidade.

Tanto a Hipertensão quanto a Diabetes são considerados os principais fatores de risco para as doenças cardiovasculares, sendo que cerca de 60 a 80% dos casos podem ser tratados na rede de Atenção Básica. Desta forma, evidencia-se a urgência em implementar ações que possibilitem

o diagnóstico precoce e controle destes fatores de risco, especialmente na Atenção Primária em Saúde.

Este projeto foi desenvolvido a partir das necessidades dos profissionais de saúde em analisar criticamente as situações de saúde da realidade local, melhorar a adesão da população aos tratamentos e a maior participação da comunidade nas atividades oferecidas pelas unidades básicas de saúde, principalmente ao programa HIPERDIA. Para melhorar as atividades propostas neste programa, sentiu-se a necessidade da criação do Guia de Capacitação dos Profissionais de saúde nestes temas, em parceria com os acadêmicos do Curso de Medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

Como o Guia de Capacitação foi desenvolvido?

O método utilizado para a elaboração e o desenvolvimento do Guia de Capacitação do HIPERDIA para os profissionais das unidades de saúde do município de São Caetano do Sul, foi por meio de uma pesquisa descritiva e bibliográfica evidenciada pelas Boas Práticas Clínicas e Diretrizes desenvolvidas pelas Sociedades Brasileiras de Hipertensão e Diabetes, com a finalidade de que este guia auxilie na aplicação do programa HIPERDIA conforme preconizado pelo Ministério da Saúde de forma resolutiva.

O Guia foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica com base nos temas Hipertensão e Diabetes, sugeridos pela equipe de Estratégia e Saúde da Família da UBS João Bonaparte, local inicial de sua implementação. Este guia foi confeccionado com atividades que poderão ser aplicadas por qualquer um dos integrantes da Equipe de Estratégia da Saúde da Família - médico, enfermeiro, técnicos de enfermagem e dos agentes comunitários de saúde (ACS), bem como pelos acadêmicos do curso de medicina da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, e/ou responsáveis por ministrar os encontros do HIPERDIA, visando promover maior adesão da população ao HIPERDIA e capacitá-los para o autocuidado.

Este guia foi desenvolvido para auxiliar os Profissionais das Unidades Básicas de Saúde, durante os encontros do Programa HIPERDIA. Nele são apresentados os seguintes temas: Conhecendo as Doenças Hipertensão e Diabetes; Fatores de risco e sintomas; Diagnóstico e Complicações. E, para cada tema, sugestões de atividades para abordar os temas com os munícipes, a fim de facilitar o entendimento dos mesmos sobre a sua condição de saúde e prevenir os fatores de riscos e agravos à saúde.

Como será implementação do Guia de Capacitação?

Participarão desta Capacitação todos os trabalhadores de saúde das 10 Unidades de Saúde da rede de Atenção Básica, do município de São Caetano do Sul.

Critérios de Inclusão: Os participantes desta Capacitação deverão ser trabalhadores de saúde das UBS, de ambos os gêneros, sem distinção de etnia e religião, que assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e ser maior de 18 anos.

A participação dos profissionais de saúde neste estudo será voluntária e sigilosa. Os procedimentos adotados obedecem aos critérios de ética em pesquisa conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Os participantes deste estudo têm a liberdade de se recusar a participar ou a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum. Sempre que quiser poderá pedir informações sobre a pesquisa através do(a) pesquisador(a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa da USCS que é (11) 42393282, de segunda a sexta das 8h às 12h, situado na Rua Santo Antônio, 50, Centro de São Caetano do Sul, CEP 09521-160.

As informações desta pesquisa são confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, exceto para os responsáveis

pelo estudo. Os resultados obtidos nessa pesquisa poderão ser publicados com fins científicos, mas sua identidade será mantida em sigilo.

Não haverá nenhum custo ou benefício financeiro para o participante. Terá direito a buscar indenização ou ressarcimento caso se sinta prejudicado em decorrência desta pesquisa.

Crítérios de Exclusão: Ser trabalhador e estudantes de outros cursos da USCS, desvinculados da área de saúde e abaixo da faixa etária de 17 anos e 11 meses inclusive.

Fase Pré-teste: Esses profissionais serão capacitados por meio da aplicação individual de um questionário composto por 10 afirmativas que devem ser julgadas como verdadeiras ou falsas. O tempo sugerido para que o participante responda às questões é de 10 minutos, poderá haver um risco mínimo para eles ao responder as questões que possam constrangê-los.

Após a realização do pré-teste, será realizada a exposição de um vídeo sobre Hipertensão e Diabetes.

Fase Pós-teste: Em seguida, será aplicado individualmente o mesmo questionário pós-teste, para a avaliação do deslocamento dos participantes em relação ao tema discutido.

As atividades sugeridas são lúdicas, pois tem a finalidade de tornar esse encontro mais proveitoso possível, orientando os participantes e gerando uma troca de idéias entre eles. Devido a isso, há espaço para discussão entre o grupo a fim de estabelecer argumentos que sustentem suas hipóteses em relação ao que está sendo apresentado.

Com isso, o Guia de Capacitação visa a compreensão das tendências destas doenças para estabelecer padrões de causas ao longo do tempo, e propor ações estratégicas e tomadas de decisões fundamentadas em evidências científicas, que possam controlar os fatores de risco, melhorar o vínculo usuário-profissional da saúde, aumentar a adesão da população ao programa HIPERDIA e melhorar a qualidade de vida dos munícipes.

Considerações Finais

O HIPERDIA é uma das estratégias para implementação de medidas de prevenção que tem como objetivo estimular o tratamento contínuo e modificação do estilo de vida, para evitar os agravos à saúde, pois de acordo com as Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial e a Associação de HAS e DM, a falta de adesão ao tratamento e a ausência no acompanhamento dobra o risco de Acidentes Cardiovasculares.

Neste sentido, espera-se que com a implementação do Guia de Capacitação aos profissionais de saúde nas UBS do município de São Caetano do Sul, ao otimizar as ações estratégicas do programa HIPERDIA, se possa aumentar o vínculo paciente-profissional da saúde, aumentar a adesão do usuário ao programa e ao tratamento, e promover mudanças no estilo de vida e controle dos fatores de risco para prevenir o agravamento destas doenças no município.

O Guia de Capacitação aos profissionais de saúde foi desenvolvido com planejamento e métodos simples e interativos, facilitadores da compreensão de ambas as enfermidades. As sugestões descritas no Guia são a base para que os profissionais consigam influenciar os participantes do grupo a atingir três fatores fundamentais para o controle das doenças através da adesão medicamentosa, do mesmo estar ciente de sua condição de saúde e comprometido com o tratamento, com os profissionais de saúde através dos esclarecimentos e incentivos e do apoio familiar. Almeja-se que o Guia promova o estabelecimento de relações confiáveis entre o usuário e os profissionais de saúde, além do desenvolvimento de ações educativas em atividades de prevenção e promoção de saúde.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Monica Viegas et al. Análise da linha de cuidado para pacientes com diabetes mellitus e hipertensão arterial: a experiência de um município de pequeno porte no Brasil. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 36, e0104, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982019000100170&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Plano de reorganização da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes mellitus: hipertensão arterial e diabetes mellitus** / Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_06.pdf>. Acesso em: 13/05/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. **Linhas decuidado: hipertensão arterial e diabetes**. / Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=doencas-nao-transmissiveis-948&alias=1219-linhas-cuidado-hipertensaoarterial-e-diabetes-9&Itemid=965>. Acesso em: 13/05/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde – 1. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CARVALHO, A.L.M., et al. Adesão ao tratamento medicamentoso em usuários cadastrados no Programa Hipertensão no município de Teresina (PI). **Ciênc. saúde coletiva** vol.17 no.7 Rio de Janeiro July 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000700028. Acesso em 20/05/2020.

CARVALHO FILHA, F.S.S., et al. Avaliação do controle de hipertensão e diabetes na Atenção Básica: perspectiva de profissionais e usuários. **Saúde debate [online]**. 2014, vol.38, n.spe, pp.265-278. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sdeb/2014.v38nspe/265-278/pt/>>. Acesso em: 13/05/2020.

COSCRATO, G., et al. Utilização de atividades lúdicas na educação em saúde: uma revisão integrativa da literatura. **Acta paul. enferm.** vol.23 no.2 São Paulo Mar./Apr. 2010. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002010000200017. Acesso em: 19/05/2020.

DANTAS, R.C.O, RONCALLI, A.G. Protocolo para indivíduos hipertensos assistidos na Atenção Básica em Saúde. **Ciênc. saúde colet.** 24 (1) Jan 2019. Disponível em: <<https://scielosp.org/article/csc/2019.v24n1/295-306/#>>. Acesso em: 13/05/2020.

MALFATTI, C.R.M.; ASSUNÇÃO, A.N. Hipertensão arterial e diabetes na Estratégia de Saúde da Família: uma análise da frequência de acompanhamento pelas equipes de Saúde da Família. **Ciênc. saúde coletiva [online]**. 2011, vol.16, suppl.1, pp.1383-1388. ISSN 1413-8123. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000700073>. Acesso em: 19/05/2020.

SANJULIANI, A. F. Fisiopatologia da hipertensão arterial: conceitos teóricos úteis para a prática clínica. **Rev. SOCERJ**; 15(4): 210-218, out. Dez. 2002.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. 7ª DIRETRIZ BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, Sociedade Brasileira de Cardiologia. Volume 107, Nº 3, setembro/2016. Acesso em: 19/05/2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES (SBD) Diretrizes 2019-2020. Sociedade Brasileira de Diabetes. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/DIRETRIZES-COMPLETA-2019-2020.pdf> Acesso em 19/05/2020.

Nota Técnica

31. O LIVRO “A ECONOMIA DO TRANSPORTE AÉREO NO BRASIL” E A AVIAÇÃO COMERCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA AVALIAÇÃO COMPARATIVA DOS PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS

Volney Gouveia¹⁰⁹

Resumo Executivo

Depois de um ano de lançamento do livro intitulado A ECONOMIA DO TRANSPORTE AEREO NO BRASIL: NOVOS ARES PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL, apresentamos um breve balanço dos principais temas tratados na obra à luz da pandemia Covid-19. Esta nota reitera a pertinência dos principais temas contidos na publicação e procura delinear as oportunidades que serão abertas após a chegada do “novo normal”, constituindo-se o transporte aéreo e a indústria aeronáutica cruciais para a retomada de projetos de desenvolvimento para o Grande ABC.

Palavras-chave: transporte aéreo; aviação comercial; pandemia.

No último mês de fevereiro, completou-se um ano do lançamento do livro *A Economia do Transporte Aérea no Brasil*, publicado pela editora Didakt da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Logo após o seu lançamento surgiu a pandemia. Os setores da economia mais atingidos desde então têm sido os de turismo e transporte aéreo. O complexo hoteleiro mundial quase parou e os passageiros que viajavam a negócios e a turismo "desapareceram" dos aeroportos. Segundo a IATA (*International Air Transport Association*), a demanda por vôos caiu 60% em 2020 em relação ao mesmo período de 2019: foram 1,8 bilhão de passageiros contra 4,5 bilhões em 2019. Os impactos foram diretos em termos de renda e emprego: queda média de 70% na atividade aérea global. Em termos de renda e custos operacionais, enquanto a arrecadação das empresas aéreas globais caiu 50%, os custos caíram apenas 34,9%, levando a indústria ao seu maior prejuízo histórico: US\$ 84,3 bilhões.

Ainda que tais impactos pudessem impor a necessidade de revisar temas importantes abordados na publicação (transporte aéreo, aeroportos e desenvolvimento econômico), na verdade a imposição da realidade acabou por cancelar as reflexões ali contidas. Isto porque a dinâmica da crise - e seu consequente impacto no turismo e no setor aéreo - não foi aquele círculo virtuoso retroalimentado pela dinâmica da economia e da aviação comercial, mas um círculo de movimento contrário com alto poder de destruição: a contínua queda da atividade econômica reduziu drasticamente as operações aéreas, que, por conseguinte, impactou negativamente na própria atividade econômica, conforme já discutido na obra (Gouveia, p.16).

Tentemos compreender as questões-chave tratadas no livro no contexto da pandemia, quais sejam: 1) a relação simbiótica entre atividade econômica e demanda por transporte; 2) o potencial de acesso a mais brasileiros ao modal; 3) o papel das inovações tecnológicas, 4) a contribuição do Grande ABC para fortalecer a indústria aeronáutica e seu potencial de receber um novo aeroporto e 5) um modelo de desenvolvimento mais abrangente dentro do qual se insere o turismo/transporte aéreo e o papel da região do Grande ABC neste processo.

Sobre a relação entre atividade econômica e demanda por transporte aéreo, no quadrimestre abril-junho/2020, enquanto a atividade econômica brasileira se reduziu 9,7% em relação ao

¹⁰⁹ **Volney Gouveia.** É Gestor e Professor do curso de Ciências Aeronáuticas da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. É doutorando em Ciências Humanas e Sociais da UFABC. Mestre em Economia pela Universidade Cândido Mendes. Pós-Graduado pela Universidade Anhembi Morumbi e economista pela FAAP-SP. Atua nos temas de aviação há 29 anos. Também é professor de Economia no Instituto Mauá de Tecnologia. Autor do livro *A Economia do Transporte Aéreo: Novos Ares para o Desenvolvimento da Aviação no Brasil*, lançado pela Editora Didakt, da USCS.

mesmo período do ano anterior, a atividade aérea teve uma queda de quase 90% (impacto 10 vezes maior), voltando a se recuperar gradativamente após agosto/2020. O ritmo da recuperação econômica neste ano será o principal vetor de retomada dos serviços aéreos. Ainda que tal recuperação ocorra, ela não será suficiente para ampliar o acesso de mais brasileiros ao modal aéreo. Mesmo antes da pandemia, o Brasil mantinha uma relação de apenas 0,44 viagens realizadas por habitante, com potencial para elevar este número a uma viagem por habitante não fossem as restrições de renda da maioria dos brasileiros, o que foi aprofundado pela crise sanitária.

Em números absolutos, estima-se que “apenas” 24 milhões de brasileiros utilizam regularmente o modal aéreo nacional, considerando pesquisa realizada pela empresa EPL em 2014. Com o agravamento da pandemia, este número se reduziu. E o desafio é não apenas retomá-lo, mas criar as condições para que mais brasileiros utilizem o modal como forma de contribuir para a retomada do desenvolvimento nacional.

A pandemia explicitou outra dimensão importante da indústria aérea: a apropriação das tecnologias embarcadas nas aeronaves. Como abordado no livro, o transporte aéreo é um setor que muito utiliza das tecnologias de última geração que são aplicadas à fuselagem, motores, sistemas elétricos e sistemas de controle de voo

, garantindo operações aéreas rápidas e seguras. A sofisticação tecnológica da indústria tem permitido às empresas transportarem, em tempo recorde, as milhões de doses das vacinas anti-covid para as diversas regiões do mundo. À guisa de exemplo, apenas as empresas aéreas brasileiras em 2020 transportaram, “gratuitamente”, quase 5 mil itens para transplante. Dados da IATA mostram que o transporte aéreo, notadamente o segmento de carga aérea, tem garantido o suprimento de insumos e equipamentos para a realização de vacinações nos países. De acordo com a IATA, estima-se que serão necessários o equivalente a 8.000 vôos cargueiros do tipo Boeing 747 (2ª maior avião do mundo) para imunizar 7,8 bilhões de pessoas globalmente! Não à toa, em mão contrária ao transporte de passageiros, houve incremento de 8,4% na receita da atividade de transporte de carga no mundo. Ainda que de forma distinta para cada país, o alto nível tecnológico manter-se-á essencial para o desafio de levar imunização ao maior número de pessoas ao menor tempo possível.

A segunda parte do livro discute o papel econômico que o Grande ABC pode desempenhar nos segmentos aéreo e aeronáutico. Destacou-se que, no contexto de desindustrialização da região nos últimos anos, os segmentos aéreo e aeronáutico significam importantes “rotas de fuga” para o problema da perda de protagonismo industrial da região. No segmento aéreo, o destaque é a proposta de construção do novo aeroporto nas imediações da Rodovia dos Imigrantes em São Bernardo do Campo, capaz de movimentar R\$ 12 bilhões na economia do Grande ABC, elevando em 9 pontos percentuais a participação da indústria no PIB local. Tão logo a fase de controle dos efeitos da pandemia seja consolidada, tal projeto – que já foi objeto de discussão em dois fóruns de debate junto ao Consórcio Intermunicipal do Grande ABC ao final de 2019 - deve ser retomado e discutido pelos municípios como alternativa real de desenvolvimento da região. No âmbito da indústria aeronáutica, completou-se dois anos da presença da empresa SAM-SAAB em São Bernardo do Campo, que tem fabricado componentes para montagem dos caças adquiridos pela Força Aérea Brasileira, cuja produção tem sido destinada à EMBRAER de São José dos Campos. A presença da empresa já representou 60 novos empregos (com expectativa de 200 até 2024).

A última parte do livro coloca em perspectiva o tema desenvolvimento econômico e a contribuição da aviação regional para o próprio desenvolvimento local dos municípios. Destaca-se a discussão sobre os padrões de progresso econômico entre alguns países e o contexto brasileiro no processo. Ressaltou-se que a industrialização brasileira ocorreu de forma relativamente exitosa e que o transporte aéreo brasileiro se beneficiou diretamente do progresso econômico, notadamente a partir da década de 1960. Nos tempos recentes, tem havido maior desconcentração econômica entre as regiões do Brasil, o que tem sido favorável ao desenvolvimento da aviação comercial porque tem ampliado o fluxo de tráfego de passageiros e mercadorias intrarregionalmente. Este contexto traz oportunidades. E a região do Grande ABC pode canalizar e se beneficiar de tais mudanças no médio e longo prazos, vislumbrando-as como grande oportunidade de novos

negócios e de desenvolvimento socioeconômico local. Como apontou Singer (1950), “desenvolvimento se faz em casa”. Os tempos recentes (conturbados) evidenciaram a importância de se ter projeto, planejamento, criatividade e coragem política para condução de projetos locais transformadores. Os segmentos aéreo e aeronáutico são vetores dinâmicos que podem impulsionar o protagonismo da região, principalmente a partir do “novo normal” que o tempo nos reserva...

Referências Bibliográficas

ABEAR. Dados e Fatos. Disponível em <<<https://www.abear.com.br/imprensa/dados-e-fatos/>>> Acesso: 22/02/2021.

ANAC. Dados Estatísticos. Disponível em <<<https://www.anac.gov.br/assuntos/dados-e-estatisticas>>> Acesso: 22/02/2021.

BRASIL. EPL - Empresa de Planejamento e Logística. Pesquisa de Origem/Destino do Transporte Aéreo de Passageiros: Brasília, 2014. Disponível em <<https://www.epl.gov.br/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=4298>> Acessado em 13 de outubro de 2019.

CNT. O Transporte Contra o Coronavírus. Disponível em <<https://cnt.org.br/agencia-cnt/demanda-aviacao-cai-85-em-junho-queda-menor-que-meses-anteriores>> Acesso: 22/02/2021.

GOUVEIA, V.A. A Economia do Transporte Aéreo no Brasil: Novos Ares para o Desenvolvimento. São Caetano do Sul: Ed. Didakt, 2019.

IATA. IATA Economics. Disponível em <<<https://www.iata.org/en/iata-repository/publications/economic-reports/air-passenger-monthly-analysis---december-2020/>>> Acesso: 22/02/2021.

IATA. IATA Economics. Disponível em <<<https://www.iata.org/en/pressroom/pr/2020-06-09-01/>>> Acesso: 22/02/2021.

ICAO. COVID19. Disponível em <<<https://www.icao.int/Security/COVID-19/Pages/default.aspx>>> Acesso: 22/02/2021.



32. FAZ ALGUM SENTIDO LER MARX NESTA ÉPOCA?!

Roberto Vital Anav¹¹⁰

Resumo Executivo

A experiência dramática da pandemia, combinada com forte crise econômica, reforça a atualidade da crítica marxista à economia política e seu exame crítico do capitalismo. Mesmo observadores alheios ao marxismo consideram que este possui elementos explicativos importantes sobre o capitalismo. Livro lançado em 2017 sobre a atualidade de Marx pode contribuir para a compreensão do grave momento presente.

Palavras-chave: Marx; Marxismo; Atualidade do marxismo; Crise.

Não é comum ouvir a pergunta que intitula este artigo de forma explícita. Todavia, muitas vezes ela se expressa de maneira indireta. Isso não surpreende. Afinal, a obra central de Marx foi publicada em 1867 (O Capital – Livro I) e seus dois volumes complementares vieram à luz em 1885 (Livro II) e 1894 (Livro III), postumamente (o autor faleceu em 1883).

No transcurso destes 153 anos, desde o volume inaugural (ou 126, desde o terceiro), o capitalismo sofreu imensas alterações e crises. O mundo viveu duas guerras mundiais e inúmeras guerras localizadas. Experiências socialistas impactantes – todas invocando Marx como inspirador – duraram décadas e acabaram autodestruídas, na União Soviética e Europa Oriental; outra experiência similar, hoje destacada, buscou, nas últimas três décadas, associar-se a grandes grupos capitalistas (China); raras e pequenas nações preservaram o formato original de seus regimes socialistas, inspirados no modelo soviético (Cuba, Vietnã e Coreia do Norte). Diga-se, ainda, que os próprios apoiadores daquele modelo e suas variantes, quando eram mais numerosos, referiam-se a eles como “socialismo real”, admitindo relevantes diferenças frente à proposta original.

O restante do planeta – isto é, a grande maioria dos países e sociedades existentes -, sempre sob regime capitalista, vivenciou transformações tecnológicas, econômicas, sociais, políticas e culturais muito profundas, especialmente após a II Guerra Mundial (1939-1945), alternando períodos de crescimento e crise. Os Anos Dourados (1945-75) aparecem hoje aos nossos olhos como um longo intervalo entre sucessivas crises. Dentre estas, a Grande Depressão de 1929/39, a *stagflation* do final dos anos 1970, os ataques especulativos dos anos 1990, a crise *subprime* de 2007/2008 e a presente recessão mundial associada à pandemia.

Haverá ainda o que encontrar em Marx para entender o mundo em que vivemos?

Alguns estudiosos do marxismo têm defendido a atualidade da análise contida em “O Capital” em nossos dias. Evidentemente, não é uma opinião majoritária. Porém, impressiona observar o crescimento daqueles que, nos últimos 25 anos, fossem simpatizantes ou discordantes da crítica de Marx ao capitalismo, passaram a considerar importante e até imprescindível conhecer as opiniões desse polêmico economista, filósofo, jornalista e cientista social, além de militante político – aspectos dificilmente separáveis em sua obra.

Um apanhado das manifestações nesse sentido entre empresários, jornalistas, governantes e inclusive economistas não marxistas, pode ser encontrado na Apresentação do livro de autoria deste autor: **“O Retorno de Karl Marx – a redescoberta de Marx no Século XXI”** (Anav, 2017). O destaque dessa curiosa e às vezes bizarra coleção de declarações da validade de partes ou do

¹¹⁰ **Roberto Vital Anav.** Economista (FEA-USP), mestre em Estruturas Ambientais Urbanas (FAU-USP) e doutor em Planejamento e Gestão do Território (UFABC). Professor do curso de Ciências Econômicas da USCS. Durante 40 anos, economista nos setores público e privado. Autor do livro “O retorno de Karl Marx: a redescoberta de Marx no século XXI”. Editora Fundação Perseu Abramo, 2017.

todo da análise marxista é que, em grande parte, elas partiram de pessoas nem um pouco identificadas com concepções socialistas, incluindo investidores bilionários, ao menos uma gestora do FMI, economistas-consultores de grandes bancos etc.

As crises mencionadas anteriormente são outro elemento de reflexão. Alguns dos depoimentos de megainvestidores sobre a confirmação de aspectos da análise marxista tratavam exatamente da instabilidade crônica do sistema capitalista mundial. Outras preocupações – como a de ex-diretora do FMI, ou do Fórum de Davos, reunião de financistas privados e executivos públicos na gestão econômica de diversos países, que incluíram em diversas sessões anuais o tema da desigualdade crescente em sua agenda – repercutiam as teses de Marx sobre a crescente pauperização e o aumento da desigualdade socioeconômica.

Atualizando as constatações publicadas na época do lançamento do livro com outras mais recentes, citamos três depoimentos de agentes bem situados no mercado financeiro e na imprensa de negócios sobre a ameaça de recessão crônica. O aspecto sobre o qual chamamos a atenção é terem sido emitidas no período posterior à crise *subprime* anterior ao surgimento da presente pandemia. Isto é, entre 2016 e 2019.

O economista-chefe do banco francês Natixis, Patrick Artus, escreve, em 2016, em seu livro “A Loucura dos Bancos Centrais” (ARTUS, 2016):

“A verdade é que a economia mundial está em recessão, não cíclica, mas estrutural, e que a insensatez de fazer da política monetária o remédio universal se choca contra a parede da economia real, acompanhada de um risco máximo para a estabilidade financeira (...). Essas loucuras estão pondo em chamas a economia mundial. Ao continuar a inundar o planeta de liquidez, os bancos centrais estão apostando num jogo perigoso, e o resultado pode muito bem fazer a crise de 2007-2008 parecer um agradável ensaio, antes de um novo acidente mais devastador ainda (...). O dinheiro abandona a economia real, insuficientemente rentável para oferecer o retorno de curto prazo. Em vez de trabalhar pela estabilidade dos mercados, os bancos centrais começaram a fabricar cada vez mais insegurança, cada vez mais riscos para a economia mundial... Tal distorção entre a criação de dinheiro e a criação de riquezas, entre os mercados e a economia real, não pode durar para sempre. O ajuste é inevitável porque, no longo prazo, a realidade sempre se impõe.”

Em maio de 2018, o ex-vice-presidente da Bolsa de Valores de Nova York, Georges Ugueux, arriscou-se até a anunciar uma data: “*Não sabemos o dia nem a hora, mas não podemos mais ignorar o risco de um tsunami que irá abater-se sobre nossas economias, no mais tardar, até o fim de 2020...*”¹¹¹.

Na véspera do G7 realizado em Biarritz, na França, de 24 a 26 de agosto de 2019, a ameaça de recessão era mais grave: “*Desde 2009*” – escreveu o jornal francês de negócios ‘*LesEchos*’ – “*nunca houve tantos investidores prevendo uma entrada em recessão da economia estadunidense nos próximos doze meses. A última pesquisa do ‘Bank of America-Merril Lynch’ com gestores de ativos revela que, hoje, quase um terço deles está apostando neste cenário.*” (ROLLAND, 2019).

O mesmo jornal afirma, sobre o colapso do comércio mundial: “*Na realidade, o coronavírus apenas acentuou uma tendência já em curso*” (HIAULT, 2020).

O comércio mundial vinha desacelerando há meses sob os efeitos da “guerra comercial” de Donald Trump contra a China. Uma “guerra” que nada deve ao caráter caótico do ex-presidente dos Estados Unidos. As primeiras medidas e nomeações do Presidente Biden mostram que a “guerra” contra a China continuará sob formas parcialmente distintas no plano formal, mas com o mesmo conteúdo. Essa “guerra” é produto direto do enorme tamanho do déficit comercial externo e da dívida pública estadunidenses, e expressa o modo pelo qual os desafios do capitalismo global concentram-se no coração da principal potência mundial, alimentando em seu interior a

¹¹¹Blog de Georges Ugueux, ex-vice-presidente da Bolsa de Valores de Nova York, 8 de maio de 2018.

crise política e social, cuja imagem são as imensas manifestações da juventude dos Estados Unidos contra o racismo.

Em suma, raramente os sinais da iminência de uma grande crise em todo o sistema se manifestaram com tanta força. E tudo isso muito antes que surgissem na China, em dezembro de 2019, os primeiros sinais da pandemia que se espalharia por todo o mundo. A crise não precisava do coronavírus para ser deflagrada. As contradições sistêmicas citadas por autores e agentes econômicos insuspeitos de simpatias marxistas, como indicado acima, tinham preparado cuidadosamente o terreno. Ressalte-se que também os boletins e análises do Fundo Monetário Internacional em 2019 chamavam a atenção para as fragilidades da suposta recuperação mundial em relação à crise *suprime*, alertando que o fantasma de nova recessão não estava afastado.

Não é exagero dizer que, em linhas gerais, a maioria dos planos que estão sendo aplicados agora já estava pronta antes. Estes planos foram constantemente adiados, como efeito da resistência social contra a desregulamentação do trabalho, escorando-se, em particular nos países avançados, na defesa do que resta das relações sociais conquistadas pela classe trabalhadora após a II Guerra Mundial – o chamado Estado de Bem Estar Social. Por maiores que tenham sido os ataques e as medidas de desmantelamento daquelas conquistas nas últimas quatro décadas, empreendidos por governos de todas as cores políticas, permanece ainda importante acervo de conquistas naqueles países, graças à resistência de sindicatos e movimentos sociais.

Os fundos financeiros que controlam grande parte da economia mundial, cujo poder supranacional submete mesmo governos de países avançados, exige que tudo o que resta do “velho mundo”, de uma sociedade que ainda se caracteriza pelas conquistas sociais e políticas da classe trabalhadora, ceda o lugar ao “século 21”. Esta é a linguagem atual do grande capital, liderado pelo seu ramo financeiro, que comanda os demais ramos de atividade e segmentos empresariais.

Esta nova etapa da antiga luta do capital para impor regras que favoreçam sua acumulação – algo constante desde que o capital se tornou o elemento central da economia mundial e da maioria das economias nacionais - exige agora a total desregulamentação das relações de trabalho e a extensão da precariedade à escala mundial. É isso que eles chamam de “transformação digital”. Mas todos os estrategistas a serviço do capital financeiro avaliam a amplitude da reação que vão provocar. Eles se convenceram, com base em sua experiência, de que precisavam de um “choque” – do tipo que é provocado por uma guerra – para tentar atingir os seus propósitos destruidores das próprias bases da civilização humana, tal como constituída pelas conquistas sociais e de relações do trabalho alcançadas pelos movimentos trabalhistas e populares.

Essa experiência foi muito bem relatada no documentário histórico da jornalista canadense Naomi Klein, “A Doutrina do Choque”. O livro teve grande circulação e uma versão com a própria autora está disponível no Youtube. O que Naomi Klein retratou, para referir-se às crises do capital desde os anos 1970 até a explosão do mercado *suprime*, parece estarse renovando, com ainda maior intensidade, no ambiente da pandemia que se espalhou pelo mundo desde o final de 2019.

O “choque” tem, no mínimo, dois efeitos úteis aos planos de ajuste econômico desejados pelos grupos dominantes do capitalismo. Primeiro, reduz ou retarda a reação dos setores atingidos com perdas de direitos e piora das condições de vida e trabalho. No ambiente de deterioração geral dessas condições, a tendência é a desagregação dos laços de solidariedade, a luta pela sobrevivência, o “cada um por si”. E isso enfraquece as reações contrárias de caráter coletivo. Isso ocorre tanto nos países em que o isolamento social e o *home office* foi generalizado, quanto naqueles em que o negacionismo da Ciência e o descaso político deixaram as populações expostas ao contágio. No primeiro caso, a própria política de isolamento dificulta reações coletivas às medidas econômicas e de retirada de direitos – em certos casos, com repressão direta às manifestações populares em nome da segurança sanitária. No segundo caso, o próprio medo das populações deixadas à própria sorte nas mãos do capital predador, a prioridade absoluta da sobrevivência pessoal e familiar, a desigualdade de condições para aderir ou não ao isolamento, dificultam a união de amplos segmentos atingidos por medidas antissociais e pelo desemprego.

Por outro lado, sempre há e haverá contratendências à resistência, à união dos segmentos prejudicados, à luta social pela preservação de direitos. O acompanhamento do noticiário neste

ano dramático de crise sanitária, econômica e política não deixa margem a dúvidas. Para quem busca ir além da superfície imediata do noticiário, também é visível o grau de deterioração ao qual décadas de política de ajuste estrutural levaram os sistemas públicos de saúde, mesmo nos países mais ricos, na Europa, nos Estados Unidos, no Japão. Em nosso caso, o SUS dispunha, no início da pandemia, de 40 mil leitos a menos do que quatro anos antes, graças às draconianas medidas de corte de despesas em saúde pública. E esta percepção alimenta a indignação social e as lutas por recursos públicos para a saúde, as vacinas e a sobrevivência dos cidadãos em situação mais precária.

Aí entra a segunda finalidade. Um “choque” cria a possibilidade de realizar, de uma ou de outra forma, uma “união nacional”, a fim de associar as organizações dos trabalhadores aos planos socialmente destrutivos. O “mal menor”, as “concessões” do presente em troca de supostos ganhos futuros, a “distribuição do sacrifício entre todos os grupos sociais” e outros refrões muito conhecidos são uma espécie de canto de sereia do grande capital para convencer sindicatos, movimentos sociais e partidos de base trabalhista ou popular a aceitar negociações em torno de agendas de redução de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. A eventual recusa acarreta campanhas agressivas de acusações: “interesses corporativos”, “visões antiquadas de luta de classes”, “insensibilidade à emergência nacional” etc., são lançadas a possíveis – e cada vez mais raros – segmentos críticos a tais agendas e negociações.

O processo é mundial e conta com grupos organizados de “thinktanks” financiados por grandes corporações financeiras, órgãos da imprensa de massa (impresa e eletrônica) dependentes de financiamentos e publicidade dos grandes grupos empresariais e financeiros, economistas – inclusive membros da comunidade acadêmica - vinculados à chamada “comunidade de negócios” por meio de consultorias e participações diversas nas estruturas corporativas - como mostrou, entre outros, o esclarecedor documentário *InsideJob* (Trabalho Interno).

Estaremos tão distantes assim do caráter essencial da sociedade comandada pelo capital e regida pela luta de classes, tal como apresentada na obra de Marx?

Observe-se que mesmo expoentes do interesse de preservação e reforço do capitalismo, em circunstâncias críticas, demonstram percepções insuspeitas sobre a necessidade de oferecer algum conforto aos milhões de prejudicados nas crises e recessões. Houve algum espanto com trabalhos dos técnicos do FMI, posteriores à crise *subprime*, de teor parcialmente crítico sobre os planos de ajuste estrutural propugnados desde os anos 1980 pela instituição. Ao reconhecer que o aprofundamento da miséria, da desigualdade social e do subconsumo tiveram efeitos negativos na pretendida recuperação econômica – ou seja, foram ineficazes ou contraproducentes -, os técnicos e consultores do Fundo chamaram atenção mundial. Também são mais frequentes os apelos por maior progressividade tributária, uma prática dos países avançados no pós-II Guerra Mundial fortemente atacada e abandonada desde os anos 1980. O destaque é que bilionários como Bill Gates, Warren Buffett e o grupo Milionários Patriotas nos EUA incluem-se nessa tendência. Não são, por outro lado, maioria em sua classe. Bilionários de renome fizeram estardalhaço contra a proposta de maior taxação na última eleição presidencial naquele país.

Essas manifestações mostram que alguns dos ganhadores no processo de extrema concentração da renda das últimas décadas têm consciência da inviabilidade política da perpetuação desse processo. Com prudência e senso de sobrevivência, propõem formas moderadas de limitá-lo. Ainda assim, sofrem contestação de grande parte de seus pares.

O aprofundamento da desigualdade socioeconômica, desvendado pelo livro de Thomas Piketty – “O Capital no Século XXI” –, é importante elemento de confirmação das previsões de Marx no séc. XIX. Piketty demonstra cabalmente que as políticas distributivas e direitos sociais vigentes nos trinta Anos Dourados do pós-II Guerra levaram a lento, porém perceptível, processo de desconcentração da renda nos países desenvolvidos. Já a reversão daquelas políticas, a desregulamentação financeira e trabalhista, as privatizações e a liberalização geral dos mercados, práticas cada vez mais globais desde o final dos anos 1970, fizeram a renda voltar a concentrar-se, de forma rápida e intensa. Como dito mais acima, é a intensificação desse processo que o grande capital requer na atualidade, valendo-se da pandemia para buscar aplicá-lo com o mínimo de resistência.

A face mais perversa desse processo de concentração de renda ocorreu exatamente durante a presente pandemia. A revista Forbes anunciou em outubro de 2020: *“Riqueza de bilionários quebra recorde na pandemia e bate US\$ 10 trilhões”*. E prosseguiu: *“O novo coronavírus elevou a riqueza total dos bilionários ao seu nível mais alto. Desde o início da pandemia, a riqueza total mantida por bilionários em todo o mundo aumentou 25%, para mais de US\$ 10 trilhões. O marco coincide o do primeiro bilionário a acumular US\$ 200 bilhões do mundo. O patrimônio líquido de Jeff Bezos ultrapassou a marca em agosto.”* Em janeiro de 2021, a Revista Exame publicou esta impactante notícia: *“Um novo relatório publicado pela Oxfam mostrou que os bilionários recuperaram muito além de suas perdas durante a pandemia do novo coronavírus: o aumento de riqueza do grupo seria capaz de pagar pelas vacinas do mundo inteiro, além de prevenir que qualquer pessoa ficasse em condições extremas de pobreza.”*

Foi habitual, ao longo do século XX, atacar a tese de pauperização crescente dos trabalhadores, intrínseca à teoria marxista, como ultrapassada e refutada pela experiência real do capitalismo. Na verdade, apenas nos trinta Anos Dourados teria sido possível mostrar estatisticamente uma queda – ainda assim, lenta – dos índices de concentração de renda e apenas nos países desenvolvidos, como indica Piketty. No restante do século, as contestações a Marx nesse tema podem ser debitadas muito mais à inércia ideológica dos defensores do capitalismo, apoiada no *wishful thinking* (tomar os desejos por realidade).

Nos dois casos, uma observação acurada, porém alcançável por todo estudioso da história social, política e econômica do século, confirma outra pedra de toque da interpretação de Marx: a luta de classes como principal fator explicativo das transformações no conjunto da sociedade. A força dos sindicatos norte-americanos e dos partidos de esquerda (comunistas, socialistas e trabalhistas) na Europa, juntamente com os sindicatos, foi determinante para a conquista de importantes direitos e garantias nos planos trabalhista, previdenciário e das políticas sociais nos Anos Dourados – nestas últimas, é emblemático o Sistema Nacional de Saúde da Grã Bretanha (National Health System), criado pelo governo do Partido Trabalhista em 1948.

Já a contraofensiva do capital iniciou-se na ditadura sanguinária do General Pinochet, no Chile, após o golpe que depôs e assassinou o Presidente socialista Salvador Allende (1973); e prosseguiu com a “Dama de Ferro” M. Thatcher, líder conservadora que derrubou os trabalhistas britânicos durante a crise de “estagflação” (*stagflation*), diante da qual a esquerda reformista e os economistas keynesianos mostraram-se impotentes. A ascensão de R. Reagan nos EUA em 1980 deu dimensão verdadeiramente global à ofensiva do capital contra as conquistas acumuladas anteriormente. Como sintetizou, décadas mais tarde, o financista bilionário Warren Buffett, *“a luta de classes existe, e é a minha classe, a classe dos muito ricos, que a está vencendo”*. Buffett zombava de jornalista que reproduziu a acusação de que ele teria atizado a luta de classes, ao propor maior taxa para os muito ricos. Sua frase pode ser tomada como síntese de um processo que apenas confirmou o que Marx previra um século e meio antes, baseado na lógica intrínseca do capital.

O capital é uma relação social, constituída por um lado pelos proprietários dos meios de produção – estabelecimentos, máquinas, ferramentas, terra etc. – e por outro pelos proprietários exclusivos da força de trabalho, obrigados a vendê-la aos primeiros para sobreviver. Essa relação assalariada entre dois grupos de pessoas livres constitui ao mesmo tempo o mecanismo fundamental da acumulação de capital. A força de trabalho em ação – ou seja, o processo de trabalho – gera valor adicional, que se acrescenta ao valor dos meios de produção, dos materiais inertes e da própria força de trabalho. Esse valor adicional – a mais-valia – é apropriada pelo proprietário dos meios de produção. Parte dela é redistribuída a outras camadas de capitalistas (proprietários de terra ou imóveis, banqueiros), parte é reinvestida e parte consumida. No afã infinito de ampliar a valorização de seu capital, a classe capitalista busca submeter cada vez mais a maioria da população à condição de assalariada, incapaz de sobreviver sem a venda da força de trabalho.

A concorrência – lei fundamental do modo de produção capitalista – e a resistência dos trabalhadores ao aumento da exploração (jornadas maiores, maior intensidade de trabalho, reduções salariais) faz os capitalistas investirem cada vez mais em tecnologia, ampliando o poder produtivo da sociedade de forma ilimitada. Porém, a extração de mais-valia produz o paradoxo do excesso de produção em relação à capacidade de consumo, gerando crises frequentes e crescentes. Para adiá-las, o capitalismo recorre ao crescente endividamento das famílias (o que só torna maior a crise quando ela explode mais tarde); e às despesas improdutivas e parasitárias, porém de efeito positivo sobre o setor privado. A indústria bélica é o melhor exemplo: tecnologias de fronteira são desenvolvidas pelo Estado capitalista e repassadas a custo quase zero ao setor privado; uma poderosa demanda estatal e grande financiamento público direto ou indireto (isenções fiscais) são oferecidos a esse mesmo setor; em decorrência, as grandes potências acumulam estoques de artefatos capazes de aniquilar a humanidade e utilizam-nos em escala crescente em conflitos parciais, aumentando a escala das tensões internacionais. Entretanto, ao final, nada disso consegue evitar as crises.

Uma vez deflagrada a crise, após períodos de desemprego, destruição de capacidade produtiva, produção enclanhada ao lado da expansão da fome e das carências sociais, o ciclo é retomado com capitais mais concentrados, salários mais baixos e retorno ao mesmo mecanismo, preparando crises futuras de maior envergadura. A renda tende a concentrar-se nos escalões mais elevados da classe proprietária dos meios de produção e alguns de seus prepostos ou assessores mais próximos. A dinâmica do sistema é cada vez mais ampla, ultrapassando fronteiras nacionais e desenvolvendo o mercado mundial, o que só leva as crises a também adquirir caráter global.

A luta de classes atravessa todos esses processos, seja quando a classe trabalhadora busca, em momentos de crescimento, ampliar seus ganhos salariais e direitos em geral, seja, nos momentos de crise, quando a luta pelo emprego, por políticas sociais de apoio a desempregados e comunidades mais atingidas torna-se prioritária. Para vencer esse conflito interminável, os empresários utilizam, desde a intensificação de novas tecnologias substituidoras da força de trabalho – o pode aliviar a pressão no curto prazo, mas não soluciona, e até agrava, a discrepância entre o poder produtivo incrementado e o poder de consumo reduzido; ou medidas políticas diretas. Estas vão da repressão mais violenta (golpes, ditaduras, ataque aos sindicatos – como fizeram Thatcher e Reagan brutalmente) aos acordos por redução de direitos, com “compensações” apenas mitigatórias, que não compensam de fato as perdas totais de renda ou acesso a bens coletivos integrantes do bem-estar social.

A história econômica, social e política das últimas décadas tem aproximado muito mais o mundo contemporâneo das linhas de força da análise marxista, ainda que muitos aspectos (como as tecnologias, o rol de bens e serviços, os hábitos socioculturais e as formas políticas) sejam bastante distintas. Marx não é dispensável como ferramenta de entendimento de nossa realidade socioeconômica. Se as formas políticas que invocaram sua teoria tornaram-se obsoletas, foi no interior do próprio marxismo que surgiram as críticas mais ácidas sobre a discrepância entre elas e os princípios básicos do pensador e militante alemão. Alguns marxistas pagaram com a vida ou com perseguições, calúnias e ostracismo a coragem de explicitar essas críticas no interior dos países ex-socialistas. Outros, nos países capitalistas, foram expulsos dos partidos aos quais se associavam, sob pesadas acusações de caráter moral ou até supostamente criminal. Mas esse esforço valeu a pena. Apoiando-se, mesmo criticamente, no trabalho da crítica marxista anterior e na avaliação póstuma das experiências encerradas, grande parte das forças críticas do capitalismo na atualidade empreende esforços para construir novos paradigmas políticos que permitam escapar da limitação da sociedade às imposições férreas e destrutivas do capital. Ainda insuficiente, mas intenso, esse esforço é o que pode abrir novas perspectivas a uma sociedade pós-capitalista cujos contornos ainda não são claramente perceptíveis. E essa é uma necessidade premente, à medida que aumenta a pressão do capital pela destruição total das conquistas sociais e pela destruição da força de trabalho, reduzida ao precariado.

Voltando ao livro citado no início deste artigo, ele constitui desprezível tentativa de apresentar Marx de forma pouco usual a um público não especializado, nem restrito a seus simpatizantes. Após o rápido apanhado de declarações sobre a permanência do marxismo enquanto instrumento útil à compreensão do mundo contemporâneo, supra mencionado, segue-se curta biografia de Marx, com foco em suas concepções filosóficas e históricas e na decorrência lógica destas sobre o lugar crucial da economia como campo de desvendamento da realidade social e econômica das sociedades capitalistas. A seguir, a teoria econômica de Marx é apresentada de forma simplificada e comparada à realidade contemporânea, identificando fortes confirmações da teoria na história real do capitalismo ao longo do tempo citado. Um capítulo subsequente avalia as experiências socialistas do século XX, auto apresentadas como expressão concreta das idéias de Marx, submetendo-as à crítica apoiada na própria metodologia de Marx para recusar-lhes tal pretensão, ao menos na sua totalidade. Finalmente, uma conclusão sintetiza a obra, apontando de fato a contemporaneidade da análise econômica de Marx enquanto instrumento de compreensão dos grandes dilemas e desafios de nossa época.

Com bibliografia, lista de sites, glossário e numerosas notas de rodapé que complementam o texto, o livro propõe-se a alimentar a curiosidade e o desejo de contato inicial, mas além da superficialidade, com a obra econômica de Marx. As informações e considerações de cunho filosófico, histórico e político sobre o fundador do socialismo moderno cumprem o papel de apresentar sua obra como totalidade abrangente no campo das ciências sociais aplicadas, da qual não se pode destacar arbitrariamente um campo específico do conhecimento, sem empobrecer a própria análise desse campo. Porém, o foco reside na teoria econômica marxista – sua crítica à economia política clássica – e na análise histórico-crítica das experiências socialistas, baseada no próprio método da crítica marxista.

O público potencial de livro com tal direcionamento consiste em diversos grupos interessados. Primeiramente, estudantes universitários nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas – Direito, Administração, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Demografia -; além de Filosofia, História, Geografia, Sociologia, Antropologia e Ciência Política, Psicologia, Serviço Social, Relações Internacionais e Comunicação Social. A amplitude temática e problematizadora do marxismo e seu caráter de “unificação interdisciplinar das ciências humanas, com vistas ao estudo multilateral de determinada formação social” (GORENDER, 1983) desperta interesse em todas essas áreas do conhecimento.

Não é menor o interesse de docentes nas mesmas áreas, que adotam enfoque crítico e histórico do capitalismo e das concepções teóricas e ideológicas que o fazem absoluto, eterno e consistente com certa “natureza humana” gananciosa, egocêntrica, individualista e competitiva – um pressuposto filosófico jamais submetido ao teste empírico ou comprovado no campo científico.

Apoiadores, simpatizantes e, obviamente, participantes ativos de movimentos sociais diversos – sindicatos, movimentos por moradia, saúde, educação, reforma agrária, movimentos ambientalistas, grupos de defesa de direitos humanos e de minorias, movimentos antirracistas etc. – são outro público-alvo natural da publicação.

Embora lançado há pouco mais de três anos, é possível considerá-lo útil no presente momento de crise sanitária e econômica, em virtude de seu caráter de primeira aproximação com o método e as concepções fundamentais de Marx. A compreensão dos dilemas desta quadra dramática da experiência coletiva da espécie humana pode ser facilitada com a absorção dos elementos essenciais da análise marxista do capitalismo, que se mostram tão resilientes e adequados aos desafios da atualidade.

Referências Bibliográficas

ANAV, R.V. **O Retorno de Karl Marx** – a redescoberta de Marx no Século XXI. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Serpente, 2017.

ARTUS, Patrick; VIRARD, Marie-Paule. **La folie des Banques Centrales** – Pourquoi la prochaine crise sera pire. Paris Edições Fayard, 2016, 168 páginas. (“A loucura dos bancos centrais – Por que a próxima crise será pior”).

Buffett: ricos venceram a luta de classes. Extra Globo, 30/09/11. Disp. em <https://extra.globo.com/economia/buffett-ricos-venceram-luta-de-classes-2678952.html>

GORENDER, Jacob. **Apresentação**. In MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HIAULT, Richard. Coronavirus : Le commerce mondial effondre. Les Echos, 6 mar 2020. Disp. em <https://www.lesechos.fr/monde/enjeux-internationaux/coronavirus-le-commerce-mondial-seffondre-1182745>

Martucci, Mariana. Aumento de riqueza de bilionários durante a pandemia pagaria vacina para o mundo todo. Revista Exame, 26/01/2021. Disp. em <https://exame.com/negocios/aumento-de-riqueza-de-bilionarios-durante-a-pandemia-pagaria-vacina-para-o-mundo-todo/>

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ROLLAND, Sophie. Les marchés financiers ballotés par la guerre commerciale. Les Echos, 13 de agosto de 2019 (“Os mercados financeiros desequilibrados pela guerra comercial”). Disp. em <https://www.lesechos.fr/finance-marches/marches-financiers/les-marches-financiers-ballotes-par-la-guerre-commerciale-1124201> .

Williams, Ollie. Riqueza de bilionários quebra recorde na pandemia e bate US\$ 10 trilhões. Revista Forbes, 7 de outubro de 2020. Disp. em <https://forbes.com.br/negocios/2020/10/riqueza-de-bilionarios-quebra-recorde-na-pandemia-e-bate-us-10-trilhoes/> .

